UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CLODOMIR CORDEIRO DE MATOS JÚNIOR

Vítimas da Violência: ressonâncias sociais da criminalidade no Brasil

São Paulo

2014

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior	Vítimas da Violência: ressonâncias sociais da criminalidade no Brasil		DOUTORADO FFLCH/USP 2014
---	--	--	--------------------------------

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

VERSÃO CORRIGIDA

Estou “de acordo” com as mudanças realizadas na tese pelo orientando.

Prof. Dr. Sérgio Adorno

Vítimas da Violência: ressonâncias sociais da criminalidade no Brasil

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Adorno

São Paulo

2014

MATOS JR., C. C. de. **Vítimas da Violência: ressonâncias sociais da criminalidade no Brasil.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Adorno (Orientador) Instituição: USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Maria Helena Oliva Augusto / Instituição: USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Camila Caldeira Nunes / Instituição: UFABC

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Jacqueline Sinhoretto / Instituição: UFSCAR

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Renato Sérgio de Lima / Instituição: FGV-SP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À Camila, que nesses anos de convivência sempre esteve ao meu lado, tendo paciência e dando seu amor.

Ao Caio, Carlos Eduardo e Kailani, que em seus momentos infantis me lembram da felicidade da juventude e das responsabilidades do mundo adulto.

À Fátima e Clodomir, pais amorosos que sempre acreditaram em meu potencial e apostas.

Ao Professor Sérgio Adorno, orientador dedicado que teve muita paciência e generosidade para comigo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa de doutorado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

À banca de avaliação, que dedicou seu tempo e exercitou sua paciência na leitura desse material.

RESUMO

O presente trabalho pretende ser uma contribuição aos estudos que se dedicam a compreensão da *figura da vítima* e seu lugar em nosso arranjo social contemporâneo. Investigando a trajetória e experiências de um grupo de familiares de vítimas da *violência armada*, especialmente policial, formado no Estado de São Paulo a partir dos *Crimes de Maio de 2006*, a centralidade da vítima e seus discursos foram sociologicamente analisados. Nos interstícios de nosso recente regime democrático, permeada por práticas autoritárias dos agentes dos órgãos encarregados de garantir a lei e a ordem, encontramos as *Mães de Maio*, atores que em suas narrativas exteriorizam as experiências de uma *violência institucional* caracterizada pelo silêncio e pela impunidade. Iniciamos nosso percurso versando sobre alguns dos processos e atores históricos que tornaram possível a centralidade da *figura da vítima* em nosso arranjo contemporâneo, qualificando a compreensão relativa aos significados de sua presença e discursos no Brasil. Seguimos realizando discussões sobre os *Crimes de Maio de 2006* e suas condições de possibilidades para depois retratar as experiências dos familiares das vítimas da violência armada em suas peregrinações pelo ordenamento jurídico brasileiro. A tese se encerra através de algumas considerações acerca dos impactos da emergência da *figura da vítima* nas interpretações acerca do fenômeno violência e na produção da teoria social contemporânea.

Palavras-chave: vítimas, violência, Mães de Maio, Crimes de Maio de 2006, Estado.

ABSTRACT

The present study is intended to be a contribution to studies that are dedicated to understanding the *figure of the victim* and its place in our social arrangement contemporary. Investigating the history and experience of a group of family members of the victims of armed violence, especially police, formed in the State of Sao Paulo from the *Crimes of May 2006*, the centrality of the victim and their speeches were sociologically analyzed. In the interstices of our recent democratic regime, permeated by authoritarian practices of agents of the bodies responsible for ensuring law and order, find the *Mothers May*, actors that their narratives externalize the experiences of an *institutional violence* characterized by silence and impunity. We started our journey dealing about some of the processes and historical actors that made possible the centrality of the *figure of the victim* in our contemporary arrangement, qualifying the understanding concerning the meanings of their presence and speeches in Brazil. We continue holding discussions on the *Crimes of May 2006* and its conditions of possibility for after portraying the experiences of family members of the victims of armed violence in their pilgrimages by Brazilian legal system. The thesis concludes with some considerations about the impacts of the emergence of the *figure of the victim* in interpretations about violence phenomenon and in the production of contemporary social theory.

Keywords: victims, violence, Mothers May, Crimes May 2006, State.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Estados Nacionais e o <i>monopólio legítimo da violência</i>	12
1.2 A <i>Violência Simbólica</i> de Pierre Bourdieu.....	17
1.3 Desigualdades Sociais e <i>Violência Estrutural</i>	21
1.4 A <i>Violência Política</i> e as vítimas da ditadura.....	24
1.5 A violência contemporânea sob a ótica da <i>legalidade democrática</i>	28
 2 O QUE FORAM OS CRIMES DE MAIO DE MAIO DE 2006.....	33
2.1 Quem são as <i>Mães de Maio</i>	72
 3 CONSTRUINDO O OBJETO: PERCORRENDO CAMINHOS.....	84
 4 ESCARAMUÇAS JUDICIÁRIAS: A LUTA PELA FEDERALIZAÇÃO E SEUS SIGNIFICADOS.....	98
4.1 Incidentes de deslocamento de competência (IDC) no Brasil.....	104
4.2 Manejos e possibilidades dos deslocamentos.....	122
4.3 As vítimas contemporâneas e a “ <i>judicialização dos conflitos sociais</i> ”.....	131
 5 VÍTIMAS E DESAPARECIMENTOS FORÇADOS.....	137
 6 UMA FALA SOBRE O CORPO DAS VÍTIMAS.....	161
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
7.1 Impactos da emergência da ‘vítima contemporânea’ nos estudos sobre violência e criminalidade.....	174
7.2 A perspectiva das vítimas e as teorias sociais.....	181
 REFERÊNCIAS.....	199
 ANEXOS.....	209

1 INTRODUÇÃO

Não são poucos os estudos sobre *violência e criminalidade* que em seus resultados mais contundentes apontam para o incremento e difusão desses fenômenos no tecido social brasileiro. Adorno considera que na década de 1980 a violência urbana, em suas múltiplas modalidades, já havia se tornado uma das maiores preocupações da sociedade brasileira, promovendo ampla mobilização da opinião pública e produzindo “impactos sobre o sistema de justiça criminal” (Adorno, 2002, p. 267). Contudo, mesmo alçada ao patamar de problema social nacional a pelo menos 30 anos, o autor afirma que o que se sabe sobre a violência no Brasil ainda é pouco, pois, dentre outros motivos, aqui não haveria uma tradição de estudos nesta área da vida social anterior ao período. Tratar-se-ia de um fenômeno novo?

Em trabalho dedicado à análise das formas como a violência aparece veiculada no discurso radiofônico, Menezes (1982) adverte-nos com relação às interpretações que sublinham a “atualidade do fenômeno”. Para o autor, mais do que uma novidade, “o que o torna mais patente hoje é, provavelmente, uma tomada de consciência mais aguda da sofisticação técnica com que ele se exercita e, talvez, o desenvolvimento de uma significação mais refinada de liberdade humana”. (Menezes, 1982, p. 12) Como nos recorda Menezes, antes de tornar-se preocupação dos cientistas sociais, a violência e o crime foram trabalhados, com seriedade, em tratados de filosofia e na literatura de todos os povos¹. Tentando nos aproximar da produção literária *luso-brasileira*², o autor reproduz um trecho do “*Sermão do Bom Ladrão*” (1655) escrito por Padre Antônio Vieira (1608-1697) acerca do assunto.

Não são só ladrões os que cortam bolsas, ou espreitam os que vão banhar, para lhes colher a roupa; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos: os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor, nem perigo: os outros, se furtam, são enforcados, estes furtam e enforcam. Diógenes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de varas e ministros de justiça levavam a enforcar uns ladrões, e começou a bradar: Lá

¹ Menezes cita como exemplo a *Divina Comédia* (1304-1331) de Dante e a *Utopia* (1516) de Thomas Morus. Ver Menezes (1982).

² Nos estudos sobre literatura mundial, Padre Antônio Vieira aparece como representante tanto da *literatura barroca portuguesa* (1580-1756) quando da *literatura barroca brasileira* (século XVII). A situação se deveria ao fato do autor possuir publicações significativas escritas ‘em’ e ‘sobre’ ambas as nações.

vão os ladrões grandes enforcar os pequenos. (Vieira, 1959, *apud* Menezes, 1982, p. 13)

Os argumentos de Menezes servem para nos prevenir quanto às armadilhas interpretativas que podemos encontrar em nossas trajetórias investigativas, tais como a da atualidade do fenômeno. O fenômeno não é novo, muito menos unívoco em suas interpretações.

Em quais registros pretendemos trabalhar e quais processos e atores estamos a privilegiar em nossa tese quando nos propomos a investigar os percalços dos familiares das vítimas de uma violência supostamente praticada por agentes públicos encarregados de lidar com a criminalidade no Brasil? As respostas, minimamente satisfatórias, a esses questionamentos passam, a meu ver, por uma reflexão, mesmo que incipiente, acerca das formas como o fenômeno vêm sendo apreciado em algumas pesquisas sociais.

Em levantamento temático acerca do assunto, Zaluar (2004) afirma que a reflexão sobre “o que é violência” e seus múltiplos planos e significados não se trata de uma pauta recente³ nos debates acadêmicos. Diante da *polissemia* do termo e de toda a dificuldade envolvida em seu tratamento, Zaluar afirma que:

Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego da força física, ou recursos do corpo para exercer a sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo assim carga negativa ou maléfica. Portanto é a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento causado) que vai caracterizar um ato como violento, percepção que varia cultural e historicamente. (Zaluar, 2004, p. 228-9)

Para a autora, seria através da “percepção dos limites” e “perturbações” de acordos tácitos e regras que ordenam as relações sociais, que eventos poderiam, ou não, serem apreciados como violentos. Michaud (1989) pondera que essas perturbações, cultural e historicamente localizáveis, não estariam limitadas ao emprego e/ou ameaça do uso da força física, pois:

[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade

³ Alba Zaluar fragmenta sua argumentação acerca dos campos temáticos que fazem parte do imaginário coletivo dos cientistas sociais que se dedicaram aos estudos da violência e da criminalidade em cinco eixos de análise. São eles: a) a reflexão sobre *o que é violência* e seus múltiplos planos e significados; b) *as imagens ou representações sociais do crime e da violência* e o medo da população; c) *acontecimentos das vítimas e dos crimes*; d) *a procura de explicações para o aumento da violência e da criminalidade*; e, e) *o problema social da criminalidade como tema de política pública*. (Zaluar, 2004, p. 227-8)

moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (Michaud, 1989, p. 10)

Acompanhando os argumentos de Michaud, poderíamos observar a violência através dos danos físicos, morais, materiais, simbólicos e/ou culturais que inquietam e perturbam indivíduos e coletividades. Quão polissêmica é essa tal de “violência”!

Contudo, além de *polissêmica*, a violência também é “múltipla em suas manifestações (Zaluar, 2004) e ambivalente em suas percepções” (Freitas, 2003). Em suas interpretações não encontramos apreciações consensuais acerca de suas possíveis manifestações, deparando-nos com estudos que ora privilegiam sua plasticidade e dramaticidade empírica, ora sua presença silenciosa, latente e/ou *doce*, porém eficaz e duradoura. “Do mesmo modo, o mal a ela associado, que delimita o que há de ser combatido, tampouco tem definição unívoca e clara. Não é possível, portanto, de antemão definir a violência como positiva e boa ou como destrutiva e má.” (Zaluar, 2004, p. 228).

Frente à polissemia do termo, suas múltiplas manifestações e percepções ambivalentes, tendo a concordar com Wieviorka (1997), quando afirma que ao mesmo tempo em que “não há teoria geral que não seja capaz de contribuir com um enfoque específico para a análise da violência” também não existiria:

[...] uma sociologia integrada da violência capaz de propor uma teoria unificada satisfatória, que permita abraçar simultaneamente os níveis da personalidade e do indivíduo, os da sociedade, do Estado, e do sistema de relações internacionais. (Wieviorka, 1997, p. 25)

Atento as mudanças nas formas como os cientistas sociais abordam a temática da violência, um dos eixos explicativos através dos quais o autor se refere a um *novo paradigma da violência*, Wieviorka nos arrasta para o debate acerca das transformações pelas quais as apreciações do fenômeno passaram recentemente.

Se após a II Grande Guerra Mundial (1939-45) manifestavam-se esforços para a construção de uma “abordagem total da violência”, equacionada através de noções tais como a do *conflito* e a da *crise*⁴, hoje as interpretações sobre o assunto tenderiam a incorporar outros

⁴ Pensar a violência através da noção de conflito significaria, segundo Wieviorka (1997), tentar entender seu lugar ‘nos cálculos e nas estratégias dos agentes que tomavam parte num conflito’, a violência ‘revelava interações entre agentes capazes de utilizá-la de um modo instrumental’, surgindo, assim, como elemento virtual

processos e variáveis em suas narrativas explicativas. Para compreender a violência dos nossos dias, segundo Wieviorka (1997), deveríamos nos precaver contra possíveis dissociações analíticas, traçadas entre o registro do *sistema* e o dos *atores*, encontradas nos estudos recentes que se dedicam ao tema⁵. Observada como o resultado de fenômenos de pura afirmação dos sujeitos ou sob o crivo das mudanças que se desenrolam em escala mundial, as interpretações acerca da violência insistiriam sobre aquilo que é *desfeito e/ou liquidado*.

Se a violência parece hoje tão ameaçadora ou dramática, não é pelo fato da multiplicação dos “anti-atores”, protagonistas externos a qualquer sistema de ação, ou de uma violência exclusivamente ligada à lógica da força e do poder, sem debate nem relação possível com eles bem como não é também em virtude das carências no que concerne aos procedimentos e processos que permitem o funcionamento do conflito, a relação; não é ainda porque os sistemas que funcionaram desde o fim da II Guerra Mundial, sociais, ou internacionais, fazem mais do que se transformar: eles se desfazem a ponto de a noção de crise ser tão frágil para dar conta de sua desestruturação? Não é também porque pessoas e grupos se percebem como negados, impossibilitados de manifestarem sua própria subjetividade, arrebatados ou destruídos pelo desprezo de outras pessoas e grupos melhor situados e que se recusam a reconhecê-los como sujeitos? (Wieviorka, 1997, p. 13)

As atuais interpretações sobre a violência concentrariam seus esforços num espaço internacional onde os jogos políticos, e os conflitos sistêmicos e mediações políticas que o caracterizam, parecem ‘enfraquecidos’ em meio à proliferação de uma gama difusa de violências *infra* e/ou *metapolíticas*, articuladas a particularismos econômicos e/ou a identidades étnicas e/ou culturais. Vejamos o que nos dizem nossas referências nacionais.

Traçando um panorama do *estado da arte* do campo temático no Brasil, Zaluar (2004) nos recorda que nos estudos da década de 1970 a violência não aparecia associada diretamente às práticas criminosas então pouco visíveis. Nesses estudos, que dedicaram especial atenção aos processos de emergência dos movimentos sociais e suas atuações, tratava-se de compreender uma “violência legítima” contra o “Estado ilegítimo e ilegal”, uma “violência popular” precedente de uma cidadania que estaria por ser construída, uma espécie de “efeito da desordem instaurada pelo poder ilegítimo do Estado e pelo capitalismo selvagem” (Zaluar, 2004, p. 230). Essa maneira de olhar para o fenômeno ganhara mais adeptos durante o período ditatorial e na década de 80, consolidando-se através dos estudos

no social. Por outro lado, associar interpretativamente violência à noção de crise significaria, para Wieviorka, derivar sua ‘manifestação de um estado mais ou menos patológico do sistema considerado’, como uma ‘insuficiente integração dos agentes num sistema’, traduzindo um *déficit* nas relações entre os atores e revelando-se como fenômeno expressivo. (Wieviorka, 1997, p. 12)

⁵ Trabalhando em uma ‘chave interpretativa dissociativa’, correríamos o risco de privilegiar, em nossos estudos, um ou outro polo do espectro sem o estabelecimento das devidas mediações entre os dois registros.

sobre a “brutalidade oficial, militar e estatal, ou paraestatal, clandestina e oficiosa, das organizações paramilitares que continuaram a exercer o terror de Estado” (Ibid., p. 231)⁶. Para a autora:

‘[...] o discurso predominante era o de que os verdadeiros problemas e questões seriam evidentemente a miséria crescente, o desemprego, a falta de serviços públicos eficientes, em especial no setor da saúde e da educação, e a ausência de políticas sociais, tudo isso entendido como violência perpetrada pelo Estado contra a população necessitada.’ (Idem, p. 233)

Nessas interpretações iniciais não pareciam importantes as diferenciações teóricas entre uma violência de caráter mais estrutural e aquela utilizada para denunciar os desmandos do poder militar, pois em ambos os discursos continuávamos a denunciar as deficiências do Estado. Duas observações quanto a esta situação. A primeira relaciona-se ao fato da violência tornar-se, nesses estudos, sinônimo para desigualdades, “exploração, dominação, exclusão, segregação e outros males usualmente associados à pobreza ou discriminações de cor e de gênero.” (Ibid., p. 234) Nesse registro, outras manifestações de violência, tais como as que se caracterizam pelo uso da força física, não encontrariam meios teóricos para serem pensadas e trabalhadas. A segunda, diz respeito à possibilidade das manifestações de violência serem significadas e interpretadas, nessa chave estrutural, sob a ótica de um *tropos revolucionário*. A violência poderia ser saudada, nesse sentido, como uma “centelha da cidadania”, um anúncio, *pré-político*, da sua chegada que não tardaria.

Contudo, se durante as décadas de 70 e 80 predominaram interpretações que privilegiavam uma violência “revolucionária” e/ou “contestadora”, hoje algumas inflexões nos levam a pensar suas manifestações sob outro crivo. A primeira dessas inflexões estaria associada ao surgimento e expansão do ‘crime-negócio’, que nos obrigaria a pensar:

[...] a organização transnacional dos cartéis das drogas e de outras mercadorias negociadas ilegalmente, além, é claro, das instituições locais – a polícia e a Justiça – com as quais esses adolescentes e jovens adultos tinham permanente contato e das quais estavam sempre fugindo. (Zaluar, 2004, p. 238)

Uma segunda tomou corpo quando “a partir do final da década de 1980, a posição relativa dos estudos urbanos e rurais sobre a violência e o crime’ se inverteram”. (Ibid., p. 238). Essas

⁶ Fora do padrão nesse período, segundo a autora, estavam os estudos sobre os *linchamentos* e os crimes cometidos por pessoas das classes desfavorecidas que parcamente eram realizados nesses ‘primeiros contatos’ com o objeto.

mudanças impuseram novos desafios à imaginação sociológica dedicada aos estudos sobre a violência e a criminalidade, deslocando o foco de análise para outras direções. Onde devemos nos posicionar nesses “novos” caminhos?

Diante da polissemia do termo, suas múltiplas manifestações e seus diferentes enquadramentos teóricos, creio estar claro o nosso não interesse por uma classificação do fenômeno capaz de estabelecer a ordem em sua variedade (Menezes, 1982, p. 14). Nosso objetivo, modesto em seus alcances e resultados, passa pela construção de um *espectro conceitual*⁷ sobre a violência e suas vítimas capaz de atender aos efeitos operatórios e pragmáticos da atual exposição. Uma construção esquemática e teórica que nos orientará em meio à polissemia e a variedade do fenômeno e suas interpretações, rumo nosso objeto e interlocutores.

Nesse trajeto tentaremos refletir sobre: em qual registro estamos trabalhando a noção de “violência” quando nos dedicamos ao estudo das experiências e percalços das *Mães de Maio*? Quem são os protagonistas e as vítimas dos acontecimentos de Maio de 2006? Quais concepções de *justiça* e *injustiça* são construídas e negociadas por esses atores? E, quais as soluções e/ou “remédios” para suas perdas e sofrimentos?

Enquanto fenômeno social, e sociológico, a violência deve ser apreendida através das relações historicamente localizáveis que modulam suas manifestações, pois nesses momentos significados são produzidos, negociados e atualizados. A violência pode ser definida desde o *evidente*, o fático, onde ações ou condutas que se ajustem ao perfil da perturbação de limites são consideradas violentas, e/ou desde seu *significado*, onde qualificações emergem a partir das relações que lhe dão formato e expressividade. Nesse jogo interpretativo, devemos levar em consideração, em nossas análises, o ponto de vista sob o qual ela é engendrada e percebida, observando a partir de que normas, condições e contextos ela está sendo significada. Uma apreensão do fenômeno que o associa às práticas socialmente criminalizadas deve obscurecer a complexidade de suas manifestações?

⁷ Como afirma Weber, “Allí donde un fenómeno histórico se aproxime en sus rasgos específicos o en su carácter general a una de estas formas, la construcción permite determinar su lugar tipológico – por llamarlo así –, estableciendo la cercanía o la distancia de tal fenómeno respecto del tipo teóricamente construido. En ese sentido la construcción constituye únicamente un recurso técnico para facilitar la visión global y la terminología. (Weber, 1987, p. 527)

1.1 Estados Nacionais e o *monopólio legítimo da violência*

Reportando-se a atualidade do fenômeno violência e suas múltiplas interpretações, Adorno considera que “na história do moderno pensamento ocidental, o conceito de violência nasce atrelado ao pressuposto antropológico da absoluta autonomia do indivíduo.”(Adorno, 2002, p. 273) Nesse sentido, tudo aquilo que pudesse ser apreciado como restrição e/ou dano as autonomias individuais poderia ser representado como uma manifestação de violência. O autor considera que esse tipo de raciocínio seria problemático devido, entre outras coisas, a impossibilidade teórica e prática de uma distinção entre *poder*, *coação* e *violência*, ou seja, nessa chave interpretativa não teríamos “como distinguir poder legítimo e ilegítimo, o justo e o injusto” (Colliot-Thélène, 1995, *apud* Adorno, 2002).

A superação dos problemas relacionados a esse tipo de argumentação teria sido alcançada, segundo Adorno, através da equação weberiana que identifica “o estado com o monopólio da violência” (Adorno, 2002, p. 274)⁸. Interessado nas dinâmicas e engrenagens que fazem funcionar o Estado Moderno, Max Weber (1992) o define sociologicamente através da presença de um meio específico que lhe seria próprio, a *coação física*. Nas palavras do autor:

[...] o Estado Moderno é uma associação de dominação institucional, que dentro de determinado território pretendeu com êxito monopolizar a coação física legítima como meio de dominação e reuniu para este fim, nas mãos de seus dirigentes, os meios materiais de organização, depois de desapropriar todos os funcionários estamentais autônomos. (Weber, 1992. P. 529)

E complementa:

Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de

⁸ Adorno (2002) pondera que as raízes dessa associação entre o Estado e o monopólio da violência desenvolvida por Max Weber teriam sofrido influência direta dos escritos de Kant acerca da formação do Estado. Segundo o autor: Em Kant, o Estado é, por excelência, ‘a unificação de uma multiplicidade de homens sob leis jurídicas’ (Doutrina do Direito, *apud* Colliot-Thélène, 1995). Do mesmo modo que outros agrupamentos políticos, o Estado é uma empresa de dominação de uns sobre os outros, por meio do recurso à violência ou à ameaça de seu emprego. No entanto, trata-se de uma violência legítima, porque autorizada pelo direito. É isto que faz com que lhe seja possível diferenciar força coatora do Estado do puro e simples recurso à violência para impor a vontade de uns sobre outros. [...] Desse modo, não se reconhece mais outro ordenamento jurídico que não seja o estatal, e outra fonte jurídica do ordenamento estatal que não seja a lei. [...] Em decorrência, o poder estatal é um poder absoluto porque surge como o único capaz de produzir o direito, vale dizer, produzir normas vinculatórias válidas para todos os membros de uma sociedade. Daí a identidade entre Estado, poder e lei.’ (Adorno, 2002, p. 274)

território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. É, com efeito, próprio de nossa época não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser em casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do ‘direito’ à violência. (Weber, 1992, *apud* Adorno, 2002, p. 275)

O Estado Moderno, para Weber, seria caracterizado como essa “relação de dominação de homens sobre homens apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima)” (Weber, 1992, p. 529). A ideia de um “monopólio dos meios para a violência” estaria intimamente relacionada com as possibilidades de emergência dos Estados nacionais, pois através de sua posse, ou de sua pretensão, tais instituições políticas poderiam florescer. Elias (1993) considera que o processo histórico de “monopolização da força” nas mãos dos Estados pode ser considerado como uma das *invenções sociotécnicas* da espécie humana. O que implicaria afirmar que vivemos “numa forma de organização social onde os governantes têm a sua disposição grupos de especialistas que estão autorizados a usar a força física em emergências e também a impedir outros cidadãos de fazerem o mesmo.” (Elias, 1993, p.162)

Observando mais atentamente os argumentos de Weber, destaca-se em sua interpretação uma espécie de *continuum* entre *poder* e *violência*, desde que o poder seja entendido como a probabilidade de impor vontades e de fazer com que outros façam o que se deseja. A articulação entre um “monopólio da violência legítima” e o “funcionamento especializado” da máquina estatal, respaldados por um direito racional, tornariam possíveis Estados onde para “as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita.” (Weber, 1992, p. 526) Para Adorno (2002):

[...] o conceito weberiano de Estado envolve, pelo menos, três componentes essenciais: monopólio legítimo da violência, dominação e território. O Estado moderno é justamente a comunidade política que expropria dos particulares o direito de recorrer à violência como forma de resolução de seus conflitos. (Adorno, 2002, p. 275)

Essa “equação” desenvolvida por Weber seria o ponto de partida, e de convergência, de muitas reflexões contemporâneas acerca da violência e da criminalidade. O “monopólio legítimo da violência” não se configura, nessa chave interpretativa, como uma *invenção sociotécnica* qualquer, mas como um dos meios externos nos quais se apoia a dominação social. Sob a égide do ideal contemporâneo da monopolização da violência nas mãos dos

Estados nacionais, as perturbações dos limites e das regras agenciadas por atores a quem é vedado o exercício da coação física modulariam “a violência” característica de nossos tempos, considerada por muitos uma *violência urbano-criminal*⁹.

Críticas instigantes aos argumentos de Weber foram desenvolvidas recentemente por estudiosos que se dedicam a compreensão das atuais dinâmicas da violência e da criminalidade em nossas sociedades. De olho nas mudanças: das manifestações tangíveis do fenômeno; nas formas de significar e representar o mesmo; e, dos esquemas interpretativos que o tomam como objeto de estudo, Wieviorka (1997) considera que estaríamos diante de um *novo paradigma da violência*. Para o autor, nesse novo paradigma estaria em jogo a validade de algumas interpretações consideradas “clássicas”, especialmente a weberiana, que associam a violência a sua dimensão estritamente estatal e política.

Em “*O novo paradigma da violência*”, Wieviorka (1997) pondera que se durante as décadas de 1960 e 70 a violência poderia ser pensada em uma chave interpretativa política, pois sua instrumentalização nos remeteria a sistemas políticos e a projetos revolucionários de tomada do poder e/ou libertação nacional, hoje suas manifestações direcionariam a reflexão para outros caminhos. Para o autor, a violência dos nossos dias, sobretudo aquela que se desenrola no contexto europeu, nos remete a suas dimensões *infra* ou *metapolíticas*, herdeiras de uma fragmentação dos espaços políticos tradicionais de conflitos e negociações. Versando sobre a articulação dessa “nova violência” com a dimensão política da sociedade, Wieviorka considera que:

No fundo, ela parece por vezes constituir bem mais o avesso do político enfraquecido, a marca da pane de Estado, que a essência de um ou de outro. O planeta encontra-se numa era de mutação, em que a violência política continua tendo um lugar considerável, e segundo modalidades relativamente clássicas, mas em que também se desenvolvem violências *infra* e *metapolíticas* que constituem as expressões mais significativas, mas talvez provisórias, dessa mutação. Essas violências, bem mais do que a violência política, por definição fria, calculada, instrumental, traz a marca do individualismo moderno, que faz com que cada pessoa, mesmo muito jovem, seja suscetível de querer existir enquanto indivíduo-consumidor e como sujeito. Nós as designamos como *infra* e *metapolíticas* para marcar, ao mesmo tempo, sua diferença com relação a condutas mais classicamente políticas, e o fato de que elas não podem, todavia, ser compreendidas fazendo-se abstração da política. Essas violências designam a política como o lugar central a partir do qual elas devem ser pensadas; mas um lugar que parece caracterizar-se pelo *déficit*, por fortes carências, ao mesmo tempo que pelo esboço, aqui e acolá, de redefinições tanto mais difíceis de serem elaboradas, na medida em que devem

⁹ De acordo com Michel Misse (2006), ao referir-se ao processo de *construção social do crime* no Brasil, as práticas criminalizadas se referem aos cursos de ações *típico-idealmente* definidos como “crime”. Definição essa processada através da reação moral à generalidade que define tal curso de ação e o põe nos códigos, institucionalizando sua sanção.

englobar expectativas e demandas, individuais e coletivas, que se renovaram consideravelmente no último quarto de século. (Ibid. p. 36)

Reportar-se a uma *violência infrapolítica*, segundo Wieviorka, significa observar a instrumentalização de práticas violentas articuladas não com a tomada do poder do Estado, mas à finalidades privadas fragmentárias, não inscritas, inicialmente, no campo “clássico” da política. Falaríamos aqui das atividades ligadas ao controle e à acumulação dos recursos econômicos, dos fenômenos racistas e xenófobos, e, das práticas que expressam a face lúdica dos indivíduos e das coletividades em suas lutas por ‘acréscimo de sentido’ (Ibid., p. 32). Por outro lado, remetendo-se a uma *violência metapolítica* o autor busca identificar os “transbordamentos” do fenômeno para além de um espaço relacional do tipo político. Contudo, como pondera Wieviorka, isso não significa que essa violência seja apolítica, pois “ela é uma maneira de ver as coisas nas quais os problemas políticos estão ao mesmo tempo associados e subordinados a outros problemas, definidos em termos culturais, religiosos.” (Ibid., 33).

Através de seu “novo paradigma da violência” Wieviorka quer chamar nossa atenção para os entrelaçamentos das dimensões sociais, políticas e culturais da vida social. Um “novo arranjo social”, não modulado unilateralmente por um espaço relacional do tipo político, nos obrigaria a rever as concepções “clássicas” de Weber acerca da violência, instigando-nos a refletir sobre a validade de seus instrumentais teóricos e metodológicos para a compreensão de suas manifestações contemporâneas.

Adorno (2002) nos recorda que Wieviorka toma como contexto referencial para suas argumentações:

[...] sociedades ocidentais capitalistas que compõem o chamado mundo desenvolvido. Não têm por referência o Estado em sociedades que, embora sob a égide do Ocidente moderno, não teriam ainda concluído – se é que devessem fazê-lo ou vão ainda fazê-lo – suas tarefas de modernização econômica e política, inclusive a consolidação da democracia social, como é o caso da sociedade brasileira. (Adorno, 2002, p. 278)

E nos motiva a pensar sobre:

[...] como se coloca o monopólio estatal da violência em sociedades que jamais lograram, em sua história social e política, alcançá-lo efetivamente e que certamente não o lograrão imersos que se encontram na avalanche do processo de globalização, seja lá o que isto signifique? E, mais, se considerarmos as tradicionais ausências de

claras fronteiras entre o público e o privado, entre as atribuições estatais de controle público da violência e o largo espectro de recurso à violência privada como forma de resolução de conflitos nas relações sociais e interpessoais? E, se ainda acrescentarmos a esse quadro o rápido desenvolvimento do mercado privado de segurança que acentua ainda mais os obstáculos para lograr o monopólio estatal da violência? (Ibid., p. 279)

As respostas a essas perguntas envolvem uma série de variáveis e, como destaca Adorno, o debate está apenas começando. O que o conhecimento acumulado nos permite dizer é que: as práticas consideradas violentas sofreram uma série de transformações ao longo das últimas três décadas, devido, entre outros motivos, aos recentes avanços tecnológicos e ao surgimento das redes de crimes transnacionais; e, os sentidos e significados atribuídos às práticas violentas modificaram-se significativamente, gravitando em torno de finalidades econômicas privadas e/ou questões de cunho identitário.

Em um contexto de transformações e permanências, estudiosos dedicados à compreensão do tema apontam o débil monopólio da violência nas mãos dos Estados nacionais, especialmente no Brasil, como uma situação favorável e propícia à difusão de práticas consideradas violentas em nossas *urbes*. Falaríamos, num registro weberiano atualizado por Wieviorka, das vítimas de uma violência gerida nos interstícios da incapacidade dos Estados nacionais para salvaguardarem para si o monopólio das práticas violentas. Vítimas de uma violência perpetrada por atores que resolvem seus conflitos sem a mediação das instituições legais encarregadas de tal tarefa, incorrendo, geralmente, em práticas socialmente criminalizadas. São as vítimas de uma violência que escorrega dentre os dedos do Estado e desliza para os meandros do tecido social. Uma violência inscrita na letra da lei e sancionada pelo Direito.

Nesse momento, o Estado assume sua parcela de responsabilidade, não como o algoz de uma violência rotineiramente perpetrada, mas como a instituição que “permite” e torna possível a ocorrência reiterada dessas práticas em seus domínios. Frente essas formas de violência, as vítimas culpabilizam os Estados nacionais por suas omissões e ineficiências na defesa de suas prerrogativas legais, exigindo dos mesmos *justiça e reparação* para as perdas e os danos que sofreram. O Estado surge, nessa chave, ao mesmo tempo como o ‘culpado indireto’ por essa violência, já que omisso em suas tarefas, e como o “responsável direto” pela aplicação das doses homeopáticas dos ‘remédios’ para o sofrimento que estão a vivenciar.

Observemos como alguns cientistas sociais pensaram a questão da violência e suas respectivas vítimas para assim encontrarmos nossos interlocutores.

1.2 A Violência Simbólica de Pierre Bourdieu

Interpretando a violência a partir das coerções exercidas sobre os *esquemas de percepções e apreciações* dos quais os seres sociais são os produtos, Pierre Bourdieu (1998) projeta a compreensão do fenômeno para outro registro. Agindo sobre esquemas de apreciações, que envolvem as formas simbólicas utilizadas para pensar nossa existência, práticas e relações, a violência poderia ser entendida através de suas “doces” e silenciosas manifestações.

Em “*Meditações Pascalianas*”, Bourdieu (1998) entende a *violência simbólica* como:

[...] essa coerção que só se institui através da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando não dispõe, para o pensar e se pensar ou, melhor, para pensar a sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que tem em comum com ele e que, não sendo mais que a forma incorporada da estrutura da relação de dominação, fazem aparecer essa relação como o natural; ou, noutros termos, quando os esquemas que aplica para se perceber e se apreciar ou para perceber e apreciar os dominantes (alto/baixo, masculino/feminino, branco/negro, etc.) são o produto da incorporação das classificações, assim naturalizadas, das quais o seu ser social é o produto. (Bourdieu, 1998, p. 151)

Num jogo ininterrupto de negociações e disputas em torno de legitimidade, incorporaríamos esquemas de apreciações e percepções através das posições que ocupamos nos *campos sociais*, esse:

[...] lugar, relativamente estável, da coexistência dos pontos de vista, no duplo sentido de posições na estrutura da distribuição do capital (econômico, informacional, social) e dos poderes correspondentes, mas também de reações práticas a esse espaço ou de representações desse espaço, produzidas a partir destes pontos de vista através dos *habitus* estruturados, e informados duplamente, pela estrutura do espaço e pela estrutura dos esquemas de percepção que lhe são aplicados. (Ibid., p. 163)

O *campo*, espaço relacional que é, nos “informaria” de uma dupla maneira. Através de suas *estruturas espaciais* e dos *esquemas de percepções* que se originam em seus jogos contextuais. Posicionados diferencialmente nesses espaços, incorporariamos o *habitus*, um:

[...] produto da incorporação de uma estrutura social sob a forma de uma disposição quase natural, muitas vezes dotada de todas as aparências do inato, o *habitus* é a *vis insita*, a energia potencial, a força adormecida, donde a violência simbólica, e em particular a que se exerce através dos performativos, extrai a sua misteriosa eficácia. (Ibid., p. 150)

Bourdieu (1994) define melhor seu argumento afirmando que:

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas, mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. (Bourdieu, 1994, p. 22)

Tornando-se um ser social, ou nas palavras de Bourdieu incorporando uma *segunda natureza*, estaríamos a introjetar esquemas de apreciações e classificações relativos às posições que ocupamos nos *campossociais*. Para o autor, a dominação que se exerce, não sem conflitos, pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou melhor, do “desconhecimento”, atua e se reproduz através das estruturas objetivas e cognitivas incorporadas nos diferentes contextos sociais. Esquemas de apreciações e percepções “docemente” introjetados nos domínios nos quais estamos enredados e somos o produto, constituem-se como elementos de uma violência simbolicamente vivenciada.

Contabilizar as vítimas dessa violência, assim concebida, seria uma tarefa “impraticável” e sem dúvida improdutiva para as finalidades do nosso trabalho. Estudos dedicados as experiências históricas dos povos colonizados, índios, negros e mulheres têm nos aproximado dos efeitos nefastos desse tipo de violência para a sobrevivência e reprodução de indivíduos e/ou coletividades. A produção acadêmica referente às experiências desses grupos foi bastante expressiva nas últimas três décadas, revelando uma íntima relação com o desenvolvimento das temáticas do *reconhecimento* e da *identidade* mundo afora. Assim:

[...] algumas feministas afirmaram que, nas sociedades patriarcais, as mulheres eram induzidas a adotar uma opinião depreciativa delas próprias. Interiorizavam uma imagem da sua inferioridade, de tal maneira que, quando determinados obstáculos reais a sua propriedade desapareciam, elas chegavam a demonstrar uma incapacidade de aproveitarem as novas oportunidades. E, além disso, estavam condenadas a sofrer pela sua debilitada auto-estima. Também surgiram argumentos

semelhantes em relação aos negros: que a sociedade branca projetou durante gerações uma imagem de inferioridade da raça negra, imagem essa que alguns dos seus membros acabaram por adotar. Nesta perspectiva, a sua auto-depreciação torna-se um dos instrumentos mais poderosos da sua própria opressão. A primeira coisa que deveriam fazer era espiarem essa identificação imposta e destrutiva. Recentemente, afirmou-se o mesmo sobre os indígenas e os povos colonizados em geral. Pensa-se que desde 1492 os europeus têm vindo a projetar desses povos uma imagem de seres um tanto inferiores, “incivilizados”, e que, através da conquista e da força, conseguiram impô-la aos povos colonizados. (Taylor, 1994, p. 46)

Para Taylor, o “reconhecimento incorreto” implicaria tanto uma “falta de respeito devido” quanto uma forma de “marcar suas vítimas de forma cruel, subjugando-as através de um sentimento incapacitante de ódio contra elas mesmas.” (Ibid., p. 46)

Investigando a situação dos povos indígenas na América Latina no fim do século passado Dandler (2000) considera que alguns problemas, a nível nacional e internacional, dificultaram o *reconhecimento* desses povos nessa parte do mundo. Primeiro, a existência de uma distância abismal entre as prerrogativas legais dos direitos desses indivíduos e coletividades e suas efetivas proteções. Segundo, a falta de cláusulas específicas voltadas para a proteção desses povos. Terceiro, os efeitos contraditórios de uma lógica *integracionista*, pautada pela possibilidade da construção de uma “cultura nacional homogênea e integrada”. E, quarto, o planejamento e execução de projetos e programas de desenvolvimento imersos num quadro de práticas “integracionistas” e/ou clientelistas, quando muito, articuladas a uma “ideologia da benevolência”. Nesse contexto, as violações contra os direitos desses povos e indivíduos, como também contra os das mulheres e negros, persistiriam no tempo e no espaço, acarretando sérios e irreversíveis danos não apenas as suas dimensões identitárias, mas também as suas relações sociais.

Falamos, nesse registro, das vítimas de um *reconhecimento incorreto* que afeta os indivíduos em seu foro *íntimo*, quando nossa análise recai sobre questões ligadas a temática da identidade, e em suas possibilidades *sociais*, quando nosso olhar se lança sobre os padrões de classificações *estatuários* sedimentados e reproduzidos hierarquicamente em nossas sociedades.

As soluções e os ‘remédios’ para esse tipo de violência não me parecem ser de fácil formulação, contudo, hoje, muitas das demandas de suas vítimas condensam-se em torno da temática do *reconhecimento*. Atualmente as *políticas de reconhecimento igualitário* tornaram-se uma moeda comum em nosso arranjo social e político, vindo, segundo Taylor (1994), a

significar duas coisas bastante diferentes¹⁰. Por um lado, demandam-se *políticas de universalismo*, destacando a necessidade e a urgência de uma “dignidade igual para todos os cidadãos”. Nesses termos:

O que se deve evitar a todo o custo é a existência de cidadãos de “primeira classe” e de “segunda classe”. É óbvio que as verdadeiras medidas especificadas, e justificadas por este princípio, variam consideravelmente e têm sido freqüentemente alvo de polêmicas. Para algumas pessoas, a igualdade diz respeito só aos direitos civis e de voto; para outras, alarga-se à esfera socioeconômica. [...] Mas, mesmo tendo conhecido interpretações diferentes, o princípio da igual cidadania passou a ser universalmente aceite. Qualquer ponto de vista, independentemente do seu grau de reaccionarismo, é defendido à luz deste princípio. (Taylor, 1994, p. 58)

Por outro lado, exigem-se *políticas da diferença*, onde:

Todas as pessoas devem ser reconhecidas pelas suas identidades únicas. Aqui, porém, o reconhecimento tem outro significado. Em relação à política de igual dignidade, aquilo que se estabelece visa a igualdade universal, um cabaz idêntico de direitos e imunidades; quanto à política de diferença, exige-se o reconhecimento da identidade única deste ou daquele indivíduo ou grupo, do caráter singular de cada um. Quer isto dizer, por outras palavras, que é precisamente esta singularidade que tem sido ignorada, disfarçada, assimilada a uma identidade dominante ou de maioria. (Ibid., p. 58)

Dandler (2000) enumera alguns avanços, sobretudo normativos, no tratamento da questão indígena por parte dos Estados latino-americanos no século passado. Primeiro, teríamos as mudanças de perspectiva nas leis e nos instrumentos internacionais, como as evidenciadas na *Convenção OIT nº 169* (Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes) de 1989, e, segundo, as reformas constitucionais ou as novas Constituições, tais como as da Guatemala (1985), Nicarágua (1986), Brasil, (1988), Colômbia (1991), México (1992), Paraguai (1992), Argentina (1994), Bolívia (1994) e Peru (1993). Atrever-me-ia a dizer que hoje os avanços na questão continuam a ser galgados, sobretudo, na esfera normativa, como podemos observar nos textos da *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* (2007) e das recentes constituições equatoriana (2008) e boliviana (2009).

Na letra desses textos ressalta-se uma interpretação da violência que enfatiza não apenas “atos de violência” que num passado longínquo teriam nos causado danos e sofrimentos, mas de um “estado de violência” que persiste e se reproduz ao longo da história e do tempo. Nesses termos, responsabilizações individuais seriam procedimentos impraticáveis,

¹⁰ No presente texto não trabalhamos as dificuldades envolvidas nessa argumentação sobre as políticas de reconhecimento igualitário.

pois o debate se daria em um registro processual, histórico, onde o Estado surge como a instância preferencial, senão a única capaz de ser interpelada. As demandas dessas vítimas se dirigem e se orientam para os Estados nacionais, denunciando sua perversidade, omissão histórica e lentidão em reconhecer sua responsabilidade e reparar suas vítimas.

As vítimas da violência simbólica, tais como os povos indígenas, as mulheres e os negros, emergem e ganham visibilidade no espaço político contemporâneo demandando “igualdade” e “diferença” para os males históricos que os acometem e prejudicam.

1.3 Desigualdades Sociais e *Violência Estrutural*

Proposta interpretativa distinta para a compreensão da violência, que como em Weber (1992) toma por referência sua relação com os Estados nacionais, vem sendo desenvolvida através de uma perspectiva “estrutural”. Nesses estudos, a violência aparece articulada, no Brasil, ao protagonismo dos movimentos populares então nascentes, colocando em cena uma violência “legítima contra o Estado ilegítimo e ilegal” (Zaluar, 2004, p. 230). O padre Fernando D’Ávila afirmava em 1980 que:

As primeiras formas de violência (que vem de cima para baixo) são as propiciadas pelas estruturas sociais iníquas [...]. Quem define o ato violento? Os que detêm o poder. Como definem o ato violento? Como transgressão das regras criadas pelo mesmo poder. Assim, se entre essas regras existem regras violentas, não são caracterizados como atos violentos, por exemplo, salários injustos; castiga-se como ato violento o roubo de 100 cruzeiros para matar a fome, porque é um ato violento, mas ficam impunes violências muito maiores, como todas as formas de iniquidade social. É uma violência silenciosa [...]. Ninguém pode responsabilizar ninguém pelas dezenas de milhares de crianças subnutridas, famintas, retardadas, tuberculosas, bestificadas. Mas ninguém ignora que elas também foram vítimas de assaltantes, aqueles que deram um salário de fome a seus pais, que obrigaram suas mães a se prostituírem, que sonegaram impostos, que burlaram a previdência social. (Zaluar, 2004, p. 234)

Duas situações merecem ser destacadas a partir das palavras do clérigo. A primeira refere-se a “confusão teórica”, citada anteriormente, que pode ocorrer quando a palavra violência torna-se um sinônimo para situações de desigualdade, exploração e dominação. Essa confusão, como apontado por Zaluar, não permitiria uma análise das dimensões físicas e/ou expressivas

do fenômeno. A segunda, diz respeito às associações interpretativas que podem ser estabelecidas entre uma “violência ilegítima” perpetrada pelo Estado e a proliferação de “violências populares” portadoras de uma “semente de cidadania”. O principal problema dessa associação residiria no fato de se confundir o caráter instrumental da violência com uma espécie de “estado social permanente e excessivo” (Zaluar, 2004).

Em estudos recentes, o termo *violência estrutural*, geralmente conectado as discussões sobre a *cidadania* nas sociedades democráticas de direito, têm sido trabalhado a partir das dificuldades de suas elaborações iniciais. No artigo “*Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local*”, Leeds (2006) observa a violência em suas conexões com os jogos seletivos de *presenças* e *ausências* do Estado democrático brasileiro. Para a autora, no processo histórico de distribuição das riquezas e dos recursos estatais no Brasil, as classes populares tornaram-se as *vítimas preferenciais* de uma *violência estrutural*, ou *institucionalizada*. Leeds entende:

[...] por *violência estrutural* ou *violência institucionalizada* as condições que causam ou conduzem a uma distribuição extremamente desigual de recursos básicos, como serviços de saúde precários ou inexistentes, educação pública e transporte de massa deficiente, e serviços urbanos que resultam em elevados índices de subnutrição, mortalidade infantil, evasão escolar, alcoolismo e outras características de uma população urbana carente. (Leeds, 2006, p. 235)

Apreciada através dos jogos de *presenças* e *ausências* dos Estados democráticos, a violência pode ser ressignificada. Nesse registro interpretativo, as “presenças” e “ausências” seletivas do Estado brasileiro constituiriam a base de uma “violência estrutural”, manifesta através dos acessos desiguais a bens e serviços e das contínuas repressões a que estão sujeitas as camadas populares da nossa sociedade.

Poderíamos falar, nesse sentido, de *estados de violência* quando nos referirmos a essa violência “vinda de cima”, perpetrada através das ausências seletivas do Estado democrático e das práticas dos seus agentes, e, de *atos de violência* quando nos reportarmos às suas manifestações empiricamente dramatizáveis (Menezes, 1982). Para Menezes, essa distinção é necessária, e até mesmo fundamental, devido às possibilidades de operacionalização da violência, que podem ser “direta” ou “indiretamente” realizadas. Segundo o autor:

Reside nesse fato a razão pela qual a violência dos fracos e oprimidos (crime comum, delinquência, protestos, greves, etc.) é mais facilmente visualizada; ao passo que a violência dos opressores se exerce frequentemente de maneira discreta, sutil, calma, fria e dissimulada, mas sempre portadora de terrível eficácia. Os *atos* de

violência são muito mais chocantes do que os *estados* ou situações de violência – estes últimos quase nunca perceptíveis e quase sempre sem responsáveis direta ou claramente identificáveis. (Menezes, 1982, p. 15)

A “violência estrutural” seria essa violência quase sempre sem responsáveis direta ou claramente identificáveis, sutil, dissimulada, perpetrada através das ausências e presenças históricas dos Estados nacionais, ou de seus representantes. O foco dessas interpretações acerca da violência não recairia sobre seus atos ou dramaticidade, mas sobre sua silenciosa permanência e reprodução.

Deslocando-se a compreensão da violência para um registro estrutural, institucional e latente, reaviva-se a possibilidade das interpretações não unívocas sobre o fenômeno. Os Estados nacionais, pretensos detentores do *monopólio legítimo da violência*, emergem, nessa chave, como os protagonistas de uma violência “não perceptível”, não dramatizada através de episódios violentos, mas perpetrada através de suas ausências historicamente seletivas e duradouras. Falaríamos aqui, não das vítimas de uma *violência urbano-criminal*, mas das vítimas preferenciais de uma *violência estrutural* ou *institucionalizada*, manifesta através das distribuições desiguais de recursos e serviços e da seletividade das ações de seus agentes. As soluções para os seus problemas passariam, sobretudo, pela avaliação das experiências das respostas que foram dadas às reivindicações da tradição liberal e que, hoje, podem ser condensadas muitas vezes através do termo *redistribuição* (Fraser, 2006). Para Fraser:

El paradigma de la redistribución se centra en injusticias que define como socioeconómicas y supone que están enraizadas en la estructura económica de la sociedad. Como ejemplos, podemos citar la explotación (la apropiación de los frutos del trabajo propio en beneficio de otros); la marginación económica (quedar confinado a tareas indeseables o mal pagadas o que se niegue el acceso a trabajos que generen ingresos, en general), y privación (negación de un nivel de vida material suficiente). (Fraser, 2006, p. 22)

E, afirma que:

En el paradigma de la redistribución el remedio de la injusticia es la reestructuración económica de algún tipo. Esto puede conllevar la redistribución de los ingresos o de la riqueza, la reorganización de la división de trabajo, el cambio de la estructura de la propiedad, la democratización de los procedimientos mediante los que se toman decisiones de inversión o la transformación de otras estructuras económicas básicas – aunque estos distintos remedios difieren mucho entre sí, interpreto que este paradigma engloba todo el grupo bajo el término genérico redistribución. (Ibid., p. 22)

Trata-se, nesse registro, de uma maneira diferente de conceber o par *justiça e injustiça*, de pensar as coletividades e os indivíduos vitimados ou “afetados” por essas situações, e, de imaginar, planejar e executar as soluções mais adequadas para a superação ou mitigação desses *estados de violência*.

1.4 A Violência Política e as *vítimas da ditadura*

Atento aos percalços da nossa história recente, creio que algumas considerações acerca de um outro tipo de violência, também associada à existência e as dinâmicas do funcionamento das formas estatais modernas, pode contribuir para o desenvolvimento dos nossos argumentos. Yves Michaud considera que os períodos de *violência política* podem ser caracterizados:

[...] pela instauração de jurisdições de exceção que pronunciam uma justiça expeditiva e caricatural, pela hipertrofia da área de ação policial que se torna um Estado dentro do Estado (prisões preventivas, seqüestros, detenções arbitrárias, desaparecimentos) e pela extrema generalidade da ameaça [...]. (Michaud, 1989, p. 30)

Na história mundial não nos faltam exemplos das experiências desse tipo de violência “vinda de cima”. Como o objetivo da nossa exposição é outro e os exemplos inumeráveis, nossa atenção se voltará não para a compreensão das experiências dos judeus, ciganos, homossexuais e negros durante os regimes totalitários alemães e italianos. Nossa referência é outra e encontra-se mais próxima em um duplo sentido da palavra. Primeiro, porque falando sobre nosso recente período ditatorial militar (1964-1985), privilegiamos em nossas análises fatos históricos que dizem respeito à trajetória política e democrática da sociedade brasileira. Segundo, porque o lastro temporal que nos separa dessa experiência parece ser bastante curto, afirmando-se, muitas vezes, que esse período ainda não teria encontrado seu fim, pois muitos são os legados históricos que nos ligam ao mesmo.

O jurista Belisário dos Santos Jr. (2001) considera que as violações cometidas durante as ditaduras militares latino-americanas, que resultaram no desaparecimento forçado e na

morte de milhares de pessoas, não foram “acidentes históricos” ou “fatos isolados”, pois houve uma:

[...] violência sistemática contra os direitos do homem, executada por agentes do Estado com autorização, conivência ou ordem expressa de seus superiores. Métodos idênticos de controle e desaparecimento de membros da oposição foram aplicados por meio da criação e do fortalecimento de eficientes mecanismos de repressão política e de coordenação entre as diversas polícias políticas. Todo esse aparato, como inúmeras vezes foi denunciado, serviu a um sistema de apropriação e manutenção do poder, instrumentalizado pela doutrina de segurança nacional, mediante seus conceitos básicos, o de guerra interna e de inimigo interno. Cada povo sofreu as consequências da ocupação militar de seu espaço físico e político. Em cada opositor se identificava a figura de um inimigo do Estado a ser combatido, neutralizado e, se necessário, eliminado. (Santos Jr., 2001, p. 89-90)

Para a compreensão das violências e das vítimas do período duas situações devem ser sublinhadas. Primeiro, falamos aqui de uma violência “vinda de cima”, planejada e perpetrada pelos agentes do Estado com autorização, conivência ou ordem expressa de seus superiores. Segundo, essas práticas violentas se inserem na dinâmica dos jogos políticos, onde posições ideológicas e partidárias ganham contornos e são apreciadas sob o crivo da *Doutrina de Segurança Nacional*. Tratar-se-ia, nessa chave interpretativa, das vítimas de uma “guerra interna”, de “atores políticos” que desapareceram e foram executados por serem considerados “inimigos internos” dos Estados ditatoriais.

No Brasil, segundo o livro *Dossiê Ditadura* (2009), “foram levantados os nomes de 257 mortos e 169 desaparecidos por “motivos políticos”, vítimas da ditadura instalada em 1964.” (Teles, 2010, p. 253). Para o advogado Fábio Comparato (2001):

A expressão “crimes políticos”, obviamente, designa os crimes contra a segurança nacional, definidos e apenados sucessivamente, durante o período de tempo determinado na lei n. 6.683, pela lei n. 1.802, de 1953, pelo decreto-lei n. 314, de 1967, e pelo decreto-lei n. 898, de 1969. (Comparato, 2001, p. 61)

Em nome da segurança nacional, supostos crimes políticos foram evitados, ou repelidos, através de rotineiras prisões ilegais, torturas, desaparecimentos forçados e/ou mortes. Observando as dinâmicas de “visibilidade” e “ocultação” que envolviam as práticas de legitimação do regime militar brasileiro, Teles (2010) nos recorda que:

Entre os anos de 1969 e 1971, o Estado de exceção constituiu uma rede de unidades secretas, em relação ao seu próprio quadro legal, do aparato repressivo. Em julho de 1970, o ministro do Exército, Orlando Geisel, definiu que o Exército assumiria o comando das atividades de segurança e, dois meses depois, criou os Destacamentos

de Operações de Informações-Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Tal rede se formou em decorrência da necessidade constante da ditadura de buscar a legitimidade e a sua institucionalização por meio da aplicação seletiva do poder coercitivo sobre a sociedade civil. Este controle seletivo se estabeleceu desde 1964, ainda que, no princípio, não tenha ocorrido de forma muito organizada. A quantidade de dissidentes mortos, formados majoritariamente de lideranças políticas e “quadros” da luta armada, indicam a seletividade da repressão política. (Teles, 2010, p. 256)

Como apontado pela autora, as vítimas das represálias aos crimes políticos que ameaçavam a “segurança nacional” não foram escolhidas, em sua grande maioria, de maneira aleatória. Elas foram recrutadas preferencialmente, e de maneira seletiva, nas fileiras das “lideranças políticas” e nos “quadros da luta armada” que resistiam ao regime. Nesse sentido, poderíamos afirmar que as vítimas da ditadura militar, ou melhor, do “Estado ditatorial”, eram os “opositores do regime” (Comparato, 2001), “patriotas que se ergueram contra a ditadura militar e que morreram por um ideal de justiça” (Moraes, 2001).

Tratar-se-ia, como bem assinala Janaína Teles (2010), de apontar em nossas interpretações “a seletividade da repressão política brasileira” desse período, que parece fugir, por um instante, ao esquema perverso das *vítimas preferenciais* das quais nos falava Leeds (2006). São vítimas que, como afirmam muitos de seus familiares, perderam a vida em “nome de um ideal” e na luta por “dias melhores” naqueles tempos difíceis. Atores que nesse arranjo político incorporam uma *dimensão vitimista* “especial”, envoltos que estão por uma aura de heroísmo e patriotismo tecida em torno de suas práticas insurgentes. Falamos, sem dúvida, de uma vítima diferente daquela dos nossos tempos.

Quais seriam, então, os remédios adequados para amenizar, ou reparar, as “vítimas heroicas” dessa violência perpetrada pelos agentes do Estado ditatorial brasileiro? Que medidas poderiam diluir, ou mitigar, seu sofrimento e acalmar seus corações?

As respostas a essas perguntas têm girado, recorrentemente, em torno de três eixos explicativos. Se, como vimos anteriormente, para questões socioeconômicas emergem termos como *redistribuição* e para as identitárias noções como a do *reconhecimento*, para as vítimas da ditadura, e seus familiares, os termos mais adequados parecem ser *verdade*, *justiça* e *reparação*. O direito à *verdade* articula-se às apurações das circunstâncias em que ocorreram os fatos e ao esclarecimento da autoria das torturas, mortes e desaparecimentos forçados, ou seja, a uma investigação idônea sobre o que realmente ocorreu naqueles “tempos difíceis”. O direito à *justiça* está relacionado com o estabelecimento e a aplicação efetiva das punições aos

responsáveis por essas violências. Tratar-se-ia, sobretudo, de uma ‘luta contra a impunidade’, da aplicação rápida e eficiente de uma “lei justa”. Nesse terreno os debates são controversos quando estão em pauta as discussões sobre as possibilidades das responsabilizações civis e penais do Estado e seus agentes. Através das demandas por *reparação*, que envolvem um registro material e uma dimensão moral, têm-se pleiteado, entre outras coisas, indenizações por danos morais e materiais e ressarcimentos relativos às despesas com funerais, luto e viagens, quando os corpos dos desaparecidos são encontrados.

Algumas palavras devem ser ditas após essas linhas. A primeira relaciona-se ao fato de que esse “tripé de demandas” está inscrito na letra da lei brasileira desde 1988, sendo o Brasil signatário de um punhado de instrumentos internacionais, tais como o *Pacto de San José* (1992), onde essas prerrogativas legais são encontradas sem dificuldades.¹¹ A segunda, refere-se à observação das dimensões *ética* e *política* que estão em jogo nas demandas dessas vítimas e seus familiares. Como afirma Lisboa:

Os familiares, solitariamente, têm analisado documentos, laudos periciais e necroscópicos, buscado testemunhas, tentando extrair, com lentes e lupas, as marcas de tortura nos rostos crispados pela morte, assumindo, enfim, o estranho, mas fundamental, papel de reescrever a verdade histórica. (Lisboa, 2001, p. 97)

Para Lisboa (2001), as vítimas e seus familiares têm contribuído de maneira significativa para reescrever a “verdade histórica”, cuidando para que os fatos ocorridos durante a ditadura militar não sejam esquecidos e voltem a se expressar. Suas demandas, nesse registro, articulariam a um só tempo, *memória*, *verdade* e *justiça* (Teles, 2010). A terceira, e última, diz respeito aos interlocutores e mediadores aos quais se dirigem as demandas desses atores. Em suas lutas por verdade, justiça e/ou reparação é sempre ao Estado democrático liberal de direito que suas demandas se dirigem, é dele que se espera uma tomada de posição, um quinhão de sua benevolência, uma ação idônea e enérgica.

¹¹ No julgamento do caso Velasquez Rodriguez (29 de julho de 1988) “a Corte Interamericana de Direitos Humanos entendeu que da norma geral inscrita no art. 1º, alínea 1, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, decorrem exatamente os três deveres estatais acima mencionados, ou seja, o dever de investigar, o dever de punir os responsáveis e o de indenizar as vítimas ou seus familiares. “O Estado”, lê-se naquele julgado, “tem o dever jurídico de tomar as medidas razoáveis para prevenir as violações de Direitos Humanos e deve usar os meios à sua disposição para realizar uma investigação séria sobre as violações cometidas dentro de sua jurisdição, identificar os responsáveis, impor as punições apropriadas e assegurar às vítimas uma adequada compensação. Se o aparelho estatal age de tal maneira que a violação permanece impunida e o pleno gozo de tais direitos pela vítima não é restaurado tão logo quanto possível, o Estado deixa de cumprir o seu dever de assegurar um livre e completo exercício de tais direitos dentro de sua jurisdição.” (Comparato, 2001: 58)

1.5 A violência contemporânea sob a ótica da *legalidade democrática*

O termo *cidadania* tem sido recorrentemente acionado nos esforços empreendidos para a reconstrução, ou como alguns preferem “construção”, de uma democracia brasileira pós-regime ditatorial (1964-1985). José Murilo de Carvalho (2008) considera ter-se tornado costume o desdobramento da categoria em suas dimensões *civis*, *políticas* e *sociais* nas análises relativas às experiências democráticas atuais. A partir dos argumentos de Marshall (1967), a cidadania é apreciada em suas múltiplas “dimensões inclusivas”, capazes de revelarem as aproximações e as distâncias com relação a uma sociedade de caráter mais igualitário.

Os *direitos civis* seriam os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Podem ser desdobrados nas garantias de ir e vir, de escolher o próprio trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, e, entre outros, de não ser condenado sem processo legal e regular. São os direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. Para Carvalho, “são eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual.” (Carvalho, 2008, p. 9). Os *direitos políticos*:

[...] se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é ilimitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Em geral, quando se fala de direitos políticos, é do direito do voto que se está falando. [...] os direitos políticos tem como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a idéia de autogoverno. (Carvalho, 2008, p. 9)

E, versando sobre o que se costuma entender atualmente por *direitos sociais*, o autor pondera que:

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. [...] Os direitos sociais

permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social.(Ibid., p. 10)

Investigando os processos de construção de uma democracia *à brasileira*, sob a ótica de suas normatizações e das efetivas garantias desses direitos inscritos na letra da lei, Teresa Caldeira e Murilo de Carvalho diagnosticaram problemas significativos em nosso trajeto. Caldeira (2000) considera que a democracia brasileira incorporou um caráter *disjuntivo* no caminho que percorreu, e Carvalho (2008) afirma que nos encontramos democraticamente em uma *encruzilhada*, devido, entre outros fatores, à falta de equilíbrio nos acessos às dimensões inclusivas da cidadania observáveis em nosso empreendimento.

Apreciando o atual caráter da democracia brasileira como *disjuntivo*, Caldeira quer chamar nossa atenção para os processos contraditórios de simultânea expansão e desrespeito aos direitos da cidadania, processos que de fato marcam muitas das experiências democráticas no mundo atual. Para a autora, “a cidadania brasileira é disjuntiva porque, embora o Brasil seja uma democracia política e embora os direitos sociais sejam razoavelmente legitimados, os aspectos civis da cidadania são continuamente violados.” (Caldeira, 2000, p. 343) Reportando-se ao nosso trajeto histórico rumo à democratização, Carvalho destaca que:

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peças decorativas do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, (a base da seqüência de Marshall), continuam inacessíveis a maioria da população. (Carvalho, 2008, p. 220)

Visualizando um significativo avanço nos acessos às esferas políticas e sociais da cidadania e uma débil garantia dos seus aspectos civis, Carvalho (2008) considera que estes últimos poderiam ser considerados “retardatários” na longa trajetória da construção democrática brasileira.

Diante desse quadro, os autores desenvolvem posições críticas semelhantes quanto ao atual momento, considerado frágil, de respeito aos direitos civis da cidadania no Brasil. Direitos civis esses, que não seriam violados apenas por aqueles atores para os quais não é reservado o exercício do monopólio “legítimo” da violência, mas também, e de forma gritante, por representantes das agências estatais encarregadas de lidar com a violência e a

criminalidade em nossa sociedade. Paulo Sérgio Pinheiro (2000) afirmava, em fins do século passado, que:

Durante as transições democráticas na América Latina nos anos 80 havia a grande esperança de que o fim das ditaduras significasse a consolidação do Estado de Direito. [...] No entanto, quando as sociedades latino-americanas passaram por transições de ditaduras para governos civis, as práticas autoritárias de seus governos não foram afetadas por mudanças políticas ou eleições: sob a democracia prevalece um sistema autoritário, incrustado em especial nos aparelhos de Estado de controle da violência e do crime. (Pinheiro, 2000, p. 11)

Importante notar, como bem destaca o autor, que essas *práticas autoritárias*, resultado de nosso legado histórico e de períodos ditatoriais recentes, “se abatem de preferência sobre as maiorias que constituem as populações pobres e miseráveis, precisamente aqueles setores que são os alvos do arbítrio, da criminalização e da discriminação.” (Ibid., p. 13) Os laços históricos entre Estado de Direito e autoritarismo em nossa sociedade, segundo Pinheiro, não seriam superados por completo por uma nova ordem democrática, já que:

[...] os pobres e os membros marginalizados da sociedade têm sido sistematicamente alvos do mau tratamento do sistema judicial como um todo (Judiciário, polícia, prisões) pelo uso ilegal e arbitrário da força, em flagrantes violações dos direitos humanos, como na “legalidade autoritária”. (Ibid., p. 13)

As classes populares seriam as *vítimas preferenciais*, em nosso passado recente e ainda hoje, das práticas ilegais e autoritárias exercidas pelo braço operante do Estado brasileiro encarregado de lidar com a violência e a criminalidade. Vivemos, segundo Pinheiro (2010), numa democracia constitucional que ao mesmo tempo em que reserva aos pobres assentos preferenciais em espetáculos de violência e criminalidade, insiste em manter impunes os crimes cometidos por seus agentes.

Nos interstícios dessa “legalidade democrática”, permeada por práticas autoritárias dos agentes dos órgãos encarregados de garantir a “lei e a ordem”, creio encontrarmos nossos interlocutores. As *Mães de Maio*, atores que em suas narrativas exteriorizam as experiências de uma *violência institucional* caracterizada pelo silêncio e pela impunidade.

O presente trabalho objetiva, nesse sentido, compreender o que as vítimas indiretas, ocultas ou invisíveis da violência armada, especialmente a institucional, em São Paulo têm a nos dizer sobre nosso arranjo social contemporâneo. Busca investigar como os familiares das vítimas da violência do Estado brasileiro de maio de 2006 posicionam a *figura da vítima* em

nossa figuração social atual, revelando seu significativo papel nos debates sobre a construção de uma sociedade democrática e nas investigações sociológicas sobre o assunto.

A *Associação de Mães e Familiares Vítimas da Violência (Mães de Maio)* é uma associação não governamental integrada por familiares (mães, pais, irmãs, irmãos, filhos e amigos) das vítimas *fatais* das ações gestadas como respostas, pelo governo estadual paulista e seus órgãos de repressão, aos acontecimentos de maio de 2006¹². Portanto, não se trata dos familiares das vítimas dos ataques do PCC que sacudiram o estado de São Paulo entre 12 e 20 de maio de 2006, mas sim das vítimas de uma resposta imediata, e porque não dizer truculenta, supostamente empreendida pelos agentes do Estado diante do clamor da população pela resolução enérgica desses eventos.

Organização do texto

O texto que segue apresenta considerações relativas ao lugar da *figura da vítima* em nosso arranjo social. Investigando as trajetórias de luta de familiares de vítimas da violência armada, sobretudo institucional, no Estado de São Paulo, nosso objetivo foi contribuir para os debates acerca da centralidade dessa figura, e daqueles que buscam falar em seu nome, no cenário político brasileiro.

Primeiro, nos dedicaremos as discussões sobre os *Crimes de Maio de 2006*, ocorridos no Estado de São Paulo, e suas condições de possibilidades. A partir dessas argumentações creio podermos caracterizar e compreender quem são nossos interlocutores de pesquisa, as *Mães de Maio*. O terceiro capítulo é composto por reflexões acerca do percurso metodológico trilhado em nossa investigação. Nesse momento, questionamentos acerca das *condições de produção* do conhecimento social ganharam corpo em nossas linhas.

No quarto capítulo, trato das experiências dos familiares das vítimas da violência armada em suas peregrinações pelo ordenamento jurídico brasileiro, dando especial ênfase às

¹² Esse é o discurso reproduzido por alguns dos seus integrantes quando buscam contextualizar o processo de surgimento do grupo.

formas encontradas por esses atores para a condução de suas lutas políticas. No quinto capítulo, versaremos sobre os casos de desaparecimentos forçados e suas vítimas, buscando identificar o significado da persistência desses acontecimentos para a interpretação do nosso atual regime democrático.

No sexto capítulo, tento compreender a importância da *dimensão corporal* para as interpretações acerca das vítimas da violência e suas demandas no Brasil. Os *corpos que desaparecem* e aqueles *sem vida*, mas cheios de marcas, trazem à tona reflexões sobre os discursos que envolvem a corporeidade em nossas análises sociológicas.

Finalizando a comunicação, exponho algumas considerações acerca dos impactos da emergência da *figura da vítima* para as interpretações sobre o fenômeno violência e a produção da teoria social contemporânea. Nesse desfecho, mais do que conclusões, exponho provocações e questionamentos sobre o significado dessa figura em nosso arranjo social.

2 O QUE FORAM OS CRIMES DE MAIO DE 2006¹³

Pesquisadores que se dedicaram a compreensão dos acontecimentos de “maio de 2006” em São Paulo sugerem que as “ondas de violência” que paralisaram as atividades na maior cidade do país (Adorno e Salla, 2007) não ocorreram em um vazio de precedentes. Para muitos desses autores, mortes, rebeliões e ataques a prédios públicos seriam a face visível do quadro mais geral de uma “crise”, que há pelo menos duas décadas, se desenhava no interior das instituições carcerárias do Estado de São Paulo.

Admite-se, a partir dos dados do Ministério da Saúde, que 493 pessoas foram mortas por armas de fogo entre os dias 12 e 20 de maio de 2006 no estado¹⁴. Para Adorno e Salla, “comparativamente a igual período em anos anteriores, bem como às semanas anteriores e posteriores a esse período, o volume de mortes é bastante elevado, sugerindo um cenário de excepcionalidade.” (Ibid., p. 07) (Ver Quadro 1)

Quadro 1 – Número de Mortos por Arma de Fogo, no mês de Maio por Ano

Ano	Mortos por Arma de Fogo
2003	923
2004	723
2005	546

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade. Ministério da Saúde. (Conectas, 2009, p. 09)

Transcorridos oito anos desses eventos, estudos mais recentes apontam que do total de óbitos para o período, 261 estariam relacionados aos “acontecimentos de maio de 2006”. Num desses estudos, as vítimas dos eventos foram contabilizadas da seguinte maneira: 43 agentes públicos; 2 civis ligados a agentes públicos (noiva e filho); 126 civis mortos em supostos

¹³O movimento *Mães de Maio* considera que uma das suas grandes vitórias, talvez a principal delas, gira em torno da ‘verdadeira nomeação’ daquilo que a grande imprensa e setores da elite brasileira insistiam em simplesmente ocultar, ou chamar de ‘Ataques do PCC’.

¹⁴Trabalharemos em nosso trabalho com os dados do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, “*Relatório final da análise de 493 laudos necroscópicos referentes ao período de 12 a 20 de maio, coletados nos 23 IMLs do Estado, cujas necropsias associaram a causa mortis como decorrente de ferimentos por armas de fogo*”, 1º de setembro de 2006. Citado por Mesquita Neto “*Mortes a esclarecer, crises a evitar*.” São Paulo: NEV – USP, 2007 (mimeografado). (Mesquita Neto, 2007, *apud* Adorno e Salla, 2007).

confrontos com a polícia¹⁵; 84 civis mortos em ações de supostos grupos de extermínio; 3 desaparecidos supostamente abordados pela polícia antes de sumir (veremos que esse número é maior), e, 3 outros casos¹⁶ (Justiça Global, 2011). (Ver Quadro 2).

Quadro 2 – Distribuição de homicídios durante os Crimes de Maio entre 12 e 20 de maio de 2006

Vítimas	Número de mortos
Agente Público	43
Civis ligados a agente público (noiva, filho)	2
Civis mortos em supostos confrontos com a polícia	126
Civis mortos em supostas ações de grupos de extermínio	84
Desaparecidos supostamente abordados pela polícia antes de sumir	3
Outros	3
TOTAL	261

Fonte: (Conectas, 2009, p. 13).

Os números nos sugerem uma reflexão inicial. Do total de mortes registradas no período (493), 261 puderam ser associadas, pelo Ministério Público, por organismos não governamentais e por investigações independentes, à “excepcionalidade” dos acontecimentos de maio de 2006. Essas mortes foram acompanhadas por uma “onda” de rebeliões nos

¹⁵ ‘No total, os IMLs (Institutos Médicos Legais) de São Paulo registraram 493 pessoas mortas a tiros entre 12 e 20 de maio de 2006. Até hoje, esse número é o saldo mais consistente de homicídios por arma de fogo ocorridos durante aquela onda de violência. Mas uma parte dessas 493 mortes não estava relacionada aos crimes de maio. Com base em informações da Polícia Civil, do Ministério Público, da Ouvidoria da Polícia e de entrevistas com testemunhas e familiares de vítimas de violência, nossa pesquisa selecionou 261 das 493 mortes como sendo o universo mais confiável de homicídios com indícios de que a polícia foi responsável pela grande maioria. Essas 261 mortes concentraram-se na capital, região metropolitana e Baixada Santista do Estado que, juntas, registraram 85% das mortes violentas (223 vítimas)’. (Justiça Global, 2011, p. 62)

¹⁶ Nessa categoria o relatório agrupa uma “vítima fatal que se encontra listada na planilha do Ministério Público, porém sem maiores informações e categorização. As outras duas vítimas fatais são pessoas cujos homicídios apresentam indícios de terem sido praticados por policiais em outras circunstâncias.” (Ibid.,p. 62)

presídios do Estado de São Paulo¹⁷, ataques a prédios públicos e privados, e, incêndios a transportes coletivos. Eventos que logo foram associados “à ação do Crime Organizado, mais particularmente do chamado Primeiro Comando da Capital (PCC), cujo centro irradiador são as prisões que compõem o sistema penitenciário paulista” (Adorno e Salla, 2007, p. 07). Os múltiplos protagonistas da violência, e suas vítimas, parecem tornar-se “invisíveis” num arranjo que “legitima” socialmente respostas imediatistas e truculentas em nome da manutenção da lei e da ordem.

Quando o período é colocado em pauta as “vítimas do PCC”, aqueles operadores da lei, especialmente policiais e agentes penitenciários, que morreram bravamente no “cumprimento do dever” parecem ganhar destaque. As outras vítimas dos acontecimentos de maio de 2006, que muitos consideram como um tempo de embates entre polícia e crime organizado, parecem não despertar a *sensibilidade* da opinião pública, tornando-se assunto, quase que exclusivo, dos seus familiares e dos defensores dos direitos humanos e seus partidários. Antes de despertarem a ‘comoção social’, e talvez assim serem reconhecidos em seus sofrimentos e perdas, os familiares das ‘outras vítimas’ de maio de 2006 devem “provar” que seus parentes mortos não estavam envolvidos com o mundo da criminalidade, muito menos com o famigerado *Comando*. O ônus da prova parece, por vezes, deveras pesado para esses atores que antes de tudo, devem provar a inocência imaculada da *trajetória* de vida de seus filhos, pais e irmãos.

Observemos, agora, um pouco mais de perto as discussões sobre as condições que tornaram os acontecimentos de ‘maio de 2006’, ou, como alguns preferem, a *segundamegarrebelião* do sistema penitenciário paulista, possíveis¹⁸. (Adorno e Salla, 2007; Biondi, 2010)

Buscando elementos capazes de explicar, minimamente, a eclosão da *segunda megarrebelião* penitenciária do Estado de São Paulo, Adorno e Salla (2007) creem estarem em nossas condições sociais, políticas e institucionais a chave interpretativa para a compreensão do fenômeno.

¹⁷ As rebeliões teriam se iniciado na Penitenciária Dr. Paulo Luciano de Campos – Avaré I no dia 12 de maio após o suposto líder do grupo, Marcola, ser transferido da mesma. As rebeliões ocorreram em 50 penitenciárias, 3 unidades de segurança máxima e 21 Centros de Detenção Provisória (CDP). (Justiça Global, 2011)

¹⁸ “A transferência dos presos em 2001 e a transferência em maio de 2006 foram os dois fatores que desencadearam as duas grandes rebeliões”, Furukawa disse em referência à rebelião de 29 prisões em 2001 e de 74 em 2006.” (Paula Miraglia e Fernando Salla, ‘O PCC e a gestão dos presídios em São Paulo – entrevista com Nagashi Furukawa’, in Dossiê sobre Segurança Pública, Novos Estudos, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, nº 80, março de 2008).

Os autores iniciam seus argumentos associando as *mudanças no perfil da criminalidade e da violência no Brasil* aos contextos do surgimento do *Primeiro Comando da Capital* (PCC) em nossas instituições carcerárias. Num registro geral, apontam como fatores envolvidos em sua gênese: as *mudanças neoliberais* que teriam inaugurado uma era de globalização econômica e contribuído para as discussões acerca dos limites e deveres dos Estados nacionais; o vertiginoso *desenvolvimento tecnológico* experimentado nas últimas décadas, que alterou de maneira decisiva as dinâmicas operacionais da criminalidade, tornando supérfluas muitas das ações institucionais destinadas a sua contenção e prevenção; o acelerado *crescimento urbano*; e, a *crise na segurança pública* que, segundo os mesmos, se arrasta a pelo menos três décadas no Estado (Idem, 09-10). Para Adorno e Salla:

O crime se modernizou; porém, a aplicação de lei e ordem persistiu enclausurada no velho modelo policial de correr atrás de bandidos conhecidos ou apoiar-se em redes de informantes. E tudo isso, a despeito dos enormes investimentos em segurança pública, promovidos quer pelo governo federal quer pelos governos estaduais na expansão e no treinamento de recursos humanos, bem como no reaparelhamento das polícias. (Ibid., p. 10)

Em um contexto de globalização econômica, inclusive a ilegal, de políticas de segurança pública ineficientes, especialmente aquelas voltadas para nossas instituições carcerárias, e, de “corrupção generalizada”, o PCC teria encontrado as condições favoráveis para seu surgimento e reprodução no interior dos presídios de São Paulo.

Karina Biondi pondera que “não é possível afirmar com precisão a data e as circunstâncias do surgimento do PCC” (Biondi, 2010, 69), já que em sua pesquisa deparou-se com diferentes versões referentes à sua fundação. Alguns de seus interlocutores afirmavam “que teria sido em 1989, na Casa de Detenção do Carandiru; em 1991, em Araraquara; que se originou de outros grupos prisionais chamados Serpente Negra ou Guerreiros de David; ou que sua origem se deu em uma partida de futebol.” (Ibid., p. 69) Segundo a autora, a última dessas versões se consolidou no imaginário coletivo após a publicação do livro *Cobras e Lagartos* do repórter Josmar Jozino em 2004. Nessa narrativa:

[...] o PCC nasceu em 31 de agosto de 1993 por ocasião de um jogo de futebol entre o Comando Caipira e o Primeiro Comando do Capital, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, considerada uma das mais rígidas instituições carcerárias do país. A briga entre equipes resultou na morte de dois integrantes do Comando Caipira. Para se protegerem dos castigos de funcionários da instituição, geralmente na forma de espancamentos, os jogadores do PCC firmaram um pacto no qual a punição de um dos integrantes do time enfrentaria a reação de todos os demais membros do time. (Ibid., p. 70)

O PCC emerge, nessa versão, a partir de um grupo de detentos que se mobilizou para evitar possíveis retaliações e maus tratos por parte dos agentes da lei e para regular as relações entre a massa carcerária, impossibilitando as constantes violações de direitos humanos no interior das nossas instituições correcionais.

Biondi (2010) considera que as primeiras aparições do PCC no estado de São Paulo, ou seja, os precedentes da *segundamegarrebelião* de maio de 2006, foram intencionalmente ocultadas pelos membros do alto escalão do Poder Público paulista. De acordo com a autora, o *Comando* teria iniciado suas atividades nos meses finais de 1995, numa rebelião prisional ocorrida em Hortolândia, interior do estado de São Paulo, e a visibilidade pública da sigla ‘PCC’ já era uma realidade em 1997, nas matérias da repórter Fátima Souza. Contudo, nesses momentos iniciais o governo estadual não reconhecia publicamente a importância do *Comando*, como coloca a autora. As primeiras investigações policiais sobre a organização se iniciaram em 1999, e ao seu final, em 2000, “a polícia já tinha convicção da força do PCC, mas o governo continuou a tratá-lo como um pequeno grupo de presos, sem expressão e com pouca influência dentro das cadeias”. (Ibid., p. 73)

O *Comando* é publicamente reconhecido pelo Poder Público brasileiro, segundo Biondi (2010), em fevereiro de 2001 quando eclode a *primeiramegarrebelião* do sistema penitenciário paulista. Para Adorno e Salla (2007), a massa carcerária já revelava sua capacidade organizativa nas rebeliões que ocorreram no estado há pelo menos 20 anos (Casa de Detenção de Hortolândia e Penitenciária I de Tremembé, ocorridas em 1995), contudo, em 2001, quando 29 estabelecimentos penitenciários se rebelaram simultaneamente, suas ações, capacidade de organização e “periculosidade” foram contundentemente amplificadas e reconhecidas. Nesse mesmo ano o PCC foi denunciado como organização criminosa pelo Ministério Público.

Nesse contexto favorável a sua emergência e atuação, em maio de 2006 eclode a *segundamegarrebelião* no sistema penitenciário paulista. Acontecimentos que, além de poderem ser associados a morte de 261 pessoas, envolveram, segundo balanço divulgado pela Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo, ações em 84 instituições penitenciárias, 299 ataques a órgãos públicos, 82 ônibus incendiados, 17 ataques a agências bancárias, 42 agentes policiais e agentes de segurança mortos e 38 feridos. (Biondi, 2010, p. 75)

Ventila-se em alguns estudos sobre os eventos que o estopim para a eclosão das rebeliões girara naquele momento em torno de quatro situações específicas¹⁹. A venda ilícita de uma fita contendo depoimento sigiloso do Congresso Nacional, prestado por delegados da alta cúpula da Polícia Civil de São Paulo sobre o PCC; o indulto do Dia das Mães; a transferência de lideranças do PCC da Penitenciária de Avaré I²⁰; e, extorsões que estavam sendo cometidas contra familiares da cúpula do *Comando*²¹.

*A segunda mega-rebelião*²²

Durante a *segunda mega-rebelião* que pôs em cheque a operacionalidade e eficiência do sistema carcerário do Estado de São Paulo, o maior do Brasil, *unidades de segurança máxima, penitenciárias e centros de detenção provisória* rebelaram-se em um movimento que se espalhou do interior em direção a capital paulista²³. Abaixo encontramos listadas as instituições que, na época, compunham o sistema penitenciário de São Paulo e aquelas que aderiram à rebelião (destacado em negrito):

Unidades de Segurança Máxima(3)

Vale do Paraíba –

¹⁹ A Justiça Global trabalha com a hipótese de motivações eleitorais para esses eventos. ‘Independentemente da data certa, havia várias indicações de que o ataque e o momento foram planejados pelo PCC não em antecipação a uma transferência de lideranças, mas para terem um impacto eleitoral, expondo a campanha do ex-governador Geraldo Alckmin, candidato a presidente da República.’ (Justiça Global, 2011, p. 32)

²⁰ ‘Em entrevista com nossa equipe em 2006, Nagashi Furukawa afirmou que o estopim dos ataques do PCC foi a transferência de 765 (760) ditos líderes da facção para isolá-los do resto do sistema, para a re-inaugurada Penitenciária Presidente Venceslau II, no dia 11 de maio de 2006. (Entrevista com Nagashi Furukawa, ex-Secretário da Administração Penitenciária, 27 de outubro de 2006) Esta é a explicação mais comum dada para os eventos de maio, inclusive sendo repetida por diversas altas autoridades estaduais. Mas essa explicação é evidentemente incompleta. Primeiramente, ela não responde às perguntas sobre como São Paulo chegou ao ponto de ter um crime tão claramente organizado, uma polícia tão propensa à ilegalidade e um sistema prisional tão abusivo e pronto para ser manipulado por uma facção. Mas, se por um lado é inegável que uma retaliação do PCC às transferências marcou o início dos Crimes de Maio, esse conceito do estopim da crise minimiza o papel central que a corrupção teve como provocação ao PCC.’ (Ibid., p. 29-30)

²¹ Os supostos líderes do PCC teriam ficado furiosos com as extorsões de seus familiares desde 2005, o que levanta a suspeita de que os mesmos teriam começado a onda de rebeliões ‘sem reivindicação nenhuma’, com retaliação aos azaques. ‘A denúncia do Ministério Público revela que os policiais inicialmente exigiram que Marcola pagasse R\$1.000.000 (um milhão de reais) pelo resgate de seu enteado, valor que foi negociado para R\$300.000 (trezentos mil reais), efetivamente pagos para conseguir a libertação de Rodrigo.’ (Ibid., p. 39-40)

²² Nossos dados baseiam-se, sobretudo, nos relatórios elaborados por Conectas (2009) e Justiça Global (2011).

²³ Como aponta a Justiça Global: ‘Em maio de 2006, as rebeliões fizeram pelo menos 13 mortos e 439 reféns. Em 2006, nos três primeiros meses do ano – logo antes dos ataques de maio – o PCC já havia comandado rebeliões em 31 unidades prisionais em todo o Estado, muitas delas simultaneamente, causando destruição e muitas mortes.’ (Ibid., p. 45)

- 1) Taubaté – Centro de Reabilitação (Anexo Hospital de Reabilitação Penitenciária (Anexo Hospital de Custódia e tratamento Psiquiátrico) e HCTP (+ 30 vagas de RDD Feminino))

Região Noroeste –

- 1) Avaré (início dia 12) – Penitenciária ‘Dr. Paulo Luciano de Campos’ – Avaré I (capacidade 520, população 154, 13 reféns, encerrada em 13.05.06, às 13 horas).

Região Oeste

- 1) Presidente Bernardes – Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes.

Penitenciárias (74)

Capital e Grande São Paulo –

- 1) **Franco da Rocha – Penitenciária ‘Mário Moura Albuquerque’ + Ala de Progressão Penitenciária – Franco da Rocha I;**
- 2) **Franco da Rocha – Penitenciária ‘Nilton Silva’ – Franco da Rocha II;**
- 3) Franco da Rocha – Penitenciária Franco da Rocha III;
- 4) Guarulhos – Penitenciária ‘José Parada Neto’ + Anexo Penitenciário Guarulhos I;
- 5) **Guarulhos – Penitenciária ‘Desembargador Adriano Marrey’ – Guarulhos II;**
- 6) São Paulo – Penitenciária Feminina ‘Dra. Marina Cardoso de Oliveira’ + Anexo Penitenciário – Butantã;
- 7) **São Paulo – Penitenciária Feminina da Capital;**
- 8) **São Paulo – Penitenciária Feminina Sant’Ana;**

Região Central do Estado –

- 1) **Campinas – Penitenciária Feminina de Campinas**

- 2) **Casa Branca – Penitenciária “Joaquim de Sylos Cintra” + Ala de Progressão Penitenciária;**
- 3) **Guareí – Penitenciária Compacta de Guareí I;**
- 4) Guareí – Penitenciária Compacta de Guareí II;
- 5) **Hortolândia – Penitenciária I de Hortolândia;**
- 6) Hortolândia – Penitenciária ‘Odete Leite de Campos Critter’ + Ala de Progressão Penitenciária – Hortolândia II;
- 7) Iperó – Penitenciária ‘Odon Ramos Maranhão’ + Ala de Progressão Penitenciária;
- 8) Itapetininga – Penitenciária ‘Jairo de Almeida Bueno’ – Itapetininga I;
- 9) **Itapetininga – Penitenciária Itapetininga II;**
- 10) **Itirapina – Penitenciária ‘Dr. Antônio de Queirós Filho’ + Anexo Penitenciário Itirapina I;**
- 11) Itirapina – Penitenciária ‘João Batista de Arruda Sampaio’ + Ala de Progressão Penitenciária – Itirapina II;
- 12) Sorocaba – Penitenciária ‘Dr. Danilo Pinheiro’ + Anexo Penitenciário – Sorocaba I;
- 13) Sorocaba – Penitenciária ‘Dr. Antônio de Souza Neto’ – Sorocaba II;

Vale do Paraíba e Litoral –

- 1) **Potim – Penitenciária Compacta de Potim I;**
- 2) **Potim – Penitenciária Compacta de Potim II;**
- 3) **São Vicente – Penitenciária ‘Dr. Geraldo de Andrade Vieira’ – São Vicente I;**
- 4) **São Vicente – Penitenciária São Vicente II;**
- 5) **Tremembé – Penitenciária Feminina ‘Santa Maria Eufrásia Pelletier’;**
- 6) **Tremembé – Penitenciária ‘Dr. Tarcizo Leonce Pinheiro Cintra’ – Tremembé I;**

Região Noroeste

- 1) **Álvaro de Carvalho – Penitenciária ‘Valentim Alves da Silva’;**
- 2) **Araraquara – Penitenciária ‘Dr. Sebastião Martins Silveira’ + Ala de Progressão Penitenciária;**
- 3) Avinhandava – Penitenciária Compacta;
- 4) **Avaré – Penitenciária ‘Nelson Marcondes do Amaral’ – Avaré II;**
- 5) Balbinos – Penitenciária Compacta – Balbinos I;

- 6) Balbinos – Penitenciária Compacta – Balbinos II;
- 7) **Getulina – Penitenciária ‘Osiris Souza e Silva’ – Getulina;**
- 8) Bauru – Penitenciária ‘Dr. Edurdo de Oliveira Vianna’ + Ala de Progressão Penitenciária – Bauru II;
- 9) Iaras – Penitenciária ‘Orlando Brando Filho’ + Ala de Progressão Penitenciária;
- 10) **Itaí – Penitenciária ‘Cabo PM Marcelo Pires da Silva’ + Ala de Progressão Penitenciária;**
- 11) Marília – Penitenciária de Marília + Anexo Penitenciário;
- 12) **Pirajuí – Penitenciária ‘Dr. Walter Faria Pereira de Queiróz’ – Pirajuí I;**
- 13) **Pirajuí – Penitenciária ‘Dr. Luiz Gonzaga Vieira’ – Ala de Progressão Penitenciária – Pirajuí;**
- 14) **Reginópolis – Penitenciária Compacta de Reginópolis I;**
- 15) Reginópolis – Penitenciária Compacta de Reginópolis II;
- 16) **Ribeirão Preto – Penitenciária de Ribeirão Preto + Ala de Progressão Penitenciária;**
- 17) **Ribeirão Preto – Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto;**
- 18) **Serra Azul – Penitenciária Compacta de Serra Azul I;**
- 19) **Serra Azul – Penitenciária Compacta de Serra Azul II;**

Região Oeste –

- 1) Andradina – Penitenciária de Andradina;
- 2) Assis – Penitenciária de Assis;
- 3) Dracena – Penitenciária Compacta;
- 4) **Flórida Paulista – Penitenciária Compacta;**
- 5) **Irapuru – Penitenciária Compacta;**
- 6) **Junqueirópolis – Penitenciária de Junqueirópolis;**
- 7) **Lavínia – Penitenciária Compacta I;**
- 8) **Lavínia – Penitenciária Compacta II;**
- 9) **Lavínia – Penitenciária Compacta III;**
- 10) **Lucélia – Penitenciária de Lucélia + Ala de Progressão Penitenciária;**
- 11) **Marabá Paulista – Penitenciária Compacta ‘João Augustinho Panucci’;**
- 12) **Martinópolis – Penitenciária de Martinópolis;**

- 13) Mirandópolis – Penitenciária ‘Nestor Canoa’ + Anexo Penitenciário Mirandópolis I;**
- 14) Mirandópolis – Penitenciária de Mirandópolis II;**
- 15) Oswaldo Cruz – Penitenciária Compacta;
- 16) Pacaembu – Penitenciária de Pacaembu;**
- 17) Paraguaçu Paulista – Penitenciária Compacta;**
- 18) Pracinha – Penitenciária Compacta;**
- 19) Presidente Bernardes – Penitenciária de Presidente Bernardes;
- 20) Presidente Prudente – Penitenciária de Presidente Prudente + Anexo Penitenciário;**
- 21) Presidente Venceslau – Penitenciária ‘Zwinglio Ferreira’ – Presidente Venceslau I;**
- 22) Presidente Venceslau – Penitenciária ‘Maurício Henrique Guimarães Pereira’ – Presidente Venceslau II;**
- 23) Riolândia – Penitenciária ‘João Batista Santana’;**
- 24) Tupi Paulista – Penitenciária Compacta;
- 25) Valparaíso – Penitenciária de Valparaíso;

CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA (33) -

Capital e Grande São Paulo –

- 1) Diadema – Centro de Detenção Provisória (capacidade 576, população 511 – 11 reféns);**
- 2) Franco da Rocha – centro de Detenção Provisória (capacidade 864, população 1138 – 8 reféns);**
- 3) Guarulhos – Centro de Detenção Provisória de Guarulhos I;**
- 4) Guarulhos – Centro de Detenção Provisória de Guarulhos II;
- 5) Itapeverica da Serra – Centro de Detenção Provisória;
- 6) Mauá – Centro de Detenção Provisória;
- 7) Osasco – Centro de Detenção Provisória de Osasco I (capacidade 768, população 1410 – 2 reféns);**

- 8) **Osasco – Centro de Detenção Provisória de Osasco II (capacidade 768, população 1194, sem reféns);**
- 9) Santo André – Centro de Detenção Provisória;
- 10) **São Bernardo do Campo – Centro de Detenção Provisória (capacidade 768, população 1520 – sem informação sobre reféns);**
- 11) **São Paulo – Centro de Detenção Provisória ‘ASP Joaquim Fonseca Lopes’ – Parelheiros (capacidade 765, população 1145 – 4 reféns);**
- 12) **São Paulo – Centro de Detenção Provisória – Pinheiros I (capacidade 520, população 731, 3 reféns);**
- 13) **São Paulo – Centro de Detenção Provisória – Pinheiros II;**
- 14) São Paulo – Centro de Detenção Provisória – Vila Independência;
- 15) **São Paulo – Centro de Detenção Provisória Chácara de Belém I + Ala de Progressão Penitenciária (capacidade 768, população 1381 – sem reféns);**
- 16) São Paulo – Centro de Detenção Provisória – Chácara Belém II - Ala de Progressão Penitenciária;

Região Central do Estado –

- 1) **Americana – Centro de Detenção Provisória (capacidade 576, população 935 – 5 reféns);**
- 2) **Campinas – Centro de Detenção Provisória (capacidade 768, população 1078, não há informações sobre reféns, encerrada em 14.05, 09h30);**
- 3) Hortolândia – Centro de Detenção Provisória;
- 4) **Hortolândia – Centro de Detenção Provisória PIII de Hortolândia (capacidade 750, população 1289 - 12 reféns);**
- 5) **Piracicaba – Centro de Detenção Provisória + Ala de Progressão Penitenciária (capacidade 512, população 1053 – 1 refém);**
- 6) Sorocaba – Centro de Detenção Provisória;

Vale do Paraíba e Litoral –

- 1) Mogi das Cruzes – Centro de Detenção Provisória (capacidade de 768, população 889 – 6 reféns);

- 2) **Praia Grande – Centro de Detenção Provisória (capacidade 512, população 1265 – 3 reféns);**
- 3) **São José dos Campos – Centro de Detenção Provisória (capacidade 512 – população 1182 – 2 reféns);**
- 4) **São Vicente – Centro de Detenção Provisória (capacidade 768, população 1465 – 3 reféns);**
- 5) **Suzano – Centro de Detenção Provisória (capacidade 768, população 1175 – 12 reféns – encerrada em 14.05, 10h30);**
- 6) **Taubaté – Centro de Detenção Provisória ‘Dr. Félix Nobre de Campos’;**

Região Noroeste –

- 1) **Araraquara – Anexo de Detenção Provisória;**
- 2) **Bauru – Centro de Detenção Provisória (capacidade 768, população 1242 – 1 refém);**
- 3) **Ribeirão Preto – Centro de Detenção Provisória (capacidade 768, população 1077, sem reféns);**

Região Oeste –

- 1) **Caiuá – Centro de Detenção Provisória ‘Tácio Aparecido Santana’;**
- 2) **São José do Rio Preto – Centro de Detenção Provisória (capacidade 760, população 1113, 4 reféns).²⁴**

Os eventos teriam se iniciado no dia 12 de maio com uma rebelião na Penitenciária Dr. Paulo Luciano de Campos – Avaré I, após Marcola, suposto líder do PCC, ser transferido para uma cela do DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais) na capital paulista. Como aponta o relatório da Justiça Global (2011):

As rebeliões de maio de 2006 não foram um movimento de todos os prisioneiros do sistema prisional paulista, mas um movimento dos presos condenados em regime fechado e dos presos provisórios, leais à facção criminosa, vez que 64,93% das penitenciárias (50 das 74) e 63,63% dos centros de detenção provisória (21 dos 33)

²⁴ Fonte: ‘São Paulo sob Achaque: corrupção, crime organizado e violência institucional em Maio de 2006.’ Justiça Global e International Human Rights Clinic, São Paulo: Justiça Global, 2011.

rebelaram-se. Especificamente nesse nicho concentram-se a ação e o poder da facção criminosa, visto que não houve rebelião em nenhum outro tipo de unidade prisional paulista, ou seja, em nenhum dos sete centros de progressão da pena, dos 22 centros de ressocialização, dos dois institutos penais agrícolas ou dos hospitais do sistema prisional. Portanto, a facção está estabelecida em unidades de segurança máxima, penitenciárias e centros de detenção provisória, ou seja, em prisões destinadas a presos condenados a cumprir a pena em regime fechado e em prisões destinadas a abrigar presos ainda não condenados, denominados presos provisórios – que aguardam a investigação ou o julgamento na prisão. (Justiça Global, 2011, p. 47-48)

As rebeliões de maio de 2006 ganharam corpo em instituições carcerárias que abrigavam presos condenados em regime fechado e presos provisórios, que aguardavam o julgamento na prisão, revelando a forte influência do PCC sobre esses detentos.

As rebeliões ocorreram nas cinco Coordenadorias do Sistema Prisional do Estado (Capital e Grande São Paulo; Região Central do Estado; Vale do Paraíba e Litoral; Região Noroeste; e, Região Oeste), revelando certa distribuição uniforme, como pondera a Justiça Global (2011).

[...] 1) Coordenadoria da Capital e da Grande São Paulo, em que 62,5% das penitenciárias e 56,25% dos centros de detenção se rebelaram; 2) Coordenadoria da Região Central do Estado, onde 46,15% das penitenciárias e 66,66% dos centros de detenção se rebelaram; 3) Coordenadoria do Vale do Paraíba e Litoral, na qual 62,5% das penitenciárias e 83,33% dos centros de detenção se rebelaram; 4) Coordenadoria da Região Noroeste, em que 59,09% das penitenciárias e 66,66% dos centros de detenção se rebelaram; e 5) Coordenadoria da Região Oeste, onde 80,76% das penitenciárias e 50% dos centros de detenção se rebelaram, o que evidencia a capacidade de penetração da facção em todo o território estadual. (Ibid., p. 48-49)

O *Comando* parecia ter espalhado seus tentáculos por todo o território estadual, provocando uma onda de adesões à rebelião (iniciada em Avaré I) que se dirigiu do interior de São Paulo rumo à capital. As rebeliões ocorreram:

[...] primeiro em penitenciárias e depois em centros de detenção, absorvendo 71 dentre 110 penitenciárias e centros de detenção provisória, de um total de 144 unidades prisionais no Estado de São Paulo. No dia 12 de maio, três penitenciárias das regiões noroeste e oeste rebelaram-se; no dia 13, foram 19 penitenciárias (16 do interior e 3 da região central) e 2 centros de detenção localizados na região central; e no dia 14, foram 28 penitenciárias de todas as regiões, dentre as quais cinco das oito localizadas na Grande São Paulo (inclusive capital) e 19 centros de detenção, dos quais nove estão localizados na Grande São Paulo. Das cinco penitenciárias femininas do Estado, apenas Tremembé (Penitenciária Feminina Santa Maria Eufrásia Pelletier) não se rebelou. A Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto rebelou-se no dia 13 de maio, e as duas da capital (Penitenciária Feminina da Capital e Penitenciária Feminina de Sant'Ana) e a de Campinas (Penitenciária Feminina de

Campinas) rebelaram-se no dia 14 de maio, domingo, Dia das Mães. [...] (Ibid.,p. 49)

Durante os cinco dias que duraram as rebeliões foram feitos não menos que 439 reféns e pelo menos 13 pessoas foram assassinadas em circunstâncias ainda não esclarecidas. Algumas cadeias públicas do Estado ainda se rebelaram no dia 14 de maio em Franca, Itápolis, Ituverava, Jaboticabal, Jandira, Jundiá, Leme, Orlândia, Porto Ferreira, Piracicaba e Tambaú. (Ibid.,p. 49)

Para a Justiça Global (2011) um indício de que a coordenação das rebeliões foi centralizada pelos líderes da facção gira em torno da sincronia observada em seu início e encerramento.

Assim como três penitenciárias rebelaram-se simultaneamente no dia 12 de maio, tão logo Marcola fora transferido da Penitenciária Dr. Paulo Luciano de Campos – Avaré I, outras unidades entraram em rebelião nos dias 13 e 14 de maio em ondas de adesão. Todas as rebeliões encerraram-se no dia 15 de maio por ordem das lideranças da facção. A maioria das rebeliões terminou às 16 horas do dia 15, após encontro entre a advogada e ex-delegada da Polícia Civil, Iracema Vasciaveo, da Associação dos Familiares dos Reeducandos Nova Ordem, e Marcola. Esse encontro foi articulado pela cúpula do governo paulista que providenciou um jato da Polícia Militar como transporte para Iracema, que foi acompanhada pelo Comandante da PM da região de Presidente Prudente, Ailton Araújo Brandão, por Antônio Ruiz Lopes, Corregedor da Secretaria da Administração Penitenciária, e pelo Delegado da Polícia Civil José Luiz Cavalcante.²⁵ (Ibid., p. 55-56)

As rebeliões teriam se encerrado no dia 15 de maio após um “acordo” entre representantes do governo do Estado de São Paulo e lideranças do PCC. Alguns negavam a existência do acordo, enquanto outros, como o então Comandante da Polícia Militar da época, destacavam a ocorrência de uma “conversa”. Como aponta a Justiça Global (2011),

[...] resta que ao menos o encontro foi confirmado pelo Estado como tendo ocorrido entre Marcola e a advogada e ex-delegada Iracema Vasciaveo, que dizia poder influenciar a facção. Tal encontro no pico da crise necessariamente levantou suspeita de que fora oferecido algo à facção para conseguir o fim tão imediato dos ataques. (Ibid., p. 56)

Creio que seja no bojo das respostas governamentais, e paramilitares, a maior crise da segurança pública do estado de São Paulo que encontramos nossos interlocutores. Mães, pais,

²⁵Mary Persia e Tatiana Fávaro, “Comandante-geral da PM nega de acordo com PCC, mas admite ‘conversa’”, Folha Online, 16 de maio de 2006)

irmãos, filhos e amigos dos atores que durante esses dias de “confronto” sofreram na pele os efeitos de uma resposta imediata e palpável para esse ‘momento de crise’. Familiares das vítimas de um suposto confronto travado entre policiais e crime organizado que, antes de mais nada, devem provar ao Estado e a sociedade que seus parentes não estavam do “lado de lá” da lei e da ordem.

Perfil dos eventos

As vítimas que no estudo divulgado pela ONG *Conectas* (2009) puderam ser associadas aos *Crimes de Maio*, como observado nas páginas precedentes, podem ter seu perfil traçado a partir das suas relações com as instituições públicas, especialmente nossas forças policiais, do Estado de São Paulo. Dessa forma, teríamos o seguinte saldo de mortos para os eventos: 43 agentes públicos; 2 civis ligados a agentes públicos (noiva e filho); 126 civis mortos em supostos confrontos com a polícia; 84 civis mortos em supostas ações de grupos de extermínio; 3 desaparecidos supostamente abordados pela polícia antes de sumir (as *Mães* contabilizam 5); e, 3 outros óbitos. Um total de 261 pessoas tiveram suas mortes associadas aquele fatídico maio de 2006, revelando um triste, mas não incomum, episódio de nossa recente história democrática.

O relatório da ONG *Conectas* (2009) construído a partir da análise dos Boletins de Ocorrência (B.O.s) e de uma série de laudos levantados junto ao governo estadual de São Paulo nos permite avançar um pouco mais na compreensão desses eventos. (Ver Quadro 3)

Quadro 3 – Número de vítimas por tipo e dano

Nº de Agentes Públicos Mortos	Nº de Agentes Públicos Feridos	Nº de Civis Mortos	Nº de Civis Feridos
59	13	505	97

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública SP. (Conectas, 2009, p. 10)

Como aponta o estudo da Justiça Global (2011), em sua interpretação sobre as mortes que aconteceram nesse período:

O PCC matou dezenas de agentes públicos, todos de baixo escalão. Geralmente, os funcionários foram surpreendidos em seu horário de folga, nos primeiros dois dias da onda de violência, em razão da falha do governo em alertar devidamente seus

policiais e agentes penitenciários sobre o ataque que já havia sido anunciado. Alguns agentes públicos possivelmente foram mortos por pessoas que não pertenciam ao PCC, e que se aproveitaram dos ataques para acobertarem suas ações. Quando o auge dos ataques do PCC havia passado, os comandos das polícias incentivaram e/ou aceitaram uma resposta violenta e indiscriminada por parte de seus subordinados e foram complacentes com violações de direitos humanos em grande escala contra a população de São Paulo, em especial os moradores de áreas pobres. A polícia pode até ter matado algumas pessoas em legítima defesa durante confrontos reais, mas policiais também executaram dezenas de pessoas em ações ilegítimas, tais como ‘tiroteios’ forjados, após o PCC já ter cessado os ataques coordenados. O grupo das *Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar* (ROTA) da Polícia Militar liderou as execuções cometidas por PMs fardados. Policiais, enquanto membros de grupos de extermínio e atuando geralmente encapuzados, mataram outras dezenas de pessoas. Policiais também foram responsáveis por desaparecimentos forçados. (Justiça Global, 2011, p. 27)

Os ataques aos agentes públicos naqueles eventos concentraram-se nas primeiras 48 horas após a noite de sexta-feira, dia 12 de maio de 2006, até às 24 horas do domingo, dia 14. Nesse período, o PCC teria “dominado a violência”, enquanto policiais mataram 14 pessoas em alegados tiroteios.

Como ressalta a Justiça Global, “os ataques letais a agentes públicos na capital, região metropolitana e litoral Santista cessaram na noite do domingo dia 14” (Ibid., p. 60)²⁶. Após esse período, os números começaram a se inverter.

Os ataques letais a agentes públicos foram seguidos por um violento revide pela polícia, que incluiu dezenas de execuções, particularmente após o dia 14, quando os principais ataques do PCC já haviam cessado. Na terça-feira, dia 16, o Comandante da PM, Coronel Eliseu Eclair Teixeira Borges, informou que nenhum policial havia sido ferido na noite de segunda para terça-feira e afirmou: ‘o menor número de ações contra o Estado e a sociedade’ desde sexta. O comandante também anunciou que seu esquema de policiamento havia mudado: mais de 140 carros da ROTA e do Batalhão de Choque teriam sido postos na rua. Nas 72 horas após o Dia das Mães (segunda, terça e quarta-feira), policiais da capital, região metropolitana e litoral Santista de São Paulo mataram 60 pessoas, todas em supostos tiroteios, sem que nenhum policial tenha sido vítima fatal. A terça-feira, dia seguinte à noite que o Comandante da PM disse ter sido a mais tranquila, foi o dia mais sangrento em termos da violência policial: a polícia matou 29 pessoas em alegados confrontos, uma média de um homicídio a cada 50 minutos. Ademais, a soma de informações da Ouvidoria da Polícia, da Polícia Civil, do Ministério Público e de entrevistas indicam que grupos de homens, geralmente encapuzados, utilizando um *modus operandi* típico de grupo de extermínio formado por policiais, teriam executado 84 pessoas entre o sábado, dia 14, e o sábado seguinte, dia 20. (Ibid., p. 60-61)

Como nos sugere esses dados e os números da tabela, as vítimas dos eventos de maio de 2006 não se circunscreviam apenas aquelas pessoas que vieram a óbito durante o fatídico período.

²⁶ Na tarde do mesmo dia, as dezenas de rebeliões que ocorriam no sistema penitenciário paulista também cessaram.

Entre as centenas de mortos desses crimes encontramos também um número expressivo de feridos (110 no total), que em meio a uma multidão de óbitos parecem ter suas histórias silenciadas quando algumas interpretações sobre o assunto ganham destaque. Os crimes no período envolvem um universo de vitimização muito maior do que aquele que se destaca quando o assunto está em pauta. O número de vítimas por dia e dano nos permite precisar essas observações. (Ver Quadro 4)

Quadro 4 – Número de vítimas por dia e dano

Data do Fato	Dano			Total
	Ferido	Morto	Ileso	
12 de maio de 2006	6	22	3	31
13 de maio de 2006	26	62	39	127
14 de maio de 2006	29	118	61	208
15 de maio de 2006	21	89	39	149
16 de maio de 2006	5	81	66	152
17 de maio de 2006	6	68	62	136
18 de maio de 2006	7	22	13	42
19 de maio de 2006	0	23	6	19
20 de maio de 2006	7	6	0	13
21 de maio de 2006	0	2	0	2
Total	107	493	289	879

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conectas, 2009, p. 10)

As pessoas vitimadas durante os *Crimes de Maio de 2006* superam, em muito, a contabilidade relativa aos mortos daqueles eventos. Quando pensamos naquela fatídica semana e em suas vítimas temos que levar em conta, para uma melhor apreensão da amplitude do ocorrido, a experiência das pessoas feridas e daqueles que, pretensamente, saíram ilesos daqueles crimes. Segundo os números cotejados por Conectas (2009), além das 493 pessoas mortas durante o

período da “semana sangrenta”, temos a quantidade de 107 feridos e 289 ilesos envolvidos nesses casos.

Quadro 5 – Número de vítimas por dia e dano

	Feridos	Mortos
12 de maio de 2006	6	22
13 de maio de 2006	26	62
14 de maio de 2006	29	118
15 de maio de 2006	21	89
16 de maio de 2006	5	81
17 de maio de 2006	6	68
18 de maio de 2006	7	22
19 de maio de 2006	0	13
20 de maio de 2006	7	6
21 de maio de 2006	0	2

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conectas, 2009, p. 11)

No que se refere ao número de feridos contabilizados para aqueles eventos, os dias 13, 14 e 15 foram os que registraram a maior quantidade de casos em que além dos mortos outros atores se faziam presentes na cena dos fatos. Nos dias 16 e 17 a proporção entre o número de mortos e feridos se eleva de maneira significativa, indicando um grau de letalidade compatível com “uma atuação diferenciada, mais condizente com execuções sumárias que deixam muitas mortes e poucos feridos.” (Conectas, 2009, p. 11) Observando a distribuição dos números de mortos e feridos vitimados durante os *Crimes de Maio* a partir do ‘tipo de vítima’, o quadro a seguir foi desenhado. (Ver Quadro 6)

Quadro 6 – Número de vítimas por dia e tipo de vítima

Dias	Agentes públicos mortos	Agentes públicos feridos	Civis mortos	Civis feridos
12/05/2006	10	3	12	3
13/05/2006	23	8	39	18
14/05/2006	8	1	107	28
15/05/2006	5	0	84	21
16/05/2006	6	1	75	4
17/05/2006	3	0	65	6
18/05/2006	0	0	22	7
19/05/2006	0	0	13	0
20/05/2006	0	0	6	7
21/05/2006	0	0	2	0
Sem data	4	0	80	3

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conectas, 2009, p. 11)

O quadro nos revela um dado significativo para a compreensão dos *Crimes de Maio de 2006*.

[...] enquanto os agentes públicos são mortos, sobretudo, nos dias 12 e 13 (e em menor medida, 14), os civis falecem fundamentalmente nos dias 14 a 17. Este quadro é compatível com o cenário de uma série de ataques contra agentes nos dias iniciais, com muitas vítimas entre eles, e uma série de operações de represália realizadas por policiais nos dias seguintes, com um alto número de vítimas civis. A conclusão mais clara é que a letalidade dos civis não acontece basicamente durante os ataques contra policiais ou agentes penitenciários, mas num momento posterior, provavelmente em intervenções realizadas por policiais. (Conectas, 2009, p. 11)

Os dias 12 e 13 de maio, e em menor escala o dia 14, são os momentos em que fundamentalmente falecem os agentes públicos vitimados em maio de 2006, enquanto as vítimas civis dos *Crimes de Maio* são assassinadas, de maneira significativa, entre os dias 14 e 17 daquele mês. Para Conectas (2009), este quadro de mortes seria característico de um cenário onde inicialmente os alvos dos ataques foram agentes públicos e seus familiares, nos primeiros dias dos eventos, e posteriormente, em uma ‘onda de represálias’ supostamente

praticada por policiais, atores civis sem vinculação aparente com o Sistema de Justiça brasileiro.

Quadro 7 – Tipologia dos Fatos²⁷

	Frequência	%
Confronto Policial	75	18.7
Execução Sumária: individual	44	11.0
Execução Sumária: Grupo Não-Encapuzado	38	9.5
Execução Sumária: Grupo Encapuzado	32	8.0
Execução Sumária: Policiais	3	0.7
Ataques contra Delegacias ou Batalhões	12	3.0
Conflito Inter-individual	5	1.2
Acidente ou bala perdida	3	0.7
Outros	15	3.7
Desconhecido	174	43.4
Total	401	100

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conectas, 2009, p. 13)

²⁷ A partir das informações existentes nos documentos oficiais, Conectas (2009) desenvolveu uma tipologia dos fatos, para tentar compreender melhor sua dinâmica. A) Confronto entre a polícia e supostos criminosos, seja durante o serviço policial ou quando o policial encara um crime durante sua folga; B) Execução sumária, na qual há uma intenção prévia ao fato de matar aquela pessoa (Esta categoria está subdividida em quatro: 1. Autor individual; 2. Autoria de um grupo encapuzado; 3. Autoria de um grupo não encapuzado; e, 4. Autoria de policiais, explicitamente reconhecida nos documentos); C) Ataques contra Delegacias ou Batalhões.; D) Conflito inter-individual, decorrente de brigas ou outros problemas entre pessoas, não relacionados a uma atividade criminosa organizada; e, E) Acidentes ou casos de mortes por bala perdida, isto é, de pessoas que não participavam diretamente no confronto, nem como autores nem como alvos. ‘Infelizmente, em mais de 40% dos casos não existia informação suficiente para poder discernir qual seria o tipo, de forma que a amostra para esta análise fica significativamente reduzida.’ (Conectas, 2009, p. 12)

Como sugere a tipologia elaborada por Conectas (2009) na análise dos casos que continham informação suficiente para esse procedimento:

[...] a categoria mais comum é a execução sumária. O número de execuções cometidas por grupos de pessoas encapuzadas é significativo e sublinha os temores expressados pela Ouvidoria de Polícia. Em segundo lugar, aparecem os confrontos policiais. Há ainda 12 casos de ataques a prédios públicos. Dentre os 75 casos de confronto policial, os documentos permitiram constatar que em 37 deles os policiais estavam em patrulhamento rotineiro, em 15 casos responderam a um chamado dos cidadãos e apenas 8 corresponderam a operações especiais. (Ibid..p. 12-13)

A categoria com o maior número de casos encontrada na análise dos eventos de maio de 2006 refere-se às execuções sumárias (agregando todas as categorias teríamos o total de 117), sendo significativa também a presença de casos registrados como confrontos policiais (75). Nesse último caso, os documentos analisados por Conectas (2009) permitiram constatar que em 37 desses possíveis confrontos, os policiais estavam em patrulhamento rotineiros, em 15 deles responderam a chamados, e, em 8 encontravam-se em diligências especiais. A vitimização acontecida em função da tipologia dos fatos foi assim desenhada por Conectas. (Ver Quadro 8)

Quadro 8 – Número de Vítimas de acordo com o Tipo de Vítima e a Tipologia dos Fatos

	Nº de Agentes Públicos Mortos	Nº de Agentes Públicos Feridos	Nº de Civis Mortos	Nº de Civis Feridos
Confronto com a polícia	16	7	118	4
Execução Sumária: Individual	3	0	50	7
Execução Sumária: Grupo Não-Encapuzado	16	2	35	27
Execução	1	0	53	31

Sumária: Grupo Encapuzado				
Execução Sumária: Policiais	1	0	4	0
Continuação				
Ataques contra Delegacias ou Batalhões	9	1	10	3
Conflito Inter- individual	0	0	6	0
Acidente ou bala perdida	1	0	2	0
Outros	1	0	21	19
Desconhecido	11	3	206	6

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conectas, 2009, p. 13)

Observando o desenho desse quadro, notamos que os agentes públicos morrem, substancialmente, como consequência de ataques de grupos não encapuzados, confrontos policiais e atentados contra delegacias e batalhões. Já as vítimas civis dos *Crimes de Maio de 2006* chegam a óbito, de maneira significativa, como resultado de confrontos policiais e execuções sumárias, particularmente as cometidas por grupos encapuzados. Segundo Conectas (2009):

O contraste entre a vitimização provocada por grupos não encapuzados e por grupos encapuzados, com um número muito superior de vítimas civis no caso destes últimos, é compatível com a suspeita de que membros das instituições policiais poderiam estar, por trás dos capuzes, participando de grupos de extermínio. (Ibid., 13)

Uma análise mais detalhada dos casos, feita a partir da distribuição dos diferentes tipos de fatos ocorridos por dia durante o período (12 a 21 de maio), toma corpo na tabela que segue. (Ver Quadro 9)

Quadro 9 – Número de Casos de acordo com a Tipologia e a Data

Data do fato	Tipologia do Fato										
	Confronto com a polícia	Exe. Sumária: Individual	Exe. Sumária: Grupo Não-Encapuzado	Exe. Sumária: Grupo Encapuzado	Exe. Sumária: Policiais	Ataques contra a Delegacias ou Batalhões	Conflito inter-individual	Acidente ou perda	Outros	Desconhecido	Total
12/05	2	4	4	2	0	2	0	0	0	4	18
13/05	8	6	9	0	0	5	1	1	1	14	45
14/05	12	6	11	7	1	0	0	1	4	32	74
15/05	10	7	3	6	0	1	1	0	1	33	62
16/05	22	2	6	5	0	1	1	0	0	15	52
17/05	11	4	3	5	0	1	0	1	2	19	46
18/05	2	3	2	3	0	1	0	0	0	7	18
19/05	3	2	0	0	1	0	0	0	0	5	11
20/05	1	0	0	1	0	1	0	0	0	3	6
21/05	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Desconhecido	4	10	0	2	1	0	2	0	7	42	68
Total	75	44	38	32	3	12	5	3	15	174	401

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conectas, 2009, p. 14)

Conectas (2009) sintetiza o que esse quadro é capaz de revelar da seguinte maneira.

Os ataques indiscriminados contra policiais acontecem, sobretudo, nos dias 12 e 13. As execuções sumárias cometidas por indivíduos e por grupos não encapuzados correspondem mais do que nada aos dias 13 ao 15. Por sua vez, o ponto mais alto dos casos de mortes em confronto policial e pela atividade dos grupos encapuzados pode ser situado entre os dias 14 a 17. Em outras palavras, o cenário é condizente com mortes de civis que são resultado não exatamente da reação dos agentes públicos no momento em que estes estavam sendo atacados, mas, sobretudo, de operações policiais, presumivelmente de represália, acontecidas nos dias posteriores. Da mesma forma, a atuação dos grupos encapuzados, dentro dos quais há suspeita da participação de policiais, também se produz como uma represália aparente aos ataques iniciais. [...] Em suma, confirma-se o quadro de uma série de ataques contra policiais concentrados, sobretudo, nos dois primeiros dias, seguidos de uma reação dupla: operações policiais e intervenção de grupos de extermínio encapuzados, ambas particularmente intensas durante os quatro dias que se seguiram aos ataques dos dois primeiros dias. (Ibid., p. 14)

A análise nos revela que: os ataques contra policiais aconteceram significativamente nos dias 12 e 13 de maio; execuções sumárias, cometidas por indivíduos e grupos não encapuzados, ocorreram entre os dias 13 e 15; e, mortes em confronto policial e por atividades de grupos encapuzados entre os dias 14 a 17. Esse quadro confirmaria a suposição de ataques contra agentes públicos concentrados nos dois primeiros dias dos eventos, seguidos por uma dupla reação, materializada na forma de operações policiais e intervenções de grupos de extermínio encapuzados contra a população civil.

Distribuição geográfica dos crimes

Quanto à distribuição geográfica dos *Crimes de Maio de 2006*, os casos associados ao período apresentam-se distribuídos por todo o território do Estado de São Paulo, “sendo que a cidade de São Paulo concentrou menos de 20% deles”²⁸.

Quadro 10 – Número de Casos de Morte por Arma de Fogo Registrados no período, por Município

	Número de Casos	%
Americanópolis	1	0.2
Arujá	2	0.5
Barueri	1	0.2

²⁸ Em algo mais de um quarto dos casos, os documentos não permitiam estabelecer o município em que o fato tinha acontecido.

Bertioga	1	0.2
Birituba Mirim	1	0.2
Brasilândia	2	0.5
Campinas	1	0.2
Campo Limpo	2	0.5
Capaícuíba	1	0.2
Capão Redondo	1	0.2
Caraguatatuba	5	1.2
Carapicuíba	10	2.4
Cosmópolis	1	0.2
Diadema	4	1.0
Embu	1	0.2
Ferraz de Vasconcelos	1	0.2
Franco da Rocha	1	0.2
Guariba	1	0.2
Guarujá	12	3.0
Guarulhos	23	5.7
Hortolândia	1	0.2
Itaim Bibi	1	0.2
Itapeceira da Serra	3	0.7
Itapevi	5	1.2
Itaquaquecetuba	6	1.4
Jaçanã	1	0.2
Jandira	6	1.5
Jardim Herculano	1	0.2
Jundiaí	4	0.9
Leme	1	0.2
Limeira	3	0.7
Marília	1	0.2
Mauá	6	1.5
Mogi das Cruzes	4	1.0
Osasco	18	4.4

Pacaembu	1	0.2
Parada de Taipas	1	0.2
Parelheiros	1	0.2
Parque São Lucas	1	0.2
Peruíbe	1	0.2
Poá	5	1.2
Praia Grande	2	0.5
Ribeirão Preto	5	1.2
Santana de Parnaíba	1	0.2
Santo Amaro	3	0.7
Santo André	8	2.0
Santos	15	3.7
São Bernardo do Campo	2	0.4
São José do Rio Preto	3	0.7
São José dos Campos	4	0.9
São Mateus	2	0.4
São Paulo	69	17.2
São Sebastião	2	0.4
São Vicente	12	2.9
Serrana	1	0.2
Sorocaba	1	0.2
Suzano	7	1.7
Taboão da Serra	2	0.4
Taubaté	1	0.2
Ubatuba	5	1.2
Município desconhecido	113	28.0
Total	401	100.0

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conecta, 2009, p. 15)

Os assassinatos, nos casos onde foi possível localizar essas informações, ocorreram essencialmente nas vias públicas das cidades paulistas, como podemos observar na tabela a seguir. (Ver Quadro 11)

Quadro 11 – Número de Casos por Tipo de Local

	Frequência	%
Via pública	241	60.1
Estabelecimento comercial	27	6.7
Residência	24	6.0
Prédio Público	15	3.7
Presídio	7	1.7
Veículo Particular	5	1.2
Outro	1	0.2
Não consta	81	20.2
Total	401	100.0

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conectas, 2009, p. 15)

Os crimes que se desenrolaram durante a ‘semana sangrenta’ se distribuíram, principalmente, por: vias públicas; estabelecimentos comerciais; residências; prédios públicos; presídios; e, veículos particulares.

Perfil das vítimas

No tocante ao perfil das vítimas fatais (por faixa etária) que tombaram naquele fatídico maio de 2006, nos casos onde foi possível levantar essas informações, Conectas (2009) revela que: 7 tinham até 15 anos de idade; 192, ou seja, 50,66% das pessoas vitimadas, tinham entre 16 e 25 anos de idade; 114 (30,08%) tinham de 26 a 35 anos; 39 (10,29%) estavam entre a faixa etária de 36 a 45 anos; 20 (5,28%) possuíam de 46 até 55 anos; e, 7 tinham mais de 56 anos²⁹.

²⁹ Fonte: Boletins de Ocorrência e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. (Ibid., p. 18).

Outros dados

Buscando analisar indicadores de “uso excessivo da força” (tais como: números de disparos; localização anatômica dos orifícios de entrada de projéteis de arma de fogo; caracterização da distância dos disparos pela presença de zonas de contorno no orifício de entrada; e, presença de outras lesões não relacionadas com a ação de projétil de arma de fogo) Conectas (2009) elabora, no que diz respeito ao número médio de orifícios de entrada de *perfuração de arma de fogo* (PAF) por vítima, segundo o dia dos eventos, o seguinte quadro. (Ver Quadro 12)

Quadro 12 - Número médio de orifícios de entrada de PAF por vítima, segundo o dia

Data do Fato	Média de orifícios de entrada	Número de vítimas
12 de maio de 2006	5.73	15
13 de maio de 2006	4.56	41
14 de maio de 2006	4.75	96
15 de maio de 2006	4.58	73
16 de maio de 2006	4.61	64
17 de maio de 2006	5.12	58
18 de maio de 2006	4.61	18
19 de maio de 2006	2.63	8
20 de maio de 2006	1.75	4
Total	4.68	377

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conectas, 2009, p. 21)

Segundo esses dados, não parece ocorrer uma tendência significativa de mudanças com relação ao número de disparos. A diferença perceptível, como aponta Conectas (2009), é uma redução nos últimos dois dias, mas o número de casos nesse período seria pequeno demais para estabelecer conclusões. “O número médio de orifícios de entrada é superior para as vítimas que eram agentes públicos (6,3) do que para o resto (4,6). Isto sugere que os agentes públicos, policiais sobretudo, foram vítimas, em maior medida, de tentativas de execução.”

(Ibid.,25) Contudo, como demonstra o quadro a seguir, o número de disparos varia de maneira significativa em função do tipo de fato. (Ver Quadro 13)

Quadro 13 – Número médio de orifícios de entrada de PAF por vítima, segundo o Tipo de Fato

Tipologia do Fato	Média de Orifícios de entrada	Número de vítimas
Desconhecido	4.88	184
Confronto com a polícia	3.62	94
Acidente ou bala perdida	2.33	3
Exe. Sumária: individual	4.45	47
Exe. Sumária: grupo não-encapuzado	7.11	37
Exe. Sumária: grupo encapuzado	5.59	44
Exe. Sumária: policiais	7.67	3
Conflito inter-individual	2.75	4
Ataques contra Delegacias ou Batalhões	2.69	13
Outros	5.56	18

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conectas, 2009, p. 21)

Como aponta a análise efetuada por Conectas:

Os eventos com maior número de disparos são, conforme caberia esperar, as execuções sumárias cometidas por grupos de qualquer espécie, pois, com alta probabilidade, mais de um agressor atirou simultaneamente contra a mesma vítima. As vítimas de confrontos com a polícia sofrem um menor número de disparos, o que é condizente com a expectativa de que os confrontos policiais, ao menos na maioria dos casos, são confrontos verdadeiros e não tentativas de execução. Os ataques contra Delegacias ou Batalhões também provocam um menor número de disparos nas vítimas, no mesmo patamar que os conflitos inter-individuais, como era esperado. Por último, embora o número de casos seja muito pequeno, o menor número de tiros corresponde a acidentes ou balas perdidas, circunstâncias em que a vítima não foi atingida intencionalmente. (Ibid., p. 21-22)

Os eventos que apresentaram o maior número de disparos são aqueles caracterizados como execuções sumárias, onde existiria uma alta probabilidade de que mais de uma pessoa tenha atirado contra a mesma vítima. As vítimas de confrontos policiais, contudo, sofrem um menor número de disparos, corroborando a hipótese, na ótica de Conectas (2009), de que esses seriam “verdadeiros confrontos” e não tentativas de execuções.

Quando o assunto em pauta gira em torno das vítimas com lesões diferentes das produzidas por armas de fogo, seu maior número se concentra, de maneira significativa, como demonstra a análise de Conectas (2009), entre os dias 14 e 17 de maio.

Quadro 14 – Número de Vítimas com lesões diferentes às provocadas por PAF, segundo o dia

Data do Fato	Número de Vítimas
12 de maio de 2006	2
13 de maio de 2006	6
14 de maio de 2006	18
15 de maio de 2006	10
16 de maio de 2006	12
17 de maio de 2006	11
18 de maio de 2006	3
19 de maio de 2006	2
20 de maio de 2006	1
Sem data	10
Total	75

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conectas, 2009, p. 25)

Das 75 vítimas que apresentavam este tipo de lesão, 66 são civis e 9 agentes públicos.

Isso significa que, de acordo com as necropsias analisadas, 16% dos civis e 24% dos agentes públicos apresentavam lesões incompatíveis com arma de fogo. Mais uma vez, este dado indica que a probabilidade das vítimas policiais terem sofrido execuções sumárias é maior do que a das vítimas civis. (Ibid., p. 25)

Boa parte das lesões diferentes das provocadas por arma de fogo ocorrem em episódios classificados como de “tipo desconhecido”. Contudo, “o fato de que 10 mortos civis apresentem lesões dessa forma após confrontos com a polícia é um dado relevante”. (Ibid., p. 25) (Ver Quadro 15)

Quadro 15 – Número de Vítimas com lesões diferentes às provocadas por PAF, segundo o Tipo de Fato

Tipologia do Fato	Número de Vítimas
Desconhecido	31
Confronto com a polícia	12
Exe. Sumária: individual	8
Exe. Sumária: grupo não encapuzado	9
Exe. Sumária: grupo encapuzado	10
Exe. Sumária: policiais	1
Conflito interindividual	1
Ataques contra policiais	0
Outros	3
Total	75

Fonte: B.O.s e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de SP. (Conectas, 2009, 25)

O que se sabe?

Inicialmente, nota-se uma narrativa superficial dos fatos, que o aprecia como tendo sido uma série de confrontos entre o PCC e a polícia paulista entre os dias 12 a 20 de maio de 2006. Integrantes do *Comando* teriam assassinado dezenas de agentes públicos, incitando uma resposta truculenta e imediata da força policial do Estado. Contudo, como coloca a Justiça Global (2011):

[...] uma análise mais profunda dos acontecimentos revela que esta narrativa de ‘PCC versus polícia’ não se sustenta em relação a uma grande parcela das mortes ocorridas nesse período, se não a maioria delas. De fato, nos primeiros três dias, o PCC executou dezenas de agentes públicos. [...] Também aconteceram confrontos violentos em que integrantes do PCC e agentes públicos morreram. Mas, depois, as provas indicam que a polícia decidiu ‘partir pra cima’ da população de forma abusiva e indiscriminada, matando mais de 100 pessoas, grande parte em

circunstâncias que pouco tinha a ver com legítima defesa. Ademais, policiais encapuzados, integrantes de grupos de extermínio, mataram outras centenas de pessoas. Esses policiais realizaram ‘caças’ aleatórias de homens pobres, alguns em função de seus antecedentes criminais ou de tatuagens (tidas como sinais de ligação com a criminalidade) e muitos outros com base em mero preconceito. Identificamos 122 homicídios contendo indícios de terem sido execuções praticadas por policiais naquele período. Os comandos das polícias falharam ao não prevenir adequadamente essa violência policial e poderiam até ter incentivado tal onda de agressões em suas declarações públicas³⁰. Além disso, [...], as autoridades também falharam ao não investigar adequadamente a responsabilidade pelos crimes com indícios de envolvimento de policiais. (Justiça Global, 2011, p. 58-59)

Os agentes públicos mortos durante os *Crimes de Maio de 2006* foram em grande parte policiais de baixa patente e agentes penitenciários em seus períodos de folga³¹. Contudo, existem denúncias de que alguns dos homicídios perpetrados contra eles foram cometidos por “oportunistas”, que “se utilizaram do caos criado pela onda de violência em São Paulo para acertar contas e colocar a culpa em outros”.³² (Ibid., p. 60)

Segundo, nos eventos de 2006 policiais paulistas mataram 126 pessoas entre os dias 12 e 20 de maio em casos oficialmente classificados como *resistência seguida de morte* (RSM).

Nessas situações, os policiais alegaram ter agido em legítima defesa, geralmente em um suposto tiroteio. Entretanto, as evidências sugerem que muitas dessas pessoas foram executadas. Além de reunir informações estatísticas e entrevistas com testemunhas e autoridades, identificamos 51 pessoas que morreram em supostos confrontos pela polícia, cujos casos apresentavam indícios de terem sido execuções. [...] policiais mataram 60 pessoas em supostos tiroteios na Grande São Paulo e na Baixada Santista, entre a segunda e a quarta-feira daquela semana, sem ter sofrido uma morte – não são compatíveis com a alegação de que essas mortes teriam sido todas decorrentes de disparos efetuados em legítima defesa durante tiroteios, como alegado. (Ibid., p. 63)

³⁰Como coloca a Justiça Global (2011): ‘Para o Presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo (ACSPMESP), Cabo Wilson de Oliveira Moraes, as mortes de tantos policiais em maio de 2006 teriam sido evitadas se a cúpula do governo tivesse alertado seus agentes sobre o risco dos ataques. Cabo Wilson até entrou com uma representação penal por omissão contra o então Secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abeu, e o Secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, no dia 18 de maio de 2006.’ (Ibid., p. 59)

³¹No que diz respeito à indenização dessas vítimas a Lei Nº 12.401, de 23 de novembro de 2006, Estado de São Paulo autoriza a Fazenda do Estado a indenizar familiares de integrantes da carreira da Polícia Militar; a Lei Nº 12.403, de 24 de novembro de 2006, Estado de São Paulo, autoriza a Fazenda do Estado a indenizar familiares de integrantes da carreira de Policial Civil; e, a Lei Nº 12.404, de novembro de 2006 autoriza a Fazenda do Estado a indenizar familiares de Agentes de Segurança Penitenciária.

³² Segundo informações da Polícia Civil, os assassinatos de três PMs – Edson Ferreira de Farias (dia 12), Messias Pontes Barretos (dia 13), Edmilson Simões da Silva, (dia 13), não necessariamente teriam a ver com os ataques do PCC. (Ibid., p. 60)

Centenas de pessoas foram executadas durante o mês de maio de 2006 em circunstâncias duvidosas, demonstrando a letalidade da polícia de São Paulo em seu trato com a população do Estado³³. Utilizando a rubrica *resistência seguida de morte, auto de resistência* em outros Estados da Federação³⁴, as forças policiais frequentemente matam seus supostos oponentes, não sofrem ferimentos e não acertam disparos de raspão em suas vítimas fatais. Na maioria desses casos, não existiram danos materiais às suas viaturas, ninguém foi preso e inexistem testemunhas nos autos dos Boletins de Ocorrência (B.O.s). A existência de tiroteios nesses casos era sustentada, de maneira unilateral, pelo depoimento dos policiais envolvidos nesses supostos confrontos³⁵. Outros casos de assassinatos cometidos por policiais e registrados como legítima defesa foram contraditos por provas testemunhais colhidas nas investigações dos crimes. Grupos de extermínio, supostamente compostos por policiais militares, foram responsáveis segundo a Justiça Global pelo assassinato de 71 vítimas durante os *Crimes de Maio de 2006*.

Comparando dados de entrevistas com testemunhas e autoridades, informações fornecidas pelo DHPP, protocolos de Ouvidoria da Polícia, dados do MP, peças processuais, autos de inquéritos e matérias da imprensa, nossa equipe reuniu um conjunto de provas que não deixa dúvidas de que houve um esforço sistemático de

³³ Em alguns casos, a polícia parece ter reagido em legítima defesa a um ataque. Por exemplo, com respeito a 9 das 126 vítimas mortas por policiais em supostos confrontos, tivemos informações suficientes para identificar que policiais foram mortos ou feridos nos mesmos casos, o que seria uma prova forte, porém obviamente não irrefutável, da veracidade do alegado confronto. (Ibid., p. 76-77).

³⁴ Em outros casos: [...] testemunhas relataram que as vítimas estavam presas ou rendidas antes de serem executadas. Ainda em outros casos, práticas suspeitas de certas unidades policiais – particularmente a ROTA – sugerem que determinados grupos de policiais estavam ‘caçando’ em vez de policiando naqueles dias de maio. Finalmente, existem alguns casos de ‘Resistência Seguida de Morte’ em que as pessoas vitimadas foram justamente aquelas suspeitas de terem participado dias antes em execuções de policiais, gerando a dúvida de que talvez estas pessoas mortas teriam sido alvos de revanche. (Ibid., p. 76)

³⁵ Como coloca a Justiça Global (2011): ‘A pedido do CONDEPE, o perito criminal Ricardo Molina de Figueiredo, ex-chefe do Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas, efetuou um levantamento preliminar nos laudos de pessoas mortas em casos de suposta ‘resistência seguida de morte’. Molina enfocou o alto número de vítimas que haviam sido atingidas por: 1) disparos de cima para baixo, 2) concentrados em regiões letais e 3) com pouca dispersão. Tais elementos, segundo ele, são ‘improváveis’ em ‘situação de confronto’, particularmente quando os elementos ocorrem ‘simultaneamente’. A revisão dos laudos necroscópicos o levou a estimar que ‘de 60 a 70% dos casos apresentam indícios de execução’. A trajetória de vários disparos de cima para baixo na região peitoral sugere, segundo Molina, a possibilidade da vítima estar ajoelhada antes de ser morta. Nós identificamos 36 pessoas mortas em supostos tiroteios com a polícia que haviam sofrido lesões correspondendo aos três fatores indicados acima pelo perito Molina.’ (Ibid., p. 79-80) Como exemplo a Justiça Global cita o caso de Marcelo Moraes de Souza, que foi morto por policiais na capital paulista no dia 17 de maio de 2006 quando supostamente ‘trocava tiros com a PM e foi atingido’. Souza foi baleado três vezes, uma na região frontal da cabeça e duas no tórax. Sobre o disparo que recebeu na testa, legistas apontaram que havia ‘zona de tatuagem mais densa em sua metade esquerda e mais rarefeita em sua metade direita, chegando ao diâmetro de trinta e seis milímetros’, o que indicava que Souza teria sido baleado na cabeça a uma distância de menos de meio metro.

alguns PMs em exterminar pessoas com antecedentes criminais, em resposta à onda de ataques promovida pelo PCC.³⁶ (Justiça Global, 2011, p. 98)

Considerações e encaminhamentos

Observando a dinâmica dos *Crimes de Maio de 2006* e seus desdobramentos posteriores algumas situações podem ser destacadas no que diz respeito aos seus encaminhamentos.

Nesses eventos, ganharam destaque: o papel da corrupção na deflagração dos ataques do PCC; o alto grau de controle do *Comando* no interior do sistema prisional, mas não apenas nele; a falta de alerta, para os agentes públicos, sobre os ataques que se iniciariam; os indícios da participação de policiais em 122 execuções no período que se estende de 12 a 20 de maio de 2006; e, a hesitação do Estado paulista nas investigações e processamentos dos crimes em que seus agentes eram tidos como suspeitos (posição contrária ao alto grau de esclarecimento dos delitos em que seus agentes figuraram como vítimas). Nesse sentido, podemos afirmar que:

Os Crimes de Maio foram marcados pela violência brutal do PCC, mas também foram uma demonstração do preço da corrupção, da fúria da violência policial e da falência do sistema prisional. [...] a corrupção praticada por agentes públicos foi uma das principais motivações do PCC para realizar os ataques em maio de 2006. Especificamente, um esquema de achagues (extorsão), praticados contra familiares de líderes do PCC em 2005, foi fundamental para motivar o ataque coordenado pela facção. A sincronia impressionante entre o início e término da mega-rebelião de 74 unidades prisionais em São Paulo, revela o descontrole oficial sobre o sistema prisional, de onde partiu a ordem para começar os ataques do PCC. O fim abrupto dessas rebeliões veio após um encontro secreto articulado pela cúpula do governo paulista com o suposto líder da facção e, portanto, deixou dúvidas profundas sobre a verdadeira direção, ou falta de direção, da política penitenciária do Estado. Afinal, o Estado criou as circunstâncias em que surgiu o PCC. Superlotação, condições desumanas, torturas e maus tratos fomentaram a criação da facção criminosa que vem crescendo desde 1993, se legitimando entre os presos ao repudiar abusos do Estado em situações como as chacinas do 42º Distrito Policial em 1989 (18 presos asfixiados) e na Casa de Detenção do Carandiru. (Justiça Global, 2011, p. 4-5)

Mais do que demonstrar a importância e a força do *Primeiro Comando da Capital* (PCC), esse eventos revelaram, segundo a Justiça Global (2011), que o Estado de São Paulo e seus agentes teriam falhado de múltiplas maneiras nesses eventos, pois: permitiram a expansão da

³⁶“Nessa parte da pesquisa, tranalhamos principalmente com base nas informações colhidas no DHPP, no MP e na Ouvidoria de Polícia, e em entrevistas com testemunhas. A Ouvidoria da Polícia identificou 80 homicídios entre 12 e 20 de maio de 2006 em que suspeitavam haver o envolvimento de policiais. [...] Entretanto, adicionamos seis casos à lista de execuções por grupos de extermínio, cujos dados colhemos através de entrevistas e de outras fontes na Polícia Civil, chegando, enfim, ao número de 71 mortes.” (Ibid., p. 99-100)

corrupção que fortaleceu o PCC; falharam em gerir seu sistema prisional; não protegeram ou preveniram seus agentes públicos, mesmo sabendo da iminência dos ataques; optaram por um revide como resposta aos ataques iniciados pelo *Comando*; “acobertaram” os *Crimes de Maio de 2006*, investigando-os de forma corporativista e seletiva; e, apostaram na expansão do sistema prisional como solução para o problema dessa crise que paralisou o Estado de São Paulo.

Frente essa situação, a resposta do governo estadual de São Paulo, como apontado no rol de suas falhas, não girou em torno da realização de uma investigação isenta e integral das situações que envolveram a “crise de 2006” para que se evitem novas precipitações desse tipo. Sendo:

[...] inaceitável que uma crise que resultou em centenas de mortes e ataques nas ruas, dezenas de rebeliões no sistema prisional e a paralisia e amedrontamento da maior metrópole da América do Sul, não tenha motivado os governantes do Estado de São Paulo a realizarem um procedimento público rigoroso, imparcial, célere e transparente para dar uma resposta unificada à população sobre o que aconteceu e o que deveria ser feito a respeito. (Ibid., p. 3-4)

Contrariamente a adoção de uma resposta isenta e imparcial o que se observou foi uma postura corporativista das autoridades competentes: que acobertaram a ação criminosa praticada por agentes públicos membros do governo estadual; omitiram as extorsões praticadas por policiais civis aos familiares dos membros do PCC, não realizando as investigações necessárias; ignoraram as principais mazelas do sistema prisional, que precipitaram os *Crimes de Maio de 2006*; e, arquivaram as investigações sobre as execuções que aconteceram durante esses eventos sem prestar os devidos esclarecimentos, salvo os casos que envolviam a morte de um agente público³⁷. Nos casos que envolvem assassinatos praticados por grupos de extermínio, supostamente formado por policiais:

[...] enquanto a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), departamento de elite de investigação de homicídios no Brasil, esclareceu mais de 85% dos homicídios que investigou em que agentes públicos figuraram como vítima (12 de 14), o órgão só parcialmente elucidou a autoria de apenas 13% (4 de 34) dos homicídios com suspeita de participação de policiais. (Ibid., p. 8)

³⁷ No caso das mortes praticadas por policiais em supostos confrontos, apenas em 6 casos policiais foram denunciados ou indiciados.

Frente esse quadro de violência e impunidade, a Justiça Global insiste que “está mais do que na hora de o Congresso Nacional, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Justiça Federal, ante a falta de resposta do Estado de São Paulo, assumirem sua tarefa”. (Ibid., p.4)

Nessa perspectiva, a ONG recomenda a:

- 1) A instauração pelo Procurador-Geral da República de *incidente de deslocamento de competência* (‘federalização’) dos Crimes de Maio que não encontraram esclarecimento, entre eles ataques contra agentes públicos e homicídios e desaparecimentos com indícios de envolvimento ilícito de policiais. Entre esses casos, incluímos o homicídio pouco esclarecido de um preso desafeto do PCC, cuja morte, segundo denúncia de uma alta autoridade, teria feito parte do acordo entre PCC e o Estado em maio de 2006;
- 2) A investigação imediata pelo Ministério Público Federal e a Polícia Federal dos esquemas de corrupção possivelmente ligados aos Crimes de Maio. A Polícia Federal, com base na Lei federal Nº 10.446 de 8 de maio de 2002, também poderia imediatamente iniciar investigações sobre os Crimes de Maio que não foram devidamente esclarecidos;
- 3) A instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional para apurar, de forma ampla e pública, os acontecimentos de maio de 2006, as causas da crise, a responsabilidade das altas autoridades, a continuidade dos problemas e medidas a serem implementadas no futuro. A CPMI deveria abranger a corrupção, o sistema prisional, a violência contra agentes públicos e a violência policial para ter ‘uma visão do todo’;
- 4) A indenização digna de todas as vítimas, ou seus familiares, de violência praticada pelo PCC ou pelo Estado em maio de 2006, além das quantias já pagas ou prometidas a familiares de policiais e agentes penitenciários mortos no período;
- 5) A melhora das condições de trabalho e piso salarial das polícias e agentes penitenciários paulistas. A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 300 seria um passo a frente. Porém, deveriam ser simultaneamente assegurados mecanismos rigorosos e independentes que efetuariam uma depuração das instituições da Secretaria da Segurança e da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo acima descrito, entre eles a federalização dos Crimes de Maio, a atuação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal frente à corrupção no estado e a instalação da CPMI no Congresso Nacional;
- 6) A não aprovação da PEC 308 que cria a polícia penal e da PEC 38 que cria o Conselho Nacional de Polícia. Ambas propostas aumentariam os conflitos de interesse no sistema prisional e de segurança pública;
- 7) O condicionamento de repasses do Departamento Penitenciário Nacional do governo federal a melhorias concretas e apreciáveis (mais rígidas e rigorosas que incluídas no Plano Diretor do Sistema Penitenciário de São Paulo) em termos de 1) assistência jurídica através de investimento na Defensoria Pública e 2) mecanismos para o monitoramento externo de abusos tal como a criação de um Comitê Estadual de Prevenção à Tortura nos moldes do Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura das Nações Unidas, no âmbito estadual;
- 8) O condicionamento de repasses do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) do governo federal à metas públicas de redução no número de 1) homicídios praticados por policiais paulistas em supostos confrontos em serviço e em horário de folga. 2) homicídios registrados pela Ouvidoria da Polícia com suspeita de envolvimento de grupos de extermínio e 3) desaparecimentos registrados pela Ouvidoria da Polícia com suspeita de envolvimento de agentes do estado;
- 9) A realização urgente de um mutirão carcerário do Conselho Nacional de Justiça nas Varas de Execução Criminal de São Paulo com intuito de revisar processos de execução penal, como também promover reformas no sistema judicial e iniciar investigações sobre partes ou membros do judiciário que possam ter sido negligentes em seus deveres com respeito à matéria. Criação no Estado de São Paulo de uma Ouvidoria do Judiciário autônoma; e,

10) A realização, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, de uma revisão integral, pública e isenta da efetividade e alcance estadual do trabalho do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Polícia do Ministério Público do Estado de São Paulo desde que o mesmo grupo foi reformado em junho de 2010 por ato do Procurador Geral de Justiça. (Ibid., p. 13-15)

Em alguns desses pontos as reivindicações da Justiça Global se aproximam das demandas das *Mães de Maio*, que juntamente com a Defensoria pública do Estado de São Paulo, a citada ONG e a Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT), solicitaram em 2010 o incidente de deslocamento de competência (IDC) da investigação, processamento e julgamento dos casos de 2006 para a alçada da seara federal, acreditando assim, encontrar uma solução “definitiva” para esses eventos e a interrupção dessas práticas homicidas no Estado de São Paulo, e no Brasil.

Os ‘Crimes de Maio de 2006’ na ótica das Mães de Maio

Os *Crimes de Maio de 2006*, como os membros do movimento costumam chamar os eventos que vitimaram seus entes queridos e amigos, não é apreciado como um fato isolado que por uma infelicidade das circunstâncias teria se abatido sobre suas famílias. Duas situações são recorrentemente evocadas pelas *Mães* quando pensam nas situações sociais, políticas e econômicas que possibilitaram as condições de existência desses eventos. Tatiana Merlino, filha de Luiz Eduardo Merlino (morto durante o regime ditatorial em 1971), comparando as mortes de “ontem” com as que ocorrem “hoje” em pleno regime democrático, considera que:

[...] Assim como as vítimas da polícia de São Paulo, Merlino também era santista, jovem e foi assassinado pelas forças do Estado, na época, dirigido pela ditadura civil-militar. A ligação entre as histórias, apesar da distância temporal, está na perpetuação da violência estatal contra sua população, mesmo após o fim da ditadura, em 1985. Se, durante o regime de exceção, a violência policial, torturas, mortes e desaparecimentos forçados atingiam os militantes de esquerda, hoje tem como alvo os moradores de periferias, em sua maioria, jovens e negros. E, atualmente, mesmo num regime dito democrático, tortura-se e mata-se mais do que na ditadura militar. Repete-se também a impunidade dos assassinos e torturadores de Luiz Eduardo. [...] (*Mães de Maio*, 2011, p. 140)

As vítimas *civis* dos eventos de maio de 2006, aquelas que não mantinham vínculos com o Sistema de Justiça Criminal ou seus membros, assim como Merlino durante o regime ditatorial, seriam vítimas da *violência policial* no Estado de São Paulo. Vítimas de uma

violência estatal perpetrada, direta ou indiretamente, contra sua própria população. São vítimas de crimes que, como no regime ditatorial (1964-1985), deixaram seus autores (assassinos e torturadores) *impunes* frente à grave violação de direitos humanos que cometeram, e continuam a cometer.

Para as *Mães*, a recorrência das práticas de violência perpetradas por agentes do Estado brasileiro e a situação de impunidade desses atores aproximaria nossa recente experiência ditatorial dos *Crimes de Maio de 2006*. Seriam “heranças” indelévels daquela época e/ou precedentes importantes para se compreender as precipitações dos eventos de *Maio de 2006*. Não são práticas isoladas, como afirmam as *Mães*, pois em tempos de democracia:

A violência do Estado Brasileiro contra sua própria população é um problema crônico reconhecido mundialmente. Segundo o ‘Mapa da Violência de 2011’, divulgado pelo insuspeito Ministério da Justiça, entre os anos de 1998 e 2008, mais de 500 Mil pessoas foram assassinadas no país – sendo grande parte delas vítimas da violência policial. Conforme outra pesquisa, divulgada em 2009 pela Secretaria de Direitos Humanos, UNICEF e Observatório das Favelas, a continuar no mesmo ritmo de violência, mais de 33.5 mil jovens serão executados no Brasil no curto período de 2006 a 2012. (*Mães de Maio*, 2012, p. 23)

Como herança dos “tempos difíceis” da ditadura a violência do Estado Brasileiro contra sua própria população seria um “problema crônico reconhecido mundialmente”, tendo vitimado mais de 500 mil pessoas no país entre 1998 e 2008.

Não foram acontecimentos recentes que precipitaram a eclosão dos *Crimes de Maio de 2006* na chave interpretativa das *Mães*, pois esse problema estaria historicamente sendo gestado desde os tempos de nossa última ditadura. Esses crimes não seriam um fato isolado dentro de nosso regime democrático, apenas o ‘mais emblemático’, pois estaríamos a viver, como ponderam nossos interlocutores, em uma *democracia das chacinas*.

E, de lá pra cá, uma sucessão de chacinas e massacres concentrados de trabalhadores pobres, pretos e periféricos ressurge constantemente, como que traçando nós e borões na já altíssima, fria e constante curva das estatísticas de homicídios cotidianos no Brasil. Taxas que, como vimos, permanecem incólumes dentre as maiores do mundo... E assim se sucederam à emblemática Chacina de Acari (1990), a de Matupá (1991), o Massacre do Carandiru (1992), da Candelária e de Vigário Geral (1993), do Alto da Bondade (1994), de Corumbiara (1995), de Eldorado dos Carajás (1996), de São Gonçalo (1997), de Alhandra e do Maracanã (1998), da Cavalaria e da Vila Prudente (1999), de Jacareí (2000), de Caraguatatuba (2001), do Jd. Presidente Dutra e de Urso Branco (2002), do Amarelinho, Via Show, e do Borel (2003), do Caju, da Praça da Sé e de Felisburgo (2004), a Chacina da Baixada Fluminense (2005), [...] do Complexo do Alemão (2007), do Morro da Providência (2008), de Canabrava (2009), a Chacina de Vitória da Conquista e os Crimes de

Abril na Baixada Santista (2010), a Chacina da Praia Grande (2011) [...] (Mães de Maio, 2011, p. 1)

Os *Crimes de Maio* seriam mais um episódio em meio aos de: Acari (1990)³⁸; Matupá (1991); Carandiru (1992); Candelária e Vigário Geral (1993); Alto da Bondade (1994); Corumbiara (1995); Eldorado dos Carajás (1996); São Gonçalo (1997); Alhandra e Maracanã (1998); Cavalaria e Vila Prudente (1999); Jacareí (2000); Caraguatatuba (2001); Jardim Presidente Dutra e Urso Branco (2002); Amarelinho, Via Show e Borel (2003); Caju, Praça da Sé e Felisburgo (2004); Baixada Fluminense (2005); Complexo do Alemão (2007); Morro da Providência (2008); Canabrava (2009); Vitória da Conquista e Baixada Santista (2010); e, Praia Grande (2011), entre outros não mencionados³⁹.

Para as *Mães* esses crimes foram os ‘mais emblemáticos’ de nossa democracia, pois:

[...] Entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, no estado de São Paulo, policiais e grupos paramilitares de extermínio promoveram um dos mais vergonhosos escândalos da história brasileira. Em uma cínica e mentirosa ‘onda de resposta’ ao que se chamou na grande imprensa de ‘ataques do PCC’, foram assassinadas no mínimo 493 pessoas – que hoje constam entre mortas e desaparecidas. Há estudos, no entanto, que apontam para um número ainda maior (564) de assassinatos no período, considerando oclusões de cadáveres, falsificações de laudos e outros recursos utilizados por tais agentes públicos violentos. (Mães de Maio, 2012, p. 22)

A autoria desses eventos que ocorreram no estado de São Paulo e que vitimaram a parte civil de suas vítimas é atribuída pelas *Mães* a policiais e grupos paramilitares que provocaram um dos mais vergonhosos escândalos da história brasileira. Uma possível “onda de resposta” do governo e de outros setores da sociedade aos ataques do *Primeiro Comando da Capital* (PCC) teria precipitado “o maior e mais emblemático Massacre da história brasileira recente”.

Um acontecimento terrível, em suma, que vitimou sobretudo jovens pobres – negros e afro-indígena-descendentes – executados sumariamente por policiais e grupos de extermínio ligados ao estado. Dos quais, é importante se ressaltar, não há sequer um caso de policiais que tenham sido devidamente investigados, julgados e punidos conforme a própria lei orienta. (Ibid., p. 24)

³⁸ Para mais detalhes ver: Nobre, Carlos. “Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

³⁹ Para uma excelente discussão sobre os casos que ocorreram no Rio de Janeiro ver: “Auto de resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada”. Organização: Barbara Musumeci Soares, Tatiana Moura e Carla Afonso. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

Crimes que vitimaram em sua maioria pobres, negros e afro-indígena-descendentes e que se mantêm na seara da impunidade até hoje. Eventos onde a polícia e grupos de extermínio, supostamente ligados ao Estado, assassinaram mais pessoas do que ao longo de toda a Ditadura Civil-Militar no Brasil durante seus mais de 20 anos de vigência.

2.1 Quem são as *Mães de Maio*

“De todos os hinos entoados em louvor às revoluções nos campos de batalhas, nenhum, por mais belo que seja, tem a força das canções de ninar cantada no colo das mães”.

Sérgio Vaz

Nessa etapa do trabalho nos dedicaremos a uma reflexão, ou esclarecimento, sobre quem são nossos interlocutores de pesquisa, quem são as *Mães de Maio*. Inicialmente, mais do que um movimento, que podemos chamar de social, as *Mães* são pessoas de carne e osso. Homens e mulheres, pais e mães, irmãos e irmãs, filhos e filhas, que diante da morte ou desaparecimento de seus entes queridos no fatídico maio de 2006 e a impunidade dos autores desses fatos, resolveram se encontrar e organizar em busca de uma ‘resposta’ para essas e outras questões.

Falo aqui: de Débora Maria, mãe de Édson Rogério, e toda sua família (companheiro, filhas e netas), guerreira incansável que se lançou “rumo ao desconhecido”, esperançosa que aquela situação ocorrida em maio de 2006 não ficasse impune e se repetisse; do senhor Francisco, Francilene e a família Gomes (esposa, genro e netas), que frente o desaparecimento de Paulinho nunca descansaram e desistiram de lutar por ele; da dona Vera Lúcia e do senhor João, que diante da morte de Mateus não se amedrontaram e partiram em busca de *verdade* e *justiça* para seu filho; da Vera e sua família (filhos e netos), mãe da Ana Paula e avó de Bianca (Ana Paula estava grávida de nove meses quando foi morta juntamente com seu companheiro Joy), assassinadas próximo a sua casa; da Dona Ednalva Santos e família, mãe do Marcos ; da senhora Ângela Maria e família, mãe do Murilo; da Dona Gorete e do senhor Nonato; da senhora Nair e família, mãe do ‘Nenê’; da senhora Flávia Gonzaga e família, mãe

do Marcos Paulo; da dona Helena, mãe do Fábio Fonseca e sogra de Aline dos Santos; do senhor Newton e Armando; e, de tantos outros que fazem parte dessa grande família que é o movimento *Mães de Maio*⁴⁰. São homens e mulheres que ao longo desses anos de pesquisa e investigação nos ajudaram a compor as linhas que fazem parte desse texto que agora ganha corpo.

Enquanto movimento organizado, as *Mães de Maio* se definem em seu primeiro livro *Do luto à luta*, publicado em meados de 2011, da seguinte maneira:

O movimento Mães de Maio é uma rede de Mães, Familiares e Amig@s de vítimas da violência do Estado Brasileiro (principalmente da Polícia), formado aqui no estado de São Paulo a partir dos famigerados Crimes de Maio de 2006. Foi a partir da Dor e do Luto gerado pela perda de noss@s filh@s, familiares e amig@s que nos encontramos, nos reunimos e passamos a caminhar juntas.⁴¹ (Mães de Maio, 2011, p. 20)

Nesse momento de escrita de seu primeiro “grito” em forma de livro, as *Mães* se definiam como um movimento composto por uma rede de Mães, Familiares e Amig@s de vítimas da violência do Estado Brasileiro (principalmente da Polícia) formada no Estado de São Paulo a partir dos eventos que ficaram nacionalmente conhecidos como os *Crimes de Maio de 2006* ou ataques do PCC. Essas linhas iniciais, juntamente com as experiências de contato com o grupo, nos permitem apreender algumas situações que se escondem por trás do nome, socialmente impactante, *Mães de Maio*.

Uma primeira situação que ganha destaque quando observamos mais de perto o grupo das *Mães de Maio* refere-se a sua composição. Como observado ao longo da nossa pesquisa, as *Mães* não é um grupo formado apenas por mães que tiveram seus filhos afastados, de maneira brusca, do convívio de seu ambiente familiar. Por trás do pseudônimo *Mães*, esconde-se uma rede ampla de familiares que lutam insistentemente por *verdade e justiça* para os eventos que ocorreram naquele fatídico mês de maio de 2006.

Frequentando os eventos em que as *Mães* se faziam presentes na tentativa de estabelecer nossos primeiros contatos ainda em 2011, logo pude observar a presença de algumas figuras masculinas que sempre acompanhavam aquelas “guerreiras” em suas

⁴⁰ Peço desculpas a todos os integrantes das *Mães de Maio* se algum nome estiver ausente dessa lista, aqui cito de maneira direta aqueles com quem mantive mais contato.

⁴¹ O símbolo é utilizado para referir-se a interlocutores tanto do sexo masculino quanto do feminino.

peregrinações e depoimentos. Foi assim, que em nossos momentos iniciais de interlocução, passei a notar de uma maneira mais incisiva a presença de Francisco, pai de Paulo Alexandre⁴², e seu João, pai de Mateus⁴³. Figuras que tinham um papel ativo nas atividades do grupo, não apenas articulando e preparando a montagem do cenário para a exposição e falas das Mães (o grupo sempre levava consigo faixas, *banners*, cartazes e fotografias que eram cuidadosamente expostos e arranjados antes do início de suas falas), mas também relatando suas experiências de dor, sofrimento e indignação.

As *Mães* não era um grupo composto apenas por mulheres, articuladas em torno da figura socialmente reconhecida e legitimada da “mãe”, que expressavam a dor da perda prematura de seus jovens filhos. Em meio a essas mulheres encontrávamos homens, pais, que como as mães, estavam trilhando percursos tortuosos em busca de respostas e resoluções para o que acontecera com seus filhos.

Essa impressão inicial sobre a heterogeneidade do grupo confirmou-se meses depois quando pude visitar as *Mães* com a finalidade de realizar entrevistas com as mesmas. Em suas residências e lares não fui recebido apenas por mulheres-mães, mas também por pais que tanto quanto suas companheiras sentiam de maneira profunda e indignada a perda prematura de seus filhos e o silêncio sobre os *Crimes de Maio*. No seio e aconchego de seus lares os *Pais de Maio*, se assim os podemos chamar, expressavam uma forma particular de entender e explicar o que acontecera com seus filhos.

Uma segunda observação relativa à composição das *Mães de Maio*, diz respeito aos amigos e parceiros que fazem parte dessa grande família. As *Mães* não é um grupo composto apenas pelos familiares das pessoas que em maio de 2006 tiveram suas vidas precocemente interrompidas durante aquele fatídico mês. Sua composição ultrapassa os limites dos laços de parentesco primários, como os de pais, mães e irmãos, agregando “guerreiros” que se solidarizam com a dor das *Mães* e caminham junto com elas.

Entre amigos, poetas e parceiros, duas figuras essenciais para a caminhada das *Mães* são, sem sombra de dúvidas, Danilo e Armando. Danilo Dara, historiador de formação, ao longo desses oito anos de batalhas e peregrinações ininterruptas das *Mães* por *verdade* e *justiça* sempre esteve ao lado das mesmas. Nas inúmeras situações de contato que estabeleci com as *Mães*, principalmente na cidade de São Paulo, Danilo quase sempre se fazia presente,

⁴² Desaparecido no dia 16 de maio de 2006 no bairro Itaquera, zona leste da cidade de São Paulo.

⁴³ Assassinado no dia 17 de maio de 2006 na cidade de Santos (Baixada Santista), litoral do Estado de São Paulo.

articulando e organizando a presença do grupo em inúmeros lugares para onde eram convidadas. Quando existia a dificuldade de deslocamento de parte das *Mães* em direção à capital (a grande maioria reside na Baixada Santista), fato que não era raro, Danilo muitas vezes “descia” até Santos para auxiliá-las pessoalmente nesse trajeto insistentemente percorrido. Não tratava-se apenas de um apoio material, mas de uma força sentimental e moral que, a meu ver, é essencial para a dura caminhada que as *Mães* empreendem desde 2006.

Armando, morador aposentado de São Vicente, recorrentemente estava em companhia das *Mães* por onde elas passavam e deixavam seus depoimentos. Em poucos eventos que participei não tive o prazer de trocar palavras com aquele senhor que gentilmente me mostrava com orgulho e entusiasmo suas poesias “recém-saídas do forno”. Armando realizava “uma tradução”, em forma de poesia, das experiências das *Mães* e dos sentimentos que permeiam os corações e mentes dessas mulheres. Vejamos uma de suas belas e instigantes poesias dedicadas ao movimento.

Lágrimas de Maio: as lágrimas de maio que nunca secarão

Lágrimas!

Que não calam nos sulcos, que para meus desgostos

*Marcam minha vida formando todos os dias vínculos com seus amargos vincos,
indelévels caminhos*

Que hoje são marcas nas vinte e quatro horas de minha vida, expostas em meu rosto

Lágrimas!

*Que não falam, mas Gritam ao mundo expondo suas tristezas na explosão de uma
revolta*

Pela espera de um filho que, por mais que espere

Jamais terei o prazer de abraçá-lo, pois nunca mais se consumará sua volta

Lágrimas!

Que brotam e todos os dias escorrem por minhas faces

Lágrimas que do fundo de um coração escorrem com minhas mágoas

Desfigurando meu sorriso no gosto amargo de um indisfarçável disfarce

Lágrimas!

*É das minhas entranhas é na minha alma que vocês teimam em nascer sem pedir
licença,*

*Nascem, morrem e se reconstroem
Sem pedir licença, refazem-se todos os dias nas forças que já não tenho
Nas forças com que luto, que é o que enfim, me faz sobreviver*

Lágrimas!

*Lágrimas que não são minhas só!
Que são de todas as mães, as MÃES DE MAIO
Mas, também, das mães de todas as mãos, das mães dessas mãos
Que sem o menor resquício de piedade
Sacam de suas armas e acionam seus gatilhos sem dó*

Lágrimas!

*Forjadas na nascente mais funda da alma de um ser
Paridas nas profundezas do coração de uma mãe
Que vai à luta para que às outras mães...
Lágrimas iguais as suas não as venham fazer sofrer*

Lágrimas!

*Que por justiça gritam seu clamor
Contra esta violência maldita que
A Si mesmo se impõe o direito de estancar e destruir vidas
Mostrando para e perante todas as demais vidas
O insano e brutal conteúdo de todo este desamor*

[...]

Lágrimas!

*Que nunca mais secarão no rosto das mães neste roteiro inseridas
Escorrerão por esses rostos pelo resto de suas existências
Saudosas, as lágrimas escorrerão pelas faces das MÃES DE MAIO
Mães de junho, setembro, janeiro, agosto, outubro ou fevereiro
Mães de todos os dias, de todos os meses, de todos os anos
Mães de todas as datas todas as horas, todas as eras, mães de todas as vidas*

[...]

ATO FINAL

*Fecha-se o pano, acendem-se as luzes, o palco silencia, o povo e as mães choram na
plateia
Chegaram com suas lágrimas, voltarão com elas*

Vimos todos assistir a um julgamento em que a perda de um filho foi coisa real e brutal

Mas, ironicamente participamos todos de uma infeliz e programada comédia

Nada mais a fazer... Neste país, para alguns de seus males, diz-se que nunca haverá remédio

Os assassinos, ora, estes voltam às ruas... Contentes com o que rola no interior de suas mentes

Felizes apesar de todos seus deslizes, orgulhosos, de novo sairão vitoriosos

Ao arrepio da lei... Voltarão a matar, quem sabe só para quebrarem o tédio

LÁGRIMAS PRA QUE AS QUERO?

...Chorar é preciso, mas, lutar contra toda essa impunidade, discriminação ou desigualdade...

Fundamentalmente, também é preciso!

(Mães de Maio, 2011, 68-71)

Nesses momentos de lágrimas e luta contra a impunidade, discriminação e desigualdade do qual nos fala Armando, as *Mães* não caminham sozinhas pois, como gosta de dizer Débora, elas tem um “*monte de filhos porreta*” que as acompanham em suas incansáveis batalhas. Em seus percursos em busca de *verdade e justiça* as *Mães* agregam “*um exército de filhos*”, de ontem e de hoje, que as ajudam a superar os obstáculos impostos pela perda de um filho e impunidade de seus algozes. As *Mães* não são apenas pais, mães, irmãos e filhos, são também amigos e parceiros que se solidarizaram com suas perdas, mas principalmente, com sua luta.

Alguns dos principais parceiros das *Mães* são: (poetas) – Alessandra Ferros; Anexo Verbal; Augusto Cerqueira; Autoras do Fato; Bob Controversista; Brunão Mente Sagaz; Cidinha da Silva; Cientistas MCs; Crônica Mendes; Dexter; Dinha; Eduardo-Facção Central; Eduardo Godoy; Everaldo, Selito e Thiago; Fábio Boca; Fantasma Vermelhos; Ferréz; Fuzzil; GOG; Grupo Ktarse; Hélber Ladislau; Helena Silvestre; Jairo da Periafricana; Kaskão (T\$G); Luan Luando; Marcelino Freire; Michel Yakini; Neto (I. Positiva); Paulo Barja; Paulo Rams; QI Alforria; Racionais MCs; Rapper Pirata; Raquel Almeida; Rodrigo Ciríaco; Rose Nogueira; Ruivo Lopes; Salete Maria; Sarau da Brasa; Sérgio Vaz; Sil Kalaia; Terno MC; Tubarão Dulixo; Versão Popular; Yzalú; e, Z’África Brasil; (parceiros) – Alípio Freire; André Caramante; Ângela Mendes Almeida; Associação de Amigos e Familiares em Privação de Liberdade (Minas Gerais); Coletivo Zagaia (São Paulo); Defensora Pública Daniela Skromov; Fausto Salvadori Filho; Gisele Brito; Hamilton Borges Walê; Jan Rocha; Joana Moncau e

Spensy Pimentel; Kiwi Companhia de Teatro; Lio Nzumbi; Luiz Inácio (Espírito Santo); Não te Cales!; Pastoral Carcerária Nacional; Rádio da Juventude (São Vicente); Rádio Várzea Livre (São Paulo); Rede Contra Violência (Rio de Janeiro); Rede Extremo Sul (São Paulo); Sâmia Gabriela; Sérgio Sérvulo; e, Tatiana Merlino⁴⁴.

Uma terceira situação relativa à composição das *Mães de Maio*, que influenciou muito no desenho da estratégia metodológica do pesquisador que vos fala, diz respeito à distribuição geográfica de suas integrantes pelas cidades do estado de São Paulo. As vítimas dos Crimes de Maio de 2006, assim como as *Mães*, estão distribuídas por vários municípios do Estado de São Paulo.

Alguns dos familiares, amigos e parceiros se encontram na capital paulista, contudo, grande parte de seus membros se espalha pelo interior do estado, principalmente na Baixada Santista (região formada pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente). A maioria de seus membros, e famílias, se concentra nas cidades de Santos, São Vicente e Guarujá, municípios contíguos no que diz respeito aos seus limites geográficos.

As *Mães de Maio* não é um movimento originado na capital do Estado de São Paulo que teria descentralizado suas atividades rumo ao interior, como boa parte dos movimentos sociais costuma fazer em seus processos de expansão. É um movimento que surgiu na cidade litorânea de Santos a partir do encontro de Débora Silva, Ednalva Santos e Vera Lúcia. Um movimento que teve de aprender a “subir” para a capital em busca de apoio para suas lutas por *verdade e justiça*.

Fazer um trabalho “com” e “sobre” as *Mães*, nesse sentido, envolveu em muitos momentos da pesquisa a necessidade do meu deslocamento da cidade de São Paulo rumo o litoral do Estado. Presentes em São Paulo para muitas de suas atividades e intervenções, as *Mães* podem dar a ilusão, para muitos daqueles que escutam seu nome mas não as conhecem de perto, que as mesmas são moradoras da capital paulista. Contudo, um olhar mais detido e uma proximidade construída com esses atores nos mostra que, em sua origem, as *Mães* é um movimento que veio do interior para “invadir” e questionar a violência e a impunidade que

⁴⁴ ‘E deste trágico limíte, ao menos, felizmente, nasceu o nosso Movimento de Mães, que se encontrou com outra maravilhosa Rede Contra Violência no Rio de Janeiro – já existente antes de nós, de Mulheres e Homens Guerreiros como nós – vítimas nos morros cariocas dos mesmos agentes do Estado Brasileiro -, além de companheiros da Bahia, do Espírito Santo, de Minas, do Pará: todo mundo vivendo a mesma situação, do Luto à Luta contra o Terrorismo do Estado. Da Revolta à Consciência, à Organização!’ (Mães de Maio, 2011, p. 14)

reina no Estado de São Paulo. Como coloca o movimento em seu mais recente livro, “*Mães de Maio, Mães do Cárcere: a periferia grita!*”, publicado em 2012, as *Mães* são um “Movimento de Mães Guerreiras”, “Mães da Democracia Brasileira”, formado por:

[...] Gente Humilde, de Pessoas Trabalhadoras, Anônimas, Guerreiras de um pequeno coletivo que têm em comum duas coisas fundamentais: 1) Nós não somos ricos, não exploramos ninguém, nem ocupamos nenhum cargo de poder; 2) Nós tivemos os nossos filhos ou filhas tirados violentamente do nosso convívio familiar por agentes do Estado Brasileiro e/ou Grupos de Extermínio ligados a ele, os quais no auge do dito regime democrático decretaram sumariamente a pena de morte de nossos filhos por os considerarem ‘suspeitos’, descartáveis. Agentes que julgaram, decretaram e executaram a pena capital ali, nas quinas das esquinas. Essas mesmas Bestas que seguem caminhando impunemente pelas esquinas daqui e dali, aqui e agora. Talvez três coisas em comum: 3) Nós também decidimos que isso não iria passar nem ficar assim: a partir da nossa Dor, do nosso Encontro e da nossa União – iniciada por três mães da Baixada Santista –, decidimos que Lutariamos e Lutaremos pela Memória, pela Verdade, pela Justiça e por Liberdade, não apenas de nossos tão amados Filhos e Filhas, mas por toda a Sociedade. Uma sociedade verdadeiramente sitiada, uma ditadura perpetuada que vitimou nossos filhos, cuja Memória e Inspiração são nosso alimento cotidiano para lutar por uma verdadeira e melhor Coletividade. (*Mães de Maio*, 2012, p. 12-13)

As *Mães* são, como as mesmas ponderam, um grupo de “gente humilde, de pessoas trabalhadoras, anônimas, guerreiras” que tem em comum algumas coisas. Primeiro, não são ricas e nem ocupam nenhum cargo de poder. Segundo, são mães que tiveram seus filhos e filhas abruptamente arrancados do seio de suas famílias, supostamente por agentes do Estado e/ou grupos de extermínio ligados a ele. Terceiro, são pessoas que frente essa barbárie decidiram que essa situação “não iria passar nem ficar assim”, partindo em uma busca incessante e incansável por *memória, verdade, justiça* e liberdade para seus filhos e toda a sociedade.

A última, mas não menos importante característica do movimento *Mães de Maio* diz respeito à natureza aberta e agregadora desse grupo. Não se trata de um movimento social que nesse momento poderíamos chamar, em oposição à situação das *Mães*, de “fechado” ou limitado no que diz respeito a sua capacidade de incorporar membros e demandas. As *Mães de Maio* são “mães de hoje” e “mães de ontem”, sendo melhor compreendidas como “mães de sempre”.

São mães de ontem, pois:

Assim como aconteceu durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, e tantos outros episódios violentos cometidos pelo Estado, os Crimes de Maio de 2006 cometidos por agentes policiais também permanecem impunes, nesta tal democracia. Resultado: a violência policial de lá pra cá tem se intensificado. (*Ibid.*, p. 18)

Os tipos de crimes, assassinatos e/ou desaparecimentos, assim como a impunidade que resultou das investigações dos acontecimentos de nosso passado recente aproximavam as *Mães de Maio* das *Mães da Ditadura* civil-militar no Brasil (1964-1985). De certa forma, na visão das *Mães*, a impunidade dos crimes do regime ditatorial era um dos elementos centrais no processo de gestação dos crimes que ocorreram em maio de 2006 em São Paulo. Elas estavam experimentando “na pele” aquilo que os familiares dos mortos e desaparecidos durante o regime ditatorial vivenciaram décadas atrás em nosso país. Buscam:

[...] lutar pela Verdade, pela Memória e por Justiça para todas as vítimas da violência contra a população Pobre, Negra e Indígena e contra os Movimentos Sociais brasileiros, de Ontem e de Hoje.[...](*Mães de Maio*, 2012, p. 24)

Lutam por verdade, memória e justiça não apenas para seus familiares, mas também para as “vítimas históricas” do Estado brasileiro. Pobres, negros e indígenas que ontem, tanto quanto hoje, são as “vítimas preferenciais” da violência em nosso país. Por isso, podem ser consideradas “mães de ontem”.

Contudo, as *Mães de Maio* também são *mães de sempre* por serem *mães de hoje*! Sua missão é conseguir:

[...]Verdade e Justiça não apenas para @s mort@s e desaparecid@s dos Crimes de Maio de 2006 ou dos Crimes de Abril de 2010, mas para todas as vítimas do massacre contínuo que o estado pratica historicamente no país. Nosso objetivo maior é construir, na Prática e na Luta, uma sociedade realmente Justa e Livre. (*Mães de Maio*, 2012, p. 24)

As *Mães* buscam contemplar em suas lutas por *verdade e justiça* não apenas as demandas de seus filhos e filhas mortos e/ou desaparecidos em 2006, mas também as de todas as vítimas do massacre contínuo que é praticado pelo estado no Brasil. Em uma passagem de seu livro, que se refere ao ano de 2012 no Estado de São Paulo, essa situação é exposta de maneira mais explícita.

Repetimos: já são centenas e centenas de mortos (oficialmente), dentre agentes e sobretudo civis (numa proporção de cerca de 1 agente para 12,13,14,15 civis...), apenas neste terrível ano de 2012 aqui no estado de São Paulo, situação que nos faz reviver os Crimes de Maio de 2006 – quando mais de 500⁴⁵ pessoas foram assassinadas em apenas oito dias em São Paulo, e de onde nosso movimento surgiu.

⁴⁵ Número de casos estipulado pelo movimento.

Agora novamente o mesmo cenário: dezenas de bairros sitiados e ‘recolhidos’ na Grande SP, Baixada Santista e interior, sobretudo nas regiões periféricas – alvos preferenciais do chamado ‘combate ao tráfico’, uma verdadeira sobremilitarização de comunidades inteiras e a perpetuação da “matança dos ‘suspeitos’”. Paraisópolis, Heliópolis, Capão Redondo, Brasilândia que o digam! (Ibid., p. 18-19)

E completam, ao exporem seus objetivos:

Uma das principais bandeiras do nosso movimento é o Desarquivamento e a Federalização, o devido Julgamento e a Punição dos responsáveis pelos Crimes de Maio de 2006, os Crimes de Abril de 2010 e todos os Crimes de 2012 no estado de São Paulo – cujas investigações, em sua imensa maioria, foram simplesmente arquivadas. Assim, nossa luta se insere numa longa tradição de resistência dos oprimidos e oprimidas deste país, com @s quais nos solidarizamos. (Ibid., p. 24)

As *Mães* não lutam apenas pelas vítimas e familiares dos *Crimes de Maio de 2006*, em seus percalços por *verdade* e *justiça* incorporaram as demandas, pois em muitos pontos convergentes, dos *Crimes de Abril de 2010* e dos praticados recentemente em 2012. Situações que as fazem reviver aquele período fatídico de maio de 2006, quando muitas pessoas foram assassinadas em apenas oito dias em São Paulo. As dores, como expõem as *Mães*, são “semelhantes” para todos os familiares.

Nós do movimento *Mães de Maio* buscamos demonstrar em nossa prática cotidiana, nas suas várias dimensões, o nosso pesar e solidariedade efetiva com TODAS as famílias de vítimas desse período terrível... Tempos Difíceis, como as do jovem Henrique, do Cássio Luan, do MC Daniel Gabú, o jovem Pedro, o jovem Caíque, a jovem militante Luciene Neves, o servente de pedreiro Paulo Batista, e de tantos outros mais, que tombaram nas últimas semanas aqui em São Paulo. Solidariedade também as famílias de agentes do estado, como à filha (que testemunhou sua morte), à família e a@s amig@s da agente Sra. Marta Umbelina, assassinada num recente feriado por autores e razões desconhecidas. Dor de Filha, Dor de Mãe, de Familiares e Amig@s é A MESMA, em qualquer lugar! (*Mães de Maio*, 2012, p. 17)

As diferenças de origem social e econômica das vítimas e seus familiares, assim como sua vinculação com os membros do braço operante da lei em nossa sociedade, são postos em suspenso quando as *Mães* consideram que “Dor de Filha, Dor de Mãe, de Familiares e Amig@s é A MESMA, em qualquer lugar”! Apresentam-se como um movimento aberto, inclusivo, que em sua caminhada por *verdade* e *justiça* agrega filhos e filhas de *ontem* e de *hoje*, por isso *mães de sempre*!

Creio tratar-se, como oportunamente destaca Paulo Sérgio Pinheiro, das vítimas de *práticas autoritárias*, resultado de nosso legado histórico e de períodos ditatoriais recentes,

que “se abatem de preferência sobre as maiorias que constituem as populações pobres e miseráveis, precisamente aqueles setores que são os alvos do arbítrio, da criminalização e da discriminação.” (Pinheiro, 2000, p.13) Para Pinheiro, os laços históricos que permeiam as relações entre Estado de Direito e autoritarismo na sociedade brasileira não foram superadas, por completo, em uma nova “legalidade democrática”, já que:

[...] os pobres e os membros marginalizados da sociedade têm sido sistematicamente alvos do mau tratamento do sistema judicial como um todo (Judiciário, polícia, prisões) pelo uso ilegal e arbitrário da força, em flagrantes violações dos direitos humanos”. (Ibid., p. 13)

As classes populares são, nesse arranjo, as *vítimas preferenciais*, das práticas ilegais e autoritárias exercidas pelo braço operante do Estado brasileiro encarregado de lidar com a violência e a criminalidade⁴⁶. Vivemos, segundo Pinheiro (2010), numa democracia constitucional que ao mesmo tempo em que reserva aos pobres assentos preferenciais em espetáculos de violência e criminalidade, insiste em manter impunes os crimes cometidos por seus agentes. Nos interstícios dessa “legalidade democrática”, permeada por práticas autoritárias dos agentes dos órgãos encarregados de garantir a “lei e a ordem”, encontramos nossos interlocutores. As *Mães de Maio*, atores que em suas narrativas “exteriorizam” as experiências de uma *violência institucional* caracterizada pelo “silêncio” e pela “impunidade”. Portanto, não falamos dos familiares das vítimas dos “ataques do PCC” que sacudiram o estado de São Paulo em maio de 2006, mas sim das vítimas de uma “resposta imediata”, e porque não dizer truculenta, de grupos de extermínios, supostamente formados por agentes do Estado, que agiram naqueles dias.

No trajeto de uma “democracia legal” permeada por resquícios de legados históricos e períodos autoritários recentes, encontramos as *Mães de Maio*, que frente à impunidade dos algozes de seus filhos, irmãos e amigos que tombaram em “maio de 2006” lutam: pelo desarquivamento e federalização dos inquéritos policiais; por uma investigação capaz de revelar a *verdade* dos fatos ocorridos naquele período; por *justiça* para os responsáveis por esses crimes, especialmente na forma da responsabilização civil e penal dos envolvidos; por

⁴⁶ As famílias de jovens pobres e negros assassinados, além de destruídas, insistem em ser desconsideradas, ou simplesmente humilhadas moralmente como se fossem ‘famílias de bandidos e marginais’, sofrendo uma ‘dupla-violência’, pois além de terem perdido seus filhos de maneira brutal por parte de agentes do Estado, ainda têm renegado o seu legítimo direito à verdade e à justiça, sendo obrigadas muitas vezes a conduzir, elas mesmas, as investigações – sem nenhum suporte, reparação, e sequer a garantia da própria vida.

reparações materiais e simbólicas; e, para que esses eventos não ocorram novamente, “evitando que outras mães chorem a morte de seus filhos”.

Organizados, os familiares das *vítimas* da violência têm construído espaços de identificações, discussões e partilhas, tecendo importantes diálogos com o poder público na elaboração e implementação de ações voltadas para a questão da criminalidade e segurança pública. De olho nas demandas que orquestram e nas formas de “luta” encenadas em um arranjo de ineficiência de prevenção e impunidade dos crimes cometidos pelos agentes do Estado, avançaremos em nosso percurso. Buscando evidenciar alguns dos percalços e lutas empreendidas por esses atores, nosso propósito é observar como categorias e estratégias características da chamada *justiça de transição*, tais como as demandas por “verdade” e “justiça”, permeiam e dão os contornos, positivos e negativos, das lutas das *vítimas contemporâneas* em suas interlocuções com o Estado democrático brasileiro.

3 CONSTRUINDO O OBJETO: PERCORRENDO CAMINHOS

O interesse inicial por estudar e compreender a realidade das vítimas *daviolência armada*⁴⁷, especialmente aquela praticada por agentes das forças policiais, e seus familiares, surgiu a partir de investigações desenvolvidas nas periferias da cidade de Fortaleza, Ceará. Realizando a pesquisa de campo necessária para a confecção de minha dissertação de mestrado, “*Violência, cidadania e medo: experiências urbanas em Fortaleza*” (2008)⁴⁸, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS-UFC) tive meus primeiros contatos com mães, pais, irmãos, filhos, familiares e amigos que de alguma maneira tiveram suas vidas “marcadas” por esse fenômeno chamado violência em nossa sociedade.

Tratava-se, naquela ocasião, de compreender como os moradores de um bairro da cidade estavam a construir sentimentos de *pertença* em relação a um contexto socialmente apreciado através do *estigma* da violência. Fragmentado simbolicamente nas representações sociais, o espaço era atravessado por distintas memórias e sentimentos que colocavam em xeque a ideia da existência do mesmo como uma “unidade imaginária” homogênea, ao passo em que se desenhavam múltiplos *micro-espacos* afetivos em suas representações. Identificações e pertencimentos eram manipulados em jogos capazes de evitarem possíveis *incriminações* e estigmatizações individuais e/ou grupais. Investigando essas relações, a dissertação contribuiu, até certo ponto, de maneira frutífera para o desenvolvimento do trabalho da tese aqui proposto.

A violência, nesses contatos iniciais, revelava-se não apenas como um fenômeno associado à afirmação das masculinidades e da resolução de conflitos interpessoais, mas também como um precipitador de sentimentos de dor e sofrimento para aqueles que perdem seus entes queridos de uma maneira abrupta no cotidiano das periferias do Nordeste brasileiro.

⁴⁷Segundo Misse (2006), ao referir-se ao processo de *construção social do crime* no Brasil, as práticas criminalizadas se referem aos cursos de ações *típico-idealmente* definidos como crime. Definição essa processada através da reação moral à generalidade que define tal curso de ação e o põe nos códigos, institucionalizando sua sanção.

⁴⁸*Violência, cidadania e medo: experiências urbanas em Fortaleza*. Fortaleza: UFC, 2008. (*mimeo*)

A partir dessa influência inicial e das marcas que aqueles contatos imprimiram no pesquisador que vos fala é que o projeto de trabalhar com os familiares e com as vítimas da violência na pesquisa do doutorado ganhou corpo. *O que a figura contemporânea da vítima e aqueles que buscam falar em seu nome teriam a dizer sobre as interpretações sociológicas acerca da violência* passou a ser o objeto de estudo que iria nortear minha mais nova pesquisa de grande fôlego. Decidido a investigar mais de perto essas situações o projeto foi desenhado e mais tarde aprovado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP).

Investigando terras distantes

O quadro de eventos elaborados por alguém que é pessoalmente afetado por eles difere usualmente, de modo característico, daquele que se forma quando observados com a imparcialidade e o distanciamento de um pesquisador. É como uma máquina fotográfica, que pode ser focalizada em função de diferentes distâncias – *close up*, plano médio e grande distância. Algo semelhante ocorre com o ponto de vista de um pesquisador que também vivenciou os eventos que está estudando. (Elias, 2001, p. 15)

Mudanças significativas marcam as especificidades dessa nova empreitada quando comparadas aquelas que se apresentaram no desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado. A mais significativa delas refere-se às *condições de produção* do conhecimento das nossas investigações sociais.

Como *morador e investigador* do bairro Aerolândia⁴⁹, lugar no qual realizei minha pesquisa para o mestrado, ou seja, como pessoa que habita e busca compreender o mesmo contexto empírico e social no qual reside, não desvincilhava aquilo que produzi sobre ele das experiências ali vivenciadas e das redes de relações construídas ao longo de anos. Da mesma maneira, não desvincilho aquilo que produzi em minha tese de doutorado, a partir de uma pesquisa de campo nas cidades do Estado de São Paulo⁵⁰, das situações enfrentadas ao longo desse trajeto investigativo.

⁴⁹ Bairro localizado na zona sul da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, Nordeste do Brasil.

⁵⁰ Realizei pesquisas de campo nas cidades de São Paulo, Santos, São Vicente e Guarujá.

As discussões sobre as condições de produção do conhecimento, especialmente o social, tem sido trabalhadas exemplarmente por alguns antropólogos, tais como Zaluar (1980) e Velho (2003), que buscam relativizar a forma como o mesmo é “construído” na dinâmica interacional em que se constitui a pesquisa social.

Em contextos onde o pesquisador é identificado como morador, ou inversamente, onde o pesquisador era identificado como uma pessoa totalmente estranha àquele espaço, a investigação social deve ser encarada sempre como uma “*via de mão dupla*” (Velho, 2003) e como um “*encontro de subjetividades*” (Zaluar, 1980). *Encontro de subjetividades*, no sentido destacado por Zaluar, para quem o conhecimento resulta da interação social entre o pesquisador, munido de conceitos e teorias tanto científicas quanto de senso-comum, e os sujeitos de sua pesquisa, igualmente munidos de conceitos e teorias que informam a sua ação; e *via de mão dupla*, pois os pesquisadores e pesquisados enfrentam momentos de maior empatia, desconfiança, solidariedade e reserva, em diferentes etapas da mesma pesquisa. A pesquisa social, nesse sentido, não era pensada como um processo “mecânico”, onde o pesquisador se constituiria em “elemento ativo” e nossos interlocutores atores “passivos”, mas como uma interação social, que como as demais, envolve uma série de variáveis que determinam o *tipo de acesso* ao universo investigado e o *tipo de conhecimento* que se produz sobre o mesmo.

Como parte substancial da investigação e produção do conhecimento social, devemos “incorporar as condições de produção da pesquisa como parte do processo de construção do conhecimento” (Velho, 2003). As condições de produção da pesquisa não seriam apenas um “detalhe” a ser considerado na construção do conhecimento, mas dispositivos capazes de desobscurecerem sua específica situação e tecitura particular.

Relendo minha dissertação de mestrado, há alguns anos quase que intocada, lembro escrever as seguintes linhas sobre o momento no qual relatava experiências sobre as investigações que realizava em “*terras próximas*”.

Falar sobre a Aerolândia, seus moradores, relações e práticas é uma tarefa que se confunde com a narrativa de minha própria trajetória individual. Moro no bairro desde que nasci e do mesmo ausentei-me por curtos períodos de tempo. Dessa maneira, o contato com tal espaço e seus habitantes se deu através de uma relação íntima que foi construída e vivenciada ao longo de anos de convivência. Foram muitas as experiências e sentimentos compartilhados na companhia das pessoas que ali residem. O contexto no qual realizo minha investigação foi problematizado não como um espaço “desconhecido” e “distante” a ser compreendido, mas como um ambiente

“familiar”, habitado por pessoas reconhecíveis e por práticas muitas vezes presenciadas e vivenciadas por mim. Investigar um ambiente onde os rostos e os cenários são “familiares” e “próximos” envolveu, necessariamente, a problematização e a reflexão de práticas e momentos que se confundem com minha história de vida. (Matos Júnior, 2008, p. 13)

Naquele momento da pesquisa para o mestrado tentava compreender sujeitos, relações e práticas que de alguma maneira se confundiam com minha própria trajetória individual, pois tinha a proposta de investigar o bairro no qual sempre mantive residência e construí grande parte de minhas relações pessoais. O contato com o espaço e seus habitantes, muitas vezes, era perpassado por relações íntimas construídas ao longo de anos de convivência e sentimentos compartilhados. Não se tratava de um espaço “desconhecido” e “distante” a ser investigado, mas um “ambiente familiar”, habitado por pessoas reconhecíveis e por práticas muitas vezes presenciadas e vivenciadas pelo próprio pesquisador. Tratava-se de uma investigação onde os rostos e os cenários eram “familiares” e “próximos”, situação que envolveu a problematização dessas práticas que se confundiam com minha própria história de vida.

Em um percurso de *estranhamento do familiar* (Velho, 1989) o “olhar do morador” em alguns momentos confundia-se com o do “pesquisador”, me levando a questionar e refletir sobre situações que anteriormente seriam experimentadas de uma maneira “fluída”, e até certo ponto “irrefletidas”. Morar no bairro da Aerolândia já não era “a mesma coisa”, pois o espaço pelo qual cultivo sentimentos e memórias tornara-se o contexto no qual busquei indícios para a produção de um conhecimento científico acerca da violência, da criminalidade e do medo⁵¹.

Situação bem diferente das descritas nas linhas precedentes foram enfrentadas na execução de minha pesquisa de doutorado, especialmente em sua etapa de campo, junto ao PPGS da USP.

⁵¹Segundo Irllys Barreira (2007), referindo-se as possibilidades de uma *sociologia dos bairros*: ‘Não obstante a vigência de processos globais, atuando como pano de fundo no âmbito de registros sociológicos da cidade, torna-se importante retomar o contexto das práticas cotidianas reveladoras de sentidos e processos citadinos. Trata-se de pensar as estruturas mais abrangentes mediante o que poderia ser designado de “sociologia dos bairros”, entendendo que, a partir de espaços microssociais, é possível examinar perspectivas globais da cidade. O bairro, como lugar expressivo de práticas sociais, permite ultrapassar a lógica linear de certas generalizações, atentando para situações mais densas e contraditórias vivenciadas no cotidiano da cidade. Cotidiano permeado de ações insurgentes, rotinas e modos de apreender a cidade, nem sempre cabíveis nos modelos convencionais de observação da realidade.’ (Barreira, 2007, p. 165).

Uma situação, significativamente distinta das vivenciadas na execução da pesquisa do mestrado, relaciona-se ao fato de que realizei o curso de doutorado e a investigação necessária para seu desenvolvimento em uma cidade geograficamente distante de minha cidade natal. Tratava-se, no entanto, não apenas de uma distância geográfica, mas de uma brecha cultural, econômica e social que me ligava a uma realidade extremamente diversa daquela que encontrava em meu “novo lar”, *lócus* de pesquisa e no diálogo com meus interlocutores.

Nessa nova pesquisa para o doutorado não estava mais me dedicando a compreensão de situações e fenômenos que se desenrolavam em “terras próximas”, mas sim em “terras distantes”, localizadas a muitos de quilômetros de minha zona de conforto pessoal e profissional. Não era uma pesquisa que envolvia a compreensão de sujeitos, relações e práticas que poderiam ser confundidas com minha trajetória individual, mas que eram substancialmente diferentes em suas apresentações e desenvolvimentos.

Estava agora morando na maior metrópole da América do Sul, onde residi por três anos ininterruptos, e me aventurando a investigar um grupo de mães de vítimas da violência armada, as *Mães de Maio*, que se projetou no cenário paulista e nacional a partir dos eventos que ocorreram em maio de 2006 no Estado de São Paulo. Nesse novo ambiente, os lugares e os rostos não eram mais observados sob o crivo das relações íntimas tecidas ao longo de anos de convivência, mas sempre a partir da ótica da empatia a ser construída e cultivada. Não se tratava, em nenhum momento, de um ambiente ‘hostil’ à realização da pesquisa, mas de um espaço “desconhecido” e “distante”, habitado por rostos inicialmente longe de serem enquadrados na categoria dos “familiares”.

Essa situação gerou a necessidade de um primeiro deslocamento, físico e cognitivo, do pesquisador, pois minha permanência na cidade e a realização da pesquisa envolviam uma distância duradoura do seio de meu círculo familiar e de amigos. Uma primeira exigência imposta para a realização da pesquisa, nesse sentido, se configurava. O *lócus* do curso e da pesquisa a ser realizada não seria atravessado por uma necessidade de *estranhamento do familiar* (Velho, 1989) que outrora converteu o “olhar do morador no de um pesquisador”, mas pela urgência de uma *familiaridade com o estranho*, capaz de me aproximar do universo material e simbólico que a cidade de São Paulo e meus interlocutores exibiam e manejavam com majestade.

A necessidade desse deslocamento geográfico e simbólico se apresentou de uma maneira mais urgente a partir de nossas aproximações iniciais junto aos integrantes das *Mães de Maio*. As *Mães* não eram um movimento homogêneo no que diz respeito a sua distribuição geográfica no Estado de São Paulo. Pelo contrário, seus membros estavam espalhados por várias cidades da unidade paulista da Federação, principalmente naquelas localizadas na região da chamada Baixada Santista (Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente).

Estar com as *Mães* e manter um contato estreito com as mesmas não significava apenas esperar que elas “subissem” do litoral do Estado de São Paulo para a capital paulista visando participar das inúmeras atividades para as quais eram convocadas. Realizar uma pesquisa junto com as *Mães* passava, em muitos momentos, pela necessidade de “descer” rumo ao litoral sul de São Paulo para encontra-las nas cidades onde residiam com seus familiares.

Tive a oportunidade e o prazer de visitar e me relacionar com os integrantes das *Mães* na capital paulista (no bairro de Itaquera, zona leste da cidade) e nas cidades litorâneas do Guarujá, São Vicente e, principalmente, Santos (onde se localizam a maioria de seus membros e familiares).

Recordo com gratidão a acolhida que no momento inicial da pesquisa Newton, ou “Maluquinho do PT” como comumente é conhecido em sua localidade, me prestou no Sítio Conceiçãozinha, periferia da cidade do Guarujá. Passamos um dia muito agradável visitando sua casa e as margens do rio que ficava em suas imediações. Não tenho palavras para agradecer a acolhida daquele senhor e de sua família que se dispuseram a falar sobre suas experiências relacionadas à violência que os atingiu e atravessou suas trajetórias.

Nunca esquecerei a recepção e a agradável conversa travada com Dona Vera e seu esposo João em sua residência em Santos. Casal acolhedor, de descendência portuguesa, dedicaram a mim uma delicadeza e presteza indispensáveis para a realização de uma entrevista em meio a difícil tarefa de recordar uma perda “inominável” e “inenarrável”. A eles peço meu muito obrigado e deixo meus sinceros votos de justiça e felicidade!

Agradeço sinceramente a todos que nesses meses de “descidas” e “subidas” entre a capital paulista e o litoral do estado abriram as portas de suas casas e me receberam em suas

vidas para compartilhar um pouco de suas histórias, algumas vezes permeadas por narrativas de perda e indignação, em outros momentos coloridas por experiências de lutas e encontros. Débora, Vera (mãe da Ana Paula), Dona Gorete, Dona Nair e seu Francisco também não podem ser esquecidos nesse momento. A todos meus sinceros agradecimentos!

Esses deslocamentos físicos foram importantes para o desenvolvimento da investigação, pois foram permeados por situações onde as *Mães* apresentavam-se na intimidade de seus lares. Diferentemente de quando estavam em grupo, preparadas para suas participações e intervenções nos eventos nos quais se faziam presentes, os membros do movimento encontravam-se nesse momento acompanhados de seus familiares e “seguros” no seio de seu ambiente doméstico.

Contudo, esses deslocamentos físicos não foram os únicos necessários para o prosseguimento da pesquisa. São Paulo, como a metrópole mundial em que se configurou nas últimas décadas, revelou-se uma cidade plural no que diz respeito aos seus habitantes, espaços, práticas e idiomas. Realizar a pesquisa necessária ao doutoramento significava “abrir-se” a possibilidade de manter contato com atores sociais descendentes de povos advindos de diversas partes do Brasil e do mundo. Nesse sentido, ao longo da pesquisa pude conhecer e manter contato com paulistas (descendentes de nordestinos e portugueses) e também com aqueles que não se preocupavam muito com suas procedências e reclamavam a si simplesmente o título de ‘paulistas’.

Transitar em meio a esses atores exigia que o investigador, ao modo daqueles pesquisadores que viajam para terras longínquas e mantêm contato com grupos alienígenas ao seu, se apropriasse de uma nova linguagem e termos que não fazem parte do repertório e arcabouço dos moradores da região Nordeste do Brasil. O aprendizado de toda uma série de expressões, palavras e gírias passaram a ser importantes nesse processo de compreensão e interpretação da realidade e das experiências dos familiares das vítimas da violência nessa sociedade plural.

Feitas essas observações sobre as condições de produção do conhecimento social enfrentadas no caminho da nossa pesquisa, passemos a descrever como ela foi executada.

Metodologia

Concordo com Minayo (1994), quando afirma que podemos entender de uma maneira complexa e instigante o que seja *metodologia*, ao considerarmos a mesma como “o caminho e o instrumental próprios das abordagens da realidade”. Nessa perspectiva, a mesma ocuparia lugar de destaque no desenvolvimento das teorias sociais por fazer parte da visão de mundo veiculada em tais propostas.

Entender a metodologia como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, significa pensá-la não apenas em sua forma exterior, ou seja, enquanto técnicas e instrumentos de pesquisa. Como síntese da articulação entre conteúdos, pensamentos e experiências empíricas, a mesma incluiria: *concepções teóricas de abordagem*, ligando teoria e metodologia de maneira intrínseca; um *conjunto de técnicas*, que possibilitariam a construção da realidade, ou seja, um instrumental claro, coerente, elaborado e capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática; e o “*sopro divino*” do potencial criativo do pesquisar, que deve prescindir da ruptura e da inventividade no processamento da investigação social (Minayo, 1994).

Desenvolvendo um argumento até certo ponto convergente, Bourdieu (2005) procura entender a metodologia colada ao referencial teórico que é incorporado na prática da pesquisa. Segundo o autor, “não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstrações”, devendo o pesquisador não separar as opções técnicas mais empíricas das mais teóricas de construção do objeto nas investigações sociais. É em função de uma certa elaboração do objeto que os métodos de abordagem, as técnicas de recolha dos dados, e o tratamento posto em prática na análise social se impõe (Idem, 2005). No rastro de tal proposta, devemos mobilizar todas as técnicas, que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes, e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, sejam empiricamente utilizáveis. O autor ainda nos previne para que nas pesquisas sociais não se confunda a *rigidez* com o *rigor*, pois assim, poderíamos ficar privados dos recursos que podem ser oferecidos pelo conjunto das diferentes tradições intelectuais.

Inspirado pelas reflexões de Minayo e Bourdieu busquei trabalhar com abordagens qualitativas como ferramentas capazes de aprofundarem experiências e representações acerca das experiências de violência e vitimização enquanto fenômenos sociais complexos.

O objeto a ser investigado foi apreciado em sua dimensão *relacional*, ou seja, como elemento histórico e qualitativo inserido num conjunto de relações das quais retira o essencial de suas propriedades (Bourdieu, 2005). Questões relativas ao *universo da violência*⁵² não poderiam ser pensadas de uma maneira exclusivamente factual, mas sob a ótica das relações de forças postas em jogo nos processos de vitimização e atuação política em nossa sociedade.

Compreender o significado da *figura da vítima* da violência e seus familiares não é uma aventura fadada a construir-se pelo manuseio de um único método ou técnica de pesquisa, pois múltiplos são os caminhos que se podem tomar nas investigações sociais. Nesse processo, ora percorremos etapas solitárias e fatigantes, ora nos deleitamos com a riqueza de cores e sons das interações sociais, caminhos complementares que se articulam num “fazer pesquisa” atravessado por diferentes momentos e situações.

Tão numerosos quanto os métodos e as técnicas de pesquisa manejáveis nas investigações sociais, são as críticas elaboradas em torno da escolha e utilização dos mesmos. Compreendendo a *metodologia* como o *caminho* percorrido pelo pesquisador, juntamente com as *ferramentas* que o mesmo instrumentaliza no decorrer desse percurso cambiante que é a pesquisa, realizei uma abordagem que utilizou métodos e técnicas qualitativas na compreensão da vitimização e seu significado enquanto fenômeno social. Dados quantitativos e qualitativos interagem numa interface metodológica capaz de compreender a violência e suas vítimas de maneiras complexas. A violência e suas vítimas devem ser abordadas de distintos lugares sociais e sob diferentes óticas para que possamos perceber toda sua complexidade significativa e processual.

Pensando no qualitativo

⁵² Falar de universos da violência significa compreender tal fenômeno em sua natureza social e não como categoria abstrata. Nesse sentido, fariam parte de tal conjunto: as práticas representadas como violentas; as ações enquadradas no âmbito da lei e definidas como crime; as vítimas desses eventos, tanto quanto seus autores; familiares de vítimas e de criminosos; o medo socialmente construído; as respostas sociais ao mesmo; e, os órgãos encarregados de sua prevenção e controle, entre outros.

Trabalhando com sentidos e significados, as metodologias qualitativas se constituem como ferramentas interessantes para a compreensão da violência e de suas vítimas enquanto fenômenos sociais.

As chamadas abordagens qualitativas em Ciências Sociais teriam ganhado força e legitimidade em um contexto de críticas a um “domínio” de orientação quantitativa nas pesquisas das décadas de 1940 e 50, favorecidas pelo desenvolvimento das técnicas de *surveys* na sociologia e da *experimentação* na psicologia social (Gondim, 1999; Haguette, 1990). No início de 1960, os paradigmas associados a modos quantitativos de análise, receberam severas críticas e o interesse pelas técnicas qualitativas de investigação se consolidou em fins dos anos 70.

Segundo Gondim (1999), os modelos dos métodos qualitativos advêm, principalmente, da antropologia, da sociologia urbana e da psicologia clínica. Na Antropologia, a partir do final do século XIX o contato direto com o universo das pessoas investigadas passara a predominar sobre os chamados “estudos de gabinete”, baseados em fontes de “segunda mão”⁵³. Na Sociologia Urbana, destaca-se a chamada *Escola de Chicago* que nas primeiras décadas do século XX reuniu um heterogêneo grupo de pesquisadores que realizaram investigações com grupos considerados “marginais” ou “desviantes” (prostitutas, *gangs* de jovens, jogadores e “vagabundos”) através da utilização de técnicas qualitativas⁵⁴. Na Psicologia Clínica, o estudo de W. I. Thomas e Florian Znaniecki intitulado *The Polish Peasant* (1918), baseado em histórias de vida, documentos pessoais (cartas e diários) e registros de igrejas, trás significativas inovações para a consolidação do caráter científico da perspectiva qualitativa como fonte de acesso ao conhecimento social.

Teresa Haguette (1990) pondera que o contexto de interesse pelas técnicas qualitativas a partir das décadas de 1960 e 70 não representa um repúdio cabal às *macro análises* alicerçadas em dados quantitativos, mas um reconhecimento de que a sociedade também é constituída de *micro processos* sociais. As experiências das vítimas da violência e seus familiares como fenômenos complexos que são, devem ser compreendidas através da manipulação de técnicas capazes de se mostrarem pertinentes nos diferentes momentos que compõem esse processo cambiante que é a investigação social.

⁵³ Um dos trabalhos referenciais em tal área do conhecimento é a obra *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* de Bronislaw Malinowski (1922).

⁵⁴ Entre os investigadores desse grupo, podemos citar os nomes de Robert Park, Louis Wirth, Ernest Burgess e William Foote-White.

No desenvolvimento da pesquisa, o olhar investigativo foi direcionado para a observação dos distintos significados e sentimentos acionados nas representações e ações elaboradas pelos atores sociais. Nesse sentido, concordo com Minayo (1994) ao afirmar que a metodologia qualitativa responderia a questões muito particulares, pois:

[...] ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 1994, p. 12)

Os adeptos das abordagens qualitativas em investigações sociais argumentam a pertinência de seus métodos e técnicas afirmando que os mesmos ofereceriam uma apreensão complexa dos fenômenos a serem analisados. Compreensão essa, capaz de dar maior relevância ao aspecto *subjetivo* da ação social face à configuração das estruturas sociais.

Entender como as práticas e relações sociais são vivenciadas coloca os *significados* contextualmente atualizados como eixo central no desenvolvimento e realização das pesquisas sociais.

Compreender o significado social da *figura da vítima* e as experiências de seus familiares não foi uma tarefa realizada a partir da instrumentalização de uma única técnica de pesquisa em todo o processo investigativo, mas através de “manuseios situacionais” instigados pela natureza dos momentos que são envolvidos em tal aventura. Nessa perspectiva, concordo com Howard Becker (1993), quando recomenda que desconfiemos do *proselitismo* dos metodólogos, ou de uma *metodologia proselitizante*, que diria:

[...] aos sociólogos o que deveriam estar fazendo e que tipos de método deveriam estar usando, e sugere que eles ou estudem o que pode ser estudado por estes métodos ou se ocupem em imaginar como o que querem estudar pode ser transformado no que pode ser estudado por estes métodos. Chamo a metodologia de especialidade *proselitizante* por causa desta propensão muito forte dos metodólogos a apregoar uma “maneira certa” de fazer as coisas, por causa de seu desejo de converter os outros a estilos de trabalho apropriados, por causa de sua relativa intolerância com o ‘erro’. (Becker, 1993, p. 18)

Entender a diferença entre abordagens qualitativas e quantitativas passa pela percepção da natureza do olhar proposto e dos resultados desejados nas diferentes investigações, pois:

[...] enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região 'visível, ecológica, morfológica e concreta', a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (Minayo, 1994,p. 20)

Diferentes por natureza, mas não opostos entre si, o conjunto dos dados quantitativos e qualitativos se complementam nas investigações sociais na medida em que a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. O conhecimento da realidade social deve ser observado tanto sob a ótica dos sujeitos, quanto através dos números capazes de revelar condições materiais de existência.

Existindo um substrato teórico, ou seja, uma visão de como a sociedade funciona por trás das escolhas das técnicas manuseadas nas investigações sociais, as metodologias qualitativas derivariam da convicção de que a ação social e seu sentido são fundamentais na compreensão da sociedade (Weber, 1999).

Das técnicas

Eleger os métodos e as técnicas de investigação a serem instrumentalizadas nas pesquisas sociais é uma tarefa que não pode se descolar do processo de construção do objeto a ser compreendido. Tomando a pesquisa como um processo *interacional* (Becker, 1977) onde se constroem *encontros de subjetividades* e como um exercício de constante reflexão acerca das múltiplas maneiras de captação da realidade, a escolha das técnicas a serem utilizadas nos diferentes momentos da investigação não deve ser estruturada de uma maneira *a priori* e descontextualizada. Como interações que envolvem diferentes situações e onde são mobilizados sentimentos e afinidades, o investigador social deve estar atento para a possibilidade de instrumentalizar as técnicas capazes de captar aquilo a que se propõe compreender nos contextos em questão.

A presente pesquisa foi operacionalizada a partir dos seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental; observação participante; e, entrevistas semiestruturadas⁵⁵.

Através da pesquisa bibliográfica e documental foi possível uma aproximação inicial ao mundo das vítimas da violência dos *Crimes de Maio de 2006* e seus familiares. Analisando textos, peças jurídicas e documentos relativos às experiências das vítimas no Brasil e no mundo nosso caminho foi inicialmente trilhado e constantemente revisitado. Um pequeno acervo bibliográfico sobre os temas pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa foi construído com o objetivo de dar conta intelectualmente das inquietações que surgiram ao longo da investigação.

Participando “dos” e observando “os” eventos onde as Mães de Maio se faziam presentes a *observação participante* constituiu-se como uma técnica de pesquisa capaz de superar estereótipos e revelar singularidades⁵⁶. A observação participante foi uma técnica referencial para o entendimento do contexto investigado. Através dela, pude evidenciar não apenas as representações que emergem através dos discursos, mas também a forma como são experimentadas e negociadas por nossos interlocutores. Participando de várias atividades desenvolvidas pelas *Mães* nas cidades de São Paulo, sua realidade e suas experiências puderam ser observadas sob outra ótica, à medida que elementos aparentemente imperceptíveis ganharam cores e destaque⁵⁷.

As entrevistas foram situações caracterizadas por momentos de apresentações polidas, horários previamente acordados, aplicação de enquetes semiestruturadas e utilização de gravadores, com a devida autorização dos nossos interlocutores. Nesses encontros, questões inicialmente ventiladas na pesquisa puderam ser aprofundadas e trabalhadas de maneira mais detalhada⁵⁸.

⁵⁵ Um acervo audiovisual também foi montado durante o andamento da pesquisa. Em nossos anexos exponho alguns desses registros.

⁵⁶ Segundo Foote White (2005) em suas pesquisas no *North End* da cidade norte-americana de Boston, para que as ações dos atores possam ser entendidas para além dos eventos espetaculares e de estereótipos e pré-conceitos do senso comum destacados na mídia, os mesmos devem ser devolvidos aos seus contextos sociais e observados em suas atividades rotineiras.

⁵⁷ Captando as bases processuais da ação social o entendimento do contexto no qual a mesma se desenvolve se torna decisivo para a compreensão das relações sociais gestadas em espaços de violência e medo.

⁵⁸ Realizei ao todo 12 entrevistas com os integrantes das Mães de Maio.

Através de pesquisas documentais, entrevistas semiestruturadas e observações participantes, o universo das vítimas da violência e de seus familiares revelou-se como um contexto socialmente significativo para as investigações sociológicas. Passemos ao texto.

4 ESCARAMUÇAS JUDICIÁRIAS: A LUTA PELA FEDERALIZAÇÃO E SEUS SIGNIFICADOS

De aqui, de dentro da guerra, qualquer tropeço é motivo. A morte te olha nos olhos. Te chama, te atrai, te cobiça. De aqui, de dentro da guerra, não tem DIU nem camisinha que te proteja da estúpida reprodução da fome, da miséria, da ínfima estrutura que abafa o cantar das favelas: antigas senzalas modernas. Cemitério Geral das pessoas.

Poeta Dinha, Parque Bristol, Periferia-SP

Em seu segundo livro “*Mães de Maio, Mães do Cárcere: a Periferia Grita!*” (2012), as *Mães de Maio* encerram a parte dedicada a apresentação do seu movimento expondo alguns de seus principais objetivos nesses árduos e incansáveis anos de peregrinações e batalhas.

Uma das principais bandeiras do nosso movimento é o Desarquivamento e a Federalização, o devido Julgamento e a Punição dos responsáveis pelos Crimes de Maio de 2006, os Crimes de Abril de 2010 e todos os Crimes de 2012 no estado de São Paulo – cujas investigações, em sua imensa maioria, foram simplesmente arquivadas. Assim, nossa luta se insere numa longa tradição de resistência dos oprimidos e oprimidas deste país, com @s quais nos solidarizamos. (*Mães de Maio*, 2012, p. 25)

Uma de suas principais demandas, como exposto acima, articula-se ao desarquivamento e “federalização” dos crimes que ocorreram em maio de 2006. Deslocamento de jurisdição esse, que em sua ótica, impulsionaria as investigações, os processamentos e os julgamentos de seus respectivos responsáveis.

Essa “bandeira” do movimento passa a ocupar um lugar central em suas querelas quando em 2009 as *Mães* redigem seu primeiro “*Manifesto pelo Desarquivamento e Federalização dos ‘Crimes de Maio de 2006’*”, enviando-o: à Presidência da República do Brasil (na época Luiz Inácio da Silva); à Casa Civil (à então Ministra da época é nossa atual presidente, Dilma Rousseff); ao Ministério da Justiça (na pessoa do então Ministro Tarso Genro); à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (Paulo Vanucchi); e, à população brasileira e internacional de maneira irrestrita. Observemos um trecho desse documento.

[...] Agora é preciso dar novos passos, e superar novas barreiras simbólicas, políticas e jurídicas. Esta petição, lançada pelas “Mães de Maio” às vésperas do Dia Internacional dos Direitos Humanos de 2009, tem como objetivo geral exigir o mínimo que as pessoas com alguma decência e dignidade podem fazer diante de brutalidades como esta: manifestar seu Repúdio e reivindicar Justiça! Mas tem um objetivo específico muito preciso: exigir do Poder Executivo Nacional que este faça cumprir a Constituição Brasileira, a qual vem sendo constantemente vilipendiada pelos Poderes Judiciário e Executivo do Estado de São Paulo – de alguma maneira implicados politicamente com os referidos Crimes de Maio de 2006, sobre os quais cobramos Justiça.

Sabemos que uma sociedade realmente democrática não se constrói sem encarar todo o seu Passado, sem assimilar toda sua Verdade Histórica. Sabemos que isso não é fácil, e que no Brasil há uma blindagem pesada feita pelas elites civis e militares para que isto não aconteça. Entretanto, diante de todo este poder opressivo imposto pelo dinheiro, pelas mídias e pelas armas, nós que abaixo-assinamos esta petição não nos intimidamos.

Estamos absolutamente convictos de que não construiremos uma sociedade Justa, Igualitária e, sobretudo, Livre, sem fazer todas as devidas reparações históricas. Mais que isso: seria impossível dormir com a consciência tranquila se nos calássemos, nos omitíssemos ou, pior, se colaborássemos para a manutenção desta situação. Tampouco atingiremos os nossos ideais coletivos, nacionais e internacionalistas, sem exigirmos a punição dos responsáveis pela sucessão de crimes históricos cometidos pelas elites e por seus agentes incrustados no Estado brasileiro, de forma direta ou indireta. Principalmente aqueles altos responsáveis pela sucessão de Massacres que marca a nossa História. Sem o julgamento e a devida punição de todos os responsáveis por estes crimes inomináveis, a sociedade brasileira na prática continuará dando aval para que eles sigam ocorrendo, sobretudo contra a juventude pobre e negra do país.

A luta pelo Desarquivamento e pela Federalização das investigações sobre os Crimes de Maio de 2006 se insere nesta tradição de resistência de tod@s @s oprimid@s que lutaram e lutam pela Memória, pela Verdade e por Justiça, em relação a todos os massacres históricos. Não apenas as vítimas e familiares dos Crimes de Maio de 2006 agradecem o apoio a este manifesto, mas todas as vítimas diretas ou indiretas do Massacre de Canabrava (2009), do Complexo do Alemão (2007), da Baixada Fluminense (2005), da Praça da Sé e de Felisburgo (2004), de Eldorado dos Carajás (1996), da Candelária e de Vigário Geral (1993), do Carandiru (1992), de Acari (1990), da Ditadura Civil-Militar (1964-1989), e de todos os massacres históricos contra trabalhadoras e trabalhadores pobres, negros e indígenas ocorridos ao longo da história brasileira.

NOSSA LUTA POR JUSTIÇA HISTÓRICA É UMA SÓ!

E, neste momento, neste manifesto: a Luta é por Justiça frente aos Crimes de Maio de 2006!

EM DEFESA DO DESARQUIVAMENTO E DA FEDERALIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS “CRIMES DE MAIO DE 2006” COMETIDOS POR AGENTES MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO E GRUPOS DE EXTERMÍNIO PARAMILITARES LIGADOS A ELES. (Mães de Maio, 2011, p. 80-81)

As *Mães* convocam a população brasileira e seus representantes a mostrarem todo seu repúdio frente os *Crimes de Maio de 2006* e a cobrar justiça para aqueles eventos que chocaram a sociedade paulista e brasileira em pleno regime democrático. Contudo, o Manifesto teria uma

objetivo específico mais preciso, buscava exigir do Poder Executivo Nacional o cumprimento de nossa Carta Magna, segundo o movimento, vilipendiada pelas autoridades paulistas responsáveis pela investigação e apuração devida dos fatos. O Poder Judiciário e Executivo do Estado de São Paulo estariam, na ótica de seus membros, de alguma maneira “implicados”, direta ou indiretamente, naqueles eventos e em seus morosos esclarecimentos.

A *verdade* sobre os fatos e a *justiça* para os responsáveis pelas ações criminosas daquele período não poderiam ser alcançadas ou possíveis na seara estadual do Poder Judiciário e Executivo de São Paulo, por isso a federalização era ventilada como alternativa, talvez uma das únicas, para a investigação e resolução dos *Crimes de Maio de 2006*. Uma sociedade “realmente democrática” não poderia ser construída sem assimilar sua *Verdade Histórica*, sem o julgamento e a punição dos responsáveis por esses crimes.

Nessa ótica, a luta pelo desarquivamento e federalização das investigações sobre os chocantes *Crimes de Maio de 2006*, não seria uma luta isoladamente travada pelas *Mães de Maio*, pois se insere na “tradição de resistência de tod@s @s oprimid@s que lutaram e lutam por Memória, Verdade e Justiça”. O movimento cita os exemplos das vítimas diretas e indiretas dos eventos: da Chacina de Acari (1990), de Matupá (1991), do Massacre do Carandiru (1992), da Candelária e de Vigário Geral (1993), do Alto da Bondade (1994), de Corumbiara (1995), de Eldorado dos Carajás (1996), de São Gonçalo (1997), de Alhandra e do Maracanã (1998), da Cavalaria e da Vila Prudente (1999), de Jacareí (2000), de Caraguatatuba (2001), do Jd. Presidente Dutra e de Urso Branco (2002), do Amarelinho, Via Show, e do Borel (2003), de Unai, do Caju, da Praça da Sé e de Felisburgo (2004), da Chacina da Baixada Fluminense (2005), do Complexo do Alemão (2007), do Morro da Providência (2008), de Canabrava (2009), da Chacina de Vitória da Conquista e dos Crimes de Abril na Baixada Santista (2010), da Chacina da Praia Grande (2011), do Pinheirinho (2012), mas também dos familiares e amigos das vítimas da Ditadura Civil-Militar (1964-1989), e, de todos os massacres históricos contra trabalhadoras e trabalhadores pobres, negros e indígenas ocorridos ao longo da história brasileira. O *Manifesto* faria parte de uma longa tradição de lutas contra o arquivamento de inquéritos policiais e impunidade de seus autores, em sua grande maioria agentes policiais e grupos de extermínio paramilitares incrustados na história do nosso país.

Contudo, passada a euforia e a esperança que esse *Manifesto* representou para o movimento, no final de 2009 os casos ainda permaneciam arquivados sem uma investigação

séria e idônea sobre a verdade dos fatos. Inexistia um julgamento de seus verdadeiros culpados e não era proporcionada nenhuma proteção, indenização ou reparação para os familiares das vítimas. Frente esse quadro de impunidade e o descaso das autoridades estaduais, as *Mães* redigiram em 2012 um “*Novo Manifesto pela Federalização das investigações sobre os ‘Crimes de Maio de 2006’ cometidos por agentes policiais de São Paulo, e pelo Fim dos Registros de ‘Resistência seguida de Morte’ em todo o país*”, reforçando algumas de suas demandas e ampliando seu escopo em outras direções.

Algumas mudanças ocorreram durante o período que separa a redação do primeiro e do segundo Manifesto, tomando corpo em algumas passagens desse novo documento.

A primeira e mais aparente dessas mudanças observada na redação do texto refere-se a quem ela se direciona. O *Novo Manifesto* na data de sua escrita encontra novos, e velhos atores, ocupando o quadro institucional brasileiro ao qual se dirige. Ele direciona-se à: população brasileira e internacional, ampla, geral e irrestrita; à nossa atual Presidente da República, Dilma Rousseff; à Casa Civil da Presidência da República, na figura da Ministra Gleisi Hoffman; ao Ministério da Justiça, na pessoa do Ministro José Eduardo Cardozo; à Secretaria de Direitos Humanos, na figura da Ministra Maria do Rosário; à Secretaria Nacional de Justiça e Comissão de Anistia, na pessoa do senhor Paulo Abrão; ao Supremo Tribunal Federal, na figura do Ministro-Presidente Cezar Peluso; e, ao Conselho Nacional de Justiça, na pessoa da Ministra-Corregedora Eliana Calmon.

Uma segunda mudança, essa bem mais significativa para o desenvolvimento dos nossos argumentos, diz respeito ao significado que a possibilidade do desarquivamento e transferência de competência dos “*Crimes de Maio de 2006*” teria para a sociedade brasileira. No *Novo Manifesto*:

O desarquivamento e a transferência de competência para a esfera federal dos Crimes de Maio de 2006, o maior massacre cometido pelo estado neste período democrático, tem que servir de marco para a abolição definitiva dos registros de “resistência seguida de morte” e “autos de resistência” em todo Brasil, esta verdadeira “licença para matar” dada a policiais, inconstitucional, ilegítima e imoral, que assola o povo pobre e negro do país inteiro. (*Mães de Maio*, 2012, p. 320)

E completa:

Diante de todo quadro de violência homicida [...], das altas porcentagens de assassinatos de pobres e negros levados a cabo por agentes policiais, e do caso emblemático dos Crimes de Maio de 2006, há alguns anos já nós do Movimento

Mães de Maio, junt@s à Rede de Comunidades e Movimento Contra Violência do Rio de Janeiro, e toda a Rede Nacional de Familiares e Amig@s de Vítimas do Estado Brasileiro temos exigido a abolição definitiva das demarcações “Resistência Seguida de Morte” (em SP), “Auto de Resistência” (no RJ), “Resistência à Prisão” (em MG), e qualquer expressão afim dos boletins de ocorrência e da *causas mortis* de jovens assassinados por agentes do estado.

Além de ser uma brecha político-jurídica totalmente inconstitucional, ilegal e imoral, tal anulação está prevista no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) – numa proposta das Mães de Maio (SP) e da Rede Contra Violência (RJ) -, e se não for agilizada certamente milhares de outros jovens seguirão morrendo sem qualquer perspectiva de Direito à Verdade e à Justiça. Como temos visto, estas demarcações têm sido um dos principais mecanismos que possibilitam um verdadeiro Estado de Sítio contra a população pobre e negra do país. Por isso pedimos aqui, em especial ao Conselho Nacional de Justiça, na pessoa da Ministra Corregedora Sra. Eliana Calmon, e ao Supremo Tribunal Federal, na pessoa do Ministro-Presidente Sr. Cezar Peluso, que determinem a abolição desta perversa aberração jurídica. (Ibid., p.321)

O desarquivamento dos *Crimes de Maio de 2006* e a transferência da competência de investigação, processamento e julgamento para a esfera federal, nessa nova chave interpretativa das *Mães*, significaria a possibilidade de um marco, ou precedente, para a “abolição definitiva dos registros de ‘*resistência seguida de morte*’ e ‘*autos de resistência*’ em todo o Brasil”, uma verdadeira “licença para matar” dada, de maneira inconstitucional, ilegítima e imoral, ao braço operante da lei em nosso país⁵⁹. Um quadro que se agrava se prestarmos atenção ao perfil das vítimas destas práticas, pois, segundo as *Mães*:

Em cada três assassinatos, ao longo do decênio de 1998 a 2008, dois foram assassinatos de negr@s, sendo a esmagadora maioria de jovens pobres do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. Aquilo que nós, dos movimentos sociais, temos denunciado como o Genocídio da Juventude Pobre e Negra do país, como se vê, não tem sido apenas mais uma bandeira de luta para agitação político-partidária-eleitoral – mas um quadro real mais do que comprovado! Em 2008 morreram 103% mais negros que brancos, já havia constatado também o Mapa da Violência de 2011. Dez anos antes, em 1998, essa diferença já existia, mas era de 20% - o que é bastante revelador da persistente seletividade racial que tem a violência no país. Os números – até onde eles podem dizer! - mostram ainda que, enquanto os assassinatos de branc@s vêm caindo, os de negr@s continuam a subir. De 2005 para 2008 houve uma queda de 22,7% nos homicídios de pessoas brancas; entre os negros, as taxas subiram 12,1%. (Ibid., p. 321)

⁵⁹ No dia 15 de outubro de 2009, a Anistia Internacional enviou uma nota a todas as instâncias do Estado Brasileiro, na qual repudiou o absurdo arquivamento da imensa maioria dos casos que se multiplicaram nas periferias de São Paulo a partir de maio de 2006, ressaltando estar atenta em relação à impunidade que vigora até o momento, e atenta também ao futuro das investigações e providências. Destacaram e se solidarizaram com toda a Luta das Mães e Familiares que, segundo a entidade internacional, sofrem uma “dupla-violência”: além de terem perdido seus filhos de maneira brutal por parte de agentes do Estado, ainda têm renegado o seu legítimo direito à Verdade e à Justiça, sendo obrigadas muitas vezes a conduzir elas mesmas as investigações – sem nenhum suporte, reparação, e sequer a garantia da própria Vida. (Mães de Maio, 2012, p. 321)

O recorte racial observado no perfil das vítimas do *Genocídio da Juventude Pobre e Negra* agravaria, sobremaneira, a necessidade do desarquivamento e federalização dos *Crimes de Maio de 2006*, já que a esmagadora maioria dos seus mortos seria arregimentada entre jovens negros, de 15 a 24 anos, moradores de nossas periferias.

As *Mães de Maio*, a *Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência* (Rio de Janeiro), a *Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado do Espírito Santo*, a *Campanha Reaja ou será Morto, ou será Morta!* (Bahia), o *Grupo de Apoio a Familiares de Pres@s e Frente Anti-Prisional das Brigadas Populares* (Minas Gerais), a *Rede Nacional de Familiares e Amig@s de Vítimas do Estado Brasileiro*, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a *Justiça Global*, o *Grupo Tortura Nunca Mais – São Paulo*, a *Associação de Cristãos pela Abolição da Tortura* (Acat-Brasil), o Movimento Negro unificado e demais signatários do *Novo Manifesto* tiveram algumas “vitórias” e “derrotas” desde que foi protocolado em 2010 o pedido de *incidência de deslocamento de competência* (IDC) para que os *Crimes de Maio de 2006* fossem reabertos e investigados pelo Governo Federal. No que diz respeito aos encaminhamentos políticos e jurídicos sobre esses eventos, as *Mães* destacam que:

Desde o final de 2010, quando foi instaurada pelo ex-Ministro dos Direitos Humanos, Sr. Paulo Vannuchi, uma Comissão Especial “Crimes de Maio” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), não temos resposta certa e efetiva. Muito embora até que ela tenha sido composta por pessoas sérias – como a jurista Flávia Piovesan e o psicólogo Rafael Mendonça Dias – e tenha vindo a São Paulo algumas vezes apurar mais informações – inclusive com as famílias - sobre os Crimes. Nenhum desdobramento efetivo e consequente, porém, fora encaminhado até o momento. E nós tod@s estamos cansad@s de aguardar! (Ibid., p. 321)

Contudo:

Em setembro de 2011, numa decisão inédita – porém ainda isolada – do Tribunal de Justiça de São Paulo, determinou-se a condenação do Estado de São Paulo como um todo, e para a Fazenda do Estado o pagamento da indenização em R\$ 165 mil por danos morais, além de indenização por danos materiais no valor de uma pensão mensal a partir da data da morte, no valor de um terço de um salário mínimo à família de Edson Rogério Silva dos Santos, filho de nossa Débora Maria dos Santos, que tinha 29 anos e foi morto a tiros em Santos por policiais, no mesmo local que havia varrido de manhã em seu trabalho de gari. A decisão fora tomada por unanimidade pela 7ª Câmara de Direito Público, após voto proferido pelo Desembargador relator Sr. Magalhães Coelho. O Acórdão (Processo 0019146-44.2010.8.26.0562) foi assinado em 5 de setembro de 2011, a partir de ação proposta pelo nosso Defensor Público Sr. Antônio Maffezoli, que atua em São Vicente. O encaminhamento das decisões, no entanto, ainda não ocorreu por parte do estado de

São Paulo, o qual inclusive ainda pode recorrer da condenação – e não duvidamos nem um pouco que siga dificultando as coisas. (Ibid., p. 321)

Como uma decisão judicial isolada e passível de inúmeros questionamentos essa “vitória parcial” não avançaria naquilo que se tornou fundamental para as *Mães de Maio* em suas caminhadas, ou seja, o fim da violência policial contra a população pobre e negra, em especial as torturas e as execuções sumárias cotidianas cometidas, sobretudo, contra os jovens. Além do direito à *Memória*, à *Verdade* e à *Justiça* para os familiares dos mortos em maio de 2006, as Mães buscavam preservar suas vidas e as de seus vizinhos, exigindo a abolição da *resistência seguida de morte*, *autos de resistência* e similares no Brasil.

Para as *Mães de Maio*, sem os julgamentos e a punição dos responsáveis pelos *Crimes de Maio*, considerado por seus membros de “*inomináveis*”, nossa sociedade continuaria dando o “aval” para que a força policial e seus aparatos paramilitares sigam eliminando a juventude pobre e negra do Brasil. Nesse sentido, “a luta por justiça histórica das Mães seria, e sempre será, uma só”! A luta por justiça para os eventos de maio de 2006 seria o precedente inicial para a extinção da *resistência seguida de morte* em São Paulo, dos *auto de resistência* no Rio de Janeiro e de seus afins pelo Brasil.

Vejamos mais de perto a que se referem os Incidentes de Deslocamento de Competências (IDC) em nosso ordenamento jurídico.

4.1 Incidentes de deslocamento de competência (IDC) no Brasil

A que se referem as *Mães de Maio* quando insistentemente em suas demandas nos falam sobre a possibilidade de “federalização” dos *Crimes de Maio de 2006*? Inicialmente, observemos a partir das leituras da Procuradora da República Marcela Baudel de Castro (2013) como o *Incidente de Descolamento de Competência* (IDC) faz parte de uma série de instrumentos do ordenamento jurídico brasileiro que permitem uma intervenção dos órgãos federais nos assuntos dos Estados da nossa Federação.

Deslocamentos no Direito brasileiro

Como aponta Castro em seu texto “*Breves considerações acerca do Incidente de Deslocamento de Competência (IDC)*” (2013), o IDC não seria uma inovação em nosso ordenamento jurídico. Ao longo de nossa recente história democrática outros institutos jurídicos teriam sido criados com a finalidade de fazer cumprir os preceitos básicos de nossa Carta Magna de 1988 e dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Um primeiro dispositivo jurídico citado pela autora refere-se ao instituto processual penal do *desaforamento*, “hipótese de deslocamento de competência prevista somente nos processos do Tribunal do Júri, através da qual o réu será submetido a julgamento perante comarca diversa”. (Castro, 2013, p. 1) A possibilidade jurídica do desaforamento estaria fundamentada nos artigos 427 e 428 do Código de Processo Penal, que ponderam que:

Art. 427. Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.

§ 1º O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.

§ 2º Sendo relevantes os motivos alegados, o relator poderá determinar, fundamentadamente, a suspensão do julgamento pelo júri.

§ 3º Será ouvido o juiz presidente, quando a medida não tiver sido por ele solicitada.

§ 4º Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto há fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado.

Art. 428. O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

§ 1º Para a contagem do prazo referido neste artigo, não se computará o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.

§ 2º Não havendo excesso de serviço ou existência de processos aguardando julgamento em quantidade que ultrapasse a possibilidade de apreciação pelo Tribunal do Júri, nas reuniões periódicas previstas para o exercício, o acusado poderá requerer ao Tribunal que determine a imediata realização do julgamento.⁶⁰

⁶⁰ Disponível em: http://www.dji.com.br/codigos/1941_dl_003689_cpp/cpp427a428.htm. Acessado em 15/05/2014

Calcado nesses artigos do Código de Processo Penal o desaforamento poderia ocorrer quando: o interesse da ordem pública o reclamar; houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado; ou, em razão do comprovado excesso de serviço do Júri, impossibilitando seu julgamento no prazo de seis meses. Castro (2013) pondera que:

Neste último caso, o desaforamento deverá ser requerido pelo réu ou pelo membro do Ministério Público, em todos os outros também poderá haver representação do juiz, sempre com audiência da defesa, nos termos da súmula 712 do Supremo Tribunal Federal: “é nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do Júri sem audiência da defesa”. Para o interesse da ordem pública, é preciso que haja fundados motivos de que a ocorrência do julgamento causará riscos à tranquilidade no local da comarca onde o júri seria realizado. No tocante à imparcialidade do corpo de jurados, motivo principal para o deferimento do pedido, não bastam meras suposições de parcialidade, é preciso que reste demonstrada a tendência da população local a uma determinada postura, em razão do repúdio e da comoção que o crime causou. (Ibid.,p. 1)

No caso de “comprovado excesso de serviço do júri” o desaforamento poderia ser pleiteado pelo réu, por um membro do Ministério Público ou por juiz responsável pelos trâmites, sempre que ocorra a audiência da defesa do caso. Para o “interesse da ordem pública” seriam precisos “fundados motivos” de que o processamento do julgamento causaria riscos ao local onde o júri seria realizado. Quanto à “imparcialidade do corpo de jurados” seria preciso a demonstração da “tendência da população local a uma determinada postura, em razão do repúdio e da comoção que o crime causou”.

No que diz respeito aos motivos que podem ensejar o desaforamento, Guilherme de Souza Nucci (Nucci, 2005 apud Castro, 2013) esclarece que:

Não basta, para essa apuração, o sensacionalismo da imprensa do lugar, muitas vezes artificial e que não reflete o exato sentimento das pessoas. O juiz pode apurar tal fato ouvindo as autoridades locais (polícia civil, polícia militar, Ministério Público, entre outros). Pode-se, ainda, incluir nesse contexto o volume excessivo de feitos a ser julgado, que, com certeza, determinará atraso considerável, provavelmente superior a um ano, causando revolta e grande possibilidade de rebelião nos estabelecimentos penitenciários, especialmente no que se refere aos réus presos. Assim, vislumbrando tal hipótese, pode o magistrado ou qualquer das partes solicitar o desaforamento. Essa situação não afasta a aplicação, obviamente, do processo levar mais de um ano para ser julgado, como previsto no parágrafo único do art. 424. Entretanto, a diferença entre um motivo e outro é que, no parágrafo único, prevê-se, unicamente, o atraso de mais de um ano, sem a necessidade de prova de efetivo comprometimento à ordem pública. (Ibid., p. 1)

O sensacionalismo da imprensa ou a notoriedade da vítima dos eventos não seria motivo suficiente para que se procedesse a instauração de um desaforamento no ordenamento jurídico

brasileiro, pois a possível ameaça à tranquilidade do lugar deveria ser averiguada pelo juiz competente através da audição das autoridades locais. No caso da morosidade do trâmite do julgamento em meio a um clima de comoção pública, o “atraso” poderia, esse sim, ser evocado em favor do instituto do desaforamento.

A decisão do parecer favorável, ou não, à instauração do desaforamento caberia ao tribunal de hierarquia jurisdicional competente, pois “importa em modificação de competência, envolvendo comarcas distintas e, conseqüentemente, juízos distintos. Deferido a alteração de competência o processo deverá ser encaminhado à comarca mais próxima”. (Ibid.,p. 1) Quanto à constitucionalidade do dispositivo, Guilherme Nucci ressalta que na utilização desse instrumento:

Não há ofensa ao princípio do juiz natural, porque é medida excepcional, prevista em lei, e válida, portanto, para todos os réus. Aliás, sendo o referido princípio uma garantia à existência do juiz imparcial, o desaforamento se presta justamente a sustentar essa imparcialidade, bem como a garantir outros importantes direitos constitucionais (como a integridade física do réu e a celeridade no julgamento). (Nucci, 2005, apud Castro, 2013).

Não haveria na aceitação de um pedido de desaforamento ofensa ao “princípio do juiz natural”, pois o mesmo seria uma medida excepcional prevista em lei e válida para todos os réus que objetivaria garantir a imparcialidade do juiz e outros importantes direitos constitucionais, como a integridade física do réu e a celeridade dos julgamentos.

Outro dispositivo jurídico, mencionado por Castro (2013), que trata da alçada e dos alcances de nossas instâncias judiciárias, está amparado pelo artigo 144, §1º da Constituição Federal de 1988. Segundo esse artigo:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.⁶¹

Segundo o artigo da Constituição, a Polícia Federal estaria autorizada a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações de “repercussão interestadual ou internacional” que exijam repressão uniforme, segundo disposto na lei.

⁶¹Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 15/05/2014.

No bojo das prerrogativas desse artigo, como aponta Castro (2013), é que podemos observar as condições de possibilidades da Lei nº 10.446/02, de oito de maio de 2002.

Art. 1º Na forma do inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição, quando houver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, poderá o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados no art. 144 da Constituição Federal, em especial das Polícias Militares e Cíveis dos Estados, proceder à investigação, dentre outras, das seguintes infrações penais:

I – sequestro, cárcere privado e extorsão mediante sequestro (arts. 148 e 159 do Código Penal), se o agente foi impelido por motivação política ou quando praticado em razão da função pública exercida pela vítima;

II – formação de cartel (incisos I, a, II, III e VII do art. 4º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990);

III – relativas à violação a direitos humanos, que a República Federativa do Brasil se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais de que seja parte;

IV – furto, roubo ou receptação de cargas, inclusive bens e valores, transportadas em operação interestadual ou internacional, quando houver indícios da atuação de quadrilha ou bando em mais de um Estado da Federação.

V - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e venda, inclusive pela internet, depósito ou distribuição do produto falsificado, corrompido, adulterado ou alterado (art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal).

Parágrafo único. Atendidos os pressupostos do caput, o Departamento de Polícia Federal procederá à apuração de outros casos, desde que tal providência seja autorizada ou determinada pelo Ministro de Estado da Justiça. (Incluído pela Lei nº 12.894, de 2013)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.⁶²

Essa lei possibilitaria à Polícia Federal do Ministério da Justiça, quando houver repercussão interestadual ou internacional de algum caso e “sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados no art. 144 da Constituição Federal”, especialmente Polícias Militares e Cíveis estaduais, proceder a investigação de algumas infrações penais tais como: sequestros; formação de cartéis; furto, roubo ou receptação de cargas interestaduais ou internacionais, desde que envolva a atuação de quadrilhas ou bandos em mais de um Estado da Federação; outros casos autorizados ou determinados pelo Ministro de Estado da Justiça; e,

⁶²Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10446.htm. Acessado em 15/05/2014.

violações de direitos humanos, desde que relativas a fatos aos quais o Governo brasileiro se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais⁶³.

Um último dispositivo jurídico citado por Castro (2013) dentro dessa tradição de institutos de deslocamento está relacionado ao artigo 34, capítulo VI, da nossa Constituição Federal que trata dos processos de “intervenção”.

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I - manter a integridade nacional;

II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

b) direitos da pessoa humana;

c) autonomia municipal;

d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

O inciso VII do artigo supracitado, em sua alínea b, permitiria a União, de uma maneira mais “traumática” como bem coloca Castro (2013), intervir nos Estados e no Distrito Federal,

⁶³ Castro pondera que ‘A diferença substancial para a inovação da EC n. 45 de que aqui se trata é que, não há, na hipótese da Lei n. 10.446/02, a substituição da polícia civil pela polícia federal, mas atuação conjunta e simultânea das duas instituições. Já no tocante ao incidente de deslocamento de competência, o Ministério Público Federal e a Justiça Federal efetivamente substituem os respectivos órgãos estaduais.’ (Castro, 2013, p. 1)

mitigando a autonomia do entes federativos afim de garantir a observância dos direitos da pessoa humana.

Um dos pressupostos para a instauração de uma *Ação Direta Interventiva* (ADIN) pelo Chefe do Executivo seria a “ação direta de inconstitucionalidade interventiva, proposta pelo Procurador-Geral da República, perante o Supremo Tribunal Federal”. (Ibid., p. 1) Como pondera Castro, “Esta será indispensável nos casos em que se almeja a decretação da intervenção para assegurar a observância aos chamados princípios sensíveis constitucionais” (Ibid., p. 1).

A intervenção federal deve procurar, antes de tudo, assegurar a observância dos princípios sensíveis constitucionais como: a forma republicana, sistema representativo e regime democrático; direitos da pessoa humana; autonomia municipal; prestação de contas da administração pública, direta e indireta; e, aplicação do mínimo exigido da receita dos impostos estaduais na manutenção e desenvolvimento do ensino e ações de serviços públicos de saúde. Para o jurista Alexandre Moraes (2003):

A ação direta interventiva possui dupla finalidade, pois pretende a declaração de inconstitucionalidade formal ou material da lei ou ato normativo estadual (finalidade jurídica) e a decretação de intervenção federal no Estado-membro ou Distrito Federal (finalidade política), constituindo-se, pois, um controle direto, para fins concretos, o que torna inviável a concessão de liminar. (Moraes, 2003 apud Castro, 2013, p.1)

A ADIN, aos olhos de Moraes, possuiria uma dupla finalidade, pois pretende a “declaração de inconstitucionalidade formal ou material da lei ou ato normativo estadual”, finalidade jurídica, ao mesmo tempo em que decreta a intervenção federal no Estado-membro ou Distrito Federal, finalidade política. Constitui-se, aos olhos do autor, como um controle direto para fins concretos. Moraes ressalta que:

A decretação da intervenção federal será sempre realizada pelo Presidente da República (CF, art. 84, X), porém na presente hipótese dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal, cujo Decreto se limitará a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade. Caso não seja suficiente, será decretada a intervenção, rompendo-se momentaneamente com a autonomia do Estado-membro. (Moraes, 2003 apud Castro, 2013, p. 1)

A decretação de uma intervenção federal deverá sempre ser realizada pelo Presidente da república, o qual dependerá de uma requisição do Supremo Tribunal Federal. Trata-se, como

observamos, de uma intervenção que romperia momentaneamente com a autonomia do Estado-membro que está sendo julgado.

Esses são alguns institutos de nosso ordenamento jurídico que não deixariam que a possibilidade da instauração de *Incidente de Deslocamento de Competência* (IDC) fosse avaliada como uma “novidade” sem precedentes em nosso regime democrático atual.

Incidente de Deslocamento de Competência (IDC)

A possibilidade de instauração de *Incidente de Deslocamento de Competência* (IDC), tão almejada pelas *Mães*, ampara-se no Brasil na Emenda Constitucional (EC) nº 45 de 30 de dezembro de 2004 que determinou sobre, entre outros, o artigo de número 109 da nossa Constituição.

Art. 109.

.....

V- A as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo;

.....

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal⁶⁴.

Abordando quatro grandes grupos de temas em seu texto (democratização do Poder Judiciário; criação de mecanismos para a celeridade da prestação jurisdicional; fortalecimento das carreiras jurídicas; e, solidificação da proteção aos direitos fundamentais) a EC nº 45 em seu artigo 109 § 5º, considera que em hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a “finalidade de assegurar o cumprimento de tratados

⁶⁴Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm#art109. Acessado em 15/05/2014.

internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil faz parte”, poderá pleitear perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. Castro (2013) considera que no que concerne às violações de direitos humanos:

[...] a emenda traz como inovações a recepção dos tratados internacionais sobre direitos humanos como emendas constitucionais, o reconhecimento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional e a federalização dos crimes de grave violação aos direitos humanos. (Castro, 2013, p. 1)

Para a autora, a emenda traria como grandes inovações para o ordenamento jurídico brasileiro: a recepção dos tratados internacionais sobre direitos humanos como emendas constitucionais; o reconhecimento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional; e, a federalização dos crimes de grave violação aos direitos humanos⁶⁵. Com o acréscimo do novo parágrafo ao artigo 109, o descumprimento de obrigações de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário poderia levar nosso Procurador-Geral da República a declarar deslocamentos de competência da seara estadual para a alçada da Justiça Federal. Como destaca Castro (2013), a reforma não efetua uma federalização automática das jurisdições com a mudança nas regras de competência, mas “abre uma possibilidade de deslocamento”.

Segundo o Procurador da República Vladimir Aras (2005):

Pode-se conceituar o IDC – Incidente de Deslocamento de Competência como um instrumento político-jurídico, de natureza processual penal objetiva, destinado a assegurar a efetividade da prestação jurisdicional em casos de crimes contra os direitos humanos, previstos em tratados internacionais dos quais o Estado brasileiro seja parte. Cuida-se de ferramenta processual criada para assegurar um dos fundamentos da República: a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, CF) e para preservar um dos princípios pelos quais se guia o País nas suas relações internacionais e obviamente também no plano interno: a prevalência dos direitos humanos (artigo 4º, II, CF)⁶⁶.

⁶⁵Antes da Reforma do Judiciário, o governo federal, responsabilizado até mesmo frente à opinião pública internacional, dispunha apenas da medida drástica da intervenção nos estados, que nunca foi realizada em razão de violação aos direitos humanos, nos termos do artigo 34, inciso VII, alínea ‘b’ da Constituição. (Castro, 2013, p. 1)

⁶⁶ARAS, Vladimir. **Direitos Humanos: federalização de crimes só é válida em último caso**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2005-mai-17/federalizacao_crimes_valida_ultimo>. Acesso em: 25 de maio de 2014.

O IDC seria um instrumento político-jurídico destinado a garantir a “efetividade da prestação jurisdicional” em casos de crimes contra os direitos humanos previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte. Uma “ferramenta processual” criada para assegurar a dignidade da pessoa humana, preservando, assim, a prevalência dos direitos humanos em nosso ambiente doméstico. Nesse sentido, seria uma garantia individual, e teria:

[...] aplicação imediata, por força do artigo 5º, §1º, da Constituição Republicana. Essa sua natureza decorre da sua própria finalidade, qual seja, a efetiva prestação da jurisdição nos casos de crimes contra os direitos humanos, servindo primordialmente aos interesses da vítima e da sociedade, no ideal de segurança jurídica e de reparação, mas também prestando-se a resguardar a posição jurídica de autores de delitos, no que diz respeito à duração razoável do processo e ao respeito aos seus direitos fundamentais por parte dos Estados-membros e do Distrito Federal. (Aras, 2005, p. 1)

O IDC serviria aos interesses das vítimas e da sociedade, “no ideal de segurança jurídica e de reparação”, ao mesmo tempo em que resguardaria a posição jurídica de autores de delitos, no que se refere à duração do processo e aos respeitos dos seus direitos fundamentais por parte dos Estados da Federação e Distrito Federal.

De forma sintética, o IDC teria natureza jurídica de garantia à efetividade da prestação jurisdicional, podendo ser definido como um incidente processual penal para a modificação da competência nas causas relativas a direitos fundamentais, e natureza política, pois resguardaria “a responsabilidade do Estado soberano perante a comunidade internacional em função de tratados de proteção à pessoa humana firmados pela União”⁶⁷. (Castro, 2013, p. 1)

Refletindo sobre a importância do IDC no contexto político e judiciário brasileiro, Flávia Piovesan pondera que:

Atualmente, há, em média, 100 casos contra o Brasil pendentes na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. [...] O balanço desses casos reflete o desafio da universalização de direitos humanos no Brasil. Basta atentar que a maioria significativa deles envolve a violação de direitos civis – especialmente aos direitos à vida e à integridade física. Destacam-se, nesse sentido, casos denunciando execuções sumárias; detenções ilegais e arbitrárias; julgamentos injustos; tortura; impunidade em face da incapacidade do Estado em investigar, processar e punir; bem como o grave padrão de violação aos direitos de grupo socialmente vulneráveis,

⁶⁷A luta de organizações de defesa da pessoa humana para federalizar crimes contra os direitos humanos é antiga. Encontram substrato, sobretudo, em alguns casos famosos, ocorridos em várias regiões do país, que causaram uma situação injusta para as vítimas e uma sensação de impunidade constrangedora no cenário internacional. Citam-se como exemplos as chacinas e crimes em Eldorado dos Carajás (1996), em Vigário Geral (1993), na Candelária (1993), no Carandiru (1992) e ainda, o assassinato do ambientalista e seringueiro Chico Mendes (1988).

como os povos indígenas, as mulheres, as crianças e adolescentes, as populações afro-descendentes, dentre outras. (Piovesan, 2005, 78 apud Castro, 2013, p. 2)

Nesse quadro de gritantes violações aos direitos humanos no Brasil, apenas dois, relativos à existência de trabalho escravo⁶⁸, apontam a responsabilidade da União. Nos demais casos a responsabilidade é atribuída aos Estados da Federação.

Frente essa situação, Castro (2013) considera que a finalidade do IDC é a “redução da impunidade e a concreta proteção aos direitos humanos, proporcionando mais um mecanismo de solução interna, reforçando as instituições nacionais”. (Castro, 2013, p. 2) Piovesan, parece concordar com Castro quando observa que:

[...] com a federalização dos crimes contra os direitos humanos passa a existir uma salutar concorrência institucional para o combate à impunidade e para a garantia de justiça, expondo-se à sociedade civil os poderes e os limites estatais no cumprimento de seus compromissos internacionais e domésticos. De um lado, encoraja-se a atuação estatal sob o risco do deslocamento de competência em razão da matéria, e do outro se aumenta a responsabilidade das instâncias federais para o efetivo combate à impunidade das violações aos direitos humanos⁶⁹. (Piovesan, 2005 apud Castro, 2013, p. 2)

Com a possibilidade da ocorrência dos incidentes de deslocamento de competência poderíamos presenciar uma salutar concorrência institucional entre as esferas estaduais e federais no combate à impunidade e na promoção da justiça, ao mesmo tempo em que exportamos à sociedade civil as competências e limitações estaduais no cumprimento de compromissos internacionais e domésticos.

Para o jurista Vladimir Aras (2005), o IDC também atuaria em favor da celeridade da tramitação dos feitos criminais e da garantia do princípio da obrigatoriedade da ação penal, revelando a inoperância da seara estadual de persecução criminal e prestação jurisdicional. Nessa ótica, ele pondera que:

O deslocamento de causas de competência da Justiça estadual para a Justiça federal é justamente mais um desses meios que garantem a celeridade da tramitação de processos. Trata-se de uma garantia individual posta à disposição tanto de acusados quanto de vítimas de delitos. Em caso de arquivamentos indevidos, omissão ou demora injustificável na prestação jurisdicional em causas de direitos humanos, podem os interessados provocar a federalização, dirigindo-se ao Procurador Geral da

⁶⁸Na Corte Interamericana, há apenas dois casos contra o Brasil – um deles é o caso do Presídio de Urso Branco em Rondônia (em que houve a concessão de medidas provisionais pela Corte) e o outro é concernente à morte da vítima em clínica psiquiátrica no Rio de Janeiro.

⁶⁹PIOVESAN, Flávia; VIEIRA, Renato Stanzola. Federalização de crimes contra os direitos humanos: o que temer? Boletim IBCCRIM. São Paulo, maio / 2005, nº 150. p. 123.

República⁷⁰, que, então, decidirá sobre a instauração do incidente, não sem antes realizar uma apuração preliminar. (Aras, 2005 apud Castro, 2013, p. 2)

O IDC seria um instrumento capaz de garantir a celeridade da tramitação jurisdicional à disposição (em caso de arquivamentos indevidos, omissão ou demora injustificada) de vítimas e acusados de violações aos direitos humanos no Brasil. Buscando sintetizar as finalidades do IDC, Piovesan (2005) lembra que:

Para os Estados cujas instituições responderem de forma eficaz às violações, a federalização não terá qualquer incidência maior – tão somente encorajará a importância da eficácia destas respostas. Para os Estados, ao revés, cujas instituições se mostrarem falhas ou omissas, restará configurada a hipótese de deslocamento de competência para a esfera federal, o que: a) assegurará maior proteção à vítima; b) estimulará melhor funcionamento das instituições locais em casos futuros; c) gerará a expectativa de resposta efetiva das instituições federais; e d) se ambas as instituições – estadual/federal – se mostrarem falhas ou omissas, daí, sim, será acionável a esfera internacional – contudo, com a possibilidade de, ao menos, dar-se chance à União de responder ao conflito, esgotando-se a responsabilidade primária do Estado (o que ensejaria a responsabilidade subsidiária da comunidade internacional). Isto equacionará, ademais, a posição da União no contexto de responsabilidade internacional em matéria de direitos humanos. (Piovesan, 2005, 80-81 apud Castro, 2013, p. 2)

Para os Estados cujas instituições se mostrarem “falhas” ou “omissas” às violações de direitos humanos a hipótese de instauração de deslocamento de competência para a seara federal poderá se configurar, talvez possibilitando: maior proteção às vítimas; melhor funcionamento das instituições locais em futuras ações; expectativa de resposta efetiva das instituições federais; e, acionamento, em última instância, dos organismos internacionais.

No que se refere às normas regimentais que regulamentam o IDC⁷¹, para que o mesmo seja instaurado:

⁷⁰Aos demais interessados, cabe provocá-lo para que ele promova o deslocamento, em virtude do direito de petição, assegurado constitucionalmente no art. 5º, inciso XXXIV. O Procurador-Geral da República, então, deverá averiguar se estão presentes os pressupostos do incidente, ouvidas as autoridades envolvidas, sem prejuízo de outras diligências. A opção do legislador pelo Superior Tribunal de Justiça teria sido acertada, já que este detém a competência constitucional para a solução de conflitos de competência envolvendo a juízes federais e juízes estaduais. (Castro, 2013, p. 1)

⁷¹No âmbito do Superior Tribunal de Justiça não existe, ainda, norma regimental regulamentando o procedimento do Incidente de Deslocamento de Competência. Contudo, em 18 de fevereiro de 2005, foi editada a Resolução n. 06, dando início às mudanças introduzidas pela Reforma do Judiciário. Tal resolução atribui à Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça o julgamento do incidente. [...] Entretanto, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 6647/2006, regulamentando o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal nas hipóteses de graves violações aos direitos humanos. O referido projeto foi apresentado em 21 de fevereiro de 2006, pelo Senado Federal

[...] a petição inicial deve conter a exposição do fato ou da situação que constitua grave violação de direitos humanos, a indicação do tratado internacional cujas obrigações se pretende assegurar e as razões que justifiquem o deslocamento de competência para a Justiça Federal (art. 3º). A petição inicial inepta, não fundamentada ou manifestamente improcedente será liminarmente indeferida pelo relator (art. 4º). Dessa decisão, caberá o recurso de agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do incidente (art. 4º, parágrafo único). Admitido o incidente⁷², o relator deverá requisitar informações por escrito ao Tribunal de Justiça, à Procuradoria-Geral de Justiça e à Secretaria de Segurança do Estado onde ocorreu a grave violação dos direitos humanos, sendo tais informações prestadas no prazo de 30 dias (art. 5º). (Ibid., p. 2)

A petição inicial, se aceita, deslocará as competências do processamento dos casos para a alçada da esfera federal, contudo, não inviabilizando sua tramitação na seara estadual em que foi iniciada e da qual foi deslocada. Como esclarece Castro (2013):

Por fim, caso o pedido seja julgado procedente, o Superior Tribunal de Justiça determinará o imediato envio do inquérito ou do processo ao juiz ou tribunal federal, que decidirá sobre o aproveitamento dos atos já praticados perante a justiça estadual, observando o princípio da economia processual (art. 7º). No caso de improcedência, não será admitido outro pedido sem a descrição de fatos novos que, por sua relevância, justifiquem o deslocamento de competência (art. 7º, parágrafo único). (Ibid., p. 2)

Admitido o IDC, caberia ao juiz ou tribunal federal decidir sobre o aproveitamento dos procedimentos já desenvolvidos na seara estadual de investigações, sempre levando em conta a possibilidade da economia processual. Julgado improcedente, outro pedido somente seria admitido mediante a adição de fatos novos, “que por sua relevância justifiquem o deslocamento de competência”.

Aplicação do IDC no Brasil

(Comissão Mista Especial/Reforma do Judiciário), e no dia 1º de fevereiro de 2007 foi encaminhado à Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) para a publicação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da relatora Iriny Lopes (PT-ES), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emendas, sendo esta a última movimentação.’ (Ibid., p. 2)

⁷²O relator, considerando a representatividade dos postulantes, poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de outras entidades, mesmo que não tenham interesse estritamente jurídico no processo, dentro do prazo previsto para a apresentação das informações (art. 5º, § 3º). Terminado esse prazo, os autos serão conclusos ao relator que, em 15 dias, pedirá a marcação do julgamento (art. 6º). (Ibid., p. 2)

O *Incidente de Deslocamento de Competência* Nº 1 - PA (2005/0029378-4) foi o primeiro IDC processado no ordenamento jurídico brasileiro e relaciona-se ao julgamento dos mandantes, intermediários e executores do assassinato da irmã Dorothy Stang, ocorrido em Anapu, município situado a 68 quilômetros da Comarca de Pacajá, Pará. Nesse caso pioneiro, discutia-se a possibilidade de transferir as competências de investigação, processamento e julgamento da seara estadual paraense para o âmbito da Polícia e da Justiça Federal daquele Estado.

As partes envolvidas no julgamento do IDC foram: relator, o Ministro Arnaldo Esteves Lima; suscitante, o Procurador Geral da República Dr. Cláudio Lemos Fonteles; suscitado, Justiça Estadual do Pará; réus, Rayfran das Neves Sales, Clodoaldo Carlos Batista, Amair Feijoli da Cunha, e, Vitalmiro Moura Bastos. No relatório do Ministro Arnaldo Esteves Lima consta que:

Em suas razões, alega o suscitante que se encontram presentes, na hipótese, os dois requisitos que autorizam o deslocamento pretendido, que são: (a) a grave violação de direitos humanos, tendo em vista que o trabalho da vítima destacava-se internacionalmente pela defesa intransigente dos direitos dos colonos envolvidos em conflitos com grileiros de terras naquela localidade, e (b) a necessidade de garantir que o Brasil cumpra com as obrigações decorrentes de pactos internacionais firmados sobre direitos humanos, apontando, para tanto, evidências referentes ao quadro de omissões das autoridades estaduais constituídas, diversas vezes alertadas da prática das mais variadas atrocidades e violências envolvendo disputa pela posse e propriedade de terras no Município de Anapu/PA. (INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA Nº 1 – PA (2005/0029378-4), 2005, p. 2)

Nessa passagem, as graves violações de direitos humanos, associada ao trabalho da vítima, e a necessidade de garantir o cumprimento das obrigações decorrentes dos pactos internacionais firmados pelo Brasil nessa matéria, seriam os principais argumentos relativos à instauração desse primeiro IDC suscitado contra a Justiça Estadual do Pará. A Terceira Seção do Tribunal Superior de Justiça, contudo, votou por unanimidade, em oito de junho de 2005, pelo indeferimento da instauração do IDC⁷³. Sua decisão baseava-se, segundo o relator, no fato de que:

[...] 4. Na espécie, as autoridades estaduais encontram-se empenhadas na apuração dos fatos que resultaram na morte da missionária norte-americana Dorothy Stang, com o objetivo de punir os responsáveis, refletindo a intenção de o Estado do Pará

⁷³ Votaram com o Relator os Srs. Ministros Nilson Naves, José Arnaldo da Fonseca, Gilson Dipp, Paulo Gallotti, Laurita Vaz, Paulo Medina e Hélio Quaglia Barbosa. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Hamilton Carvalho. Sustentaram oralmente o Dr. Cláudio Lemos Fontelles (suscitante) e o Dr. Aloísio Campos pelo Estado do Pará.

dar resposta eficiente à violação do maior e mais importante dos direitos humanos, o que afasta a necessidade de deslocamento da competência originária para a Justiça Federal, de forma subsidiária, sob pena, inclusive, de dificultar o andamento do processo criminal e atrasar o seu desfecho, utilizando-se o instrumento criado pela aludida norma em desfavor de seu fim, que é combater a impunidade dos crimes praticados com grave violação de direitos humanos. [...] (Ibid., p. 2)

Para o relator do caso, as autoridades do estado do Pará estavam empenhadas, contrariamente as suposições do suscitante, na apuração dos fatos que resultaram na morte de Dorothy Stang e na punição de seus responsáveis. Fato esse, que refletiria a intenção do Estado do Pará de dar uma resposta a esse grave crime contra os direitos humanos, afastando a necessidade de deslocamento da competência original para a Justiça Federal. O deslocamento, na ótica do relator do processo, poderia, ao revés, dificultar o andamento do processo criminal e atrasar seu desfecho, já que o instituto poderia ser instrumentalizado em “desfavor” da investigação, processamento e julgamento do caso.

O *Incidente de Deslocamento de Competência N° 2 – DF (2009/0121262)* foi o segundo IDC que chegou a ser julgado no Brasil e o primeiro deferido pelos membros autorizados da nossa instituição judiciária. Os fatos que motivaram o pedido de deslocamento pelo Procurador-Geral da República referem-se ao assassinato do advogado e vereador pernambucano Manoel Bezerra de Mattos Neto, assassinado em 24/01/2009 no município de Pitimbu, Paraíba. Manoel teria sido assassinado após sofrer diversas ameaças e atentados em decorrência, como presume o suscitante, de sua persistente e conhecida atuação contra grupos de extermínio na divisa dos Estados da Paraíba e Pernambuco, entre os municípios de Pedras de Fogo e Itambé.

As partes envolvidas no julgamento do IDC foram: relatora, a Ministra Laurita Vaz; suscitante, o Procurador Geral da República Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza; suscitados, a Justiça Estadual da Paraíba e a de Pernambuco; interessados, *Dignitatis Assessoria Jurídica Popular* e Justiça Global – *amicus curiae*⁷⁴.

Para a Ministra relatora, estaria comprovada:

⁷⁴A figura do *amicus curiae* no procedimento permite ao relator, considerando a representatividade dos postulantes, admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de outras entidades, mesmo que não tenham interesse estritamente jurídico no processo.

[...] 3. A existência de grave violação a direitos humanos, primeiro pressuposto, está sobejamente demonstrado: esse tipo de assassinato, pelas circunstâncias e motivação até aqui reveladas, sem dúvida, expõe uma lesão que extrapola os limites de um crime de homicídio ordinário, na medida em que fere, além do precioso bem da vida, a própria base do Estado, que é desafiado por grupos de criminosos que chamam para si as prerrogativas exclusivas dos órgãos e entes públicos, abalando sobremaneira a ordem social.

4. O risco de responsabilização internacional pelo descumprimento de obrigações derivadas de tratados internacionais aos quais o Brasil anuiu (dentre eles, vale destacar, a Convenção Americana de Direitos Humanos, mais conhecido como ‘Pacto de San Jose da Costa Rica’) é bastante considerável, mormente pelo fato de já ter havido pronunciamentos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com expressa recomendação ao Brasil para adoção de medidas cautelares de proteção a pessoas ameaçadas pelo tão propalado grupo de extermínio atuante na divisa dos Estados da Paraíba e Pernambuco, as quais, no entanto, ou deixaram de ser cumpridas ou não foram efetivas. Além do homicídio de MANOEL MATTOS, outras três testemunhas da CPI da Câmara dos Deputados foram mortas, dentre eles LUIZ TOMÉ DA SILVA FILHO, ex-pistoleiro, que decidiu denunciar e testemunhar contra os outros delinquentes. Também FLÁVIO MANOEL DA SILVA, testemunha da CPI da Pistolagem e do Narcotráfico da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, foi assassinado a tiros em Pedra de Fogo, Paraíba, quatro dias após ter prestado depoimento à Relatora Especial da ONU sobre Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais. E, mais recentemente, uma das testemunhas do caso Manoel Mattos, o Maximiano Rodrigues Alves, sofreu um atentado a bala no município de Itambé, Pernambuco, e escapou por pouco. Há conhecidas ameaças de morte contra Promotores e Juízes do Estado da Paraíba, que exercem suas funções no local do crime, bem assim contra a família da vítima Manoel Mattos e contra dois Deputados Federais’ [...]. (INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA Nº 2 – DF (2009/0121262), 2009, p. 1-2)

A grave violação aos direitos humanos estaria demonstrada pelo tipo de assassinato, revelador, por suas circunstâncias e motivações, de lesões que extrapolariam os “limites de um crime de homicídio ordinário”, ferindo a própria base do Estado brasileiro. Além dessa situação, o risco de responsabilização internacional pelo descumprimento de obrigações derivadas de tratados internacionais e o assassinato de outras pessoas envolvidas nas investigações relacionadas à execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais também concorreriam para a instauração desse segundo IDC. Como aponta a relatora “há conhecidas ameaças de morte contra Promotores e Juízes do Estado da Paraíba, que exercem suas funções no local do crime, bem assim contra a família da vítima Manoel Mattos e contra dois Deputados Federais.” (Ibid., p. 1-2) A partir desses argumentos, a Ministra considera que:

[...] 5. É notória a incapacidade das instâncias e autoridades locais em oferecer respostas efetivas, reconhecida a limitação e precariedade dos meios por elas próprias. Há quase um pronunciamento uníssono em favor do deslocamento da competência para a Justiça Federal, dentre eles, com especial relevo: o Ministro da Justiça; o Governador do Estado da Paraíba; o Governador de Pernambuco; a Secretaria Executiva de Justiça de Direitos Humanos; a Ordem dos Advogados do Brasil; a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba.

6. As circunstâncias apontam para a necessidade de ações estatais firmes e eficientes, as quais, por muito tempo, as autoridades locais não foram capazes de adotar, até porque a zona limítrofe potencializa as dificuldades de coordenação entre os órgãos dos dois Estados. Mostra-se, portanto, oportuno e conveniente a imediata entrega das investigações e do processamento da ação penal em tela aos órgãos federais. [...]’ (Ibid., p. 2)

A instauração do IDC para o caso Manoel Mattos seria necessária, de acordo com a relatoria, frente à incapacidade das instâncias e autoridades locais em oferecer respostas efetivas para o caso, e seus desdobramentos, além de ser uma resposta a um pronunciamento “uníssono” de instituições e atores de “relevo” da nossa sociedade (Ministro da Justiça, Governador do Estado da Paraíba, Governador de Pernambuco, Secretaria Executiva de Justiça de Direitos Humanos, Ordem dos Advogados do Brasil e Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba). Ademais, por estar inserida em uma zona limítrofe entre os Estados da Paraíba e de Pernambuco, a área em que os casos ocorreram dificultaria uma ação coordenada entre os órgãos das duas unidades da Federação.

Frente essa situação, a relatora aceita em 27 de outubro de 2010⁷⁵:

[...] Pedido ministerial parcialmente acolhido para deferir o deslocamento de competência para a Justiça Federal no Estado da Paraíba da ação penal n.º 022.2009.000.127-8, a ser distribuída para o Juízo Federal Criminal com jurisdição no local do fato principal; bem como da investigação de fatos diretamente relacionados ao crime em tela. Outras medidas determinadas, nos termos do voto da Relatora. [...] (Ibid., p. 2)

O pedido ministerial de IDC da ação penal n.º 022.2009.000.127-8 foi parcialmente acolhido pela Ministra Laurita Vaz para deferir o deslocamento de competência da investigação do caso para a Justiça Federal do Estado da Paraíba, abrindo um importante precedente no Brasil para as questões relativas às graves violações de direitos humanos. Desde então, o caso do homicídio do ex-vereador Manoel Mattos foi federalizado e passou a tramitar perante a Justiça Federal da Paraíba.

⁷⁵ Votaram a favor do IDC a Ministra Relatora Laurita Vaz, os Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi, Og Fernandes e Haroldo Rodrigues (Desembargador convocado do TJ/CE). Contrariamente se posicionaram os Ministros Celso Limongi (Desembargador convocado do TJ/SP) e Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP). Não participou do julgamento o Ministro Gilson Dipp e presidiu o julgamento a Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

4.2 Manejos e possibilidades dos deslocamentos

As discussões sobre as possibilidades de deslocamento de competências para investigações, processamentos e julgamentos de crimes contra os direitos humanos não emergem no cenário nacional, como podemos observar, a partir das demandas das *Mães* em seus manifestos. Outros casos de graves violações já haviam, décadas atrás, suscitado essas reflexões e questionamentos. Refiro-me aos depoimentos de Hélio Bicudo, então Procurador da Justiça do Estado, em seu nada “despretensioso relato” das lutas que empreendeu contra o *Esquadrão da Morte* em São Paulo nos anos 1960 e 70. Naquele arranjo, um possível deslocamento não emergia apenas como instrumento capaz de dar celeridade ao andamento de casos arquivados, mas também como um instituto capaz de retardar as investigações que se iniciavam na seara estadual e queriam por termo aos mesmos.

O Procurador Hélio Bicudo aponta que em 1967, em pleno regime ditatorial (1964-1985) surgiram os primeiros antecedentes dos casos associados ao *Esquadrão*, já que:

[...] a polícia de São Paulo, por motivos que depois vieram a lume, desencadeara uma pretensa ‘Ofensiva contra o crime’. Sucedia que a criminalidade em São Paulo vinha num crescendo impressionante, e a Polícia Civil, sem meios adequados, estava sendo vítima da própria fraqueza de seus dirigentes. As dissensões nos quadros policiais tinham resultado numa total desarmonia entre as duas principais corporações, a Civil e a Militar ou militarizada. Em termos realistas isso traduzia-se no quase aniquilamento da primeira pela segunda. Alguns policiais, no desejo de manter o prestígio da Polícia Civil, resolveram, sem medir consequências, dar corpo às estatísticas de eficiência através da eliminação pura e simples de marginais contando para isso com o apoio da cúpula da instituição e até mesmo do Governador do Estado. Os primeiros casos começaram a surgir em fins de 1968. A princípio, não se falava em ‘Esquadrão da Morte’, expressão que, no entanto, haveria de ganhar cada vez mais ênfase e publicidade com a multiplicação das execuções. Embora me limitasse, então, a tomar conhecimento de tais sucessos pela leitura dos jornais, alguma coisa me alertava para esta verdade evidente: estava ganhando corpo a institucionalização de um grupo de assassinos dentro dos quadros da Polícia de São Paulo.’ (Bicudo, 1976, p. 24-25)

Nesse momento, em nome de sua “consciência moral, funcional e cívica”, Bicudo viu-se na obrigação de pedir contas a quem ele julgava estar em condições de rendê-las. Impulsionado por essa “tomada de consciência”, no início de março de 1969 o jurista redigiu uma representação à chefia do Ministério Público (MP) solicitando a intervenção do órgão no apuramento dos crimes que assolavam o Estado de São Paulo naquele início de ano. A representação, juntamente com recortes de jornais que lhe davam o necessário fundamento, foi entregue ao então Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Dario de Abreu Pereira, em sessão do Colégio de Procuradores. Nessa representação, Bicudo solicitava que o

Ministério Público “saísse a campo para, movimentando a Justiça, pôr cobro a um estado de coisas que a feria fundo na sua majestade aos olhos da opinião pública”. (Ibid., p. 25)

Passado algum tempo desses fatos iniciais, já nos primeiros meses de 1970, Bicudo recorda que o *Esquadrão da Morte* voltava às manchetes dos jornais da época enquanto o MP, assim como a Magistratura, não se dispunha a “descruzar seus braços”⁷⁶.

[...] Em junho de 1970, um investigador de Polícia, de nome Agostinho de Carvalho, era abatido por marginais nos arredores da cidade de São Paulo. Tratava-se de um crime e de um crime revoltante, que à Justiça cabia julgar e punir. No entanto, um brado de vingança ecoou em toda a Polícia de São Paulo, a qual logo se mobilizou para dar caça ao assassino. Foi breve a busca: uns oitenta tiros o vararam quando segundo se presume, dormia num abrigo improvisado. O sangue desse marginal, porém, não foi o bastante, nem suficiente, para saciar a sede de vingança dos companheiros do investigador assassinado. Para eles, a cada policial morto no cumprimento do dever, tinha de corresponder já não o sacrifício de quem lhe roubara a vida, mas o de dez marginais. Dez vidas por uma só! Como sinal dos tempos de violência que vivemos, não podia haver nada mais triste. E, se bem o disseram, os vingativos policiais melhor o fizeram retirando do Presídio Tiradentes nove ou dez presos, os quais foram fuzilados numa sequência de dias que se contam entre os mais negros da história de uma sociedade organicamente diferenciada como a paulista, que justamente se reclama do seu culto ao Direito e à Justiça. (Ibid., p. 27)

Preocupado com essas situações, que atingiam sua catarse com o assassinato do investigador da Polícia Civil Agostinho e as reações que se seguiram à sua morte, no dia 21 de julho de 1970 Bicudo enviou ao Procurador Geral nova representação na qual solicitava providências para a apuração dos crimes de homicídios imputados ao *Esquadrão da Morte*. No dia seguinte reuniu-se o Colégio de Procuradores do Estado de São Paulo designando-se Hélio Bicudo para atuar junto à Vara da Corregedoria de Presídios e da Polícia Judiciária presidindo as investigações sobre os crimes atribuídos ao *Esquadrão*.

Investido pelo Procurador Geral, Bicudo iniciou sua luta contra o *Esquadrão da Morte* que no fim da década de 1960 e início dos anos 70 atuava impunemente no Estado de São Paulo, e em outras unidades da Federação. Para Bicudo (1976), o objetivo de seu relato na forma de livro era transmitir sua experiência:

[...] na luta contra os policiais que, num dado instante se arvoraram em árbitros da Justiça, e praticaram toda uma variada gama de delitos e se envolveram em todas as formas de corrupção. Talvez ela seja útil, encerrada em documento que tenta retratar um episódio que transbordou dos limites puramente policiais e judiciários para atingir nítidos contornos políticos. E foi justamente por este último motivo que a luta

⁷⁶ Naquele momento as tentativas de apuração dos crimes atribuídos ao ‘Esquadrão’ se frustravam no desempenho formal da Corregedoria Permanente da Polícia e dos Presídios.

travada contra o ‘Esquadrão da Morte’ foi bastante árdua e permite uma conclusão pessimista quanto aos seus resultados. É que em São Paulo, os principais implicados na execução dos crimes do ‘Esquadrão’ passaram a atuar no campo da polícia política, integrando o sistema de segurança, ao qual transmitiram suas técnicas de ação. E, com isso, transmudaram-se ao ver de não poucos, em autênticos heróis nacionais, intocáveis pela Justiça. Inversamente, os que se dispuseram a apontar os crimes por eles cometidos, inspirados inicialmente e depois acalentados por um governador e por um secretário de Estado inebriados pelo Poder, passaram a ser classificados como inimigos do regime e como tal tratados. O livro, tem por objetivo narrar essa luta, às vezes contra a própria Administração, no intuito de apurar responsabilidades, incriminando os culpados. [...] Apenas se desvendaram os delitos e seus autores diretos, permanecendo na sombra os seus autores intelectuais. ... O livro conta não apenas os dias de minha atuação. Vai um pouco além. Achei que seria mais ilustrativo alcançar o primeiro julgamento do acusado principal, pois o episódio iria elucidar, de uma vez por todas, as verdadeiras intenções da Administração, que nunca esteve, diga-se francamente, empenhada na apuração das atividades do facinoroso grupo e de seus inspiradores. [...] E, assim, este livro assume, como de início acentuei, não só os contornos de um depoimento, mas os de uma advertência contra o poder extra-legal, que conduz, inevitavelmente, às formas mais graves de violência contra a pessoa humana. (Ibid., p. 21-22)

Na ótica de Bicudo, essa luta se iniciava contra policiais que se arvoraram em árbitros da Justiça praticando uma série de delitos e envolvendo-se em inúmeros casos de corrupção. Uma batalha que retrata um episódio que “transbordou os limites puramente policiais e judiciários para atingir nítidos contornos políticos”, pois os principais implicados nos crimes do *Esquadrão* passaram a atuar no campo da polícia política, integrando o sistema de segurança do regime ditatorial ao qual transmitiram suas técnicas de ação. Nesse processo, “transmudaram-se ao ver de não poucos, em autênticos heróis nacionais, intocáveis pela Justiça”, levando a empreitada do Procurador a travar-se contra a própria máquina administrativa. Bicudo considerava que as autoridades nunca estiveram empenhadas, verdadeiramente, na apuração das atividades dos autores diretos e intelectuais desses casos, tornando-se o livro uma advertência contra o poder *extralegal* que conduz, inevitavelmente, às formas mais graves de violência contra a pessoa humana.

Iniciando suas investigações em um arranjo desfavorável à apuração dos delitos imputados ao *Esquadrão*, Bicudo recorda que examinando as sindicâncias encontradas na Vara da Corregedoria dos Presídios e da Polícia Judiciária, algumas em andamento e outras paralisadas, deparou-se com a negação da Polícia em colaborar com suas solicitações. A Polícia:

[...] Nem sequer apresentava os investigadores chamados a depor. E, quando compelida a fazê-lo, as delongas eram tantas que as provas se distanciavam dos fatos a ponto de prejudicar a sua apuração. Pareceu-me, então, que com a precariedade dos meios à disposição da Justiça dificilmente algum resultado prático seria

atingido. Daí a minha decisão de pedir socorro aos órgãos federais. Era óbvio que estando a Polícia paulista implicada, não seria de esperar dela grande auxílio. [...] (Ibid., p. 31)

Frente à falta de colaboração da Polícia de São Paulo na apuração e investigação sobre os crimes relacionados ao *Esquadrão*, talvez por sua íntima implicação, Bicudo decidiu-se por “pedir socorro aos órgãos federais”.

Seu primeiro passo consistiu no agendamento de uma entrevista com o então Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, com o qual manteve longo diálogo em seu gabinete no Rio de Janeiro. O Procurador expôs as dificuldades que estava enfrentando em sua tarefa e solicitou ajuda do mesmo para o melhor êxito das investigações que iria empreender. Bicudo recorda ter sugerido que se “pusesse à disposição do Ministério Público a Polícia Federal”, supondo que seus agentes, orientados pelo MP, seriam de grande valia para deslindar os crimes do *Esquadrão*. Contudo, daquele Ministro nada efetivamente recebeu.

Em uma segunda tentativa de levar sua missão a termo Bicudo procurou o coronel-aviador Luiz Maciel Júnior, então presidente da Sub-Comissão Geral de Investigações em São Paulo, a quem expos seus problemas. Como destaca o Procurador, o coronel o fez ver que a Força Aérea já estava absolvida por inúmeros inquéritos relativos à corrupção e, portanto, “difícilmente o seu Alto Comando concordaria em participar nos trabalhos confiados à Justiça Pública de São Paulo”.

Frente essa segunda negativa, Bicudo acordou um encontro com o coronel do Exército Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, então Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, responsável pela segurança da área. O ilustre Procurador recorda que nesse momento o Secretário ponderou:

[...] que nada faria a não ser providenciar a minha segurança pessoal. Estava convencido – assim o declarou – de que nada se apuraria e que, se me ajudasse, poderia ser acusado, ele próprio, de conivência com os membros do ‘Esquadrão da Morte’! [...] E assim nos despedimos, com a maior cordialidade, embora desde aquele instante tivesse adquirido a certeza de que o Secretário de Segurança nenhuma contribuição daria às investigações que dentro em breve eu iria iniciar⁷⁷. [...] (Ibid., p. 33)

⁷⁷Contudo, depois da palestra com o coronel Maciel Júnior, e diante da insistência em que a pessoa indicada para acudir às minhas necessidades era realmente o Secretário Danilo, pedi àquele oficial-aviador que me fizesse então o favor de aprazar com ele uma entrevista, para voltarmos a tratar do assunto. Decorridos alguns dias, o coronel Maciel Júnior entra em novo contato comigo para me dizer que ainda não tinha marcado a entrevista e que, segundo informações de que dispunha, ela seria inócua. E quais eram essas informações? Muito simples: o

Após esse encontro Bicudo foi informado da instauração de uma *Comissão Especial de Investigação* criada pelo então governador do Estado Roberto Costa de Abreu Sodré para a apuração dos casos do *Esquadrão*. Para o Procurador, essa seria mais uma “manobra”, e um erro político primário, para o atraso e apuração das investigações de maneira célere e idônea.

Recusando-se a aceitar uma “conjuntura tão unânime de omissões”, Bicudo imaginava ainda restar um último caminho, uma derradeira porta a se bater em nome das investigações dos crimes atribuídos ao *Esquadrão*. Esperançoso, o Procurador resolveu procurar o então delegado da Polícia Federal em São Paulo, o general Denizaro Soares de Oliveira. O general ponderou que mesmo munido de uma “boa vontade”, nada poderia fazer sem a autorização do Ministério da Justiça, ao qual estava subordinado. “E a autorização, segundo se pode depreender, nunca chegou. Da Polícia Federal também não recebi a menor cooperação”. (Ibid., p. 35)

Após essas quatro investidas o Procurador Hélio Bicudo chegou à conclusão de que não conseguiria apoio para empreender sua investigação, processamento e julgamento dos crimes atribuídos ao *Esquadrão* nem das autoridades estaduais responsáveis inicialmente pelos mesmos, muito menos das federais, que poderiam auxiliá-lo frente essas dificuldades⁷⁸.

governador do Estado, sr. Roberto Costa de Abreu Sodré, acabava de baixar decreto nomeando uma comissão composta de um general reformado do Exército, um advogado do Estado e um membro do Ministério Público para que se apurassem as violências policiais relativas ao ‘Esquadrão da Morte’! ... Com a maior calma, fiz ver ao Secretário que, em primeiro lugar, a existência do decreto não implicava a minha exoneração, pelo simples motivo de que ele tratava da criação de uma Comissão Administrativa, sem função de Ministério Público; enquanto a minha designação era justamente a investidura de um membro do Ministério Público no papel de Procurador Geral da Justiça, em cujo nome agia na qualidade de delegado. Lembrei-lhe, ainda, que a nomeação de uma Comissão, naquele instante, constituía um erro político primário, pois é sabido que neste País, quando nada se quer apurar... sempre se instaura uma comissão de inquérito. [...] O que ele queria era fazer-me crer que prestaria um enorme serviço ao País se deixasse as coisas como estavam e aceitasse a orientação governamental. [...] O Secretário foi taxativo: daquele momento em diante, o seu departamento não me daria o menor apoio. (Ibid., p. 33-35)

⁷⁸“De uma atuação destacada nessa entidade homicida, foi o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury chamado pelos órgãos de segurança para a luta contra o terrorismo. Nela se atolou completamente, participando de caçadas, prisões, torturas, e execuções de elementos incriminados de subversivos. E, como tal, chegou a ser considerado, pelas Forças Armadas, como verdadeiro herói nacional, condecorado, dentre outros, pelo Ministério da Marinha, com a medalha de ‘Amigo da Marinha’. E daí a proteção de que se beneficiava e continua beneficiando. Temido, por essa mesma proteção, recebe vênias de juízes e promotores temerosos de futuras e eventuais represálias. Transformado no homem símbolo da luta contra a subversão, não se pesaram as autoridades federais de lhe dispensar todo o peso de um apoio incondicional, que se chegou a se refletir na edição de lei especial que o pudesse livrar da prisão provisória decorrente de sentenças de pronúncia que o remetiam a julgamento pelo Tribunal do Júri e impondo censura à órgãos de imprensa que expediam considerações a propósito de sua atuação policial, apontando-o como violento e corrupto. Dessa proteção e desse temor, dizem bem o julgamento a que ele já foi submetido no II Tribunal do Júri de São Paulo e o despacho que

Ao final de um ano de insólitas atividades, na companhia dos Promotores públicos da capital José Sílvio Fonseca Tavares e Dirceu de Melo e do Corregedor da Polícia Juiz Nélson Fonseca, Bicudo indicou o julgamento, em oito processos, de cerca de três dezenas de pretensos agentes da lei, entre delegados, investigadores e funcionários policiais⁷⁹. Para Bicudo (1976):

A leitura das sindicâncias revelou que era exata a ideia de que o ‘Esquadrão da Morte’, institucionalizado na Polícia, deixara de obedecer às intenções que tinham aparentemente presidido à sua formação. Se, logo de início, parecia que ele tomava a simpática atitude de defender as pessoas e os bens da população desta cidade, eliminando bandidos, não tardou a impor-se-nos a conclusão de que semelhante instrumento também servia para favorecer quadrilhas de traficantes de drogas em detrimento de outras, assegurar a prostituição organizada e vender proteção pura e simplesmente [...] Constituíra-se assim, dentro do Poder Policial, um poder maior e incontrolável, que era usado para fins inconfessáveis e que, livre de peias legais, também poderia vir a ser utilizado para fins políticos. (Ibid., p. 36-37)

Em um quadro de impunidade e ineficácia dos procedimentos relativos à apuração dos crimes do *Esquadrão da Morte* e diante das barreiras com que se deparou em seu caminho, Bicudo acredita ter encontrado demonstrativos do “apreço que as autoridades tinham pelos policiais antes delinquentes e que já agora se diziam servirem à causa da Segurança Nacional”. (Ibid., p. 59) Os “intocáveis” da corporação policial ou os “homens de ouro do esquadrão” pareciam estar “blindados” contra possíveis apurações e julgamentos das autoridades estaduais ou federais⁸⁰.

Após a denúncia de alguns membros do *Esquadrão*, Bicudo recorda que:

Logo que as primeiras denúncias foram oferecidas, num movimento natural, procuraram os três réus impedir a iniciativa da Justiça Pública, mediante a impetração de *habeas corpus* ao Tribunal de Justiça de São Paulo. A alegação era da inépcia das denúncias, que por isso mesmo estariam impondo aos réus uma coação ilegal. Os juízes que receberam as denúncias e mandaram instaurar os competentes

revogou, sem recurso hábil, a prisão preventiva, decretada mesmo depois da edição da chamada ‘Lei Fleury’, pelo juiz de Direito da Comarca de Guarulhos, com o conivente silêncio do Ministério Público.” (Ibid., p. 51-52)

⁷⁹“A Lei Fleury refere-se à situação em que “[...] o delegado Sérgio Fleury havia sido pronunciado por acórdão unânime da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça e, por força de lei, encontrava-se preso, recolhido ao Deops, a aguardar o julgamento pelo Tribunal Popular. A ‘Lei Fleury’, como ficou conhecida, foi o passo inicial para uma verdadeira limpeza da área. Em seguida, vieram os afastamentos de promotores e juízes. Tudo pronto para o julgamento do homem símbolo do ‘Esquadrão da Morte’, ato que não passou de uma farsa, pois a sua absolvição, dentro do quadro descrito, era decorrência inarredável e serviu, apenas, para reforçar a convicção generalizada de que não falharia o esquema armado para sua absolvição.” (Ibid., p. 111)

⁸⁰“Ora, manda a verdade dizer que, em princípio, as pesquisas públicas de opinião acusavam muitas vezes votos favoráveis ao ‘Esquadrão’. Sucede que a opinião pública estava mal informada, julgando a sociedade protegida, quando na realidade estava ameaçada. Ao fim de algum tempo da nossa atuação, quando os marginais do ‘Esquadrão da Morte’ começaram a aparecer como verdadeiramente eram, isto é, como meros e simples marginais, a opinião pública não demorou a aplaudir o deslinde da trágica farsa. [...]” (Ibid., p. 64)

processos, informaram ao Tribunal de Justiça dando conta da legalidade das medidas. Em consequência, o Tribunal negou as ordens impetradas. Dessa decisão recorreram os acusados para o Supremo Tribunal Federal, como lhes faculta a lei. [...]’ (Ibid.,p. 79)

O *habeas corpus*, recurso legalmente sancionado por nosso ordenamento jurídico, fortaleceu-se, na visão do autor, como uma medida capaz de impedir a iniciativa da Justiça Pública que buscava levar os réus a julgamento. Contudo, logo que as medidas foram consideradas legais na seara estadual e federal de nossa justiça, os acusados se viram forçados a percorrer outros caminhos jurídicos em prol da alegação da inépcia das denúncias. Bicudo (1976) menciona que nesse interim:

[...] armou-se um processo na Justiça Militar cuja origem não se sabe bem qual tenha sido e que somente foi possível conhecer quando um Procurador da Justiça Militar requereu, e o Juiz-Auditor deferiu, a remessa pelos tribunais civis dos processos à Auditoria castrense, a qual seria a única competente para julgar os crimes, uma vez que estariam eles enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Nos ofícios endereçados pelo Juiz-Auditor aos magistrados civis constava um parágrafo segundo o qual, caso estes se negassem a abrir mão dos processos, a Justiça Militar daria início a um conflito positivo de jurisdição perante o Tribunal Federal de Recursos, para chama-los a si. Veio então à tona a manobra inteira. O Secretário da Segurança, Coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo, que estava em fins de sua gestão, oficiara ao Comando do II Exército pedindo a instauração de um Inquérito Policial-Militar (IPM) para averiguar a morte de três pessoas cujos cadáveres foram encontrados na Via Dutra. [...] o representante do Ministério Público militar denunciou por essas mortes os mesmos policiais – exceto um – já denunciado no processo-crime em que figurava como vítima o marginal Nego Sete. Mas teve o cuidado, ao menos esse, de não denunciar o investigador Ademar Augusto de Oliveira, ‘Fininho’, que naquela altura já estava foragido. As premissas para a denúncia daqueles policiais tinham o seu quê de estrambólicas. Afirmava o Procurador que os três mortos tinham sido abatidos por armas de calibre normalmente adotado por agentes da Polícia, a saber, calibre 38, que, no entanto, as lojas de artigos de caça e pesca vendem a quem as quiser comprar. [...] Naturalmente, nenhum juiz atendeu à solicitação da Auditoria. [...] (Ibid.,p. 79-80)

O deslocamento de competência do processo para a alçada da Justiça Militar, a única competente para julgar os crimes enquadrados na Lei de Segurança Nacional, poderia ter dado início a um conflito positivo de jurisdição perante o Tribunal Federal de Recursos. Contudo, a “manobra”, posteriormente indeferida, parecia bem mais adequada a retardar e protelar as investigações, processamentos e julgamentos dos “intocáveis” da polícia paulista arrolados nos autos. Bicudo recorda que o recurso de *habeas corpus* do Delegado Fleury e os conflitos suscitados pela Justiça Militar subiram quase ao mesmo tempo esperando-se com ansiedade a palavra dos altos tribunais do País.

O Procurador aponta que nesse período ocorreu um deslocamento de competência “não intencional” em nosso ordenamento jurídico, pois:

Na Procuradoria Geral da Justiça de São Paulo aguardava eu que chegasse o recurso de *habeas corpus* dirigido ao Supremo Tribunal Federal a fim de que sobre ele se manifestasse, como manda a Lei, o Ministério Público local. Pois bem, qual a minha surpresa ao saber que os autos, em vez disso, tinham sido diretamente remetidos por engano pela Secretaria do Tribunal de Justiça de São Paulo ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Ainda forcei um telefonema do Procurador Geral da Justiça de São Paulo ao Procurador Geral da República. Mas a resposta deste foi que o Ministério Público era uno, de maneira que não via inconvenientes em pronunciar-se desde logo sobre o recurso do Delegado Fleury. Como a resposta não me satisfazia, liguei diretamente para o Procurador Geral da República, para lhe dizer que, dada a complexidade da matéria, gostaria de levar-lhe um parecer sobre o caso, com o à-vontade de quem o fazia de Ministério Público para Ministério Público. Ficou assim marcada uma audiência com o Dr. Xavier de Albuquerque em Brasília, para daí a três ou quatro dias. E numa terça-feira, à uma e trinta da tarde, lá estava eu na antesala do Procurador Geral da República, com um *dossier* relativo ao processo do Delegado Fleury. O Sr. Xavier de Albuquerque não demorou a atender-me. Gentil de maneiras, após as primeiras amenidades foi direto ao assunto: infelizmente, já tinha dado o seu parecer no recurso de *habeas corpus*, mas estava assim mesmo disposto a ouvir-me. Lamentava, mas fora obrigado a manifestar-se pela concessão do pedido porque entendia que não era legítima a minha investidura no processo! [...] (Ibid., p. 82)

Os autos do processo teriam sido remetidos “por engano” pela Secretaria do Tribunal de Justiça de São Paulo ao Supremo Tribunal Federal em Brasília, deslocando a competência sobre a pronúncia do caso ao órgão máximo do nosso ordenamento jurídico. Insatisfeito com essa situação Bicudo marcou audiência com o então Procurador Geral da República Xavier de Albuquerque, que lhe informou que seu parecer já havia sido dado a favor do recurso de *habeas corpus* impetrado pelo delegado Fleury. Após sua saída do gabinete do Procurador Geral, Bicudo foi interceptado:

[...] por um cavalheiro que emergia de uma das salas que defrontavam o corredor. Era Sub-Procurador Geral da República e precisava muito de falar comigo. Tinha-me reconhecido ao entrar no prédio e estava ansioso por uma troca de impressões. Como não podia deixar de ser, acedi ao seu convite e penetrei com ele no gabinete que lhe pertencia. Revelou-me então que tinha sido ele o Sub-Procurador designado para emitir parecer no recurso de *habeas corpus* e que, procurado por elementos estranhos ao quadro do Ministério Público Federal, lhes externara opinião desfavorável à concessão da ordem. Não passou muito tempo e o processo, antes que ele exarasse o seu parecer, foi avocado pelo Procurador Geral da República. E com tanta proficiência se houve o Sr. Xavier de Albuquerque que, recebendo-o numa sexta-feira à noite, na terça-feira seguinte, pela manhã – isto quando marcara a entrevista comigo para essa mesma terça-feira, à tarde – baixava os autos com um parecer cuja primeira e única falta era de substância jurídica, salvo pela demonstração de plena ignorância do que fossem as funções do Ministério Público. (Ibid., p. 81-82)

Perplexo com a situação, pois o Ministério Público sequer teve a oportunidade de se manifestar, Bicudo já não alimentava esperança de êxito no prosseguimento das responsabilidades de que fora investido. O Sub-Procurador, contudo, insistiu para que o combativo membro do Ministério Público procurasse o Ministro Luís Gallotti, relator dos autos.

Questionado pela “ilegalidade” praticada pelo Ministério Público de São Paulo, o Ministro orientou o Procurador de São Paulo a elaborar um requerimento solicitando a devolução dos autos a São Paulo. O magistrado:

[...] Despachou naquele mesmo dia os autos para São Paulo, cujo Procurador da Justiça acabou falando depois do próprio Procurador Geral da República, para demonstrar a sem-razão das conclusões por este apresentadas ao Supremo Tribunal Federal. E assim o rumoroso caso entrou em julgamento. (Ibid., p. 83)

O voto do Ministro Gallotti marcava a posição do Poder Judiciário Brasileiro em face do *Esquadrão da Morte*. “Não era admissível que a Justiça barrasse *in limine* o seu próprio pronunciamento a respeito dos crimes que lhe eram imputados”.⁸¹ (Ibid., p. 83)

Descartada a possibilidade do *habeas corpus* o Tribunal Federal de Recursos recebeu o processo de “conflito de jurisdição” proposto pela Justiça Militar com a intenção de chamar a si os casos que corriam na Justiça Estadual de São Paulo. Bicudo aponta que:

Na verdade o conflito já não tinha razão de ser, depois que o Supremo Tribunal Federal considerara legítimas as denúncias e legítima a atuação do Ministério Público civil. A questão estava pré-julgada, pois não era concebível que uma instância hierarquicamente inferior pudesse reformar um acórdão vindo do alto, transferindo aos tribunais militares a missão de julgar crimes que a suprema magistratura judiciária tinha implicitamente declarado comuns. (Ibid., p. 83)

O Tribunal Federal de Recursos votou unanimemente, em dois julgamentos, pela competência da Justiça Civil, enquadrando de maneira definitiva os crimes do *Esquadrão* fora da alçada da Lei de Segurança Nacional.

⁸¹Como aponta Bicudo: ‘O julgamento não foi unânime, mas a maioria de seis votos contra três dava a medida da disposição que animava o Judiciário no combate ao ‘Esquadrão’. Depois desse julgamento, outros houve, relativos a *habeas corpus* pedidos por outros réus. Tiveram o mesmo desfecho. As denúncias eram legítimas, legítimas eram as partes, e os processos iriam até o fim, com a absolvição ou a condenação dos iniciados.’ (Ibid., p. 83)

O pretendido golpe que se escondia por trás do conflito de jurisdição restava literalmente desmoralizado. E do episódio saiu mais engrandecido que nunca o Poder Judiciário do País, que decidiu como verdadeiro Poder, com liberdade e autonomia. (Ibid., p. 84)

O “golpe” que se pretendia com o conflito de jurisdição em favor da Justiça Militar, quando indeferido fortaleceu o Poder Judiciário brasileiro que teria decidido como “verdadeiro Poder” em nome da competência de sua seara civil.

O esquema montado para as investigações ficou assim grandemente fortalecido. Do ponto-de-vista técnico, as denúncias receberam o aval do Supremo Tribunal Federal; do ponto-de-vista moral, nossas tarefas passaram a ser encaradas pela opinião pública como uma autêntica cruzada contra a violência e o crime. Foi o estímulo dado por aquelas duas altas Cortes que permitiu desvendar o que tinha acontecido no mês de junho de 1970 no Presídio Tiradentes, quando de lá foram retirados aqueles oito detentos cujos cadáveres apareceram em seguida na estrada. (Ibid., p. 84)

As sanções moral e jurídica resultantes desses eventos foram de extrema importância para o encaminhamento das investigações da Polícia nos interiores das instituições carcerárias e nos arquivos dos departamentos da Secretaria de Segurança Pública⁸².

4.3 As vítimas contemporâneas e a “judicialização dos conflitos sociais”

Realizadas essas observações a respeito dos “manejos situacionais” aos quais o *Incidente de Deslocamento de Competência* (IDC) pode se prestar em nosso arranjo social, ora utilizado como instituto capaz de agilizar investigações, processamentos e julgamentos de casos arquivados, ora como dispositivo capaz de ‘atrapalhar’ esses procedimentos, creio podermos ampliar nossa análise.

⁸²“São coincidentes com essa data as primeiras notícias segundo as quais o Governo Federal ia chamar a si a responsabilidade das apurações dos crimes não só do ‘Esquadrão’ de São Paulo mas de todos os seus congêneres estaduais. No Rio de Janeiro a situação realmente se tornara insustentável, de tal modo que o Governo, a exemplo do que se fizera em São Paulo, se viu na contingência de nomear um membro do Ministério Público para a chefia das investigações. Da mesma sorte, na Bahia as atrocidades cometidas por policiais arregimentados em bando idêntico ecoavam dolorosamente em todo o país.” (Idem, 87-88)

A possibilidade jurídica do IDC pode ser melhor interpretada como um dos muitos aspectos de um processo mais amplo, que parafraseando Werneck Vianna (1999), poderíamos chamar de *judicialização dos conflitos sociais*. Quero com isso chamar a atenção para o fato de que nossas querelas sociais e políticas contemporâneas, tais como as colocadas pelas *Mães*, encontram suas possibilidades de encaminhamento e resolução na esfera do nosso ordenamento jurídico, e muitas vezes apenas nela.

Esse caminho jurídico para a resolução dos conflitos sociais e políticos no Brasil, teria sido influenciado de maneira significativa pela atuação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos durante nossa última ditadura (1964-1985).

Janaína de Almeida Teles, seqüestrada entre 1972 e 1973, e levada, juntamente com seu irmão, para as dependências do DOI-CODI (Destacamentos de Operações de Informações-Centros de Operações de Defesa Interna) de São Paulo (Brasil), inicia seu texto “*Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por ‘verdade e justiça’ no Brasil*” versando sobre o difícil “acerto de contas” com nosso recente passado ditatorial (1964-1985). Para a autora, no Brasil:

A radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está por ser completada. Prevaecem a ocultação dos acontecimentos, a negação do direito à verdade e de acesso à justiça, o que limita a articulação e a transmissão da herança daqueles anos de violência. O processo de reparação econômica às vítimas da ditadura conduzida por meio de leis federais e estaduais de indenização e da ampliação da Lei dos Mortos e Desaparecidos (Lei 9.140/95) não contempla a restituição da verdade jurídica, a recuperação dos restos mortais dos militantes assassinados e a punição dos responsáveis por estes crimes. A Lei da Anistia de 1979, produto do Estado de exceção então vigente, embora parcial, foi considerada ‘recíproca’. Deixando como herança um texto que, apesar de não ter anistiado os crimes dos torturadores e de seus mandantes, na prática impediu que eles fossem levados ao banco dos réus em função de uma relação ambígua e uma conveniente interpretação da lei: esta considerou a tortura crime conexo aos crimes políticos cometidos pelos dissidentes. (Teles, 2010, 253)

Essas situações, produtos de uma “transição política negociada no Brasil”, apontam em direção aos obstáculos enfrentados pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos em suas incansáveis lutas por *verdade e justiça*, empreendidas desde o início da década de 1970. Investigando os percursos e trajetos desses familiares nessas quatro décadas de mobilizações, Teles destaca a importância desses atores no processo de legitimação da esfera jurídica como espaço onde se constrói e se desenvolve o encaminhamento da luta política. Resoluções para as questões relacionadas à *violência institucional* passam a ser buscadas, às vezes exclusivamente, na seara dos tribunais brasileiros.

Uma ação pioneira no Brasil foi movida por Elizabeth Challup Soares, viúva de Manoel Raimundo Soares, que em 13 de agosto de 1973, no auge da repressão política, iniciou uma ação na Justiça Federal do Rio Grande do Sul (sul do Brasil) “requerendo uma reparação integral por danos de natureza moral e material” do Estado (Ibid., p. 272). Nessa ação, investigada por uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e pelo Promotor de Justiça Paulo Cláudio Tovo, Elizabeth “requereu a responsabilização da União, do estado do Rio Grande do Sul e dos agentes públicos pela morte de seu marido” (Ibid., p. 272). Teles pondera que:

Nos anos 1970, outras ações judiciais foram propostas, como a de Mariana Lanari Ferreira, mãe de Raul Amaro Nin Ferreira, morto em 12 de agosto de 1971, que ajuizou uma *ação declaratória* contra a União em 1979, alegando que ele faleceu em decorrência das torturas a que foi submetido. [...] A ação obteve sentença favorável em primeira instância, na 9ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro, no dia 31 de agosto de 1982. A União, entretanto, somente foi responsabilizada pela prisão, tortura e morte de Raul no dia 7 de novembro de 1994. Sua família não quis receber a indenização determinada pela ação. Posteriormente, a responsabilidade do Estado pela morte de Raul foi reconhecida pela Lei dos Mortos e Desaparecidos e, nesta conjuntura, a família aceitou a indenização. (Ibid., p.275-276)

Além de *ações declaratórias*, tentativas de instaurar *ações penais* também foram empreendidas, tal como a movida por Suzana Keniger Lisbôa, esposa de Luiz Eurico Tejera Lisbôa, o “primeiro desaparecido encontrado” (1979). Nesse período, uma ação penal que ganhou “notoriedade” foi movida após a morte do operário Santo Dias da Silva, assassinado pelo policial militar Herculano Leonel em 30 de outubro de 1979 na região sul da cidade de São Paulo (Brasil). O então soldado da Polícia Militar foi processado e condenado, em uma ação penal interposta no âmbito da Justiça Militar, como o autor do tiro que matou Santo, sendo julgado e condenado (7 de abril de 1982) a seis anos de prisão (Teles, 2010, p. 277)⁸³.

Durante esse período de “intensa repressão” outra ação importante foi movida por Dilma Borges Vieira, viúva de Mário Alves de Souza Vieira, que em 25 de junho de 1979 “postulou a abertura de inquérito para apurar as torturas sofridas pelo marido.” (Ibid., p.278) A autora da ação produziu um *dossiê* com documentos e depoimentos, participando ativamente na produção de “provas” capazes de influenciarem a declaração da existência de *relação jurídica* entre as autoras e a União. Esse vínculo consistia “na obrigação de indenizar, proveniente da declaração de sua responsabilidade civil pela prisão ilegal, tortura, morte e

⁸³ Em agosto de 1982 um recurso perpetrado pelo acusado foi aceito e anulou a sentença condenatória.

ocultação do cadáver de Mário Alves” (Ibid., p. 279). Para a juíza Tânia Heine, responsável pelo caso:

[...] ao reafirmar que o juiz está adstrito às provas dos autos e ao que consta no processo, considerou que após sofrer prisão ilegal e ser torturado, Mario Alves foi levado para a enfermaria e desapareceu. Sua conclusão foi a de que ele faleceu em decorrência dos maus tratos sofridos no DOI-CODI/RJ. Para a juíza restou comprovado o dano e a relação de causalidade e, portanto, a responsabilidade da União pela morte de Mario Alves. [...] Em dezembro de 1987 foi julgada a apelação da União, dando ganho de causa às autoras. Este foi o primeiro caso de um desaparecido político cuja responsabilidade do Estado pela morte foi reconhecida na Justiça. (Ibid., p. 280)

Se essa forma de encaminhamento da luta política por *verdade e justiça* trouxe, por um lado, vitórias importantes para as famílias que obtiveram sentença definitiva e para as lutas de reparação e pela democratização no país, por outro, acarretou sérias dificuldades no processo de produção de provas na busca pela *verdade jurídica*, ocasionando “[...] muita frustração, o sentimento de impotência e sérias dificuldades para a concretização do luto entre os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a sociedade”. (Ibid., p. 280)

No domínio internacional, podemos destacar o fenômeno da *mobilização jurídica transnacional* como um importante passo no processo de judicialização dos conflitos sociais. Para Teles, “as campanhas de divulgação das denúncias de tortura no país e no exterior foram fundamentais para a luta dos familiares de mortos e desaparecidos e de resistência à ditadura” (Ibid., p. 262). Nesse período (1970), o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) foi uma instância recorrentemente acionada por aqueles que tentavam realizar denúncias no país e a Comissão Interamericana de Defesa de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) acolheu diversas denúncias de tortura apresentadas contra o governo brasileiro.

A importância da *mobilização jurídica transnacional* no encaminhamento da luta política durante o regime militar brasileiro pode ser observada, segundo Teles, no fato de que, mesmo não obtendo autorização para investigar indícios de tortura no país a CIDH:

[...] apreciou oito denúncias de violações aos direitos humanos que ocorreram entre 1969 e 1974, que envolviam assassinato e desaparecimento forçado de militantes da esquerda no Brasil. Mas o caso em favor da família de Olavo Hansen, o de número 1.683, cuja petição foi apresentada em 1970 e solicitou investigação sobre seu assassinato na prisão, foi o único que prosperou e alcançou repercussão internacional, criando jurisprudência para outros países atingidos por ditadura, como o Chile. [...] A CIDH recomendou em resolução que os responsáveis pela morte de Olavo, decorrente de tortura, fossem levados à justiça e sua família, indenizada. (Ibid., p. 263)

As denúncias e mobilizações internacionais possibilitaram não apenas a criação de jurisprudência para outros países atingidos por regimes ditatoriais, mas também as condições necessárias à gestação de resoluções que recomendavam ao governo brasileiro investigações sobre os crimes que vinham sendo denunciados (ver caso 1.683 e 1.684), assim como justiça para seus responsáveis e indenizações para os familiares dessas vítimas.

Mesmo diante dos avanços, especialmente no que diz respeito à visibilidade para os crimes que estavam ocorrendo durante o período e as resoluções que se processaram a partir dessas ações, não se avançou muito além de um discreto constrangimento política e moral enfrentado pelo Estado brasileiro (Ibid., p.264).

Estamos, nesse sentido, em um período de intensa *judicialização da política* onde, para o bem ou para o mal, os conflitos sociais, e a busca por suas resoluções, parecem se deslocar da esfera política de ação para a esfera jurídica brasileira e internacional.

No trajeto de uma “democracia legal” permeada por resquícios de legados históricos e períodos autoritários recentes, encontramos as *Mães de Maio*, que frente à impunidade dos algozes de seus filhos, irmãos e amigos que tombaram em 2006 lutam: pelo desarquivamento e federalização dos inquéritos policiais iniciados em 2006; por uma investigação capaz de revelar a *verdade* dos fatos ocorridos e indicar seus possíveis culpados; por *justiça* para os responsáveis por esses crimes, especialmente na forma da responsabilização civil e penal dos envolvidos; por *reparações* simbólicas e materiais para os mortos e seus familiares; e, para que esses eventos não ocorram novamente, “evitando que outras mães chorem a morte de seus filhos”.

As *Mães de Maio* posicionam-se frente à instância jurídica brasileira solicitando a *federalização* dos crimes de 2006 ao mesmo tempo em que emergem na esfera pública internacional articulando uma *mobilização jurídica transnacional* capaz de dar visibilidade as suas demandas. Para os autores do pedido de federalização e dos entusiastas das mobilizações internacionais essas ações articulam-se a percepção de que o Judiciário brasileiro e os agentes encarregados da investigação desses crimes não asseguram a apuração e a resolução célere desses eventos.

O *desarquivamento* dos processos e a possibilidade jurídica da *transferência de competências* pleiteada pelas *Mães* em suas ações articula-se a ideia de que “o maior

massacre cometido pelo Estado no período democrático” não pode ser devidamente investigado e julgado pelos “Poderes Judiciário, Executivo e Policial do Estado de São Paulo” devido as possíveis “implicações” dos representantes dessas esferas nesses eventos.

Para Débora Silva, principal articuladora e figura central das *Mães de Maio*, a “ausência de uma investigação séria sobre as mortes que se seguiram à ação do PCC em maio de 2006 é um novo capítulo de “*barbárie*” no estado (São Paulo)” (*Mães de Maio*, 2012, 12). Trata-se, como muitas vezes afirmam as *Mães*, de uma “luta” onde se questiona não apenas “o pouco interesse do Estado em solucionar os crimes cometidos por seus agentes”, mas que tenta, como outros movimentos, construir uma “versão diferente da divulgada oficialmente”. Partilhando a visão da “existência histórica” de um Sistema Judiciário omisso e comprometido no estado de São Paulo, e no Brasil, as *Mães de Maio* seguem sua “caminhada” por *verdade e justiça* na esfera jurídica brasileira.

As vítimas da *violência institucional* emergem na esfera pública “desconfiando” das ações e decisões do Sistema Judiciário brasileiro, “suspeitando” da idoneidade dos agentes encarregados de lidar com a criminalidade e a violência em nossa sociedade, e, “duvidando” do comprometimento dos governos estatais, especialmente o do estado de São Paulo, em resolver os crimes ocorridos em maio de 2006.

5 VÍTIMAS E DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

8 ANOS DOS CRIMES DE MAIO: PAULO ALEXANDRE GOMES PRESENTE!

Paulo Alexandre Gomes, 24 anos, saiu de sua residência, no dia 16/05/2006, por volta das 21hs, para casa de sua namorada.

No percurso, segundo informações de testemunhas, foi abordado e detido por policiais da ROTA por volta das 23hs, desde então Paulinho desapareceu.

Ele é um dos 4 desaparecidos formais dos Crimes de Maio de 2006.

Desde a data de seu desaparecimento o seu pai, o guerreiro Francisco Gomes, sua mãe guerreira Maria José e sua irmã lutadora Francilene Gomes buscam o paradeiro do corpo de Paulinho, numa incansável luta pelo Direito ao *Luto*, à *Memória*, à *Verdade* e à *Justiça*.

Ao Paulinho e sua família a nossa solidariedade e homenagem nesta semana que marca o aniversário de 8 anos dos Crimes de Maio.⁸⁴

Fazia cerca de dois meses que acompanhava as movimentações das *Mães de Maio* nos diversos lugares da cidade de São Paulo onde elas eram chamadas a se fazerem presentes quando passei a notar a presença de seu Francisco em meio a esse grupo. Homem de estatura mediana e cerca de 60 anos, Francisco já apontava naquele início da pesquisa, que as *Mães*, contrariamente ao que o nome do grupo possa indicar, não era um movimento formado apenas por *mulheres-mães*, mas também por outros membros do núcleo familiar que tinham sido impactados pelos *Crimes de Maio de 2006*. Não sabia ao certo a história pessoal de Francisco e de sua família com relação aos eventos de maio de 2006, mas a presença de um senhor em meio aquelas senhoras lutadoras passou a chamar minha atenção.

Alguns dias depois fiquei sabendo da história de Francisco e sua família. Tratava-se do pai de Paulo Alexandre Gomes, *desaparecido* durante os eventos de Maio de 2006 e de Francilene Gomes, figura marcante dentro do movimento das *Mães*. Paulo desaparecera no dia 16 de maio de 2006, próximo a sua casa no bairro Itaquera, Zona Leste da capital paulista. Depoimentos afirmam que quando estava se dirigindo rumo à casa de sua namorada foi abordado e detido por policiais da ROTA por volta das 23hs e desde então desapareceu.

⁸⁴Disponível em: www.blogspot.maesdemaio.com. Acessado em 04/05/2014.

No fatídico mês de maio de 2006 falamos não apenas da morte de 493 pessoas, número até certo ponto consensual nos estudos que analisam o período, em um curto espaço de 12 dias, mas da ocorrência de 5 *desaparecimentos forçados*⁸⁵ em meio a essa centena de mortes⁸⁶.

A situação dos desaparecidos parecia não chamar muito à atenção do debate em meio a grande massa de mortos durante aquele período, exceto nos escritos da guerreira Francilene Gomes, irmã de Paulo e filha de Francisco⁸⁷. Francilene dedicou a escrita de seu trabalho monográfico e sua dissertação de mestrado⁸⁸ realizada junto ao programa de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo às discussões sobre os *Crimes de Maio*, especialmente à história de Paulo e dos outros desaparecidos.

Os casos de desaparecimentos, a partir das datas de suas ocorrências, foram assim narrados por Gomes (2011):

“1º Caso Ronaldo – “A primeira vítima foi Ronaldo Procópio Alves, 30 anos desaparecido em 13/05/06, por volta das 13hrs no bairro de Parelheiros. Segundo declaração de testemunhas, policiais militares da Força Tática teriam abordado, agredido e detido Ronaldo, posto no “chiqueirinho” da viatura. Mais tarde, a mesma testemunha pôde novamente ver Ronaldo de cabeça baixa no interior da viatura em um Posto de Saúde onde os policiais perguntavam se alguém o conhecia. Na Polícia civil, o caso está registrado em B.O. de número 43/06. Na 2ª Delegacia de Pessoas Desaparecidas do DHPP, sob número 8813/06, está registrada queixa de desaparecimento. Na Corregedoria da Polícia Militar o Procedimento Investigatório número 127/112/06, em 04/05/07 encontrava-se concluído e arquivado, “uma vez que o civil foi detido e apresentado no plantão do 25º DP, conforme o relatado no BOPM número 3343/06, de 13/05/06”. Foram ouvidos três civis e cinco militares.”

2º Caso Diego – “No dia 14/05/06, Diego Augusto Sant’anna, 15 anos, negro, desapareceu no Bosque Maia, em Guarulhos, após ter sido abordado e detido por policiais militares em uma viatura não identificada. O desaparecimento foi registrado no B.O. 6054/06 no 1º DP da cidade. Este B.O. deu origem ao IP 787/06. Segundo a ouvidoria de Polícia, pessoas foram ouvidas e nada foi acrescentado para o esclarecimento do caso. Não houve confirmação, por parte das testemunhas, sobre o envolvimento de policiais no desaparecimento. Com relação a abordagem, a PM

⁸⁵ Existe o desaparecimento forçado de pessoas quando essas são mantidas, forçadamente em cárcere privado, impedidas de exercer seu direito de ir e vir, tolhidas de estabelecer contatos. (Gomes, 2009, p. 9) A Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas, assinada em 1994, considera-o como um delito de lesa humanidade imprescritível e define-o do seguinte jeito: ‘É considerado desaparecimento forçado a privação da liberdade a uma ou mais pessoas, seja como for a sua forma, cometida por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com a autorização, o apoio ou a aquiescência do Estado, seguida da falta de informação ou da negativa a reconhecer dita privação de liberdade ou de informar sobre o paradeiro da pessoa, com o qual é impedido o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes’. Ver em: <http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-60.html>

⁸⁶ Dados formulados com base no registro oficial da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo.

⁸⁷ Francilene pondera que transcorridos pouco mais de um ano, a fim de lembrar as tragédias de Maio, alguns veículos da mídia, ainda que de forma tendenciosa, trouxeram à tona algumas histórias de familiares de vítimas de desaparecimentos.

⁸⁸ *Barbárie e Direitos Humanos: as execuções sumárias e desaparecimentos forçados de Maio (2006) em São Paulo*, São Paulo: PUC, 2011 (mimeo).

informou não ter ocorrido. Todas as informações foram encaminhadas ao Ministério Público. O inquérito Policial foi distribuído na 1ª vara criminal de Guarulhos, sob o número de processo 1615/06. Na Corregedoria da Polícia Militar instaurou-se o Procedimento investigatório nº 1032/122/06. Foi realizado contato com o denunciante e duas testemunhas. Até 04/05/07, ‘não foi verificado indícios de participação da PM’, culminando “no arquivamento por falta de provas cabais ou testemunhas que comprovem a participação da PM.”

3º Caso Everton – “Everton dos Santos Pereira, 26 anos, desapareceu em 14/05/2006 em companhia de Diego Augusto Sant’anna. A falta dos dados de procedimentos, no caso de Everton, ocorre pela ausência de denúncia na Ouvidoria da Polícia de São Paulo, que registrou os demais casos. Vale ressaltar que em reunião realizada no dia 12/06/07 com o secretário da Secretaria de Segurança Pública, Ronaldo Marzagão, e os familiares dos desaparecidos de *Maio de 2006*, uma informação que já era do conhecimento das famílias foi exposta como novidade. Everton e Diego, foram vistos juntos pela última vez, na região central de Guarulhos, perto do Bosque Maia. Em função disso, os dois inquéritos abertos para apurar o desaparecimento dos jovens serão fundidos.”

4º Caso Maycon – “Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública de SP, houve uma quinta pessoa desaparecida em Maio do ano passado, Maycon Carlos Silva Santos. Ele já foi identificado pelo IML e por seus familiares. A investigação da autoria do caso está a cargo do DHPP. Conforme publicação da Folha de São Paulo, ‘Maycon Carlos Silva sumiu no dia 15 de Maio de 2006, no bairro da Casa Verde (zona norte de São Paulo), perto da quadra da Escola de Samba Império da Casa Verde, e seu corpo foi enterrado numa vala comum como ‘indigente’. Documentos da Ouvidoria apontam fortes indícios de que Silva fora levado por PMs da Força Tática. [...] Após insistência por parte de seus familiares, a Polícia de São Paulo descobriu que Silva era um dos 38 mortos no Estado que haviam sido enterrados sem identidade. Até hoje, o governo não diz quem são 22 dos enterrados como ‘indigentes’.”

5º Caso PAULO – “Paulo Alexandre Gomes, 23 anos, foi visto pela última vez no dia 16 de maio de 2006, por volta das 23 horas, quando uma viatura da ROTA adentrou à Rua Nossa Senhora das Candeias, Zona Leste, onde Paulo se encontrava. O desaparecimento foi registrado no BO 1658/06 do 103º DP. O ofício 239/06 do DHPP informa que consta o registro 8162/06 sobre o desaparecimento e solicitou à Corregedoria da PM cópia do procedimento 953/126/06 para instrução da investigação. Instaurou-se na PM o Procedimento Investigatório nº 144/123/06. Foram ouvidas, em Termos de Declarações, quatro testemunhas, acompanhadas de um advogado da Frente de Defesa dos Direitos Humanos. Segundo a irmã e pesquisadora, Francilene, baseando-se nas informações dadas por Leandro, que estava em companhia de Paulo na noite dos fatos, ‘na verdade Paulo foi visto pela última vez em um bar no endereço mencionado, onde esteve até as 23hrs da noite do dia 16 de maio. Após esse momento ele se dirigiu, na garupa da moto à uma biqueira (ponto de venda de drogas) em companhia de Leandro. Chegando ao local, Paulo adentrou em uma viela escura da favela da Vila Progresso e Leandro ficou aguardando seu retorno. Nesse mesmo momento, Leandro pôde observar uma viatura da ROTA entrando na favela por uma outra rua. Por volta das 23:30 horas Leandro diz ter visto a mesma viatura da ROTA saindo do local. Assustado, foi embora e desde então, Paulo nunca mais foi visto.” (Gomes, 2011, p. 40-43)

Cerca de dois meses após nossos primeiros contatos, as *Mães* estavam rememorando aquele trágico período de suas vidas na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo, e durante esse evento tive a oportunidade de conversar com Francisco de uma maneira mais detida e agendar uma visita em sua casa no bairro de Itaquera, São Paulo. Entre as inúmeras

situações expostas por seu Francisco em nossas conversas algumas foram utilizadas, de uma maneira interessada, como matéria-prima para as discussões que realizaremos nesse capítulo. Como o *desaparecimento* é sentido e vivenciado, pelos familiares ‘que ficam’, atualmente em nossos dias? Qual o lugar do desaparecimento forçado e seu significado em nossa sociedade? O que o desaparecimento nos diz sobre nossos regimes autoritários e sobre nossa democracia? Qual o significado do desaparecimento em um evento como os *Crimes de Maio*? Essas são algumas das questões que pretendemos explorar a partir de agora.

Significado privado do desaparecimento

Para Francisco e sua família o desaparecimento de Paulo naquele fatídico maio de 2006 deixara uma série de perguntas sem respostas, pois os mesmos não sabiam ao certo o que havia acontecido com o rapaz na noite em que desaparecera. Como aponta Gomes (2011), “iniciava-se um processo de busca permeado por um grande sofrimento onde as incertezas empareavam-se com hipóteses e suspeitas baseadas em ocorrências que antecederam o desaparecimento”. (Gomes, 2011, p.23)

Francisco abriu as portas de sua casa em Itaquera e me recebeu para uma longa e agradável conversa em uma tarde de domingo. Conversamos durante toda a tarde sobre as experiências que ele e sua família vivenciaram desde os acontecimentos de Maio de 2006. Nesse momento da pesquisa, peço licença para falar das experiências de sua vida e família!

Para aquele senhor que solicitamente se dispôs a reportar suas experiências, àquele não era seu primeiro contato com a triste e impactante situação de perder um filho. Francisco era pai de três filhos, Francilene, a quem de uma maneira singela também dedico essas linhas, Paulo e Juliana, a caçula da família. A família Gomes há muito já convivia com o sofrimento e os traumas da morte de Juliana quando o desaparecimento de Paulo ocorreu, deixando e imprimindo marcas semelhantes, mas também muito diferentes, daquelas que haviam sido deixadas quando da morte de sua filha caçula.

Juliana falecera aos 15 anos de idade, em 1997, de uma maneira ainda “inexplicável” para seu Francisco e sua família. Em uma sexta-feira daquele ano, Juliana saiu para assistir

suas aulas, em uma escola localizada no bairro do Belém (capital paulista), e não retornou com vida para casa. Seu Francisco aguardava o retorno de sua filha no horário de costume em que ela sempre regressava, contudo, o relógio já apontava para um horário tarde da noite e nada de Juliana retornar para o seio do seu lar. Inconformado e preocupado com a demora da filha Francisco decidiu sair em sua busca.

O primeiro lugar para onde Francisco e sua família se dirigiram para tentar encontrar Juliana foi a escola pública onde a menina frequentava suas aulas. Chegando na escola, ficaram sabendo pela boca de alguns alunos que a garota não havia ido à aula naquele dia, mas sim que “cabulara” (matar aula) para sair com um grupo de colegas para o Parque Piqueri, localizado nas cercanias do Shopping Center Tatuapé (ponto de grande movimentação e intenso fluxo de pessoas naquela região da cidade de São Paulo). Essa informação deixara seu Francisco e seus familiares ainda mais apreensivos, pois Juliana nesse momento, para àquelas pessoas que estavam vivenciando a angústia de uma procura angustiante, poderia estar em lugares nos quais eles não gostariam “nem de pensar”.

Francisco e seus familiares se dirigiram, então, para o lugar indicado pelos garotos da escola. Indagaram a várias pessoas que estavam frequentando o Parque Piqueri e a alguns funcionários sobre a presença de sua filha, mas nenhuma pista surgiu dessas conversas e interrogações. As experiências dessa família com as *peregrinações* em busca de *verdade* e *justiça* para o que ocorreu com seus familiares se iniciavam com o desaparecimento precoce de Juliana naquele fatídico ano de 1997.

As preocupações com o breve desaparecimento de Juliana levaram a família Gomes a pensar “no pior”. Francisco resolveu então percorrer outros espaços da cidade, onde acredita o mesmo, “nenhum pai gostaria de encontrar seu filho”. Dirigiu-se, então, para uma delegacia próxima a sua casa na expectativa de saber alguma pista do paradeiro de Juliana e comunicar o desaparecimento de sua filha que até aquela hora não regressara. Na delegacia foi informado que nenhuma ocorrência relativa ao desaparecimento poderia ser prestada naquele momento, pois sua filha poderia estar “apenas atrasada” ou poderia tratar-se daquelas “coisas de adolescentes”. Essa situação não tranquilizou seu Francisco e seus familiares, pelo contrário, levou-os a cogitar um desfecho ainda mais trágico para aquela história que apenas estava tendo um início. Resolveram, então, percorrer os prontos-socorros e hospitais da região próximos à escola de sua filha.

Francisco disse-me que naquele dia ele e Francilene percorreram vários prontos-socorros e hospitais da Zona Leste de São Paulo tentando encontrar Juliana, que por força do acaso, poderia estar incapacitada de comunicar-se e informar seu paradeiro. Francisco lembra que foram muitos os rostos e sofrimentos que viu pelos corredores das instituições de saúde que visitou naquela noite, alguns reconhecíveis e tantos outros desfigurados. Aquele senhor que procurava sua filha e aquela jovem que buscava sua irmã depararam-se com jovens garotas que passavam por diferentes situações e problemas, contudo, não conseguiam encontrar “sua Juliana”. Resolveram, em uma atitude de sofrimento e expectativa extrema, percorrer os *Institutos Médicos Legais* (IML’s), lugares para onde vão nossos mortos oficialmente contabilizados, da capital paulista. A busca nesse tipo de lugar já não era cercada pela expectativa positiva de encontrar seu familiar em uma das gavetas frias daquela instituição, mas pela esperança negativa de não se deparar com ela nas dependências daquela instituição. A esperança já não girava em torno do encontro de um *corpo sem vida*, mas da ausência de Juliana das dependências daquele lugar, possível indício da manutenção da vida em uma sociedade marcada pela violência.

Após *peregrinarem* por delegacias, prontos-socorros, hospitais e, inclusive, IML’s, a família Gomes finalmente encontrou sua filha Juliana em uma instituição hospitalar onde já haviam estado algumas noites anteriores. Francisco não reconheceu Juliana devido a duas situações particulares: naquele momento a garota estava com seu rosto cheio de hematomas, apresentando-se de uma maneira um tanto quanto desfigurada para sua identificação, e, não se encontrava com as roupas com as quais saíra de casa rumo à escola, dificultando seu reconhecimento. Segundo recorda Francisco, ela trocara de roupa na rua quando decidiu “cabular” aula e não ir à escola naquele fatídico dia. Para a família Gomes aquele foi um momento de alívio, mas também de grande apreensão. Alívio por encontrar sua filha com vida e apreensão devido a mesma encontrar-se internada em um estado delicado em uma instituição hospitalar.

Encontrar sua filha trouxe certa calma a Francisco e sua família, contudo, deu início a uma nova fase nas *peregrinações* desse grupo familiar, pois agora se tratava de tentar descobrir o que aconteceu com Juliana para que ela se encontrasse naquela situação. O pai da garota procurou os amigos e amigas de Juliana em busca de respostas, contudo não conseguiu indicações precisas sobre o que acontecera com sua filha, apenas relatos que apontavam que ela havia ido encontrar-se com seu namorado naquele dia.

Munido dessas pistas iniciais Francisco dirigiu-se para o endereço do suposto namorado de Juliana, uma casa que ficava no bairro do Tatuapé, Zona Leste da cidade de São Paulo. Francisco encaminhou-se para a casa do dito namorado, contudo não obteve maiores informações do rapaz sobre o que acontecera com sua filha.

Juliana havia sofrido uma forte pancada na cabeça que acabou por ocasionar traumatismo craniano e um forte inchaço em seu rosto, provocando a desfiguração momentânea de sua face. A filha de seu Francisco lutou contra esse problema durante os dois meses em que ficou em coma no hospital, mas não resistiu aos ferimentos e faleceu.

O caso de Juliana, como relatado por seu Francisco, foi arquivado pelas autoridades competentes pela investigação, a Polícia Civil, não arrolando nenhuma testemunha capaz de esclarecer o que ocorrera com a garota naquele fatídico dia em que saiu para sua escola e nunca mais retornou com vida. Francisco e toda a família Gomes haviam tido suas trajetórias marcadas, pela primeira vez, de uma maneira indelével pela morte prematura de Juliana em 1997.

Como observado a partir das experiências da família Gomes com a morte prematura de Juliana, as peregrinações por espaços e instituições em busca de verdade e justiça não são construídas apenas a partir de casos de desaparecimentos e/ou dos *Crimes de Maio de 2006*, mas fazem parte de um repertório cotidiano de lutas contra a impunidade da violência que assola nossa sociedade democrática.

Passados 09 anos dessa difícil experiência vivenciada por Francisco e sua família, uma nova tragédia pessoal marcaria a vida dos Gomes em maio de 2006. Paulo, único filho homem de Francisco, desapareceu, de maneira até hoje inexplicável, durante os *Crimes de Maio de 2006*. Francisco recorda, ao falar do assunto, de todas as experiências que havia vivenciado durante a morte de Juliana, ponderando que já estava “escaldado” no que diz respeito a algumas situações quando o desaparecimento de Paulo aconteceu. A questão da impunidade dos crimes que ocorrem com os jovens moradores das periferias do Brasil associada à morosidade da investigação dos órgãos encarregados de lidar com essas questões surgem em suas primeiras palavras.

Paulo desapareceu próximo a sua casa no dia 16 de maio de 2006, afirmando para seu pai ao sair que iria para a casa de sua namorada, em um bairro próximo a Itaquera, na Vila Carmosina. Essa foi a última vez que Francisco viu Paulo com vida. Naquela noite um “clima

pesado” rondava as ruas de toda a capital paulista, pois há alguns dias um toque de recolher era informalmente anunciado para os moradores das periferias da São Paulo. Sair de casa “naqueles dias”, principalmente ao anoitecer, era uma atitude que denotava perigos e incertezas que se materializaram na morte de muitas pessoas e no desaparecimento de tantos outros.

Na manhã do dia seguinte, seu Francisco relata que acordou inquieto ao saber que seu filho não havia dormido em casa. Recorda ter pensado que “esse negócio não estava bem”, ao escutar notícias sobre o que havia ocorrido na noite anterior nas periferias das cidades do Estado. Saiu de casa em busca de informações sobre o paradeiro de Paulo, dirigindo-se inicialmente para a casa da namorada de seu filho, que afirmou que na noite passada o mesmo não havia estado em sua residência. Essa informação inquietou ainda mais Francisco e a família Gomes, levando suas suspeitas de que algo errado havia acontecido a se ampliarem de maneira significativa.

Francisco e sua família se viam, novamente, diante da necessidade de percorrer uma série de espaços em busca de informações sobre o que acontecera com um de seus membros. Percorrendo as ruas de Itaquera em busca dos amigos e colegas de Paulo com a esperança de obter alguma pista ou informações que pudesse lhe conduzir ao encontro de seu filho, Francisco lembra ter escutado pelo menos duas histórias diferentes sobre a direção que ele tomara naquela noite anterior. Uma dessas versões, relatada por um dos colegas de Paulo, afirmava que o rapaz teria sido levado por homens encapuzados da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) em uma abordagem policial. Outra versão dizia que Paulo teria se dirigido com um colega em uma moto para uma biqueira (boca de fumo) e teria desaparecido por suas vielas sem deixar pistas. Diante dessas versões contraditórias Francisco se mostrou incrédulo frente à possibilidade de encontrar uma versão que poderia ser considerada “definitiva” sobre o desaparecimento de Paulo, pois ele “não estava lá para ver”!

Frente o sumiço de seu filho, Francisco dirigiu-se para lugares que pensava nunca ter que percorrer novamente em sua vida. Lembra que naquele momento inicial encaminhou-se para a delegacia seccional de seu bairro, Itaquera. Procurou nesse primeiro momento dar queixa sobre o desaparecimento de Paulo que não retornara até aquele momento, contudo foi informado que não poderia prestar queixa, pois o mesmo, devido ao pouco tempo do ocorrido, ainda não se configurava como uma pessoa desaparecida “aos olhos da lei”. Inquieto com o sumiço de Paulo, Francisco percorreu as instituições hospitalares da região em busca de seu

filho. Lembra que na ocasião dirigiu-se ao hospital Planalto, ao Santa Marcelina e ao Clínicas (todos na capital paulista), onde se deparou com uma série de feridos e familiares em busca de seus parentes que não paravam de chegar durante o fatídico maio de 2006. Não obteve sucesso nessa busca em meio aos hospitais da região, encaminhando-se, com muita apreensão, aos IML's que naquele momento estavam recebendo os corpos que não paravam de chegar e amontoar os corredores da instituição. Francisco recorda que visitou o IML central, no Hospital das Clínicas, e alguns da região metropolitana e interior de São Paulo, tais como o de Mogi das Cruzes, Poá e Suzano. Naqueles dias foram abertas muitas “geladeiras” (onde se armazenam os corpos) e muitos corpos cheios de balas, principalmente no rosto para não serem reconhecidos, foram vistos por seu Francisco e familiares. Essas *peregrinações* iniciais não obtiveram sucesso, levando a esperança de seu Francisco de encontrar seu filho com vida a não desaparecer por completo. Como aponta esse senhor, Paulo:

[...] era um menino que saía pra vender as ‘água’ dele no estádio de futebol. Assim, Mauá, Sorocaba, no interior de São Paulo. Ligava logo lá do interior: ‘- Pai, ‘tó’ aqui. Pai, já vendi tanto, ... Vou dormir pai.’ Esse era o Paulinho. Então, ligava de madrugada. Uma vez tive que acordar para atender ... perturbava ... E agora, 7 anos, não dá uma ligação?[..]. (Entrevista realizada em 15/07/2013)

Passados 8 anos do desaparecimento de Paulo, Francisco me fez entender que a busca por seu filho não se encerrou nos meses que se seguiram aos *Crimes de Maio*. O mesmo aponta que Francilene teve um papel decisivo nessas buscas, pois quando ele não podia ir, era ela que se dirigia aos diferentes lugares onde acreditavam que a *justiça* e a *verdade* sobre Paulo e seu desaparecimento poderiam ser encontradas. Lembra que em uma de suas visitas à delegacia onde o processo corria em aberto escutou, quando da indagação do paradeiro de seu filho e da morosidade da investigação, a pergunta-afirmação sobre a possibilidade de seu filho ter problemas com a polícia e estar envolvido “nesse negócio do PCC”. Francisco recorda também, com indignação, do silêncio dos colegas de Paulo, que frente a luta incansável dele e de sua família se mantinham em silêncio, ponderando que sempre indagava os rapazes na esperança de que algum deles “deixasse escapar alguma coisa”. Perguntava-se se eles eram “homens ou sacos de batatas” frente o silêncio que manifestavam mesmo após um lastro temporal significativo do ocorrido.

O processo relativo ao desaparecimento de Paulo, como coloca Francisco, foi arquivado e desarquivado várias vezes,” “porque eu e minha filha demos em cima”. Contudo, o caminho desse senhor e sua família passavam, desde a morte de Juliana, mas de forma mais incisiva com o desaparecimento de Paulo, por visitas a delegacias, ouvidorias, defensorias e jornais, em busca de algum rastro do paradeiro de seu filho, ou seja, *verdade* para o que ocorreu, e, *justiça* para seus algozes.

Semelhanças e distâncias entre os acontecimentos

As experiências de Francisco e sua família com a perda de dois dos seus três filhos, Francilene é a única filha desse senhor de força e fibra que continua ao seu lado, trouxe para o desenvolvimento da nossa pesquisa instigantes questões do ponto de vista da análise sociológica. Se, por um lado, ao observar essas duas perdas inestimáveis vivenciadas pela família Gomes, podemos detectar semelhanças, especialmente no que diz respeito aos trajetos percorridos em busca da *verdade* para o que ocorreu com Juliana e Paulo. Por outro lado, a natureza dessas perdas denotam diferenças importantes que serão levadas em consideração para a reflexão sobre o lugar da vítima contemporânea em nosso arranjo social. Iniciemos nossos argumentos pela análise das semelhanças entre os dois casos.

Uma primeira semelhança entre essas situações diz respeito aos impactos ocasionados pela morte e/ou desaparecimento de um membro da família para o funcionamento e equilíbrio psicológico, emocional e econômico do círculo familiar. Falando de suas experiências no CRAVI (Centro de Referência e Apoio às Vítimas da Violência) e do papel dos defensores dos Direitos Humanos, Francisco considera que “*o que aconteceu com meu filho, com as outras mães, acontece diariamente, toda vez que eu entro em contato lá (no CRAVI), eles dizem: - Tem mais sete, oito famílias, com os filhos mortos, na mesma situação*”. (Entrevista realizada em 15/07/2013)

Segundo Francisco, “*quando acontece isso (a morte ou desaparecimento de algum filho), morre um filho ou uma filha, mexe com toda a família ... Se o cara não tiver preparado, a família vai junto*.” (Ibid., p. 2013) Falando sobre como a morte de Juliana e o

desaparecimento de Paulinho mudaram sua vida, nosso interlocutor recorda que nesse momento, quando do acontecido em Maio, ele já era aposentado, e sua filha e genro também trabalhavam, dando uma certa situação material de conforto para que seguissem tocando sua vida. Ao falar sobre sua experiência, Francisco nos revela alguns dos percalços pelos quais as famílias que tem seus filhos mortos ou desaparecidos passam ao longo de suas trajetórias.

Eu não entrei com muitas famílias, que no caso, nosso, até hoje em dia se depara com a perda de um filho, assim. A pessoa se deprime, fica lá paradona, fica doente, chega às vezes até a morrer porque a pessoa se entrega, à doença, à tristeza... Eu sempre falo pra minha filha: - A gente não pode se entregar. Porque o Paulinho morreu, a outra morreu, a Juliana, a gente não pode entrar em depressão, a gente tem que continuar a vida, tem os netos, tem a mulher... A gente não vai se conformar nunca, mas a gente também não pode parar na vida, tem que... Assim como aconteceu com o nosso filho, pode acontecer com o filho dos outros também. [...] Muita gente chegou lá para mim: - 'Porra, mas seu Francisco como é que o senhor aguenta? Perder um filho e um filho e o senhor tá aí, alegrão, conversando, trabalhando, não tá doente!...' Aí eu expliquei: - Eu acho que a gente não pode se entregar, tem que fazer alguma coisa... Eu me aposentei, trabalhava direto, saía de casa às 5 da manhã e chegava às 10 da noite, todo dia, todo dia... No Natal, eu trabalhava... Parar de vez? A pessoa fica é doente... tem que fazer alguma coisa, não pode ficar parado. E a gente, nessas reuniões que tem lá no CRAVI, no Tribunal Popular, com as Mães, a gente vê aquela pessoa falando e como é que elas estão vivendo, o que elas estão fazendo depois dessa perda tudo. A gente também se revigora,[...]" (Entrevista realizada em 15/07/2013)

Depressão, *stress* pós-traumático, doenças físicas, problemas financeiros, quebra do convívio familiar, experiências de longos processos judiciais em condições desfavoráveis, mazelas das mais diferentes ordens, e, até mesmo o caso extremo do óbito são impactos vivenciados por

muitas famílias que tiveram seus filhos mortos e/ou desaparecidos, como nos aponta seu Francisco.

Nosso interlocutor recorda um caso dramático de uma senhora que ao perder seu filho em um acidente de moto passou por questões psicológicas delicadas e engajou-se em uma busca incessante pelo responsável da morte. Entrando nessa empreitada de “cabeça”, ela teria recebido um “ultimato” de seu companheiro que lhe prevenia: “ou você fica aqui em casa ou fica correndo atrás do seu filho”. Algum tempo depois o casal se separou frente a não desistência da mulher em encontrar os culpados pela perda prematura de sua prole.

Francisco aponta que naquele momento inicial de indignação, pela morte do filho, morosidade da investigação e impunidade dos possíveis autores, ele pensou em fazer “justiça com as próprias mãos”. Lembra que pensara em comprar um “trabuco” (revolver) para ver se assim conseguiria mais informações junto aos colegas de Paulo, que para ele sabiam de alguma coisa, mas não se prontificavam a dar mais detalhes ou informações. Nas palavras desse senhor, deu *“vontade de fazer justiça com as próprias mãos, mas deu uma luz, fica na tua, tu tem uma filha, uma neta, uma esposa, tem tudo pra cuidar. Vai fazer justiça com as próprias mãos, você vai ser preso, morto. E como vai ficar a tua família?”* (Entrevista realizada em 15/07/2013) A ideia de fazer justiça com as próprias mãos, ou a atitude de ‘ficar mais calmo’, segundo Francisco, foi se apagando aos poucos devido seu contato com uma senhora, militante dos Direitos Humanos, que apoiou-o de maneira decisiva nesses primeiros momentos de angústia e revolta. Ela conseguiu para nosso interlocutor e sua família um advogado e encaminhou seu Francisco para o CRAVI, onde recebeu tratamento psicológico com vistas a tentar superar a difícil situação que vivenciava naquele momento. Nesse instante da entrevista o interlocutor me interpela, no diálogo que já estabelecíamos à cerca de uma hora, sobre meu envolvimento com os defensores de Direitos Humanos e revela o importante papel desempenhado por esses ativistas, suas lacunas e ausências a partir de sua trajetória de investigação desde a morte de Paulo.

Apesar que todo mundo diz que Direitos Humanos só protege bandido, tal do penal... Eu, para mim os Direitos Humanos me ajudou muito. Na hora que eu precisei eles vieram aqui, me levaram nos hospitais. Teve um tempo que eu ‘tava’ mal de saúde, já ‘tava’ mal de bolso de tanto andar de lá para cá, eles sabendo da minha situação, vieram aqui, me levaram lá na represa (Billings). Uma represa

imensa, funda pra caramba. Foram lá, mergulhar pra ver se acharia alguém.(Francisco)(Entrevista realizada em 15/07/2013)

Frente a ajuda inicial que recebeu de algumas instituições voltadas para o atendimento das vítimas e seus familiares, e certo “abandono” em um momento posterior, seu Francisco passa a problematizar a atuação dessas instituições frente à outras famílias e também a partir de sua própria experiência.

Analisando as experiências pelas quais ele e sua família passaram, Francisco, em nossa longa conversa naquela agradável tarde de domingo deixa transparecer os significados similares e distintos que essas duas mortes trouxeram para o seio de seu grupamento familiar. As perdas foram, sem sombra de dúvida, imensas para a família Gomes, contudo, elas foram marcadas por situações que as aproximavam e diferenciavam de maneira significativa para nossa análise sociológica.

Várias foram as situações que aproximavam as experiências vividas em 1997 com a morte prematura de Juliana e aquelas ocasionadas pelo desaparecimento de Paulinho naquele fatídico mês de maio de 2006. Não se trata, como exposto acima, do sofrimento e da dor da perda de um filho, mas à necessidade da *peregrinação* de seu Francisco e sua família em busca de informações sobre o que acontecera com seus filhos.

Diante do desaparecimento momentâneo de Juliana, que foi encontrada cerca de dois dias após sua saída para um dia de aula rotineiro, seu Francisco, e principalmente Francilene, percorreram diferentes lugares em busca de informações sobre o paradeiro de sua filha. Francisco recorda ter se dirigido, em um primeiro momento, a escola onde Juliana estudava para saber de sua filha que até aquele momento era considerada por eles como desaparecida. Lembra com extrema nitidez de ter interrogado algumas das colegas de sua filha em busca de informações sobre os possíveis lugares que Juliana frequentava ou pretendia frequentar naquela data e de ter se dirigido a um parque público da capital paulista na expectativa de encontrar pistas que pudessem indicar seu possível paradeiro. Não encontrando sua filha em nenhum desses lugares e não obtendo pistas sobre onde encontrá-la, Francisco e sua família, em um segundo momento, passaram a percorrer outros espaços onde Juliana pudesse ser

identificada, “com ou sem vida”⁸⁹. Dirigiu-se a uma delegacia de polícia próxima à escola de Juliana com o intuito de denunciar o desaparecimento de sua filha e ansioso por informações sobre ocorrências envolvendo jovens de 15 anos no dia de seu desaparecimento ou naqueles que se seguiram ao evento. Juntamente com Francilene, percorreu hospitais próximos à escola de Juliana e sua casa na tentativa de encontrar sua filha com vida, que naquele momento poderia estar incapacitada de comunicar seu paradeiro e destino. Não encontrando a mesma nesses espaços Francisco recorda ter rumado, com um pesar enorme no coração e com a certeza de que não queria encontrar Juliana naquele lugar, aos IML’s que circundavam a Zona Leste da capital paulista. A peregrinação da família Gomes em busca de sua filha terminou alguns dias depois de seu desaparecimento em um leito de um hospital da Zona Leste da cidade de São Paulo. Juliana estava desfigurada devido uma forte pancada na cabeça que recebera, fato que não possibilitou o reconhecimento imediato da mesma. A filha de Francisco ficou dois meses em coma em uma luta para restabelecer sua saúde e voltar ao seio de sua família.

Juliana não resistiu aos ferimentos que a conduziram ao hospital e ao coma, falecendo após dois meses de uma batalha silenciosa contra a morte.

A necessidade dessas *peregrinações* trouxeram sentimentos de indignação e revolta para Francisco, que contava com pesar os percalços que ele e sua família tiveram que trilhar em 1997. Segundo esse pai de família, “ele jamais pretendia passar por isso novamente”, pois o desgaste emocional com aquelas situações havia sido significativo e pesado para a família Gomes.

As expectativas de Francisco e sua família de não voltar a vivenciar uma situação como as experimentadas com a morte prematura de Juliana se viram frustradas em maio de 2006 quando seu único filho homem, Paulinho, desapareceu em meio à massa de mortos que se amontoavam pelas cidades de São Paulo. As *peregrinações* em busca de Paulo se iniciaram, como mencionado anteriormente, pela casa de sua namorada, último paradeiro indicado por ele a seu Francisco. Não obtendo êxito nessa primeira etapa da empreitada Francisco, juntamente com sua esposa e Francilene, se dirigiram para a delegacia seccional de seu bairro com o objetivo de prestar queixa do desaparecimento de Paulo, sendo informado que esse procedimento não poderia ser efetuado devido ao lastro temporal mínimo que não

⁸⁹Francisco lembra ter ido à casa do então namorado de Juliana, localizada em um bairro periférico da Zona Leste em busca de informações sobre sua filha, sendo informado que naquele dia sua namorada não teria lhe encontrado como havia combinado anteriormente.

havia sido percorrido para configurar a situação de desaparecido aos olhos da lei. Dirigiram-se dali para os hospitais da região leste da capital paulista na tentativa de encontrarem seu filho, ferido, mas ainda com vida. Percorreram algumas instituições hospitalares da vizinhança, contudo não obtiveram sucesso nessa busca que se repetia após nove anos das primeiras peregrinações iniciadas com a morte de Juliana. Após o insucesso dessas visitas aos hospitais, que estavam abarrotados de feridos naquele “período sangrento”, Francisco passou a cogitar, de uma maneira extremamente pessimista, porém realista para o período, a possibilidade de encontrar Paulo em meio à centena de corpos que estavam dando entrada nos IML’s das cidades paulistas. Francisco visitou os IML’s, que naquele período estavam recebendo os corpos que se multiplicavam, abrindo dezenas de “gavetas” sem encontrar seu filho em meio aquela massa de pessoas desfiguradas por tiros recebidos em seus rostos e cabeças. Saindo daqueles lugares a família Gomes apontou suas buscas não mais para as instituições do Sistema de Justiça Criminal ou da Saúde, mas para as ruas próximas à sua casa. Francisco recorda ter percorrido as ruas de Itaquera, e de alguns bairros vizinhos, atrás dos amigos e colegas de Paulinho que pudessem fornecer pistas ou indícios sobre o paradeiro de seu filho. Muitos foram os rapazes e moças interpelados nessas andanças e algumas as versões que seu Francisco e sua família encontraram nessas investigações particulares sem, no entanto, adquirirem pistas concretas sobre o desaparecimento de Paulo. Até hoje, passados 8 anos desses fatídicos eventos, Paulo encontra-se na situação de desaparecido, trazendo para a família “uma angústia que não tem fim” e uma incerteza quanto à situação que acabou por apartar Paulinho do seio do convívio familiar.

A partir dessas linhas que se remetem as experiências de Francisco e sua família com a morte prematura de Juliana e o desaparecimento de Paulo, as investigações que deveriam ser encaminhadas pelos órgãos competentes, como é o caso da Polícia Civil em nossa sociedade, não foram levados a termo, mas foram, até certo ponto, efetuadas pelos próprios familiares através das peregrinações cotidianas que efetuaram em diversos espaços (sejam aqueles relativos a Justiça Criminal, sejam aqueles relacionados ao Sistema de Saúde brasileiro) onde acreditavam poder encontrar a *verdade* e a *justiça*.

Falamos, nesse sentido, de incansáveis “colecionadores” que em suas atuações e percursos organizam e constroem *dossiês*, tornando-se colecionadores das marcas do passado que:

[...] propõe mais do que o combate ao impedimento à memória sobre nosso passado recente. Ao constituírem os *dossiês*, em que constam as marcas das vidas e as das mortes que delimitam suas perdas, estabelecem novas bases de ordenação e arranjo do seu mundo e de seu entorno. Realizam uma aproximação íntima e privada, mas constroem também uma maneira de “provar” seu legado e as responsabilidades dos que cometeram esses crimes. Assim, os familiares provocam, perturbam, interrogam e redimensionam o presente. [...] A busca desses familiares está carregada das dimensões ética e política. (Teles, 2010, p.298)

São “coleccionadores das marcas do passado” que estabelecem novas bases de ordenação e arranjo do seu mundo e do seu entorno através de suas lutas por *verdade e justiça, herdeiros da dor* que em seus trajetos e peregrinações provocam, perturbam, interrogam e redimensionam o presente, demarcando as fronteiras entre memória, história e justiça.

As vítimas da *violência institucional* emergem na esfera pública desconfiando das ações e decisões do Sistema Judiciário brasileiro, “suspeitando” da idoneidade dos agentes encarregados de lidar com a criminalidade e a violência em nossa sociedade, e, duvidando do comprometimento dos governos estatais, especialmente o do estado de São Paulo, em resolver os crimes ocorridos em maio de 2006.

Uma segunda aproximação entre as experiências vivenciadas pela família de Francisco quando Juliana faleceu em 1997 e Paulo desapareceu em 2006, diz respeito ao desfecho encontrado para os dois casos. O inquérito aberto com a morte de Juliana na Polícia Civil foi arquivado depois de alguns meses de investigação, pois segundo Francisco, “não haviam testemunhas” capazes de indicar o que acontecera com sua filha. O que aconteceu com Juliana nunca foi esclarecido e os culpados identificados, deixando a família de seu Francisco em uma longa angústia relativa à verdade dos fatos e autores.

A situação de Paulo, mesmo diferente em muitos pormenores do caso de Juliana, encontrou um mesmo desfecho no que diz respeito à apuração dos fatos sobre seu desaparecimento. A impunidade e ocultação dos fatos dão o tom das conversas quando os questionamentos se referem ao encerramento do inquérito aberto com seu desaparecimento.

Francisco recorda como duas situações marcaram de maneira decisiva e diferentemente as buscas por Paulinho, quando observadas à luz da morte de Juliana. A primeira relaciona-se ao fato de Paulo ter uma passagem pela polícia e estar cumprindo pena em regime semiaberto na data de seu desaparecimento. A segunda, que no momento nos interessa de maneira particular, refere-se ao fato do corpo do seu filho nunca ter sido encontrado.

Francisco lembra que quando “pintava o 7” nos espaços das instituições do Sistema de Justiça Criminal, um delegado do DHPP, de quem não recorda o nome, mandara lhe chamar.

“Esse delegado do DHPP que falou, a gente não pode considerar isso como crime, não tem corpo... Então tá arquivado... Aí de vez em quando ligam pra mim dizendo: - A gente pode desarquivar se o senhor tiver alguma coisa nova... Olha, o caso tá difícil, não tem testemunha, ninguém sabe de nada,[...]” (Entrevista realizada em 15/07/2013).

A situação de impunidade no caso de Paulinho, como colocado pelo delegado do DHPP, era bem mais complexa do que a enfrentada durante a morte de Juliana. O corpo do filho de Francisco, desde o desaparecimento em 16 de maio de 2006, nunca foi encontrado, não podendo ser considerado por muitos agentes da lei como um crime propriamente dito. Paulinho, mesmo que de uma maneira trágica, ainda é esperado por Francisco em sua casa. Seja batendo em sua porta e chamando o pai da maneira alegre como Francisco gosta de lembrar, seja através de indícios capazes de indicarem seu paradeiro, na forma de um corpo já sem vida.

A situação da ausência do corpo que configuraria o crime e catalisaria o processo de luto e separação para a família de Francisco marca uma diferença significativa nas experiências daqueles que perdem seus filhos de maneira prematura em nossas sociedades. Quando pensa na morte de Juliana, em comparação com o desaparecimento de Paulinho, Francisco pondera que:

Vi ela em coma, morreu... Fiz o enterro, depois de 5 anos ‘teve’ exumação, fui lá tirar os restos mortais. Do menino (Paulinho) já não posso fazer as mesmas coisas, não posso nem acender uma... Não posso nem levar uma flor... Fazer o que com uma flor? Não têm túmulo. A gente não sabe se morreu mesmo [...]” (Entrevista realizada em 15/07/2013)

Essa situação levava, em certos momentos, Francisco a acreditar na possibilidade do filho ainda estar vivo e de alguma maneira incomunicável. Esse era um dos motivos pelos quais

aquele senhor justificava o fato de ainda “investigar” o desaparecimento de seu filho. O corpo nunca havia aparecido sem vida, existindo uma possibilidade, remota, indicada por um rapaz, de Paulinho ter sido enviado para um lugar ermo por seus antigos companheiros de regime carcerário.

Francisco recorda ter escutado que eles eram mandados “*lá pro fim do mundo lá, e ‘fica’ lá 3, 4, 5 anos lá, 10 até que seja. Depois solta os ‘cara’*”. Contudo, aquele homem já experiente nesses casos de vida e morte não alimentava essa esperança de uma maneira inocente, já que Paulinho sempre que saía para vender suas águas no interior de São Paulo ligava intensamente para casa. Como pensar na possibilidade de passados 7 anos (período da realização da entrevista) seu filho não ter dado uma ligação que seja para a família? Como colocou Francisco, essa situação o levava a “acreditar até a última hora”.

Ludmila Catela (2001) descreve de maneira exemplar as tramas dessas situações em sua análise sobre as experiências dos familiares de desaparecidos na Argentina durante o último regime militar que configurou-se nesse país (1976-1983)⁹⁰. Como pondera Catela:

[...] a impossibilidade de ver os restos mortais faz com que a morte não se possa consumir nas consciências. A imagem que os familiares recriam ainda faz parte, de alguma forma, do sistema das coisas ‘deste mundo’. Por este motivo, há lugar para os desejos, as imagens, os sonhos, as fantasias e fantasmas, que cada familiar guarda interiormente e às vezes exterioriza. (Catela, 2001, p. 190)

A impossibilidade de ter acesso aos restos mortais de Paulinho levava seu Francisco a manter vivo esse “tempo de espera”, de “esperança”, que o fazia seguir em sua luta, juntamente com sua família, em busca de seu filho ou de informações capazes de os conduzirem até ele.

Esse *tempo de espera*, como expõe Catela, faz parte de uma “nova experiência” instalada na vida das pessoas que tiveram seus filhos, irmãos e parentes enquadrados na figura dos desaparecidos. Os processos “normais” da morte não seriam vivenciados por esses familiares, assim como por seu Francisco, já que o corpo de seus entes queridos, assim como as situações que envolveram seu desaparecimento, nunca foi revelado. O processamento “normal” da morte envolveria, por um lado, um ‘corpo a sepultar’, pois:

⁹⁰Segundo a CONADEP (Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas), criada no final da ditadura pelo governo constitucional de Raúl Alfonsín, o número de desaparecidos —de acordo à quantidade de denúncias judiciais apresentadas por vítimas e familiares— rondaria as 9.000 pessoas, mas grupos defensores dos direitos humanos como as Mães da Praça de Maio e o Serviço Paz e Justiça, estimam que houve 30 000 desaparecidos. Um informe da inteligência chilena estimava o número de desaparecidos em 22.000 pessoas em 1978. Até 2003 a Secretaria de Direitos Humanos da Nação Argentina tinha registrados 13.000 casos.

[...] o cemitério é o espaço que divide o mundo dos vivos do mundo dos ‘mortos’. É um espaço fundado em lógicas próprias, onde as marcas de parentesco, de filiação, de classe social, de pertencimento a grupos, aparecem por todo lado como sinais de quem é a pessoa que está sepultada ali. De certa maneira, a marca da sepultura funciona como um operador que ‘integra em um estrutura meta-histórica o grupo social dissolvido pela morte’ [...], recria em um novo espaço as relações de parentesco, sociais e culturais rompidas pela morte [...] (Ibid., p. 140-141)

Por outro, não poderíamos realizar nossas “obrigações morais diante da morte”, tampouco os deveres apreendidos ao longo dos nossos processos de socialização.

Depois da morte de um ente querido, os familiares, os vizinhos, os amigos se solidarizam num grupo que deve expressar um comportamento diferenciado. [...] Eles se verão obrigados, durante certo tempo, a manifestar dor, mudando a cor de suas vestes e modificando seu tipo de vida habitual. Como fato social, a morte gera uma modificação no tempo e no espaço do grupo social afetado. Estas mudanças têm como referencial principal as obrigações, os comportamentos e os ritos religiosos ou seculares que, por um determinado período, provocam uma espécie de intensificação dos sentimentos, emoções e estados corporais. O tempo e o espaço se concentram e, como em uma espiral, se tornam profundos e intensos.’ (Ibid., p. 141)

Ao mesmo tempo em que não tinham um corpo para sepultar, recriando em um novo espaço suas relações de parentesco, Francisco e sua família não poderiam realizar suas obrigações diante da morte, já que o óbito de Paulinho nunca foi confirmado. A compressão do tempo e espaço, concentrados durante o período fúnebre, não poderia ser realizada pela família de Paulo, prolongando-se de uma maneira ininterrupta por esses 8 anos que separam seu desaparecimento das atividades de luta de Francisco e Francilene. Para Catela (2001), o desaparecimento pode ser pensado como uma *morte inconclusa*⁹¹, pois:

O desaparecimento provoca uma ação inversa à concentração de espaço-tempo requerida socialmente para enfrentar a morte. Os familiares de desaparecidos, por muitos anos ‘esperam, buscam, abrem espaços’. Esperam a volta do ente querido vivo, buscam pistas, informação precisa sobre o local, modo e data da morte, esperam o reconhecimento dos corpos e exigem respostas do Estado, exigem punições para os desaparecimentos [...] (Catela, 2001, 141-142)

⁹¹Ludmila Catela (2001) nos mostra que ‘as categorias conhecidas e usadas para indicar as pessoas ligadas a um morto não eram simbolicamente eficazes’ para descrever as situações vivenciadas pelos familiares de desaparecidos e seu ‘novo’ lugar em nosso arranjo social. ‘Se consideramos a palavra ‘viúva’, por exemplo, pode-se notar como seu uso descontextualiza a situação que a levou a ser ‘mulher de desaparecido’ e, principalmente, a exclui dos espaços de pertencimento construído pelos familiares de desaparecidos. Estes indivíduos se afirmavam como filhos, mulheres, irmãos, pais de desaparecidos. As modificações na vida das pessoas, as mudanças foram acionando a criação de identidades diferenciadas que tornaram os laços primordiais os referenciais mais fortes de identificação. A categoria desaparecido acarretou um sistema classificatório diferente, eficaz para as pessoas que se posicionavam em torno desta figura, tanto como forma de enunciação de um drama privado quanto na arena pública [...]’ (Ibid., p. 143).

Para Francisco o desaparecimento de Paulinho era vivenciado de uma maneira diferente das situações relativas à morte de Juliana, sua filha caçula. O desaparecimento não colocou um “fim”, através da concentração espaço-tempo, nas expectativas que a família cultivava em encontrar Paulo com vida. De certa forma, ele ainda poderia estar vivo e retornar para o seio de seu, esperançoso, grupo doméstico. Essa “morte inconclusa” não permitiu a Francisco e sua família realizar e vivenciar, como no caso de Juliana, o ritual do luto, tão caracterizado em nossa sociedade pela manifestação da “compaixão coletiva” e pela marcação de um corte, que representaria o final da trajetória de Paulo⁹².

Em nossas sociedades:

[...] as representações sobre a morte concentram-se de forma característica no chamado ‘período de luto’. Alguns dos traços que se repetem nas sociedades ocidentais estão marcados pelo caráter coletivo da celebração, pela socialização da morte: visitas aos familiares do morto, amigos e vizinhos, dando ‘os pêsames’, ausência justificada ao trabalho, visitas da família ao cemitério, interrupção de saídas e reuniões festivas por um certo período. Nesse período, a ideia de compaixão torna-se central, tanto que a partir dela se distinguem os ‘homens que sofrem’ dos ‘que não sofrem’. De outro lado, percebe-se uma insistência em relação à expressão obrigatória do sofrimento e dos sentimentos, distinguidos pelas expressões exteriores do corpo e suas marcas: lágrimas, gritos, silêncio, tristeza, dor. Estas marcas atuam como elementos essenciais de distinção entre os que são afetados pela morte de um familiar ou ente querido e os que os acompanham, acalmam e consolam. (Ibid., p. 149-150)

O desaparecimento de Paulinho prolongava de maneira indefinida o sofrimento de seu Francisco e sua família, pois não existira um único momento de dor e obrigações morais sobre a figura de um morto. Essa situação, associada a um desconhecimento das situações e atores que levaram seu filho a se tornar um desaparecido, constituiria uma nova figura, a da *privação da morte* (Schmuller apud. Catela, 1996:11). Para Catela (2001), a categoria “*desaparecido*” representa esta tripla condição: ‘a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura. (Ibid., p. 150). Francisco experimentava essa angústia em sua vida. Ele não sabia, com confiança, o que acontecera com Paulinho naquele fatídico maio de 2006 e não dispunha de um corpo capaz de *condensar e domesticar a morte* (Ibid., p. 150).

A construção do significado, que aqui poderíamos chamar de privado, do desaparecimento de Paulo para a família Gomes era permeado por situações que não

⁹² Catela (2001) considera que: ‘[...] a intensidade e a profundidade do espaço-tempo criado pela morte quebra a rotina, a normalidade, e define um início e um fim. Podem-se distinguir três momentos que põem a vida dos familiares do morto entre parênteses: ‘o momento da morte, o tempo de luto e da expressão da compaixão e o momento da interiorização e domesticação da morte’ (Ibid., p. 149).

permitiam a conclusão de “um ciclo”, como aquele vivenciado com a morte de Juliana em 1997. Francisco não tinha onde depositar flores ou prestar suas homenagens no dia de finados (02 de novembro no Brasil) ou no aniversário de Paulo. Em seus pensamentos, e desejos mais profundos, Francisco ansiava pela volta de seu filho com vida ao seio de sua família. Um ciclo continuava, de certa forma, aberto...

Significado público dos desaparecimentos

No seio da família Gomes o desaparecimento de Paulinho, quando comparado à morte de Juliana, era significado e vivenciado através de situações relativas à ausências (de um corpo para enterrar; de um túmulo onde prestar homenagens; de verdades sobre o que acontecera com seu filho; e, de um período definitivo de luto), que faziam com que os sentimento de sofrimento e esperança se estendessem de uma maneira indefinida ao longo desses oito anos que nos separam dos eventos de Maio de 2006. Contudo, quando ampliamos nossa análise e pensamos no significado social dos desaparecidos em nosso arranjo democrático contemporâneo, outras situações nos são reveladas por Francisco. Pensando nas conexões do último período ditatorial brasileiro (1964-1985) e nosso atual regime democrático Francisco, como outros militantes das *Mães de Maio*, imagina ainda haverem “*muitas ramificações da época da ditadura na nossa polícia [...] Os caras que ‘tão’ lá que são do tempo da ditadura, prefeito que tinha antigamente, aqui no nosso distrito (sub-prefeituras) é tudo ‘coronéis’.*” (Entrevista realizada dia 15/07/2013) Vivemos, segundo nosso interlocutor, em uma “*ditadura disfarçada de democracia*”, que segue “*matando os pobres, periféricos e negros*”.

As pistas fornecidas por Francisco, e pela prazerosa convivência com as *Mães de Maio*, na longa entrevista que me concedeu, nos permitem entrever como a persistência das ocorrências das práticas de desaparecimentos é interpretada em nossa sociedade contemporânea, estabelecendo elos nefastos entre regimes democráticos e ditatoriais. Os desaparecimentos nos revelariam, entre outras situações: a permanência da necessidade de visibilidade e ocultação de práticas violentas no processo de legitimação dos governos estatais; a seletividade dessas práticas, que em nossas sociedades incidem significativamente sobre nossa população jovem e negra (geralmente moradores de nossas periferias, em situação

de pobreza e com antecedentes criminais); e, as conexões que podem ser realizadas entre nosso passado ditatorial e arranjo presente, pretensamente democrático⁹³.

Em suas pesquisas referentes às trajetórias de lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no último período ditatorial brasileiro (1964-1985), Janaína de Almeida Teles (2009, 2010) coloca em destaque a função que os desaparecimentos incorporavam naquele arranjo⁹⁴. Para a autora, a partir de 1973, “a ditadura, aos poucos implementou uma dinâmica de práticas que se movimentavam entre esconder e mostrar a violência da repressão política, mesclando a necessidade de se legitimar com a de difundir o medo.” (Teles, 2010, p. 255-256) Nesse período, o eixo da atividade repressiva passou a utilizar-se, de uma maneira mais consistente, do expediente do desaparecimento forçado, técnica que conviveu com o sequestro e prisão de milhares de pessoas em todo o país (Ibid., p. 257)⁹⁵.

Naquele ano de 1973, verificou-se um significativo aumento da quantidade de desaparecidos políticos no país. Num total de 73 militantes assassinados, 38 deles se tornaram desaparecidos e 35 compuseram a estatística dos chamados ‘mortos oficiais’. No ano anterior, num total de 68 dissidentes políticos assassinados, 44 foram mortos e 24 desapareceram. (Dossiê Ditadura) Diminuíam os assassinatos mascarados pela versão de suicídio ou tiroteio e surgia com força a figura do ‘desaparecido’: não mais havia a notícia da morte, um corpo, atestado de óbito – essas pessoas perderam seus nomes, perderam a possibilidade de ligação com seu passado, dificultando a inscrição dessa experiência na memória e o trabalho de luto. [...] Em 1974, ano da posse de Ernesto Geisel, 54 militantes desapareceram e sabe-se apenas do registro de um ‘morto oficial’. (Ibid., p. 259)

Essa mudança de estratégia na forma de conduzir a repressão do Estado teria sido, conforme relata Teles (2010), a maneira de garantir uma representação de “moderado” ao então

⁹³ Outros autores indicam outras conexões.

⁹⁴ Sua dissertação de mestrado intitula-se *‘Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por ‘verdade e justiça’ no Brasil’* (Dissertação de Mestrado em História Social, São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2005).

⁹⁵ Chamam-se desaparecidos políticos no Brasil os militantes de organizações de oposição à ditadura militar (1964-1985) cujo paradeiro é desconhecido ou cuja morte é presumida, embora não comprovada. A responsabilidade por esses desaparecimentos forçados durante a ditadura tem sido atribuída a organizações do Estado brasileiro ou a terceiros - com autorização, apoio ou consentimento dos governantes da época. De acordo com o livro *‘Direito à memória e à verdade’* (2006), publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República durante o Governo Lula, 475 pessoas morreram ou desapareceram por motivos políticos naqueles anos. Esse número pode ser muito maior se levarmos em conta a extensão territorial do Brasil, a ausência de estudos estatísticos, o elevado número de pedidos de indenização, a inclusão de não-militantes na lista de desaparecidos e aqueles cujos familiares não deram queixa. Em contrapartida, os militares também homenagearam as 126 vítimas da guerrilha empreendida por organizações de esquerda, instalando placas com os nomes desses mortos no Salão Nobre do Clube Militar do Rio de Janeiro em 1º de abril de 2009.

presidente Ernesto Geisel e seu governo⁹⁶. Equalizava-se, assim, o tratamento dos problemas de legitimidade enfrentados pelo governo ditatorial, decorridos do declínio do “milagre econômico” e do aumento das denúncias sobre as violações de direitos humanos, dentro e fora do país. “A morte de alguns e o desaparecimento de outros pode ser pensada dentro de uma política global, cuja intenção era ocultar a realidade da tortura institucionalizada do regime e, também, forjar casos exemplares e uma permanente ameaça a todos”. (Ibid., p. 257)

Os desaparecimentos forçados em nosso arranjo político e social contemporâneo não estariam inscritos em uma atuação governamental e repressiva centralizada, que ao invés do extermínio opta por garantir sua legitimidade de moderada frente uma sociedade pretensamente democrática. Os desaparecimentos forçados, como o de Paulo, Ronaldo, Diego, Everton e Maycon em 2006 representam para as *Mães de Maio* e para muitos militantes dos Direitos Humanos, a permanência de práticas herdadas de nosso recente regime ditatorial.

Autores contemporâneos têm buscado compreender as heranças deixadas por esse regime em nossa atual figuração democrática, dentre eles podemos destacar os textos escritos por Jorge Zaverucha (2010), especialmente em *‘Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição brasileira de 1988’*. Neste artigo, Zaverucha aponta que:

[...] a nova Constituição descentralizou poderes e estipulou importantes benefícios sociais similares às democracias mais avançadas. No entanto, uma parte da Constituição permaneceu praticamente idêntica à Constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969. Refiro-me às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral. (Zaverucha, 2010, p. 45)

Como exemplo desses “artigos constitucionais de conteúdo liberal duvidoso” presentes em nossa Carta Magna de 1988, Zaverucha menciona, entre outros, o de número 142. O artigo considera que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.” (Ibid., p. 48) De acordo com o autor:

[...] lógica à parte, são os militares quem têm o poder constitucional de ‘garantir’ o funcionamento do Executivo, Legislativo e Judiciário, a lei e a ordem quando

⁹⁶Entre os anos de 1969 e 1971, o Estado de exceção constituiu uma rede de unidades secretas, em relação ao seu próprio quadro legal, do aparato repressivo. Em julho de 1970, o ministro do Exército, Orlando Geisel, definiu que o Exército assumiria o comando das atividades de segurança e, dois meses depois, criou os Destacamentos de Operações de Informações-Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). (Elio Gaspari, ‘A ditadura Esclarecida’ (São Paulo, Companhia das Letras, 2002), p. 176). (Ibid., p. 256)

deveria ser o reverso. Ou seja, as Forças Armadas são baluartes da lei e da ordem definidas por elas mesmas, não importando a opinião do presidente da República ou do Congresso Nacional. Portanto, cabe às Forças Armadas o poder soberano e constitucional de suspender a validade do ordenamento jurídico, colocando-se legalmente fora da lei. [...] Os constituintes teriam se utilizado de um procedimento democrático para conferir às Forças Armadas um papel que pode tornar-se incompatível com os direitos liberais e com a vontade da maioria. (Ibid., p. 48)

Entre outras situações, a Constituição de 1988 garante o poder soberano e constitucional às Forças Armadas de suspender nosso ordenamento jurídico sem precisar da autorização de qualquer outra instância nacional de poder. Os militares poderiam, nessa ótica, realizar um “golpe de Estado” amparados nas prerrogativas máximas de nossa Carta Magna. Situação que apontaria, de maneira contundente, para os limites e contingências da democracia brasileira pós-período ditatorial.

Os desaparecimentos, na leitura de Francisco, faziam parte desse nefasto legado deixado por nosso último período ditatorial, onde a necessidade de se legitimar enquanto Estado se mesclaria com a necessidade de coibir a sociedade civil⁹⁷.

⁹⁷ Para Zaverucha outras heranças poderiam também ser observadas: no fato de que no Brasil temos uma ‘estrutura militar fazendo o papel de polícia’; um débil controle civil sobre as forças militares; a mistura de questões de ‘segurança externa com questões de segurança pública’, tornando a militarização da segurança pública algo constitucionalmente válido; manteve a ‘supremacia’ da Polícia Militar sobre a Civil, em número de homens, adestramento e poder de fogo; militarização da área civil de segurança; participação militar em áreas de atividade econômica civil (como no caso da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), criada em 2006, que mantém o controle do tráfego aéreo civil nas mãos da Força Aérea Brasileira; e, a Marinha, que é responsável pelo licenciamento de navios mercantes, iates, ‘jetskis’ e embarcações turísticas). (Ibid., p. 50)

6 UMA FALA SOBRE O CORPO DAS VÍTIMAS

As discussões sobre a importância da *dimensão corporal* para a compreensão e investigação dos fenômenos relacionados à violência e suas vítimas tem se ampliado de maneira significativa desde as últimas experiências dos regimes ditatoriais em território latino-americano. Em algumas dessas análises a figura do *desaparecido*, como acabamos de observar, tem pautado as discussões sobre como o “corpo” tornou-se um elemento significativo para se pensar a dinâmica dos novos arranjos sociais contemporâneos.

O discurso forense e a intencionalidade dos crimes

A falta do “catalisador” e “domesticador” da morte, como o considera Catela (2001), teria levado os familiares dos desaparecidos políticos de nossas últimas experiências autoritárias a não poderem, entre outras situações, concluir os rituais socialmente requeridos diante da morte e encerrar um ‘ciclo’ de vida, que culminaria na instauração de uma nova relação com o sujeito morto. Contudo, quando pensamos na figura do desaparecido e seu significado para a compreensão e ampliação dos estudos sobre as relações entre violência e corporeidade, outras situações emergem a partir dos eventos de *Maio de 2006*.

Penso de maneira particular nas inscrições corporais (não àquelas intencionalmente planejadas e socialmente esperadas) que marcaram as superfícies e penetraram os corpos que naquela “semana sangrenta” deram entrada nas instituições hospitalares e nos Instituto Médico-Legais (IML’s) do estado de São Paulo. Não se tratam de tatuagens ou perfurações rituais que marcariam nossa entrada em uma nova fase da vida individual e social, nem de indícios que estabeleceriam nosso pertencimento, de uma maneira indelével, a grupos sociais (Clastres, 2003). Trata-se, de uma maneira mais apropriada, de compreender como inscrições em nossa superfície corporal, muitas vezes causadoras de óbitos, podem ser interpretadas em nossa sociedade como “indícios médico-legais” reveladores das intencionalidades dos autores dos *Crimes de Maio*.

Quando pensamos no tratamento da questão corporal conjugada a processos de “revisão do passado” no contexto latino-americano uma primeira referência que podemos

evocar relaciona-se à atuação da *Equipe Argentina de Antropología Forense* (EAAF) que começa suas atividades, de uma maneira um tanto quanto desorganizada, em 1984⁹⁸. De acordo com Luis Fondebrider (2013), antropólogo forense e membro fundador da EAAF:

A pesar que era evidente que la forma en que se hacían las exhumaciones judiciales era totalmente incorrecta y provocaba daños enormes a los restos, y que los médicos forenses no estaban plenamente capacitados para analizar correctamente un esqueleto las cosas se siguieron haciendo de ese modo, aún hasta el día de hoy. Sin embargo, a partir de la llegada en 1984 a la Argentina de una delegación de científicos norteamericanos reunidos por la American Association for the Advancement of Science (AAAS), algunas cosas comenzaron a cambiar. Esta delegación estaba integrada por profesionales de la medicina, la antropología, la odontología y la genética, y su intención era aportar sus condimentos científicos a dos situaciones concretas: el establecimiento de un método científico que pudiera demostrar el vínculo genético entre los casi 500 niños desaparecidos durante la dictadura militar y sus abuelos, y la identificación de los restos de las personas desaparecidas inhumadas en los cementerios. Fruto del primer ítem fue el establecimiento de un Banco Nacional de Datos Genéticos en un hospital municipal de la ciudad de Buenos Aires, dirigido por una genetista argentina. La pionera en esta labor fue la Dra. Mary Claire King, de la Universidad de California, Berkeley. Con respecto al segundo punto, el científico que cumplió un papel central fue el Dr. Clyde Snow y el resultado fue la creación del Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF), como institución independiente, integrada por arqueólogos, antropólogos, médicos y especialistas en informática, dedicada a la documentación científica de violaciones a los derechos humanos. (Fondebrider, 2013, p. 287)

Como destaca Fondebrider (2013), o surgimento da EAAF, incentivada de maneira decisiva pelos trabalhos do Dr. Clyde Snow, responderia a uma motivação humanitária concreta e específica: a necessidade de buscar pessoas desaparecidas durante o último regime militar argentino; a identificação de seus corpos; e, a restituição desses corpos a seus familiares. “Es una combinación de lo científico y lo humanitario, siendo la motivación principal colaborar con los familiares de las víctimas en su búsqueda de verdad y justicia así como la reconstrucción histórica de un pasado reciente.”⁹⁹(Catela, 2001, p. 288)

Na Argentina¹⁰⁰, como no Brasil¹⁰¹, os corpos dos desaparecidos políticos e aqueles que eram assassinados pelo regime ditatorial ganhavam diferentes destinos, tais como valas

⁹⁸ A Equipe Argentina de Antropología Forense, organização não-governamental, por meio de exumações de restos ósseos e da análise de materiais recuperado, identifica as vítimas, determina as causas e a forma da morte, e devolve os restos aos familiares para que os coloquem em sepulturas. É necessário esclarecer que, dentro da Argentina, a Equipe empreende trabalhos majoritariamente relacionados às violações dos direitos humanos da última ditadura militar (Catela, 2001, p. 151).

⁹⁹ Corpos de interesse antropológico são aqueles que se enquadram na seguinte situação: ossadas, carbonizados, mutilados, putrefeitos ou quando não é possível a identificação por familiares ou por exame necropapiloscópico (coleta das impressões digitais e posterior confronto com as informações das fichas de identificação da Superintendência de Policía Técnico-Científica).

¹⁰⁰ Fondebrider coloca que “[...]el hecho de que en la Argentina se utilizó un sistema concentracionario para tener a las personas desaparecidas y la liberación de cerca de más de un millar de ellas, posibilitó conocer poco a

clandestinas (Perus¹⁰²) ou fundos de rios e lagos. Fondebrider pondera que “solamente en la Argentina se dio una práctica claramente diferenciada [...], ya que se utilizaron los cementerios municipales de todo el país para enterrar los cadáveres en sepulturas individuales sin ninguna identificación, como *NN* (Non Nombrado) [...]” (Fondebrider, 2013, p. 282)

El EAAF se conformó informalmente a mediados de 1984 como consecuencia de una necesidad concreta y específica: colaborar en la búsqueda científica de los restos de personas desaparecidas que se hallaban enterradas sin identificación en cementerios de todo el país. Ese origen azaroso, sin ninguna planificación previa, con gente con un promedio de edad de 23 años, provenientes del ámbito universitario, determinó que en los primeros años las tareas de la institución estuvieran ligadas a brindar un servicio técnico que era requerido por familiares de desaparecidos y por los organismos que los nucleaban. Supuso, por otra parte, comenzar a interactuar con un mundo diferente y desconocido para el grupo, es decir, entrevistarse con familiares, abogados, jueces, miembros de las fuerzas de seguridad, etc[...](Ibid., p. 290)

Somente a partir de 1986 a EAAF passa a atuar de maneira mais estreita com os organismos de direitos humanos que se formavam durante o governo militar (Ibid., p. 291). Algumas dessas instituições mantinham uma postura contrária à exumação dos restos mortais encontrados em valas comuns ou sob a rubrica dos *NN*¹⁰³ em cemitérios da grande Buenos Aires, devido, entre outras causas, às exumações realizadas em 1982 e 1983 sem nenhuma

poco cual era la metodología aplicada por las fuerzas de seguridad. La secuencia habitual era el secuestro de la persona, su reclusion en un centro clandestino de detención (CCD), su interrogatorio bajo tortura y posteriormente su asesinato. La permanencia de la persona en el CCD dependía en general de la cantidad de información que se le podía extraer y de su importancia. Esto estaba en relación con los análisis de inteligencia efectuados por las fuerzas de seguridad. Por diversas razones, un porcentaje muy pequeño de las personas secuestradas eran dejadas en libertad o su detención era legalizada mediante su traslado a una cárcel legal.” (Ibid., p. 285)

¹⁰¹ Na cidade de São Paulo, a Primeira e Segunda Delegacia de Homicídios são as responsáveis pelos casos em que são encontrados cadáveres na condição de interesse antropológico. Comparecem ao local do achado uma autoridade policial, além de uma equipe com perito de cena, papiloscopista e fotógrafo, a qual faz parte da divisão de homicídios. No entanto, no caso do corpo (em qualquer estado) estar enterrado ou em local de difícil acesso, o Corpo de Bombeiros é acionado para fazer a exumação. O IML de São Paulo conta com quatro unidades, além de um setor de Antropologia Forense, responsável pelos cadáveres esqueletizados, semi-esqueletizados e carbonizados. Os cadáveres putrefeitos (estado inicial ou avançado) eram enviados para o IML Central até 2003, estando atualmente sob a responsabilidade do IML Oeste. (Lessa, 2010, p. 158-159)

¹⁰² O caso mais emblemático no Brasil refere-se a uma vala coletiva de Perus onde foram encontradas 1049 ossadas em 1990. O Cemitério Municipal Dom Bosco, localizado no Distrito de Perus, São Paulo, foi parte integrante do sistema de repressão no país. Foi construído pela Prefeitura da Capital em 1970 e logo na sua inauguração transformado em cemitério exclusivo para corpos de indigentes, entre os quais passaram a ser enviados cadáveres de vítimas do regime. Ver em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=97&m=8>.

¹⁰³ Segundo Fondebrider, alguns cadáveres “[...] aparecían en las calles y las fuerzas de seguridad decían que habían muerto en enfrentamientos con ellos. En esos casos se realizaba el procedimiento habitual utilizado cuando aparece un cadáver en la vía pública, esto es, la intervención policial de un médico forense y de un juez, en algunos casos militar y en otros civil. Donde el procedimiento se interrumpía era en la identificación del cuerpo. Esta no se realizaba, por lo menos oficialmente, y el cadáver era enterrado sin identificación, como *NN*, en un cementerio. En muchos otros casos, los cadáveres ingresaban directamente a los cementerios, pero siempre con algún tipo de documentación policial o militar. De todos modos, estos casos fueron limitados, ya que de la gran mayoría de las personas desaparecidas hasta el presente nada se sabe.” (Fondebrider, 2013, p. 285)

metodologia científica. Essas exumações mal conduzidas, para esses ativistas, destruíram restos mortais, ocasionaram a perda da possibilidade de identifica-los, e, acabaram com a esperança de que os desaparecidos não estivessem mortos.

Nos países onde a Antropologia Forense está institucionalizada, como Estados Unidos, Argentina, Colômbia, Guatemala e Peru, ela é situada como um ramo especializado da Antropologia Biológica. Seu surgimento partiu da necessidade de se construir um corpo teórico-metodológico com base em conhecimentos científicos específicos, e ao mesmo tempo multidisciplinares, que fosse capaz de lidar com restos humanos esqueletonizados associados às cenas de crimes, ou, em situações menos comuns, com corpos mumificados ou cujas marcas dactilares tenham sido extirpadas. Suas atribuições são exumar, analisar e identificar ossadas provenientes de fossas clandestinas individuais ou múltiplas, produzidas em casos criminais de narcotráfico, políticos, civis, de guerra etc., além de descobrir em que circunstâncias ocorreu a morte do indivíduo e reconstituir a cena do crime (Byers, 2002; Cuenca, 1994; Ubelaker, 2000). Apesar da Antropologia Forense ser considerada um ramo especializado da Antropologia Biológica, ela na realidade agrega uma série de conhecimentos que extrapolam os limites desta última disciplina. Nos Estados Unidos, país pioneiro na sua prática, as Ciências Sociais ocupam um lugar importante na formação dos profissionais, além de ser enfatizado não apenas o estudo dos tecidos duros (ossos e dentes), mas também as técnicas da arqueologia para a escavação, documentação e coleta dos vestígios (Kerley, 1992; Hunter, 2005; Ubelaker, 2000). As análises macroscópicas, dependendo da contextualização e do grau de preservação do material, podem fornecer estimativas acuradas de sexo, idade, altura, lateralidade, ancestralidade, causa da morte (arma de fogo, instrumento perfuro-cortante, estrangulamento etc.), forma de morte (natural, homicídio, suicídio, acidente), além de características individualizadoras como doenças ou alterações biológicas ocorridas ao longo da vida do indivíduo e marcas de estresse ocupacional. Os dados obtidos através desta análise osteobiográfica são a chave para a identificação positiva de pessoas desaparecidas, além de alimentarem de forma mais precisa e completa bancos de dados utilizados em pesquisas epidemiológicas, como o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM). (Lessa, 2010, p. 155-156)

Como destaca em sua página eletrônica:

Aplicando la antropología forense y otras ciencias relacionadas, el EAAF intenta recuperar e identificar los restos de víctimas de violaciones a los derechos humanos, restituirlos a sus familiares y brindar a la justicia y comisiones investigadoras los resultados del trabajo forense. Durante todo el proceso de investigación, el EAAF trabaja en estrecha colaboración con testigos y familiares de las víctimas. A través de este trabajo buscamos aportar información sobre las violaciones a los derechos humanos y derecho humanitario; contribuir a la búsqueda de la verdad y la justicia, y a la reparación y la prevención de estas violaciones.¹⁰⁴

Nessa perspectiva, seus objetivos seriam:

1) Aplicar las ciencias forenses a la investigación y documentación de violaciones a los derechos humanos. 2) Proveer esta evidencia en los procesos penales nacionales, Comisiones Especiales de Investigación y Tribunales Internacionales correspondientes. 3) Asistir a los familiares de las víctimas en su derecho a la

¹⁰⁴Disponível em: http://eaaf.typepad.com/about_us_sp/. Acessado em 10/05/2013.

recuperación de los restos de sus seres queridos "desaparecidos", de modo tal que puedan cumplir con los ritos funerarios y el duelo a sus muertos según cada cultura o religión. 4) Colaborar en el entrenamiento de nuevos equipos en otros países donde las investigaciones sobre violaciones a los derechos humanos sean necesarias. 5) Dictar seminarios sobre la aplicación de las ciencias forenses en las investigaciones de los derechos humanos para organizaciones humanitarias, sistemas judiciales e institutos forenses en distintos país del mundo. 6) Contribuir a la reconstrucción histórica del pasado reciente, habitualmente oculto o distorsionado por las partes de un conflicto o las instituciones gubernamentales implicadas en los crímenes sujetos a investigación.¹⁰⁵

Devolver o nome para aquelas pessoas “sem nome” e recuperar “identidades” para corpos, que devido ao tempo e a ação intencional daqueles que faziam parte do braço operante do regime ditatorial já não exibem suas marcas diferenciadoras mais aparentes, era tarefa da EAAF, que passou a trabalhar em muitos países da América Latina. Em meio a um clima de incertezas e interrogações a Equipe de Antropologia Forense da Argentina seria capaz de recuperar histórias, memórias e identidades “perdidas” ao longo de um processo de esquecimento institucionalmente praticado.

Falamos de uma equipe de investigadores que se utilizam do conhecimento científico da Antropologia Forense, tal como o processo de exumação e análise do material recuperado, para “restaurar” identidades, histórias e memórias daqueles que desapareceram durante nossas últimas experiências ditatoriais¹⁰⁶. No momento da ‘abertura política’ Argentina, os emissores de laudos médico-legais parecem ser os únicos, ou aqueles socialmente autorizados, a restituir identidades “apagadas” através da utilização da técnica do desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.

Foi nesse contexto de profundas incertezas: quanto ao que aconteceu com os mortos e desaparecidos políticos na Argentina, mas não somente nela; quanto ao destino dos corpos

¹⁰⁵Disponível em: http://eaaftypepad.com/about_us_sp/. Acessado em 10/05/2013.

¹⁰⁶ Exumar significa retirar os restos mortais humanos da sepultura com a finalidade de atender aos recursos da Justiça na averiguação da exata causa de morte, o que pode acontecer por: Determinação judicial - para casos de teste de paternidade, através do exame de DNA e investigações policiais que necessitem de novo laudo médico. Nestes casos, a exumação pode ser realizada em qualquer período, desde que esteja acompanhada pelas autoridades relacionadas ao caso em questão; Fins administrativos - para reaproveitamento do espaço do jazigo, permitindo uma nova ocupação na sepultura. Esse procedimento possibilita maior disponibilidade de gavetas nos jazigos, onde, em cada novo sepultamento, a família pode solicitar ao cemitério a exumação da pessoa sepultada anteriormente, preservando os restos mortais em uma urna menor e, dessa forma, cedendo espaço para um novo sepultamento no mesmo jazigo; Liberação do jazigo - quando os restos mortais são desenterrados para que haja a mudança de um cemitério para outro (traslado). Nesta situação, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária permite que os procedimentos sejam realizados em um período mínimo de três anos, contados a partir da data do falecimento. Existem alguns casos, onde, mesmo dentro deste prazo, não é possível realizar a exumação, pois dependem de certos fatores, como causa da morte, tipo de sepultura, tratamentos médicos pré-falecimento, entre outros. Disponível em: <http://www.afce.com.br/exumar.php>. Acessado em 10/05/2013.

desses atores; e, quanto ao ‘esquecimento’ de identidades em meio a uma massa de corpos “sem nome”, que os antropólogos forenses da EAAF com suas técnicas médico-legais ganharam relevância e visibilidade política. São atores capazes de “resgatarem” de uma massa anônima de ossos e restos mortais, identidades e histórias de outra maneira silenciadas e/ou esquecidas. Cientistas que embebidos de uma causa humanitária dedicam boa parte de seu tempo à identificação de amigos, pais, irmãos, netos e netas que em meio às ditaduras latino-americanas tiveram suas trajetórias interrompidas de uma maneira brusca.

Em sua página eletrônica a EAAF informa que desde o início de seus trabalhos em 1984 atuou em mais de 30 países¹⁰⁷, entre eles: Polinésia Francesa, Timor Leste, Indonésia, Filipinas, Marrocos, Iraque, Bósnia, Croácia, Chipre, Kosovo, República da Geórgia, Romênia, Espanha, Etiópia, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Togo, Zimbabuê, Bolívia, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela e Brasil.

Relativas às suas atuações no Brasil a instituição disponibiliza em seu endereço eletrônico cinco relatórios, respectivamente para os anos de 1991, 1993, 1996-1997, 2001 e 2006. A EAAF esteve no Brasil: em 1991, para conduzir treinamentos e fornecer assistência técnica para a organização governamental *Tortura Nunca Mais* (Rio de Janeiro) na exumação dos corpos de 14 presos políticos sequestrados ou mortos entre 1970 e 1974; em 1993, para supervisionar o trabalho de antropólogos locais, novamente no Rio de Janeiro, na exumação de 14 desaparecidos enterrados juntamente com restos mortais de centenas de esqueletos; em 1996-1997, para participar das investigações sobre a Guerrilha do Araguaia¹⁰⁸ e de cinco pessoas que desapareceram durante esse episódio; em 2001, para investigar casos de militantes políticos desaparecidos no final dos anos sessenta e início dos anos setenta; e, em 2006, a pedido da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, para procurar em Foz do Iguaçu os restos mortais de seis membros de um grupo militante da região mortos pelas forças de segurança em 1974¹⁰⁹. A última visita da EAAF ao Brasil, no início de abril de 2013, indicava que os legistas argentinos liderados por Luis Fondebrider viriam para nosso país para identificar os restos ósseos de três desaparecidos da década de 70. A comissão

¹⁰⁷ Dr. Clyde Snow e a Equipe de Argentina Antropologia Forense (EAAF) tiveram um papel de protagonismo no trabalho de identificação de corpos pois ‘en 1989, luego de una visita del Dr. Snow y del EAAF a Chile, se crea el Grupo de Antropología Forense Chileno (GAF). En 1992, lo mismo sucede en Guatemala con la creación del Equipo de Antropología Forense de Guatemala (EAFG).’ (Fondebrider, 2013, p. 287).

¹⁰⁸ A Guerrilha do Araguaia foi um movimento guerrilheiro atuante na região amazônica do Brasil, ao longo do rio Araguaia, entre fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970.

¹⁰⁹ Disponível em www.eaaf.typepad.com. Acessado em 10/05/2013.

de familiares de vítimas suspeita que os restos desses três desaparecidos estariam entre os 1.049 corpos retirados há 23 anos do Cemitério Dom Bosco¹¹⁰, em São Paulo, sepultados como indigentes não identificados¹¹¹.

Em um contexto político de abertura democrática em vários países da América Latina e na tentativa de resgatar a memória e identidade daqueles que desapareceram durante os regimes militares em nossa região, os antropólogos forenses, propagadores e difusores de um discurso médico legal que se amplificou significativamente desde o processo de “abertura dos corpos” no Ocidente (Foucault, 2001), ganham um papel de destaque em um movimento de descoberta e estabelecimento de “verdades”.

Se nesse período de retorno às democracias os antropólogos forenses, especialmente a EAAF, ganham visibilidade e voz através da análise de corpos e da restituição da identidade, podemos observar, através da leitura de dois impactantes relatórios sobre os *Crimes de Maio de 2006*, (*Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em Maio de 2006* (Conectas, 2009) e *São Paulo sob ataque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006* (Justiça Global, 2011)), como o discurso médico-legista ainda é capaz de construir discursos de verdade sobre as características e intencionalidades nas mortes daquela “semana sangrenta”.

No processamento das investigações sobre as mortes que ocorreram em *Maio de 2006* foram produzidos inúmeros laudos, a partir de fontes distintas, com vistas a uma compreensão mais qualificada dos pormenores da situação que “parou” a maior cidade brasileira e chamou a atenção da sociedade paulista para: o problema das organizações criminosas em nossos presídios e cidades; o papel da polícia e sua atuação em nosso arranjo social; e, a seletividade e recorrência de práticas de execuções sumárias em nossa recente democracia. Segundo Conectas (2009), ao analisarem 401 casos relativos àquela semana, o resumo dos laudos encontrados para o período pode ser observado no quadro que segue:

¹¹⁰ Casos emblemáticos no Brasil foram a descoberta da vala clandestina de Perus em 1990, localizada no cemitério de Dom Bosco, na periferia de São Paulo, onde foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos esquadrões da morte (Teles, 2000); e de uma vala clandestina no cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro, de onde foram exumadas 2.100 ossadas de indigentes e presos políticos (Araújo, 1995) (Lessa, 2010, p. 155)

¹¹¹ Ver em www.noticias.r7.com/internacional/legistas-argentinos-viajam-ao-brasil-para-identificar-restos-de-desaparecidos-05042013. Acessado em 08/05/2014.

Quadro 16 - Laudos Periciais registrados, por Tipo:

	Número de Casos
Perícia da Arma	55
Perícia do Local	23
Laudos Balístico	23
Laudos Residuográfico	54
Laudos Toxicológico	07
Perícia do Veículo	07
Outros Laudos	02
Total	171

Fonte: Boletins de Ocorrências e Laudos. Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. (Conectas, 2009, p. 25).

Observando a quantidade total dos casos analisados (401), apenas uma minoria, menos da metade (171), apresentava registro de algum laudo pericial. Os laudos mais encontrados referem-se às perícias relativas às armas de fogo (55), que identificaram “43 armas aptas para disparo, 37 que tinham efetuado um disparo recente e 11 armas municiadas”, confirmando, segundo Conectas, que muitas dessas armas foram utilizadas em confrontos armados (Conectas, 2009, p. 17). Em segundo lugar temos os laudos de resíduos de pólvora (residuográficos), realizados nas mãos dos envolvidos (total de 54 laudos), e, as perícias do local do crime e laudos balísticos. De acordo com Conectas (2009), das 23 perícias do local realizadas, 4 acharam vestígios de sangue, 5 encontraram projéteis e 3 cartuchos ou estojos (Conectas, 2009, p. 17)¹¹².

Com relação aos laudos cadavéricos, em sua análise Conectas (2009) obteve e processou um total de 447 laudos necroscópicos relativos a mortos por arma de fogo no período considerado. O objetivo deste estudo era “[...] o exame de possíveis indícios de execuções sumárias nos episódios acontecidos” (Ibid., p.19). Os parâmetros mais relevantes, nesse sentido, para a pesquisa foram: o número de disparos; a localização anatômica dos

¹¹² Esses laudos podem ter sido prejudicados pelo fato da vítima, ainda viva, ter sido removida para o hospital ou pela falta de preservação do local da ocorrência.

orifícios de entrada de projéteis de arma de fogo¹¹³; a caracterização da distância dos disparos (a curta ou à distância) pela presença de zonas de contorno no orifício de entrada; e, a presença de outras lesões não relacionadas com a ação de projétil de arma de fogo. A partir desses critérios poder-se-ia ponderar que:

[...] um número elevado de orifícios de entrada correspondentes a projéteis de arma de fogo são um indicio de execução; [...] em confrontos armados, espera-se um maior número de impactos no tórax frontal que é a área de máxima superfície do opositor. Disparos frequentes na região posterior, pelas costas, revelam que a vítima provavelmente estava fugindo e não confrontando quem atirou sobre ela. Da mesma forma, um elevado número de disparos na cabeça também é forte indicador de execução sumária. [...]; disparos à queima roupa (com orifícios de entrada com tatuagem, esfumaçamento ou queimadura), efetuados a menos de 50cm de distância, são o indicador mais claro de execução; [...] embora seja possível que algumas vítimas de confronto armado sofram outras lesões (esquimoses, etc) na queda, após ter sido atingidas pelos disparos, quando a proporção de mortos com outras lesões é grande, isto pode revelar que algumas delas foram golpeadas antes de serem executadas. (Idid., p. 19)

Quanto à distribuição do número de orifícios de entrada de projéteis nos laudos necroscópicos estudados, Conectas (2009) desenha o seguinte quadro:

Quadro 17 - Número de Orifícios de entrada de projétil de arma de fogo, por cadáver

	Frequência	%	% Acumulada
01	52	11.6	11.6
02	70	15.7	27.3
03	69	15.4	42.7
04	63	14.1	56.8
05	43	9.6	66.4
06	48	10.7	77.2
07	30	6.7	83.9
08	17	3.8	87.7
09	20	4.5	92.2
10	10	2.2	94.4
11	07	1.6	96.0

¹¹³ Como pondera Conectas (2009), a análise da localização dos disparos só é possível para aquelas vítimas cujo laudo dispõe da figura humana com a marcação dos orifícios de entrada. Assim, A amostra para esta análise diminuiu para 362 mortos.

12	06	1.3	97.3
13	04	0.9	98.2
14	02	0.4	98.7
16	01	0.2	98.9
18	01	0.2	99.1
19	01	0.2	99.3
20	01	0.2	99.6
22	01	0.2	99.8
27	01	0.2	100.0
Total	447	100.0	

Fonte: Boletins de Ocorrências e Laudos. Secretária de Segurança Pública de São Paulo. (Ibid.,p. 27).

Nos 447 laudos estudados, mais da metade dos mortos foram atingidos por 3 ou mais projéteis e cerca de 10% deles tiveram mais de 8 impactos perfurando seu corpo, caracterizando segundo Conectas, claras evidências de “tentativas de execuções”. A média de projéteis de arma de fogo por cadáver seria de 4.8, um valor bastante elevado, superior inclusive ao encontrado em pesquisas sobre confrontos policiais no Rio de Janeiro (4,3) em que há forte suspeita da existência de execuções sumárias.

No que diz respeito ao número de projéteis que atingiram as diferentes regiões anatômicas dos corpos a que os laudos se referiam, a tabela elaborada por Conectas (2009) nos dá uma dimensão pormenorizada das regiões mais atingidas pelos impactos.

Quadro 18 - Número de Orifícios de Entrada de Projétil de Arma de Fogo por Região Anatômica

	Número Total de Orifícios
Anterior Tórax	395
Anterior Cabeça	229
Posterior Dorsal	197
Posterior Cabeça	157
Anterior Abdômen	136
Anterior Braços	113

Anterior Pernas	98
Posterior Braços	88
Posterior Pernas	67
Posterior Lombar	61
Posterior Mãos	30
Lateral Cabeça	19
Anterior Mãos	17
Lateral Tórax	06
Lateral Braços	05
Lateral Pernas	04
Lateral Abdômen	04
Lateral Mãos	01
Lateral Dorsal	01

Fonte: Boletins de Ocorrências e Laudos. Secretária de Segurança Pública de São Paulo. Conectas (Ibid., p. 27).

A partir da análise da distribuição de projéteis de arma de fogo pelas regiões anatômicas dos corpos dos cadáveres, notamos que a parte mais atingida por projéteis nesse período foi a do “tronco”. Contudo, como observa Conectas (2009), a proporção de disparos que atingiram a região da cabeça das vítimas é bastante elevada (800 para 405), o que revelaria a intenção “inequívoca” do autor dos disparos de matar sua vítima, corroborando, mais uma vez, a hipótese de um alto número de execuções sumárias. Nos laudos estudados pela organização, 362 para essa análise das regiões anatômicas, 60% dos cadáveres apresentavam pelo menos o registro de um disparo na cabeça. Destaca-se, ainda, a situação dos disparos na região posterior da cabeça (157 perfurações no total), muito difíceis de serem atingidas em confrontos “autênticos” e o fato de que do total de orifícios identificados (1588), 988 localizavam-se na região frontal do cadáver e 600 na posterior, levantando-se a estimativa de que para cada cinco disparos efetuados, dois foram realizados pelas costas, revelando uma clara intenção homicida. (Ibid., p.21).

Quando analisada a caracterização da distância dos disparos (curta ou longa distância) pela presença de zonas de contorno no orifício de entrada, o estudo de Conectas (2009) aponta que:

Aproximadamente um em cada 10 cadáveres, 48 no total, apresenta sinais de disparos feitos à queima-roupa, o sinal mais claro de execução. Um total de 41 cadáveres tem ao menos um orifício de entrada com tatuagem, 12 têm ao menos um orifício de entrada com esfumaçamento e 3 têm ao menos um orifício de entrada com queimaduras, este último produto de um cano da arma muito próximo da pele da vítima ou encostado. (Ibid., p. 21).

Para os investigadores do Laboratório de Análises da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e para os membros do Conectas, disparos feitos à queima-roupa presentes nos corpos na forma de “tatuagens”, esfumaçamentos e queimaduras, revelariam parte da história cruel dessa “semana sangrenta” vivenciada em maio de 2006 no Estado de São Paulo.

No que se refere à presença de outras lesões não relacionadas com a ação do projétil de arma de fogo nos laudos estudados, Conectas aponta que em 75 das vítimas fatais, 17% do total analisado, existem lesões adicionais diferentes daquelas provocadas por armas de fogo. Mais um possível indício de torturas e maus-tratos efetuados antes que as mortes se consumassem.

No bojo desses argumentos, não se trata de um corpo onde as inscrições corporais, marcas ao mesmo tempo diferenciadoras e inclusivas, fazem parte de um ritual socialmente desejado por muitos daqueles que passam por *processos iniciáticos* (Clastres, 2003). Mas de inscrições realizadas em um momento liminar entre a vida e a morte, muitas vezes testemunha e precipitadora do óbito nos corpos em que deixam suas marcas. Inscrições que em um corpo já sem vida servem, para seus interpretes, os médico-legistas, como indícios indelévels da causalidade da morte e da intencionalidade daqueles que efetuaram esses disparos. A quantidade de orifícios de entrada de projéteis; as regiões anatômicas atingidas por essas balas; as “tatuagens”, esfumaçamentos e queimaduras ocasionadas pela distância dos disparos; e, as lesões que não foram causadas pelo impacto dos projéteis; seriam, na leitura dos responsáveis pela interpretação dos significados das inscrições nesses corpos sem vida, indícios marcantes da tentativa de execuções sumárias em *Maio de 2006*.

Retornamos, nesse sentido, a um instigante questionamento colocado por Suely Koffes (2003) quando se pergunta sobre a especificidade da dimensão corporal como objeto de estudo das Ciências Sociais, e especialmente da Sociologia. Em nossa sociedade o corpo fala

por si mesmo, ou nós, como aqueles que se mantêm vivos, falamos sobre um corpo já sem vida marcado por inscrições¹¹⁴ precipitadoras de mortes e óbitos?

¹¹⁴ O texto de Pierre Clastres (2003), intitulado *Da tortura nas sociedades primitivas* contempla o corpo no conjunto de suas reflexões. Segundo o autor, “o corpo mediatiza a aquisição de um saber, e esse saber é inscrito no corpo” (Clastres, 2003, 198) em “sociedades sem Estado”. Uma *tríplice aliança*, estabelecida entre corpo, escrita e lei, seria manifestada nas sociedades ditas “sem escrita”, pois nelas, o corpo se constituiria em espaço de memórias talhadas através de marcas. Numa pedagogia que vai do grupo ao indivíduo, pois pertencimentos “irrevogáveis” são marcados através de cicatrizes nos iniciados, o corpo como lugar da memória seria um obstáculo ao esquecimento das afiliações grupais. Como memória viva, “marcada” e em movimento, o corpo seria um elemento mediatizador onde se inscreveriam pertencimentos sociais “inesquecíveis”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa última etapa do trabalho pretendemos colocar em destaque os impactos da emergência da figura da vítima nas investigações acerca da violência e da criminalidade, assim como sua importância no desenho das teorias sociais contemporâneas.

Uma vez reconhecidos os danos e os sofrimentos infligidos às vítimas, as tentativas de estruturação de um corpo de conhecimentos específicos que as privilegiam como objeto de estudo encontram suas condições de possibilidades. As vítimas contemporâneas e seus representantes emergem no cenário político demandando o reconhecimento não apenas das graves violações que se abateram sobre suas vidas, mas também a reparação para suas perdas e sofrimentos. Apreender o ponto de vista das vítimas passa a ser um procedimento central nos estudos que se dedicam a compreensão das dinâmicas e expressões da violência e da criminalidade em nossas sociedades.

Esse momento final tem por objetivo ser uma contribuição aos debates acerca do campo de possibilidades analíticas que se colocam aos investigadores sociais quando uma figura que “era quase invisível” no espaço público emerge em nossa sociedade demandando atenção e respostas para suas perdas e sofrimentos. Iniciemos nossas reflexões a partir de suas influências sobre os estudos acerca da violência e da criminalidade.

7.1 Impactos da emergência da ‘vítima contemporânea’ nos estudos sobre violência e criminalidade

Desde que o ponto de vista das vítimas tornou-se central em resoluções ou declarações internacionais¹¹⁵, sobretudo através das mobilizações coletivas das vítimas ou daqueles que

¹¹⁵Como exemplo, poderíamos citar a Resolução da Assembleia Geral da ONU 64/147, que proclama os princípios básicos sobre o direito à reparação para as vítimas de graves violações de direitos humanos, e, a Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, adotada no Congresso de Prevenção de Crime e Tratamento de Delinquente em Milão (29 de Novembro de 1985).

buscam falar em seu nome¹¹⁶ povos originários passaram a se organizar, demandando reconhecimento e respeito a seus “modos tradicionais” de vida, cultura e práticas. Uma série de atores, representados como “minorias” e/ou povos historicamente oprimidos, tais como os negros e os homossexuais, emergem na esfera pública potencializando novos debates e discussões. Para Wieviorka, “the emergence of victims can also be seen as one of the social movements that helped to shake Western societies after 1968.” (Wieviorka, 2009, p.59).

A virada antropológica da figura da vítima da qual nos fala o autor:

[...] marks, on the one hand, an institutional mutation, if only because it displaces the line that divides public space and private space; on the other, it transforms a category that was invisible, or almost invisible, in the public space into a major figure of contemporary modernity. It gives individual, and sometimes collective, subjects a new voice. (Ibid., p.62)

Por um lado, o processo de emergência das vítimas provoca o deslocamento das “clássicas” linhas que dividem a esfera pública e a privada, ao expandir o território da violência às brutalidades perpetradas no ambiente doméstico, e, por outro, transforma uma figura que “era quase invisível” no espaço público em uma *major figure of contemporary modernity*.

Vejamos como a figura da vítima passou a ser alvo de atenção e preocupação nas reflexões e análises sociológicas acerca da *segurança, violência e criminalidade*.

A ciência das vítimas e as pesquisas de vitimização como ferramentas “alternativas” e/ou “complementares”

Uma vez reconhecidos os danos e os sofrimentos infligidos às vítimas, as tentativas de estruturação de um corpo de conhecimentos específicos que as privilegiam como objeto de estudo encontram suas *condições de possibilidades* (Foucault, 2003). O caminho foi trilhado no início por psiquiatras, advogados e médicos “interessados nos processos em que uma

¹¹⁶Voltando nossa atenção para o Brasil, poderíamos observar uma maior atenção à situação das “vítimas” codificada na Constituição Federal de 1988 (Artigo 245), como também na elaboração de documentos tais como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que está em sua terceira edição, e o Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil, em sua quarta versão. Em um nível estadual, São Paulo evidencia sua inquietação com a situação das vítimas no artigo 278 de sua Constituição Estadual (1989) e em seu Programa Estadual de Direitos Humanos (Decreto nº42.209/97).

pessoa se torna vítima e seus efeitos sobre o indivíduo”, enfatizando as “ligações fundamentais entre vítimas e criminosos” (Wieviorka, 2009, p.57). Para esses primeiros analistas, as vítimas e seus algozes formariam uma espécie de “dupla” e compartilhariam características comuns. A ciência nascente:

[...] can make an important contribution if we wish to define what a victim is, and to distinguish between different types of victim; it allows us to approach the central problem of trauma, to further specify the notion of harm, and to outline and discuss concrete ways of caring for victims, making reparation to them, or indemnifying them. (Ibid., p. 58)

Em torno desses objetivos iniciais, foram planejadas e aplicadas em meados de 1960, na gestão do então presidente norte americano Lyndon Johnson (1963-69), as primeiras pesquisas de *vitimização* das quais se tem registro. Nesse estudo pioneiro:

A representative sample of a given population was interviewed, using a two-part questionnaire. Part One was concerned with “victimization” of the number of crimes and felonies of which the participants were the victims over a given period, and Part Two with the victims themselves. The goal was to reduce the discrepancy between the “black figure”, or in other words the official figures recorded by the police or justice department, and the reality of the crimes and delinquency actually experienced by the population, who did not necessarily report all crimes to the police. (Ibid., p. 52)

Com a aplicação de *surveys* desse tipo buscava-se, entre outros objetivos, reduzir a discrepância entre as “cifras negras” (*dark numbers*) e os números oficiais registrados pelo sistema de justiça criminal, qualificando-se a compreensão das *dinâmicas reais da criminalidade* (Coelho, 2006) experimentadas pela população de determinada sociedade¹¹⁷.

No Brasil, a primeira pesquisa de *vitimização* foi realizada nos anos 90 pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) (Zaluar, 2004). Consideradas instrumentos “alternativos” ou “complementares” às informações fornecidas pelas estatísticas dos órgãos oficiais encarregados de lidar com a criminalidade, as pesquisas de *vitimização* trariam à tona situações não detectadas ou rastreadas nesses levantamentos. Tendo na aplicação de *surveys* seu principal meio de sondagem, essas pesquisas buscam obter informações geralmente negligenciadas nas estatísticas “tradicionais”. Barreira (2006 *et al.*) considera que:

¹¹⁷Na França o estudo pioneiro data da década de 1980 (Wieviorka, 2009).

[...] o conceito de *vitimização* tem sido trabalhado em pesquisas sociais que tentam coletar informações sobre os riscos sentidos pelos diversos grupos sociais; a sua experiência como vítimas de crimes; a sua disposição para dar queixas dos crimes sofridos nos órgãos competentes; a sua imagem sobre a violência e o crime; a sua visão do trabalho da polícia; a sua avaliação dos serviços de segurança pública, dentre outros dados que permitem aos cientistas sociais compreender a dinâmica de como a sociedade lida com o crime em determinado contexto. (Barreira *et al.*, 2006, p.15)

Além dessas informações, poderiam ser acessados, através dessas enquetes: *dados sociais* referentes às pessoas vitimadas (escolaridade, renda, idade, sexo, residência e cor), capazes de proporcionarem uma “caracterização” dos indivíduos e grupos sociais “vulneráveis” ao fenômeno da criminalidade (Briceño-León, 2002); e, *dados criminais*, através dos quais poderíamos “conhecer a quantidade de crimes a que está sujeita a sociedade, bem como se esta quantidade vem aumentando ou diminuindo no tempo e que tipos de crime são notificados ou não.” (ILANUD, 2002).

Para Barreira *et al.* (2006), as pesquisas de *vitimização* têm se caracterizado por tentar interpretar as expectativas das pessoas de um determinado lugar em relação à violência e à criminalidade, permitindo:

[...] aos pesquisadores observar os efeitos da violência e da criminalidade na produção de sentimentos de insegurança e medo social, além de permitir um levantamento estatístico alternativo de crimes não computados pelos levantamentos oficiais das instituições governamentais de segurança. (Barreira *et al.*, 2006, p. 20)

Como instrumentos “alternativos” ou “complementares” frente os dados compilados pelas instituições oficiais, as informações geradas pelas enquetes de *vitimização* qualificam os resultados dos estudos referentes à violência e suas ressonâncias sociais. Complementando de forma alternativa as informações cotejadas por instituições oficiais, as pesquisas de *vitimização* ampliam a compreensão do universo da criminalidade e da violência, como também das questões relativas aos seus efeitos em diferentes grupos e contextos sociais¹¹⁸.

¹¹⁸Se a positividade do manejo das pesquisas de *vitimização* para os estudos sobre segurança pode ser encontrada nas informações sobre as vítimas, situações de *vitimização* e expectativas sobre segurança acessadas através das mesmas, tais enquetes são limitadas quando o assunto em pauta são os crimes, seus protagonistas, familiares e relações. Wieviorka (2009), pondera que: “This type of methodology in fact raises a lot of problems. Contrary to what their precursors expected, these studies provide useful information about victims or, to be more specific a wide range of “victimations”, rather than about crime or criminals. They also tell us a lot about what is expected of the authorities in terms of security and intervention” (Wieviorka, 2009, p. 59).

Apreender o ponto de vista das vítimas passa a ser um procedimento central nos estudos que se dedicam à compreensão das dinâmicas e expressões da criminalidade em nossas sociedades.

Protagonismo das vítimas: avanços e retrocessos

Feito um breve panorama sobre alguns dos processos que posicionaram a figura da vítima em um lugar de destaque no cenário político contemporâneo e sobre o corpo discursivo, pretensamente científico, articulado à sua emergência, creio podermos trazer para o debate os desafios que a emergência e a centralidade desses atores colocam para a imaginação sociológica.

Além de provocar uma “mutação institucional”, proveniente do deslocamento das linhas imaginárias que separam a esfera pública e a privada, e posicionar a “figura da vítima” num lugar de destaque no jogo político contemporâneo, quais seriam os desdobramentos dessa inversão em nossa sociedade?

Para Wieviorka (2009), esses deslocamentos deveriam ser acompanhados por uma série de instigantes reflexões. Primeiro, o processo de emergência das vítimas não pode ser dissociado daquilo que revela. :

[...] the failings and dereliction of the political, and the decay of states and political and juridical systems that can no longer fulfil their classic functions of guaranteeing order, cohesion and the social bond, and which are thrown into confusion by the growing demands of all kinds of victims. (Wieviorka, 2009, p. 63)

A presença das vítimas revelaria um “Estado ineficiente” na proteção de seus cidadãos, de suas prerrogativas legais e na punição de inúmeras violações. Desconfianças relativas à eficiência e idoneidade dos agentes do Estado e de sua classe política abririam caminho para a interposição de recursos judiciais numa lógica que “não confia no trabalho da polícia, mas nas reparações palpáveis dos Estados democráticos”. Segundo, o protagonismo contemporâneo das vítimas está associado às atuações dos *medias* e a uma mudança cultural significativa. Isso significa que a ideia de que a vítima deve ser protegida por viver em um mundo perigoso não pode ser dissociada das construções midiáticas e da lógica contemporânea que destaca as experiências desses atores. Terceiro,

The emergence of the victim figure also means that the public recognizes the sufferings endured by an individual or group, the lived experience of violence, and its subsequent impact. It signals the presence of the personal subject in the collective consciousness, in politics, and in intellectual life, and bears witness to a greater sensitivity to not only the problems of the workings of the social and socialization, but also the problems of subjectivation and the dangers of desubjectivation. From a victim's point of view, violence inevitably results in a loss or an attack on her physical integrity, but it may also result in a denial of subjectivity, ravage, and in the destruction of the subjective points of reference that allow that victim to find her bearings. She will therefore feel that she has been depersonalized, that her personality is disintegrating, or that there has been a break or a discontinuity in her life-trajectory. Being a victim also means, in many cases, feeling ashamed or guilty and experiencing all sorts of problems that may have long-lasting effects on one's life. (Ibid., p. 65)

Falaríamos, nessa chave interpretativa, da centralidade da subjetividade nas preocupações da consciência coletiva, na política e na vida intelectual, das necessidades que essa dimensão constitutiva do ser humano exige para se recompor. Quarto, a exacerbação e os “abusos” da figura da vítima contemporânea correm o risco de reproduzir uma lógica de “irresponsabilidade generalizada”. A possibilidade da incorporação de uma “dimensão vitimista” parece, por vezes, a marca distintiva dos nossos tempos, inviabilizando em muitos casos nossa responsabilização pessoal por nossas desventuras e infortúnios. Finalmente, a presença das vítimas nos obriga a olhar para a violência *“not only in terms of its author, and the subjectivity of the author (which may have been destroyed, negated, or instrumentalized; we will come back to this point), but also in terms of the subjectivity of those it harms and affects.”* (Ibid., p. 67). No bojo desses argumentos, a aventura rumo à compreensão da violência e seus desdobramentos deve passar não apenas pelas dinâmicas das práticas criminais e lógicas de atuações de seus perpetradores, mas também pelos danos e “feridas” que permeiam as histórias de vida de suas vítimas e familiares. Reveladoras de um “outro olhar” sobre a violência e a criminalidade as vítimas trazem importantes e inovadoras lições para esse campo do conhecimento.

Numa trajetória ascendente de *reconhecimentos*, poderíamos apreciar a emergência da figura da vítima contemporânea sob uma perspectiva positiva, segundo Wieviorka (2009): na necessidade de olhar para a violência não somente nos termos de seu autor e de sua subjetividade, mas também sob a perspectiva daqueles a quem prejudica e afeta; na exigência de justiça, “inadequadamente satisfeita”, que sua presença revela; no reconhecimento das experiências que os tribunais tentaram encobrir e/ou minimizar; na promoção de uma justiça que transcende o relativismo de valores específicos de sociedades particulares, especialmente quando o assunto são os crimes “contra a humanidade”; na vocalização de atores políticos que

forçam o debate, exigem mudanças e sensibilizam a opinião pública; e, na forma como construímos a história, levando-se em conta, em suas “revisitas”, as versões daqueles socialmente apreciados como vítimas e/ou as de seus descendentes. Tais mudanças representam, de maneira contundente, os impactos causados pela virada antropológica da figura da vítima no Ocidente desde a valorização das experiências dos judeus.

Com a aplicação de *surveys de vitimização* somos capazes de reduzir a discrepância entre as “cifras negras” e os números oficiais registrados pelo sistema de justiça criminal, qualificando a compreensão das dinâmicas reais da criminalidade. Consideradas instrumentos “alternativos” às informações das estatísticas dos órgãos oficiais encarregados de lidar com a criminalidade, as pesquisas de *vitimização* trariam à tona situações não detectadas ou rastreadas nesses levantamentos. Através das experiências de “luta” dos familiares de mortos e desaparecidos políticos durante o regime militar (1964-1985) na esfera jurídica, adentramos em um período de intensa *judicialização da política* onde os conflitos sociais, e a busca por suas resoluções, parecem ter-se deslocado. Numa conjuntura de intensa repressão política os familiares e amigos de “militantes, dissidentes políticos, guerrilheiros, ativistas e/ou lideranças políticas” assassinadas e/ou desaparecidas ousaram sair e gritar em busca dos seus. Entoando gritos e demandas por *verdade, justiça, memória e reparação*, categorias que desde as experiências dos judeus fazem parte do repertório das práticas relacionadas à *justiça de transição*, as mães dos mortos e desaparecidos legitimam repertórios de ações e espaços de resoluções de conflitos e justiça. A partir das experiências das *mães das periferias*, instituições governamentais e seus agentes são interrogados e provocados, questionando-se publicamente seu comprometimento com a resolução dos recorrentes eventos de violência que pululam em nossos bairros periféricos. Na trajetória de luta das *Mães de Maio* o “ônus da prova”, também experimentado pelos familiares dos mortos e desaparecidos durante a ditadura, ganha peso e tamanho já que, antes de tudo, essas mães, pais, irmãos e irmãs têm que provar à sociedade e às instituições estatais que seus filhos não estavam envolvidos nas atividades atribuídas ao PCC que antecederam suas mortes. Entretanto, distanciam-se dessas experiências quando observamos o grau de “sensibilização” que seus sofrimentos e perdas despertam na sociedade, na opinião pública e nas instâncias jurídicas responsáveis pela apuração e processamento dos fatos. Voltamos, num certo sentido aproximativo, as discussões sobre quem “está autorizado” a morrer em nossas sociedades e que “mortes são suportáveis” em um arranjo onde a maneira de se lidar com a vida das pessoas revela muito da maneira como nossa sociedade lida com a morte.

Uma vez reconhecidos os danos infligidos às vítimas, especialmente as da *violência institucional*, e seu sofrimento, as pesquisas dedicadas à compreensão sociológica da criminalidade e da violência devem levar em conta seu aporte teórico e seus pontos de vista.

7.2 A perspectiva das vítimas e as teorias sociais

Levar em conta a “perspectiva das vítimas”, ou daqueles que buscam falar em seu nome, passou a ser um procedimento importante não apenas para análises sobre violência, criminalidade e segurança em nosso arranjo social, mas também para a construção dos argumentos de uma série de autores contemporâneos que buscam compreender nossa atual conformação social. O ponto de vista das vítimas, direta ou indiretamente, parece ser um importante elemento a ser resgatado quando o pensamento sobre o mundo moderno é colocado em questão. Observemos como alguns atores incorporam a figura da vítima, ou sua perspectiva, em seus trabalhos, até certo ponto inovadores.

Enrique Dussel e dois conceitos de modernidade

Inicialmente, analisemos, de maneira breve, as discussões que Enrique Dussel (1993) desenvolve em seu texto intitulado “*Europa, modernidad y eurocentrismo*” acerca da existência de “dois conceitos de Modernidade” e suas implicações para a crítica social. Acredito ser essa uma etapa importante, pois através dela poderemos começar a rastrear o papel das vítimas, ou de sua perspectiva, na elaboração e desenvolvimento dos chamados *estudos pós-coloniais* na América Latina.

Em seu texto Dussel defende que devemos nos opor, como processo fundamental na elaboração de uma “identidade latino-americana”, a uma interpretação hegemônica da Modernidade, caracterizada pelo *eurocentrismo*, *provincianismo* e *regionalismo*. Nesses discursos estaríamos nos referindo, segundo o autor, a um momento de ‘emancipação do ser humano’ proporcionado, essencialmente, por um processo crítico da razão cumprido na Europa do século XVIII. Alguns dos acontecimentos que poderiam indicar os parâmetros para o florescimento de uma nova subjetividade “moderna” seriam: a Reforma Protestante, o

Iluminismo Alemão, a Revolução Francesa, o Renascimento Italiano e o Parlamento Inglês. Nessa perspectiva, Dussel afirma que esta visão é eurocêntrica, provinciana e regional porque: “indica como punto de partida de la ‘Modernidad’ fenómenos intra-europeus, y el desarrollo posterior no necesita más que Europa para explicar el proceso.” (Dussel, 1993, p. 46)

Buscando elaborar uma crítica a esse discurso, em muitos momentos hegemônico, sobre a emergência da Modernidade, Dussel nos aproxima de uma segunda visão sobre esse processo. O autor nos propõe uma apreciação da Modernidade em seu “sentido mundial”, colocando como elemento determinante para a constituição da “subjetividade moderna”, ou melhor, do mundo moderno, o fato da centralidade da Europa, e tudo aquilo que sua presença estimula, na História Mundial.

Nessa narrativa, a coexistência de impérios e sistemas culturais é abalada a partir de 1492, ou seja, com o processo de expansão ultramarino iniciado pela Europa Ibérica. Dois deslocamentos interpretativos sobre a Modernidade podem ser observados com essa proposta interpretativa de Dussel. Primeiro, a nova centralidade que adquire a Europa Latina nessa narrativa sobre a modernização. A centralidade desse processo não se retira da Europa, porém diz respeito agora a Espanha e Portugal e suas relações com as “novas terras”, e não mais, como no outro discurso, a fenômenos ocorridos na Alemanha, Inglaterra, França ou Itália. Segundo, a partir dessa nova centralidade da Europa Latina a primeira etapa da Modernidade passa a residir nas práticas relacionadas ao mercantilismo mundial. Sob essa ótica, as demais transformações (Reforma, Iluminismo, Revolução Francesa, Renascimento e Parlamento Inglês) características do “discurso eurocêntrico da Modernidade” se constituem em torno desse fato como uma “segunda etapa da Modernidade”. Seriam efeito e não ponto de partida para a modernidade. A Europa já seria moderna desde 1492 ao se tornar centro da História Mundial e constituir as outras culturas como sua “periferia”. Na chave compreensiva da “interpretação mundial da Modernidade”, Dussel recoloca o século XVI hispano-americano como eixo central para uma crítica a racionalidade moderna. O autor condensa de maneira exemplar suas ideias no seguinte parágrafo.

La Modernidad, como nuevo ‘paradigma’ de vida cotidiana, de comprensión de la historia, de la ciencia, de la religión, surge al final del siglo XV y con el dominio del Atlántico. El siglo XVII es ya fruto del siglo XVI; Holanda, Francia, Inglaterra, son ya desarrollo posterior en el horizonte abierto por Portugal y España. América Latina entra en la Modernidad (mucho antes que Norte América) como la ‘otra cara’ dominada, explotada, encubierta. (Ibid., p. 48)

A partir dessas duas concepções de Modernidade, uma de caráter regional e outra perpassada por um “sentido mundial”, Dussel nos conduz a uma crítica à racionalidade moderna. Na ótica do autor, se a Modernidade possui um núcleo racional interno forte, expresso na saída da Humanidade de seu possível estado de contenção regional, a mesma seria caracterizada por um processo *exterior, irracional* e oculto a seus próprios olhos. A “Modernidade” aos olhos de Dussel carregaria em sua dinâmica interna a justificação mítica de uma prática irracional de violência. Segundo Dussel, o mito poderia ser descrito da seguinte maneira.

1) La civilización moderna se auto comprende como más desarrollada, superior (lo que significará sin conciencia una posición ideológicamente eurocéntrica). 2) La superioridad obliga a desarrollar a los más primitivos, rudos, bárbaros, como exigencia moral. 3) El camino de dicho proceso educativo de desarrollo debe ser el seguido por Europa (es, de hecho, un desarrollo unilineal y a la europea, lo que determina, nuevamente sin conciencia alguna, la ‘falacia desarrollista’). 4) Como el bárbaro se opone al proceso civilizador, la praxis moderna debe ejercer en último caso la violencia si fuera necesario, para destruir los obstáculos de la tal modernización (la guerra justa colonial). 5) Esta dominación produce víctimas (de muy variadas maneras), violencia que es interpretada como un acto inevitable, y con el sentido cuasi-ritual de sacrificio; el héroe civilizador inviste a sus mismas víctimas del carácter de ser holocaustos de un sacrificio salvador (el indio colonizado, el esclavo africano, la mujer, la destrucción ecológica de la tierra, etcétera). 6) Para el moderno, el bárbaro tiene una ‘culpa’ (el oponerse al proceso civilizador) que permite a la ‘Modernidad’ presentarse no sólo como inocente sino como ‘emancipadora’ de esa ‘culpa’ de sus propias víctimas. 7) Por último, y por el carácter ‘civilizatorio’ de la ‘Modernidad’, se interpretan como inevitables los sufrimientos o sacrificios (los costos) de la ‘modernización’ de los otros pueblos ‘atrasados’ (inmaduros), de las razas esclavizadas, del otro ser por débil, etcétera. (Ibid., p. 49)

Aqui creio chegarmos ao núcleo central da discussão importante para os objetivos do presente texto. Faço referência ao caminho que Dussel propõe para a superação da “Modernidade” eurocêntrica e de seus discursos: a necessidade da negação desse “mito”. Como coloca o autor, para essa narrativa “a outra cara negada e vitimada da modernidade deve primeiramente descobrir-se como inocente”, para que assim seja negada a inocência da Modernidade eurocêntrica e afirmada a alteridade do outro, antes negada como “vítima culpável”. Nesse momento poderíamos descobrir a outra cara essencial e oculta da Modernidade, ou seja, “el mundo periférico colonial, el indio sacrificado, el negro esclavizado, la mujer oprimida, el niño, la cultura popular alienadas, (las ‘víctimas’ de la ‘Modernidad’) como víctimas de un ato irracional (como contradicción del ideal racional de la misma Modernidad).” (Ibid., p. 49).

Para Dussel, para que essa visão hegemônica da Modernidade seja superada é necessário negar ao mesmo tempo o “mito civilizador”, que descrevemos acima, e a “inocência da violência” moderna praticada em nome da razão emancipadora, eurocêntrica e

desenvolvimentista. Se trata, melhor dizendo, de um projeto *Trans-moderno* capaz de ser processado através da descoberta ética da dignidade do outro e do reconhecimento de sua alteridade, anteriormente negada. Nessa perspectiva, falaríamos de uma “liberação” onde a alteridade das vítimas históricas, coessencial a esse discurso sobre a modernidade, seja capaz de se realizar. Segundo Dussel:

La ‘realización’ de la Modernidad no se efectúa en un pasaje de la *potencia* de la Modernidad a la *actualidad* de dicha Modernidad europea. La ‘realización’ sería ahora el pasaje trascendente, donde la Modernidad y su Alteridad negada (las víctimas), se co-realizarán por mutua fecundidad creadora. El proyecto trans-moderno es una co-realización de lo imposible para la sola Modernidad; es decir, es co-realización de solidaridad, que hemos llamado analéctica, del Centro/Periferia, Mujer/Varón, diversas razas, diversas etnias, diversas clases, Humanidad/Tierra, Cultura occidental/Culturas del Mundo Periférico ex-colonial, etcétera; no por pura negación, sino por *incorporación* desde la Alteridad. (Ibid., p. 50)

Nesse projeto *Trans-moderno* desenhado por Dussel poderíamos agrupar o caráter emancipador e racional da Modernidade à sua alteridade negada, ou seja, ao “outro da Modernidade”, quando passamos a negar seu caráter mítico, elemento justificador da inocência do ocorrido com suas vítimas históricas. A *Trans-modernidade*, como projeto de liberação político, econômico, ecológico e pedagógico, seria realizável através da liberação da “alteridade negada” pelo caráter mítico-violento da modernidade via uma emancipação ético-racional. A alteridade negada das vítimas históricas, as vítimas coloniais, seria o elemento central nesse novo espectro narrativo sobre a modernidade e seus desdobramentos.

Aníbal Quijano e a Modernidade

Nesse momento nos dedicaremos à análise de algumas colocações de Aníbal Quijano acerca da questão da modernidade, mais especificamente de sua “versão eurocêntrica”¹¹⁹, e as possíveis contribuições que esse debate pode trazer para o desenvolvimento de nossos argumentos. Segundo o autor:

¹¹⁹Creio que Quijano deixa evidente a que se refere ao falar da ‘colonialidade do poder’ ao considerar no início de seu texto que: ‘A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminância de um processo iniciado com a constituição da América e o estabelecimento do capitalismo/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população do mundo a partir da ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que, desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo possui, portanto, origem e caráter colonial, mas tem-se mostrado mais duradouro e estável do que o colonialismo em cuja matriz se formou, e isso implica a presença de um elemento de colonialidade no padrão de poder mundialmente hegemônico dos dias atuais.’ (Quijano, 2005, p. 35)

O fato de os europeus ocidentais se considerarem o ponto alto de uma trajetória civilizatória que partira de um estado de natureza também os levou a se imaginar como os *modernos* da humanidade e de sua história, ou seja, *como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie*. No entanto, como ao mesmo tempo classificaram o restante da espécie em uma categoria por natureza inferior, e por isso mesmo anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus também se imaginaram não apenas os portadores exclusivos da modernidade, mas seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável não é que os europeus imaginaram a si mesmos e ao resto da espécie desse modo – esse não é um privilégio dos europeus – e sim que tenham conseguido difundir e estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo de padrão mundial de poder. (Quijano, 2005, p. 50)

Na perspectiva de Quijano, um fato interessante a ser notado no discurso eurocêntrico da Modernidade se refere não a sua elaboração, mas a sua difusão dentro de um novo universo intersubjetivo mundialmente conectado. Buscando desconstruir analiticamente essa “patente europeia da modernidade”, calcada em uma nova geografia de distribuição do poder, o autor mobiliza uma série de argumentos capazes de relativizar a pretensão da Europa como sua única e exclusiva produtora e protagonista. No bojo das críticas a essa perspectiva histórica hegemônica sobre a modernidade o mesmo vai nos propor “um conceito de modernidade diferente, específico do atual sistema-mundo global”.

Na construção desse conceito de modernidade, cuja questão central seria a “libertação humana como interesse histórico da sociedade”, Quijano começa a nos apontar algumas de suas principais características. Afirma o autor que:

Em primeiro lugar, o atual padrão de poder mundial é o primeiro efetivamente global da história conhecida, em vários sentidos específicos: 1. É o primeiro no qual em cada um dos âmbitos da existência social todas as formas historicamente conhecidas de controle das relações sociais correspondentes estão articuladas, configurando uma única estrutura com relações sistemáticas entre os componentes de cada área, bem como em seu conjunto. 2. É o primeiro em que cada uma dessas estruturas de cada âmbito da existência social está sob a hegemonia de uma instituição produzida no interior do processo de formação e desenvolvimento desse mesmo padrão de poder. Assim, no controle do trabalho, de seus recursos e produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, de seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo; 3. Cada uma dessas instituições existe em relações de interdependência entre si, fazendo com que o padrão de poder se configure como um sistema; 4. Por último, esse padrão de poder mundial é o primeiro a atingir toda a população do planeta. (Ibid., p. 53)

Sob essa ótica, o primeiro *sistema-mundo global*, formado a partir da América, poderia ser caracterizado por três processos que perpassam a existência ordinária da população em escala mundial: a *colonialidade do poder*; o *capitalismo*; e, o *eurocentrismo*. Quijano chama a

atenção em sua proposta para o fato de que esse encadeamento global implicaria, entre outras coisas, uma *base de práticas sociais comuns* e uma *esfera intersubjetiva* orientadora de conjunto, capaz de universalizar-se mundialmente como modelo intersubjetivo. Essa nova concepção da modernidade proposta por Quijano, articulada a um “padrão global de poder” inaugurado com o descobrimento da América e capaz de redimensionar e redefinir relações sociais, materiais e intersubjetivas, nos remete criticamente aos argumentos desenvolvidos por Dussel no tópico anterior.

Falando sobre a constituição do “Ego individual diferenciado”, formado a partir do contato do europeu com a América, como marca da modernidade desenvolvida por Dussel, Quijano afirma que:

Há, é claro, uma relação umbilical entre os processos históricos gerados a partir da América e as mudanças da subjetividade, ou melhor, da intersubjetividade de todos os povos que vão se integrando ao novo padrão de poder mundial. E essas mudanças levam à constituição de uma nova subjetividade, não apenas individual, mas também coletiva, de uma nova intersubjetividade. Esse é, portanto, um fenômeno novo que ingressa na história a partir da América e nesse sentido faz parte da modernidade. Mas, sejam elas quais forem, essas mudanças não se constituem a partir da subjetividade individual, nem coletiva, do mundo preexistente, voltada para si mesma, ou, repetindo uma velha imagem: essas mudanças não nascem como Minerva da cabeça de Zeus. Elas são a expressão subjetiva ou intersubjetiva do que as pessoas do mundo estão fazendo nesse momento. (Ibid., p. 55)

Atento a essa argumentação de Quijano, podemos concordar com o mesmo quando afirma que a descoberta da América e de suas vítimas, e as implicações de sua entrada no mercado mundial e em um novo padrão de poder mundial, possibilitam a “mudança do mundo como tal”, ao fundar uma nova subjetividade calcada em uma percepção da *mudança histórica*. Tratar-se-ia, em todo caso, de uma nova percepção sobre o *tempo* e a *história*, pois de olho no futuro:

[...] a história pode ser percebida não apenas como algo que ocorre, quer como algo natural ou produzido por decisões divinas ou misteriosas como o destino, mas sim como algo que pode ser produzido pela ação das pessoas, por seus cálculos, suas intenções, suas decisões, sendo portanto algo possível de ser projetado e, conseqüentemente, de ter sentido. (Ibid., p. 56)

Inserindo essa percepção sobre o *tempo* e a *história* em sua versão sobre a modernidade, Quijano complementa de maneira crítica o discurso sobre tal processo. Acompanhando de perto os argumentos do autor, o conceito de modernidade não estaria referido somente a processos subjetivos ou intersubjetivos experimentados através da integração de diferentes

povos e indivíduos ao padrão de poder mundial específico desse novo sistema-mundo, mas diria respeito também à *dimensão material das relações sociais* que subjaz a esse novo arranjo. Em suas palavras, “as mudanças ocorrem em todos os âmbitos da existência social dos povos e, portanto de seus membros individuais, tanto na dimensão material quanto na dimensão subjetiva dessas relações.” (Ibid., p. 56) No bojo desses argumentos o conceito de modernidade, segundo o autor, se referiria, a partir da América e de suas vítimas históricas, a um novo *espaço/tempo* constituído material, social e subjetivamente a partir do contato com o novo continente e seus habitantes.

Boaventura e a Epistemologia do Sul

Lo que pasa en Bolivia y Ecuador tiene una importancia continental y mundial pero – para que tal sea visible – es necesaria una epistemología propia, o lo que llamo una ‘Epistemología del Sur’. (Sousa Santos, 2010, p. 20)

No rastro das discussões realizadas nas sessões anteriores, gostaria de me dedicar nesse momento do texto ao entendimento do que Boaventura de Sousa Santos chama de “Epistemologia do Sul” e ao que tal noção nos faz avançar em nossos argumentos.

Boaventura inicia seu livro “*Refundación del Estado en América Latina*” (2010) defendendo a necessidade de tomarmos distância com relação a uma “imaginação política eurocêntrica”, a qual sustentaria em última instância a tradição crítica e possíveis políticas emancipadoras. De uma breve maneira, deveríamos manter distância dessa imaginação, devido: a dificuldade de imaginar *o fim do capitalismo ou de imaginar que o capitalismo não tenha fim*; a dificuldade de imaginar *o fim do colonialismo ou imaginar que o colonialismo não tenha fim*; a perda dos *substantivos críticos da teoria crítica*, caracterizada agora por uma espécie de adjetivação de substantivos das teorias ditas convencionais; e, por uma *relação*

fantasmal entre teoria e prática, ou seja, na enorme discrepância entre aquilo que estava previsto nas teorias e o que realmente vêm ocorrendo em nosso continente¹²⁰.

Tomar distância quanto à teoria crítica eurocêntrica e tornar visível o que vêm ocorrendo em nosso continente latinoamericano, exigem, segundo o autor, “pensar lo impensado, o sea, asumir la sorpresa como acto constitutivo de la labor teórica.” (Boaventura, 2010, p. 34) Nessa perspectiva, poderiam ser abertos espaços analíticos para realidades surpreendentes, onde poderiam brotar perspectivas e *emergências libertadoras*. Reconhecendo a existência de outros discursos sobre a modernidade e não apenas o eurocêntrico mundialmente hegemônico, Boaventura afirma que temos problemas modernos para os quais não há soluções modernas. Em busca dessas soluções o autor nos remete a possibilidade da realização de uma sociologia transgressiva das *ausências* e das *emergências*, capaz de contrapor-se a uma “epistemologia do Norte”.

Na construção de uma *sociologia das ausências* poderíamos perceber que aquilo que não existe é, segundo Boaventura, “ativamente produzido como não existente”. Nesses resgates investigativos se trata:

[...] de transformar objetos imposibles en objetos posibles, objetos ausentes en objetos presentes. La no-existencia es producida siempre que una cierta entidad es descalificada y considerada invisible, no-inteligible, o desechable. No hay por eso una sola manera de producir ausencia, sino varias. Lo que las une es una misma racionalidad monocultural. (Boaventura, 2010, p. 37)

Nessa perspectiva, a “ausência” ou a “não existência” das perspectivas poderiam ser produzidas de cinco maneiras: através da lógica da ignorância ou da incultura, derivada da monocultura e do rigor do saber; através da lógica do atraso, baseada na monocultura do tempo linear, ou seja, na ideia de que a história possui sentido e direção única de progresso; através da lógica do inferior, lógica de classificação social assentada na naturalização das diferenças e das diferenças; através da lógica do local ou particular, que aprisionam o diferente em escalas que as incapacitam como alternativas críveis ao que possui existência global; e, através da lógica do improdutivo ou estéril, atrelada a critérios de produtividades capitalistas. Em todos esses “processos de invisibilidade” tratamos de realidades

¹²⁰Para uma discussão detalhada sobre os processos que nos inclinam a uma distância da imaginação política eurocêntrica ver o capítulo 1 (*Dificultades de la Imaginación Política o el fin de lo que no tiene fin*) da obra citada.

desqualificadas como formas de existir frente uma realidade que se reconhece como total e homogênea.

A “sociologia das emergências”, nessa perspectiva, se remeteria a investigação das alternativas capazes de serem inseridas no horizonte das possibilidades concretas, ou seja, a ampliação do presente através da união do real às possibilidades e expectativas que leva consigo. Se trata, segundo Boaventura:

[...] en proceder a una ampliación simbólica de los saberes, prácticas y agentes de modo que se identifique en ellos las tendencias de futuro [...] sobre las cuales es posible actuar para maximizar la probabilidad de la esperanza en relación con la probabilidad de la frustración. Tal ampliación simbólica es, en el fondo, una forma de imaginación sociológica que se enfrenta a un doble objetivo: por un lado, conocer mejor las condiciones de posibilidad de la esperanza; por otro, definir principios de acción que promuevan la realización de esas condiciones. (Ibid., p. 41)

De olho no futuro, a sociologia das emergências atuaria no sentido de enxergar o *por vir*, aquilo que pode emergir como alternativa possível frente uma realidade e saberes monoculturais.

Finalizando sua exposição sobre essas sociologias “não convencionais”, Boaventura afirma que o componente subjetivo de uma *sociologia das ausências* seria sua “consciência cosmopolita e o inconformismo frente o desperdício da experiência” e o de uma sociologia das emergências seria a “consciência antecipadora e o inconformismo frente uma carência cuja satisfação está no horizonte de possibilidades”. (Ibid., p. 42) Nessa passagem, somos capazes de enxergar a importância das emoções, ou como o autor prefere de uma “cobertura emocional”, no inconformismo que movem essas sociologias transgressivas. As emoções adquirem, nessa perspectiva, um papel central na produção do conhecimento sociológico crítico. Através dessas sociologias estaríamos capacitados, até certo ponto, a manter distância com relação a tradição crítica ocidental e desenhar o que o autor chama de “Epistemologia do Sul”, um caminho alternativo a esse modo de interpretação das realidades sociais. As epistemologias do Sul seriam:

[...] el reclamo de nuevos procesos de producción y de valoración de conocimientos válidos, científicos y no-científicos, y de nuevas relaciones entre diferentes tipos de conocimiento, a partir de las prácticas de las clases y grupos sociales que han sufrido de manera sistemática las injustas desigualdades y las discriminaciones causadas por el capitalismo y por el colonialismo. El Sur global no es entonces un concepto geográfico, aun cuando la gran mayoría de estas poblaciones vive en países del hemisferio Sur. Es más bien una metáfora del sufrimiento humano causado por el capitalismo ya el colonialismo a escala global ya de la resistencia para superarlo o minimizarlo. Es por eso un Sur anticapitalista, anticolonial y antiimperialista. Es un

Sur que existe también en el Norte global, en la forma de poblaciones excluidas, silenciadas y marginadas como son los inmigrantes sin papeles; los desempleados; las minorías étnicas o religiosas; las víctimas de sexismo, de la homofobia y del racismo. (Ibid., p. 43)

Trata-se, então, de um “pensamento alternativo das alternativas” capaz de identificar e, principalmente, valorizar, como contribuições para uma sociedade mais justa, modos de vida, sociabilidade e interação “desperdiçados” pela compreensão ocidental eurocêntrica e monocultural. Para Boaventura, as ideias centrais dessa epistemologia seriam a *ecologia dos saberes* e a *tradução intercultural*. Através de uma ecologia dos saberes teríamos a premissa do caráter incompleto dos conhecimentos, elemento capaz de estimular um diálogo e debate epistemológico entre diferentes formas de conceber o mundo e nossas relações com o mesmo. “Prácticas que son ignorantes de modos diferentes se vuelven prácticas de conocimiento de modos diferentes.” (Ibid., p. 45) Utilizando uma tradução intercultural Boaventura nos remete ao “procedimiento que permite crear inteligibilidad recíproca entre las experiencias del mundo, tanto las disponibles como las posibles.” (Ibid., p. 46)

Nessa chave interpretativa, nenhum conjunto de experiências poderia ser apreendido como totalidade exclusiva e/ou homogênea. Nessas relações de inteligibilidade, que incidem tanto sobre os saberes e culturas quanto sobre as práticas e seus agentes, realizaríamos ao mesmo tempo um trabalho de desconstrução e reconstrução, pois estaríamos de olho nas relações hegemônicas e sobre o que existe para além dessas relações que resistem a globalização neoliberal. Trabalharíamos com um resgate das perspectivas das vítimas, dos saberes “desperdiçados” que podem emergir como válidos e importantes para a construção de alternativas impensáveis e de um mundo mais justo.

Pensando nas palavras de Foucault (2003) tratar-se-ia do resgate da positividade do caráter local da crítica que reside na indicação de uma produção teórica autônoma, não centralizada, que para ser válida não necessita da chancela de um regime comum. Uma crítica local que se efetuou por aquilo, ou através daquilo que poderíamos chamar de “reviravoltas do saber”, de uma insurreição dos “saberes sujeitados”¹²¹.

¹²¹ Por saberes sujeitados Foucault (2003) entende duas coisas: os saberes sujeitados são blocos de saberes históricos (eruditos, exatos, técnicos) que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer aparecer pelos meios, é claro, da erudição (esses saberes históricos permitem descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo, justamente, mascarar.); e, os saberes sujeitados são os saberes das pessoas, saberes de baixo, desqualificados. Saberes desqualificados como saberes não conceituais, como saberes

Resgate dos saberes históricos das lutas. Chamemos, se quiserem, de ‘*Genealogia*’ o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas (redescoberta exata das lutas e memória bruta dos combates) e a utilização desse saber nas táticas atuais. E essas genealogias, como acoplamento desse saber erudito e desse saber das pessoas, só seriam possíveis com uma condição: que fosse revogada a tirania dos discursos englobadores, com sua hierarquia e com todos os privilégios das vanguardas teóricas. Trata-se de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não centralizados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de uma ciência que seria possuída por alguns (Foucault, 2003).

Um entrecruzamento de corpos, de paixões e de acasos, é isso que, desse discurso, vai constituir a trama permanente da história e das sociedades. Discurso que se desenvolve na dimensão histórica. Descobrir o passado esquecido das lutas reais, das vitórias efetivas, das derrotas que talvez tenham sido disfarçadas, mas que continuam profundamente inseridas. Discurso amargo e partidário da guerra fundamental. Instrumento de luta para campos descentralizados. (Foucault, 2003)

Reconhecimento e redistribuição: um debate a partir da perspectiva das vítimas

Nas últimas quatro décadas os discursos sobre o *reconhecimento* passaram a integrar a gramática dos debates políticos nacionais, e internacionais, e a agenda de trabalho de pesquisadores dedicados à compreensão das dinâmicas dos conflitos sociais contemporâneos. Nos estudos desses analistas as contradições nas formas de apreciar a categoria são reveladoras de um consenso inconcluso, abrigando sob seu manto uma pluralidade de posições teóricas opostas e em disputa. No campo da filosofia social, figuras como Charles Taylor (1994), Nancy Fraser (2006) e Axel Honneth (2007) dedicaram especial atenção à sistematização e “atualização” do termo frente nosso novo arranjo societário e científico.

insuficientemente elaborados, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos.

Longe de serem alcançados no plano da elaboração teórica, os consensos tornam-se mais difíceis quando observamos a multiplicidade de reivindicações e demandas associadas à sua sedimentação histórica no espaço político. Diante da polissemia da categoria, nosso objetivo não é realizar uma análise exaustiva da emergência e dos manejos históricos da mesma. Bem mais modesto, nossas últimas considerações buscam desenhar, através do diálogo com alguns autores, um percurso capaz de apontar como a perspectiva da vítima tornara-se central nos debates sobre o *reconhecimento*. Talvez esse seja um passo importante para a compreensão da centralidade da categoria no arranjo societário contemporâneo.

Manejada em estudos que se dedicam a compreensão dos *dilemas do multiculturalismo* nas sociedades modernas; em reflexões acerca das lutas por *verdade e justiça* em regimes democráticos; nas análises das ações dos movimentos pela ampliação do alcance das dimensões inclusivas da *cidadania*; e, nos diagnósticos dos *desrespeitos* simbólicos e/ou subjetivos vivenciados por indivíduos e coletividades, a categoria *reconhecimento* adquiriu uma posição de destaque nos debates políticos e acadêmicos recentes.

Se consensos não podem ser encontrados em suas elaborações teóricas, muito menos nos significados de suas demandas históricas, uma “centelha de consenso” se acende quando a questão gira em torno da referência central para a sistematização filosófica do termo. A fonte em que todos estão a beber é o filósofo alemão Hegel (1770-1831). Axel Honneth (2007; 2009; 2009a) afirma que as ideias rudimentares para o desenvolvimento de uma teoria social ancorada nas relações intersubjetivas de reconhecimento mútuo poderiam ser encontradas nos textos escritos pelo jovem Hegel durante sua estada em Jena, Alemanha (1801-07)¹²². Porém, antes de nos referirmos ao significado que o termo possui para o jovem Hegel, observemos algumas mudanças que tornaram possíveis as discussões sobre o tema no Ocidente.

Em *Multiculturalism*, Charles Taylor (1994) reafirma toda a importância das reflexões de Hegel para a sistematização filosófica da categoria *reconhecimento*, contudo, decide recuar um pouco mais em busca das mudanças que tornaram esse discurso significativo para nós.

Uma primeira mudança estaria relacionada com o “desmantelamento” das *hierarquias sociaistradicionais* que constituíam o fundamento da noção de *honra*. Nas sociedades democráticas a honra, segundo Taylor, seria substituída pela:

¹²²*Sistema da Eticidade* (1802/1803); *Sistema da Filosofia Especulativa* (1803/1804), denominado anteriormente de “*Realphilosophie de Jena I*”; *Realphilosophie de Jena* (1805/1806). (Honneth, 2007, p. 30)

[...] noção moderna de dignidade, que hoje possui um sentido universalista e igualitário. Daí falarmos em ‘dignidades dos seres humanos’ ou dignidade de cidadão. Baseia-se na premissa de que é comum a todas as pessoas. Naturalmente, este conceito de dignidade é o único que é compatível com a sociedade democrática, e era inevitável que pusesse de lado o velho conceito de honra. (Taylor, 1994, p. 47)

Nesses termos, os regimes democráticos há muito teriam introduzido e legitimado políticas de reconhecimento igualitário em seus jogos políticos. As exigências de estatuto igual para as culturas e os sexos (para as vítimas) seriam apreciadas, nessa chave, não como uma novidade que surgira nas últimas décadas, mas como uma das formas que essa política pode assumir em nossa configuração histórica atual.

Uma segunda transformação gira em torno de uma “nova compreensão da identidade individual” que passa a vigorar em fins do século XVIII. Nesse momento passa-se a falar de uma “identidade individualizada”, única e enraizada em cada um de nós. Para Taylor, “esta noção surge juntamente com um ideal, o de ser verdadeiro para comigo mesmo e para com a minha maneira própria de ser’, ou seja, ser ‘autêntico’” (Ibid., p. 48). A “autenticidade” não seria um objetivo novo, como pondera o autor, pois uma voz interior a muito nos conduzia rumo às maneiras “corretas” do comportamento. A diferença dessa “nova autenticidade” residia na mudança da ênfase moral que:

[...] surge quando a atenção que damos aos nossos sentimentos assume uma importância moral independente e essencial. Acaba por ser aquilo a que temos de nos agarrar se quisermos assumir-nos como seres humanos verdadeiros e de direito. Para perceber o que há de novo, temos de fazer a comparação com as perspectivas morais do passado, segundo as quais estabelecer contato com uma espécie de fonte – Deus ou a ideia do bem, por exemplo – era considerado essencial para se atingir a plenitude do ser. Mas, agora, a fonte encontra-se bem no fundo do nosso ser. Este facto faz parte da viragem subjetiva maciça que teve lugar na cultura moderna e que se traduziu numa nova forma de introspecção, através da qual passamos a ver-nos como sujeitos dotados de uma profundidade interior. (Ibid., p. 48-49)

Taylor associa essa “virada subjetiva”, potencializadora da ideia moral de um novo contato íntimo e original consigo mesmo, aos nomes de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Johann Gottlob Herder (1777-1913). E, prossegue afirmando que para os indivíduos e as coletividades modernas:

Ser verdadeiro para comigo mesmo significa ser verdadeiro para com a minha originalidade, que é algo que só eu posso descobrir e articular. Ao articulá-la, estou também a definir-me a mim mesmo. Estou a atualizar uma potencialidade que é própria de mim. É assim que se deve entender o ideal moderno da autenticidade e os

objetivos de auto-realização e de auto-satisfação que normalmente acolhem este ideal. (Ibid., p. 51)

A terceira mudança citada por Taylor, e essa importante para a emergência e desenvolvimento da categoria no campo da filosofia social, refere-se à revogação de uma “tendência monológica” dominante na filosofia moderna. Quando a condição humana passa a ser definida em termos dialógicos, as relações podem ser apreciadas como momentos de negociações cruciais para nossas realizações. Assim:

[...] a descoberta da minha identidade não significa que eu me dedique a ela sozinho, mas, sim, que eu a negoceie, em parte, abertamente, em parte, interiormente, com os outros. É por isso que o desenvolvimento de um ideal de identidade gerada interiormente atribui uma nova importância ao reconhecimento. (Ibid., p. 54)

As identidades não são mais vistas como o resultado das ações independentes de indivíduos pretensamente isolados, pois agora estariam articuladas as relações dialógicas que estabelecemos em nossa vida social.

No bojo do “esfacelamento” das “hierarquias sociais tradicionais” e do surgimento das possibilidades de realização de uma “identidade individualizada”, as ideias de Hegel acerca do reconhecimento tornam-se úteis e inteligíveis. Vejamos como Honneth (2009) aprecia a importância dos escritos do jovem Hegel para o desenvolvimento de uma Teoria Crítica da sociedade.

Buscando fundamentar sua “filosofia do espírito” através de um “princípio teórico fundamental de um sistema integral”, Hegel foi capaz de construir uma conexão entre os processos de desenvolvimento intelectuais e a ação social, chamando a atenção de muitos intelectuais preocupados com a lógica das transformações históricas (Honneth, 2009). Nessa fonte, segundo Honneth, beberam: George Lukács (1967), quando esboça uma “filosofia da história” na qual “o processo de formação do espírito humano é referido ao potencial de desenvolvimento do trabalho humano”; Alexandre Kojève (1975), em sua teoria da sociedade “normativa”, articulada aos processos intersubjetivos de reconhecimento mútuo; e, Jürgen Habermas (1968), que em sua leitura sobre Hegel afirma que, nesses escritos, o autor tentou explicar “el proceso de formación del espíritu humano a partir del nexo dialéctico entre ‘trabajo’ e ‘interacción’, entre la apropiación social de la naturaleza y los procesos de reconocimiento recíproco.” (Honneth, 2009, p. 197)

Contudo, Honneth considera que a importância central da obra do autor para o desenvolvimento de uma Teoria Crítica da sociedade:

[...] resulta en primer lugar y ante todo de una teoría de la moralidad, en la cual la ‘lucha por el reconocimiento’ es representada como el medio abarcador del proceso de formación moral del espíritu; lo que hoy en día constituye la importancia especial de sus escritos de Jena no es el solo hecho de que Hegel comprende el reconocimiento recíproco como un patrón práctico de la socialización del hombre, sino que él considera desarrollar moralmente dicho patrón a través de una escala de luchas sociales. (Ibid., p. 198)

E prossegue, afirmando que Hegel:

[...] defiende en sus años de Jena la convicción de que la ‘lucha por el reconocimiento’ representa el medio de acción social por el cual la relación entre los sujetos adquiere paso a paso una forma más ambiciosa en términos ‘morales’: es la pretensión recíproca de los individuos de que se les reconozca su identidad; pretensión que es inherente desde el principio a la vida social como una tensión normativa que lleva a conflictos morales entre los sujetos que dependen socialmente uno del otro, y que de esta manera, por la vía negativa de una lucha que se repite en cada escala, conduce de manera gradual a un estado de libertad vivido en términos comunicativos. Por cierto, el Hegel temprano pudo llegar a dicha concepción – que hasta hoy no ha sido realmente aprovechada – porque supo dar al modelo de la ‘lucha social’ introducido en la filosofía social por Maquiavelo y Hobbes un giro teórico mediante el cual aquellos sucesos prácticos de un conflicto entre los hombres podían referirse a impulsos morales en lugar de motivos de conservación individual; sólo porque Hegel había dado previamente a las acciones de lucha el significado específico de una perturbación y violación de las relaciones sociales de reconocimiento pudo reconocer entonces en ellas el medio central de un proceso de formación moral del espíritu humano. (Ibid., p. 199)

Para o autor, uma Teoria Crítica da sociedade pode aproveitar muito bem o conceito de ‘luta social’ articulado dessa maneira, “interpretando o processo histórico como uma sucessão dirigida de conflitos e disputas morais” (Honneth, 2009, p. 199). Parece ser isso que Honneth tenta fazer ao buscar os fundamentos de sua teoria social de teor normativo, que privilegia em muitos momentos as perspectivas das vítimas, no modelo conceitual hegeliano de uma luta por reconhecimento. (Honneth, 2007, p. 23) Segundo o autor:

[...] quem procura integrar os avanços da teoria social representados pelos escritos históricos de Michel Foucault no quadro de uma teoria da comunicação se vê dependente do conceito de uma luta moralmente motivada, para o qual os escritos hegelianos do período de Jena continuam a oferecer, com sua ideia de uma ampla ‘luta por reconhecimento’, o maior potencial de inspiração. (Ibid., p. 23)

Como fonte de inspiração para o desenvolvimento de algumas teorias sociais recentes, como as de Taylor (1994), Honneth (2007) e Fraser (2006), preocupadas com os dilemas da nossa contemporaneidade, os ensinamentos de Hegel ganharam diferentes desdobramentos.

Inspirado pela filosofia hegeliana, Taylor (1994) aprecia a emergência dos conflitos sociais contemporâneos, e suas vítimas, sob a ótica das negociações individuais e/ou coletivas em torno de “considerações intersubjetivas”. Em seus textos, ganham destaque as construções relacionais dos sujeitos e as lutas ininterruptas envolvidas nesses processos de reconhecimento mútuo. Como afirmam alguns autores, a chave interpretativa dessa perspectiva estaria na “compreensão da identidade como possibilidade de auto-realização do sujeito” (Mendonça, 2007). Privilegiando interações e processos identitários em suas análises, Taylor passa a considerar os atores em suas possibilidades *dialógicas*¹²³ forjadas no calor das relações sociais. Preocupado com a “autonomia” dos *sujeitos dialógicos*, o autor desenvolve seus argumentos acerca do reconhecimento e dos conflitos sociais através de um processo de reconstituição dos valores que “dão liga” e contornos a nossa existência comum. Jessé Souza (2000) pondera que destacando as *topografias morais* historicamente localizadas, Taylor “está interessado, antes de tudo, no componente avaliativo da constituição da identidade humana, na medida em que a auto-interpretação dos sujeitos passa a ser percebida como momento constitutivo para a construção desta” (Souza, 2000, p. 99). Sob a ótica de Taylor, as possibilidades de *auto-realização*, os *obstáculos* a essas realizações e os *conflitos* envolvidos nesses jogos devem ser analisados a partir das *topografias morais* das quais retiram sua força e existência. Como observa Mattos, ao analisar nossa topografia:

[...] talvez o mais urgente e poderoso conjunto de exigências que reconhecemos como morais refira-se ao respeito à vida, à integridade, ao bem-estar e mesmo à prosperidade dos outros. Assim, ele (Taylor) coloca a ideia de ‘dignidade’ no cerne do pano de fundo moral que rege as sociedades modernas. (Mattos, 2004, p. 187)

As atuais demandas por reconhecimento e os conflitos sociais contemporâneos podem, nessa chave interpretativa, serem analisados em conexão com o pressuposto moral da “dignidade geral”, recorrentemente esquecido com relação a nossas vítimas históricas e do presente. Num jogo intercalado por momentos onde se afirma a “igualdade” e situações onde se reivindicam os direitos dos “diferentes”, sujeitos e/ou coletividades negociariam seus pertencimentos

¹²³ Ver especialmente o livro de Taylor, *As Fontes do Self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

identitários. Através de *diálogos intersubjetivos* poderia realizar-se um processo de reconhecimento mútuo, capaz de construir um espaço de respeito recíproco que valorize a igualdade e a diferença dentro de uma topografia moral “mais justa”.

Influenciado por autores tais como Hegel, Habermas e Taylor, Axel Honneth (2007) desenvolve seus argumentos acerca do *reconhecimento* destacando a importância dos *contextos normativos* e *diálogos intersubjetivos* para a compreensão dos conflitos sociais contemporâneos. O autor observa as atuais lutas por reconhecimento de nossas vítimas históricas não apenas como situações onde nossas identidades podem ser gestadas e confirmadas, mas também como momentos onde os alicerces para uma possível “evolução moral” dos indivíduos e das sociedades das quais fazem parte ativamente podem ser fincados. Para Honneth, as transformações dos contextos normativos podem ser impulsionadas por “lutas moralmente motivadas de grupos sociais, em sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco” (Honneth, 2007, p. 156).

Os contextos normativos e os conflitos sociais das vítimas contemporâneas podem ser compreendidos, segundo Honneth, através de três princípios sociais integradores que seriam negociados, afirmados e/ou negados através: do “reconhecimento privado” da pessoa, alicerce de uma *auto-confiança* do sujeito em si mesmo e no mundo; do “reconhecimento legal”, estruturante de um *auto-respeito* pautado por interesses de caráter universais; e, do “reconhecimento valorativo”, gerador de uma *estima* capaz de fazer com que os sujeitos possam referir-se positivamente à suas propriedades e capacidades concretas (Ibid., p. 198).

A essas dimensões do reconhecimento o autor associa três respectivos tipos de *desrespeito*, muitas vezes sentidos por nossas vítimas contemporâneas. Interessante notar que, nos argumentos do autor, essas experiências de desrespeito teriam um significativo valor para as percepções das *injustiças*, para a gestação dos conflitos sociais e para o “crescimento moral” dos indivíduos e sociedades. Destacando as formações dialógicas dos sujeitos, das coletividades e dos contextos morais normativos, o autor deposita nas relações de reconhecimento mútuo e nos ‘avanços morais’ das gramáticas historicamente localizadas a possibilidade da compreensão e superação dos conflitos sociais contemporâneos.

Tecendo pertinentes ressalvas aos argumentos de Taylor e Honneth, Nancy Fraser (2006) propõe uma “teoria alternativa” do *reconhecimento* ao desenvolver uma análise apoiada em *premissas kantianas* e destacar a dimensão material da *redistribuição* em seus estudos (Fraser e Honneth, 2006). Preocupada com as dimensões distributivas e intersubjetivas dos arranjos sociais, a autora acredita estarem em nossos *contextos normativos*

de justiça as bases de algumas injustiças que afligem indivíduos e coletividades. Mattos considera que:

Fraser, ao contrário de Honneth, deseja enxergar o reconhecimento não como uma categoria central da Sociologia e Psicologia Moral baseada na ideia de que o reconhecimento está ligado à auto-realização individual, mas, sim, como uma questão essencialmente de justiça. Seguindo a tradição kantiana, ela quer mostrar que a categoria do reconhecimento pode ser melhor explicada de acordo com um padrão universal de justiça aceito por todos, a partir do pressuposto de igual valor do ser humano. Logo, não-reconhecimento para ela é analisado menos em relação às atitudes depreciatórias sofridas pelos indivíduos, mas pela análise de práticas discriminatórias institucionalizadas (Mattos, 2004, p. 150).

Para Fraser, as *injustiças* que afligem nossas vítimas podem ser observadas através da reprodução histórica dos “padrões de diferenciações sociais”, nos meandros dos contextos normativos de justiça e nas desiguais participações dos indivíduos e coletividades na distribuição da riqueza social.

Redistribuição, categoria que tenta dar conta das injustiças de caráter material, e *reconhecimento*, termo relativo àquelas vivenciadas nos domínios subjetivos, mesmo que empiricamente indissociáveis devem ser compreendidos nas lógicas distintas que, segundo a autora, apresentam. Através de um *dualismo perspectivista*, Fraser aprecia os *desrespeitos* sob a ótica das desqualificações estatutárias e das disparidades distributivas que podem afetar indivíduos e coletividades. Essa abordagem, que trabalha com a ideia de uma *participação paritária* mediada por contextos normativos de justiça, conduz-nos, de acordo com a autora, à superação de alguns equívocos cometidos por Taylor e Honneth em seus trabalhos.

Escritas essas breves linhas, temos uma dimensão das diferenças presentes nas abordagens que centralizam a categoria reconhecimento em seus esforços para compreender a dinâmica social contemporânea, seus conflitos e vítimas. *Reconhecimento e redistribuição* fariam, nesse sentido, parte da gramática trabalhada nas demandas dos nossos interlocutores e das vítimas que emergem em nosso cenário político contemporâneo. Em suas peregrinações cotidianas as vítimas contemporâneas constroem seus percursos de ‘luta’ em busca não apenas de *verdade e justiça*, mas também de *reconhecimento e redistribuição*.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo e TORELLY, Marcelo D. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. Oxford University, Latin American Centre, 2011.
- ADORNO, Sérgio. Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: **O que ler na ciência social brasileira**. Org. Sergio Miceli. São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré, 2002.
- ADORNO, Sérgio & SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: USP. Vol. 21 (61) p.7-29, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. “Coleção Estado de Sítio”. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. (Homo Sacer III). “Coleção Estado de Sítio”. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BARREIRA, César; BATISTA, J. É. ; FREITAS, G. J. ; SÁ, L. D. I **Relatório de Pesquisa**. Fortaleza: UFC, 2006 (mimeo).
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Usos da cidade, conflitos simbólicos, patrimônio e invenção das tradições**. Lisboa: Análise Social, v. XLII, p. 163-180, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- _____. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BERGER, Peter L. e LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERREMAN, Gerald. Por detrás de muitas máscaras. In: **Desvendando máscaras sociais**. Organizadora: Alba Zaluar. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980.
- BESSON, Jean-Louis. Nem tanto excesso de honra, nem tanta indignidade. In: **A ilusão das estatísticas**. Org. Jean-Louis Besson. Tradução Emir Sader. São Paulo: UNESP, 1995.
- BICUDO, Hélio. **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. São Paulo: Record, 1976.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado: uma etnografia do PCC**. Coleção Antropologia Hoje. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Os modos de dominação. In: **Le sens pratique**. Paris: Ed. De Minuit, 1980.

_____. “Prólogo; A arte de resistir às palavras; Algumas propriedades dos campos ; A metamorfose dos gostos”. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Lições de Aula**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Razões práticas**. São Paulo: Papirus 1994.

_____. “Violência simbólica e lutas políticas”, In: **Meditações Pascalianas**. Oeiras: Celta, 1998.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. La nueva violencia urbana de América Latina. In: **Violencia, sociedad y justicia en América Latina**. Org. Briceño-León. Buenos Aires: Clacso, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime e segregação e cidadania**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Marcela Baudel de. **Breves considerações acerca do Incidente de Deslocamento de Competência (IDC)**. Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3590, 30 abr. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/24267>>.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos na Argentina**. São Paulo: Hucitec, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránsky. Campinas: Papirus, 2005.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____. **Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política.** São Paulo: Cosac Naify, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

COMPARATO, Fábio Konder. A responsabilidade do Estado brasileiro na questão dos desaparecidos durante o regime militar. In: TELES, Janaina (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS et al. **Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006.** Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2009.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam.** Oeiras: Celta Editora, 1993.

DANDLER, Jorge. Povos indígenas e Estado de Direito na América Latina: eles têm alguma chance? In: MÉNDEZ, J. E.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P.S. (Orgs.) **Democracia, Violência e Injustiça: o não-estado de direito na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa.** Campinas: Papirus, 2001.

DIOGÊNES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop.** Fortaleza: Annablume, 1998.

DUBY, Georges. **Ano 100, ano 2000: na pista de nossos medos.** São Paulo: UNESP, 1999.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Dinâmica da Cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DUSSEL, Henrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. México: Editorial Trotta, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador Vol.2.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar 2000.

_____. “Prefácio”. In: **A Sociedade de Corte.** São Paulo: Zahar, 2001.

ESPINOSA, Baruch. **Pensamentos metafísicos; Tratado de correção do intelecto; Tratado Político; Correspondência;** seleção de textos de Marilena Chauí (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FONDEBRIDER, Luis. **Reflections on the scientific documentation of human rights violations.** RICR, Dezembro, 2002, Vol. 84, No 848.

FOUCAULT, Michel. **La verdad y las formas jurídicas**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FRASER, Nancy. From Distribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a “Postsocialist” Age. In: **Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition**. Londres: Routledge, 1997.

FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento? Um debate político-filosófico**. Coleção “Educación Crítica” Dirigida por Jurjo Torres Santomé. Madrid: Ediciones Morata, 2003.

FRASER, Nancy. **Escalas de Justicia**. Coleção “Pensamento Herder”. Dirigida por Manuel Cruz. Barcelona: Herder Editorial, 2006.

FREITAS, Geovani Jacó de. **Ecos da Violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **Mundo em descontrole**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIRARD, René. **A Violência e O Sagrado**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Nota sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOLDWASSER, Maria Julia. “Cria fama e deita-te na cama”: um estudo de estigmatização numa instituição total. In: **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. Organizador: Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GOMES, Francilene. **Barbárie e Direitos Humanos: as execuções sumárias e desaparecimentos forçados de maio (2006) em São Paulo**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011 (mimeo).

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Pesquisa em Ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EUFC, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa I - Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1968.

_____. **Teoría de la acción comunicativa II – Crítica de la razón funcionalista.** Madri: Taurus, 1987b.

HAGUETTE, Teresa Maria frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERNÁNDEZ, Tosca. Des-cubriendo La violencia. In: **Violencia, sociedad y justicia en América Latina.** Org. Briceño-León. Buenos Aires: Clacso, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. **Crítica del agravio moral: patologías de la sociedad contemporánea.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

_____. **Patologías de la Razón: historia y actualidad de la Teoría Crítica.** Coleção “Conocimiento”. Buenos Aires: Katz Editores, 2009a.

ILANUD. **Pesquisa de Vitimização e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana - PIAPS.** Pesquisador responsável Túlio Kahn. FIA – USP, 2002.

JOZINO, Josmar. **Cobras e Lagartos.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JUSTIÇA GLOBAL et al. **São Paulo sob ataque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006.** São Paulo: IHRC, 2011.

KOFES, Suely. E sobre o corpo, não é o próprio corpo que fala? Ou, o discurso desse corpo sobre o qual se fala. In: **Conversando sobre o corpo.** Org. Heloisa T. Bruhns. Campinas: Papirus, 2003.

KOJÈVE, Alexandre. Hegel. **Kommentare zur Phänomenologie des Geistes.** Fráncfort del Meno, 1975.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: **Um século de Favela.** Organizadores: Alba Zaluar e Marcos Alvito. Riode Janeiro: FGV, 2006.

LEITE, Márcia Pereira, BIRMAN, Patrícia. **Um mural para a dor: movimentos cívicos-religiosos por justiça e paz.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LESSA, Andrea. **Avaliação da demanda de peritos em antropologia forense para aprimoramento e modernização das instituições periciais.** Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

LEVI, Primo. **A trégua.** São Paulo: Companhia das Letras: 2010.

LISBOA, Suzana Keniger. A verdade Histórica. In: TELES, Janaina (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

LUKÁCS, Georg. **El joven Hegel**. Barcelona: Grijalbo, 1967.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MACDOWELL SANTOS, Cecília. A justiça ao serviço da memória: mobilização jurídica transnacional, direitos humanos e memória da ditadura. In: **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Vol. II. Cecília MacDowell Santos, Edson Teles, Janaína de Almeida Teles (Orgs.). São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

MALAGUTI BATISTA, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. **A violência no contexto urbano: um estudo do processo de produção de sentidos e estereótipos sobre o espaço social e o indivíduo**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2004.

_____. **Violência, cidadania e medo: experiências urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 2008.

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOS, Patrícia. **O reconhecimento, entre a justiça e a identidade**. *Revista Lua Nova* vol. 63. p.143-160, São Paulo: 2004.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. In: **Revista de Sociologia e Política** vol. 29. p. 169-185, Curitiba: Editora UFPR, 2007.

MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes. A violência da cidade no discurso radiofônico. In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: UFC, 1981/1982.

MICHAUD, I. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência na adolescência: a face monstruosa no Brasil adulto**. In: Academia Nacional de Medicina. (Org.). Anais do I Congresso Nacional de saúde do adolescente. Rio de Janeiro: Esdeva, p. 121-144, 1991.

_____. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. X, n. 1, p. 7-18, 1994.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRAGLIA, Paula e SALLA, Fernando. 'O PCC e a gestão dos presídios em São Paulo – entrevista com Nagashi Furukawa', in **Dossiê sobre Segurança Pública**, Novos Estudos, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, n° 80, março de 2008.

MIRANDA, Nilmário. **Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris editora, 2006.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Do direito à reparação. In: TELES, Janaina (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

MOURA, Tatiana. **Novíssimas guerras: espaços, identidades e espirais da violência armada**. Coimbra: Almedina, 2010.

MÃES DE MAIO. **Mães de Maio: do luto à luta**. São Paulo: Giramundo Artes Gráficas, 2011.

_____. **Mães de Maio, mães do cárcere: a periferia grita**. São Paulo: Fastprint, 2012.

MUSUMECI SOARES, Bárbara, MOURA, Tatiana, AFONSO, Carla (orgs). **Auto de resistência: relatos de familiares de vítimas da violência armada**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

NOBRE, Carlos. **Mães de Acari: uma história de luta contra a impunidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

PAES-MACHADO, Eduardo. Os bancários não vão ao paraíso: vitimização de bancários por crimes violentos. In: BARREIRA, César. (Org.). **Violência e Conflitos Sociais: trajetórias de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2010.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crime e criminosos em Belo Horizonte: 1932-1978. In: **Crime, violência e poder**. Org. Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Tradução Camila Giorgetti e Tereza Lourenço. São Paulo: Educ / Cortez, 2003.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Introdução: o Estado de Direito e os não-privilegiados na América Latina. In: MÉNDEZ, J. E.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P.S. (Orgs.) **Democracia, Violência e Injustiça: o não-estado de direito na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. Prefácio à edição brasileira. In: PEREIRA, Anthony. **Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In.: LEHER, Roberto & SETUBAL, Mariana (Org.). **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005. (pp. 35-95)

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: o mito da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. A. (Orgs.). **Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume I. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

_____. **Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva & Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS JR., Belisário. Do significado da reparação às vítimas do regime militar. In: TELES, Janaina (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: **O fenômeno urbano**. Org. Otávio Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito; a competição. In: **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: IIDS, 2010.

SOUZA, Jessé. Charles Taylor e a teoria crítica do reconhecimento. In: Souza, Jessé (org.). **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora UNB, 2000.

SOUZA MARTINS, José de. Introdução. In: **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo, Editora Hucitec, 1983.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As novas questões sociais globais. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra, vol.57/58. 13-24, Junho/Novembro 2000.

TAYLOR, Charles. The politics of Recognition. In: Guttman, A. (ed.). **Multiculturalism: examining the politics of recognition**. Princeton: Princeton University, 1994.

_____. **Multiculturalismo**. Coleção “Epistemologia e Sociedade”, Vol. 84. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da Ditadura: a exceção brasileira**. Coleção “Estado de Sítio”. São Paulo: Boitempo, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. The Anthropology of performance. In: TURNER, Victor. **The Anthropology of performance**. New York: PAJ Publications, 1987. P. 72-98.

VELHO, Gilberto. **Violência e relações sociais – a questão da diferença**. In: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza: UFC, 1981/1982.

_____. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. O desafio da proximidade. In: **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Organizadores: Gilberto Velho e Karina Kuschnir, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WACQUANT, Lôic. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WEBER, Max. **Ensayos sobre sociología de la religión**. Vol. I. Madrid: Taurus Ediciones, 1987.

_____. **Economia e sociedade** Vol.1. Brasília: Editora UNB, 1992

_____. **Economia e sociedade** Vol.2. Brasília: Editora UNB, 1999.

WERNECK VIANNA, Luis, et al. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

WHYTE, Willian Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Revista Tempo Social**. USP. São Paulo, 9 (01): 5-41, maio de 1997.

_____. *Violence: a new approach*. New Delhi: Sage Publications, 2009.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civis-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo, Boitempo, 2010.

ANEXOS

ANEXO A

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL

Com vistas à redação final da Tese centraremos nossos esforços na análise detida desses documentos.

A) INSTRUMENTOS JURÍDICOS NACIONAIS

1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Presidência da República / Casa Civil / Subchefia para Assuntos Jurídicos

TÍTULO

IX

Das Disposições Constitucionais Gerais

Art. 245. A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

2. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TÍTULO VII - Da Ordem Social. CAPÍTULO VII - Da Proteção Especial. SEÇÃO I - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e dos Portadores de Deficiências. São Paulo, 05 de outubro de 1989

Artigo 278 - O Poder Público promoverá programas especiais, admitindo a participação de entidades não governamentais e tendo como propósito:

...

V - criação e manutenção de serviços de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência;

VI - instalação e manutenção de núcleos de atendimento especial e casas destinadas ao acolhimento provisório de crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiências e vítimas de violência, incluindo a criação de serviços jurídicos de apoio às vítimas, integrados a atendimento psicológico e social;

...

3. PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS - SP

DECRETO Nº 42.209 DE 15 DE SETEMBRO DE 1997

PROPOSTAS DE AÇÕES PARA O GOVERNO E PARA A SOCIEDADE

III - Direitos Cíveis e Políticos

1. Acesso à Justiça e Luta Contra a Impunidade

...

1.7. Criar programa estadual de proteção a vítimas e testemunhas, bem como a seus familiares, ameaçados em razão de envolvimento em inquérito policial e/ou processo judicial, em parceria com a sociedade civil.

1.8. Garantir indenização às vítimas de violência praticada por agentes públicos.

1.9. Criar programa de assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crimes dolosos, nos termos do Artigo 245 da Constituição Federal.

...

<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=480&Cod=51>

4. LEI Nº 13.198, 30 DE OUTUBRO DE 2001

Prefeita do Município de São Paulo

Art. 1º - O Município, por intermédio de seus órgãos da administração direta ou indireta, prestará assistência às vítimas de violência.

Art. 2º - Para efeitos desta lei, é considerada vítima de violência a pessoa que tenha sofrido lesão de natureza física ou psíquica em consequência de ações ou omissões tipificadas como crime na legislação penal vigente.

Parágrafo único - Nos crimes de homicídio, são equiparadas às vítimas de violência, para efeito de concessão dos benefícios previstos nesta lei:

I - o(a) cônjuge, companheiro ou companheira sobrevivente;

II - os filhos e filhas da vítima;

III - ascendentes e descendentes em linha reta ou colaterais, até o terceiro grau, desde que comprovem relação de dependência econômica com a vítima.

Art. 3º - A assistência às vítimas de violência, prevista no artigo 1º desta lei, consistirá em:

I - garantia de assistência médica e psicológica integral, de forma exclusiva ou subsidiária, durante todo o tempo necessário à reabilitação das vítimas;

II - atendimento prioritário pelos programas sociais e assistenciais oferecidos pelo Município;

III - orientação e assessoria técnica para a proposição e acompanhamento de ações visando o ressarcimento dos danos causados pela violência.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

B) POLÍTICAS DE ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS

1. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS II

PROPOSTAS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Garantia do Direito à Vida

...

33. Apoiar a criação e o funcionamento de centros de apoio a vítimas de crime nas áreas com maiores índices de violência, com vistas a disponibilizar assistência social, jurídica e psicológica às vítimas de violência e a seus familiares e dependentes.

34. Apoiar a realização de estudos e pesquisas de vitimização, com referência específica a indicadores de gênero e raça, visando a subsidiar a formulação, implementação e avaliação de programas de proteção dos direitos humanos.

...

38. Apoiar a implementação de programas de prevenção da violência doméstica.

http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/pndh_2_integral.pdf

2. LEI FEDERAL Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999

CAPÍTULO I

DA PROTEÇÃO ESPECIAL A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS

Art. 1º As medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados com base nas disposições desta Lei.

§ 1º A União, os Estados e o Distrito Federal poderão celebrar convênios, acordos, ajustes ou termos de parceria entre si ou com entidades não-governamentais objetivando a realização dos programas.

§ 2º A supervisão e a fiscalização dos convênios, acordos, ajustes e termos de parceria de interesse da União ficarão a cargo do órgão do Ministério da Justiça com atribuições para a execução da política de direitos humanos.

Art. 2º A proteção concedida pelos programas e as medidas dela decorrentes levarão em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova.

§ 1º A proteção poderá ser dirigida ou estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha, conforme o especificamente necessário em cada caso.

§ 2º Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa, os condenados que estejam cumprindo pena e os indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades. Tal exclusão não trará prejuízo a eventual prestação de medidas de preservação da integridade física desses indivíduos por parte dos órgãos de segurança pública.

§ 3º O ingresso no programa, as restrições de segurança e demais medidas por ele adotadas terão sempre a anuência da pessoa protegida, ou de seu representante legal.

§ 4º Após ingressar no programa, o protegido ficará obrigado ao cumprimento das normas por ele prescritas.

§ 5º As medidas e providências relacionadas com os programas serão adotadas, executadas e mantidas em sigilo pelos protegidos e pelos agentes envolvidos em sua execução.

Art. 3º Toda admissão no programa ou exclusão dele será precedida de consulta ao Ministério Público sobre o disposto no art. 2º e deverá ser subseqüentemente comunicada à autoridade policial ou ao juiz competente.

Art. 4º Cada programa será dirigido por um conselho deliberativo em cuja composição haverá representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e de órgãos públicos e privados relacionados com a segurança pública e a defesa dos direitos humanos.

§ 1º A execução das atividades necessárias ao programa ficará a cargo de um dos órgãos representados no conselho deliberativo, devendo os agentes dela incumbidos ter formação e capacitação profissional compatíveis com suas tarefas.

§ 2º Os órgãos policiais prestarão a colaboração e o apoio necessários à execução de cada programa.

Art. 5º A solicitação objetivando ingresso no programa poderá ser encaminhada ao órgão executor:

I - pelo interessado; II - por representante do Ministério Público; III - pela autoridade policial que conduz a investigação criminal; IV - pelo juiz competente para a instrução do processo criminal; V - por órgãos públicos e entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.

§ 1º A solicitação será instruída com a qualificação da pessoa a ser protegida e com informações sobre a sua vida pregressa, o fato delituoso e a coação ou ameaça que a motiva.

§ 2º Para fins de instrução do pedido, o órgão executor poderá solicitar, com a aquiescência do interessado:

I - documentos ou informações comprobatórios de sua identidade, estado civil, situação profissional, patrimônio e grau de instrução, e da pendência de obrigações civis, administrativas, fiscais, financeiras ou penais;

II - exames ou pareceres técnicos sobre a sua personalidade, estado físico ou psicológico.

§ 3º Em caso de urgência e levando em consideração a procedência, gravidade e a iminência da coação ou ameaça, a vítima ou testemunha poderá ser colocada provisoriamente sob a custódia de órgão policial, pelo órgão executor, no aguardo de decisão do conselho deliberativo, com comunicação imediata a seus membros e ao Ministério Público.

Art. 6º O conselho deliberativo decidirá sobre:

I - o ingresso do protegido no programa ou a sua exclusão;

II - as providências necessárias ao cumprimento do programa.

Parágrafo único. As deliberações do conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros e sua execução ficará sujeita à disponibilidade orçamentária.

Art. 7º Os programas compreendem, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

I - segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações; II - escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos; III - transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção; IV - preservação da identidade, imagem e dados pessoais; V - ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impossibilitada de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda; VI - suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar; VII - apoio e assistência social, médica e psicológica; VIII - sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida; IX - apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal.

Parágrafo único. A ajuda financeira mensal terá um teto fixado pelo conselho deliberativo no início de cada exercício financeiro.

Art. 8º Quando entender necessário, poderá o conselho deliberativo solicitar ao Ministério Público que requeira ao juiz a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionadas com a eficácia da proteção.

Art. 9º Em casos excepcionais e considerando as características e gravidade da coação ou ameaça, poderá o conselho deliberativo encaminhar requerimento da pessoa protegida ao juiz competente para registros públicos objetivando a alteração de nome completo.

§ 1º A alteração de nome completo poderá estender-se às pessoas mencionadas no § 1º do art. 2º desta Lei, inclusive aos filhos menores, e será precedida das providências necessárias ao resguardo de direitos de terceiros.

§ 2º O requerimento será sempre fundamentado e o juiz ouvirá previamente o Ministério Público, determinando, em seguida, que o procedimento tenha rito sumaríssimo e corra em segredo de justiça.

§ 3º Concedida a alteração pretendida, o juiz determinará na sentença, observando o sigilo indispensável à proteção do interessado:

I - a averbação no registro original de nascimento da menção de que houve alteração de nome completo em conformidade com o estabelecido nesta Lei, com expressa referência à sentença autorizatória e ao juiz que a exarou e sem a aposição do nome alterado; II - a determinação aos órgãos competentes para o fornecimento dos documentos decorrentes da alteração; III - a remessa da sentença ao órgão nacional competente para o registro único de identificação civil, cujo procedimento obedecerá às necessárias restrições de sigilo.

§ 4º O conselho deliberativo, resguardado o sigilo das informações, manterá controle sobre a localização do protegido cujo nome tenha sido alterado.

§ 5º Cessada a coação ou ameaça que deu causa à alteração, ficará facultado ao protegido solicitar ao juiz competente o retorno à situação anterior, com a alteração para o nome original, em petição que será encaminhada pelo conselho deliberativo e terá manifestação prévia do Ministério Público.

Art. 10. A exclusão da pessoa protegida de programa de proteção a vítimas e a testemunhas poderá ocorrer a qualquer tempo:

I - por solicitação do próprio interessado;

II - por decisão do conselho deliberativo, em consequência de:

a) cessação dos motivos que ensejaram a proteção;

b) conduta incompatível do protegido.

Art. 11. A proteção oferecida pelo programa terá a duração máxima de dois anos.

Parágrafo único. Em circunstâncias excepcionais, perdurando os motivos que autorizam a admissão, a permanência poderá ser prorrogada.

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do órgão do Ministério da Justiça com atribuições para a execução da política de direitos humanos, o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, a ser regulamentado por decreto do Poder Executivo.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9807.htm

3. LEI ESTADUAL N. 10.354, DE 25 DE AGOSTO DE 1999

Dispõe sobre a proteção e auxílio às vítimas da violência e dá outras providências.

Artigo 1º - O Estado, através de seus órgãos ou instituições prestará auxílio, proteção e assistência às vítimas de violência.

Artigo 2º - Para os efeitos desta Lei, entender-se-á por vítima de violência:

I - a pessoa que tenha sofrido dano de qualquer natureza, lesões físicas ou mentais, sofrimento psicológico, prejuízo financeiro ou substancial detrimento de seus direitos e garantias fundamentais, como consequência de ações ou omissões previstas na legislação penal vigente como delitos penais;

II - o cônjuge, companheiro ou companheira, bem como o ascendente e descendente em qualquer grau, ou colateral até o terceiro grau, por consangüinidade ou afinidade, que possuam relação de dependência econômica com a pessoa designada no inciso anterior;

III - a pessoa que tenha sofrido algum dano ou prejuízo, ao intervir para socorrer a outrem que houver sofrido violência ou estiver em grave perigo de sofrê-la; e

IV - a testemunha que sofrer ameaça por haver presenciado ou indiretamente tomado conhecimento de atos criminosos e detenha informações necessárias à investigação e apuração dos fatos pelas autoridades competentes.

Artigo 3º - A proteção, o auxílio e a assistência às vítimas, previstos no artigo 1º desta Lei, consistem em:

I - informar, orientar e assessorar as vítimas de violência, nos envolvimento com questões de natureza criminal, civil, familiar ou constitucional;

II - colaborar para a adoção de medidas imediatas de reparação ao dano ou lesão sofrida pela vítima;

III - acompanhar as diligências policiais ou judiciais, especialmente nas situações de crimes violentos;

IV - apoiar o pleito de ressarcimento do dano causado à pessoa ou ao patrimônio;

V - velar pela integridade e segurança das vítimas e testemunhas;

VI - garantir acesso à educação para os filhos que perderem o sustento familiar através de concessão de bolsas de estudo;

VII - apoiar programas pedagógicos relacionados ao trabalho de readaptação social e profissional das vítimas;

VIII - realizar levantamentos estatísticos e manter banco de dados sobre o acompanhamento dos casos de vítimas de violência;

IX - promover eventos e publicações, de periodicidade trimestral, de esclarecimento ao público sobre este programa de proteção, auxílio e assistência às vítimas de violência; e

X - elaborar e veicular campanhas de prevenção à violência e de conscientização da população quanto à importância de contribuir para a investigação e apuração de atos criminosos.

Artigo 4º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública destacará, dentro de seus quadros efetivos, os agentes que prestarão os serviços de proteção às vítimas e testemunhas.

Parágrafo único - O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana será previamente cientificado dos agentes destacados, ministrando, em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, programa específico de treinamento.

Artigo 5º - Vetado.

Parágrafo único - Vetado.

Artigo 6º - Vetado.

Artigo 7º - As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementada se necessário, devendo as previsões futuras destinar recursos específicos para o seu fiel cumprimento.

Artigo 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, após a sua publicação.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/vitlei10354.htm>

ANEXO B

ACERVO FOTOGRÁFICO

Figura 1. Seis anos das *Mães de Maio* – Baixada Santista (05/2012).

Figura 2. Seis anos das *Mães de Maio* – Baixada Santista (05/2012).

Figura 3. Seis anos das *Mães de Maio* – Baixada Santista

(05/2012).

Figura 4. Seis anos das *Mães de Maio* – Baixada Santista

(05/2012).

Figura 5. Mobilização das *Mães de Maio* na Praça Benedito Calixto – SP

(06/2012).

Figura 7. Entrega do “Prêmio Carrano” às Mães de Maio – SP

(06/2012).

ANEXO C**Manifesto pelo Desarquivamento e Federalização dos "Crimes de Maio de 2006"**

Author:

n/a

Send To:

Presidência da República do Brasil; Casa Civil; Ministério da Justiça; Secretaria Especial de Direitos Humanos; População Brasileira e Internacional

Sponsored By:

Mães de Maio

More Info at:

Are you the Author?

Manifesto pelo Desarquivamento e Federalização das Investigações sobre os "Crimes de Maio de 2006" cometidos por agentes policiais do Estado de São Paulo grupos de extermínio paramilitares ligados a eles

à População Brasileira e Internacional de forma ampla, geral e irrestrita

à Presidência da República do Brasil, na pessoa do Presidente Sr. Luís Inácio Lula da Silva

à Casa Civil, na pessoa da Ministra Sra. Dilma Roussef

ao Ministério da Justiça, na pessoa do Ministro Sr. Tarso Genro

e à Secretaria Especial de Direitos Humanos, na pessoa do Secretário Sr. Paulo Vanucchi

ATÉ QUANDO O ESTADO CONTINUARÁ TORTURANDO E MATANDO?

ATÉ QUANDO A POPULAÇÃO VAI TOLERAR EM SILÊNCIO?

“De aqui, de dentro da guerra, qualquer tropeço é motivo. A morte te olha nos olhos. Te chama, te atrai, te cobiça. De aqui, de dentro da guerra, não tem DIU nem camisinha que te proteja da estúpida reprodução da fome, da miséria, da ínfima estrutura que abafa o cantar das favelas: antigas senzalas modernas. Cemitério Geral das pessoas.”

Poeta Dinha, Parque Bristol, Periferia-SP

Se levarmos a sério tudo aquilo que o conceito de “democracia” promete, o Brasil obviamente nunca concluiu sua “transição democrática”. Muito pelo contrário. Quem vive nas favelas e comunidades periféricas do país, sabe na pele o quê isso significa. Vivemos num país cada vez mais dividido por um abismo entre duas classes de pessoas: aquelas que são consideradas “seres humanos portadores de direitos” porque têm mais dinheiro e, via de regra, tem a pele mais clara; e aquelas “pessoas que não são consideradas sequer seres humanos”, tratadas como bicho por terem a cor da pele quase sempre mais escura, não terem dinheiro e, quando muito, terem um emprego precário, podendo desse modo serem descartadas e massacradas pelo sistema que, sob sua lógica, as pode substituir com facilidade. A essa imensa maioria das pessoas, até para que elas permaneçam sendo exploradas ao máximo, é aplicado o Terror.

Um Terror cotidiano que tem na falta de condições mínimas para uma vida digna, por um lado e, por outro, no poder repressivo da polícia e de agentes paramilitares ligados ao estado, duas faces da mesma moeda da opressão. Uma opressão que se concretiza das mais diversas formas, concentradas ou difusas, em especial contra a juventude pobre e negra do país. Práticas que, cada vez mais, têm culminado em torturas cotidianas, encarceramento em massa, e seguidas execuções sumárias. Uma pesquisa recente divulgada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, UNICEF e Observatório de Favelas, no dia 21/07/2009, afirma que, se as estatísticas permanecerem como estão, mais de 33,5 mil jovens terão sido executados no Brasil durante o curto período de 2006 a 2012. Os estudos ainda apontam que os jovens negros apresentam risco quase três vezes maior de serem executados em comparação com os brancos.

Os Crimes de Maio de 2006

Pois mal: foi neste contexto que, durante o mês de maio de 2006, no Estado de São Paulo, policiais e grupos paramilitares de extermínio ligados à Polícia Militar promoveram um dos mais vergonhosos escândalos da história brasileira. Em uma cínica e mentirosa “onda de resposta” ao que se chamou na grande imprensa de “ataques do PCC”, foram assassinadas no mínimo 493 pessoas - que hoje constam entre mortas e desaparecidas. A imensa maioria delas - mais de 400 jovens negros, afro-indígena-descendentes e pobres – executados sumariamente. Sem dúvida, o maior Massacre da história brasileira recente.

São centenas de mães, milhares de familiares e amig@s que tiveram, no intervalo de pouco mais que uma semana, seus entes queridos assassinados covardemente, e até hoje seguem sem qualquer satisfação por parte do Estado brasileiro. Os casos permanecem arquivados sem investigação correta para busca da Verdade dos fatos; sem Julgamentos dos verdadeiros culpados (os agentes do estado e seus outros braços armados); sem qualquer Proteção, Indenização ou Reparação por parte das instituições que tiraram os seus jovens. Um estado que ainda insiste em sequestrar também o sentimento de Justiça dessas famílias.

Desde então, por meio de muita luta - sobretudo das Mães e Familiares de Vítimas à frente dela - um primeiro e importante desafio já vem sendo superado: a censura nos grandes meios de comunicação, e a barreira do desconhecimento. Hoje, passados três anos e meio desde os terríveis Crimes, milhões de pessoas ao redor de todo o Mundo já sabem o que realmente aconteceu naqueles trágicos dias. Entretanto, muitas ainda precisam saber, principalmente aqui no Brasil, onde o massacre aconteceu, e onde a marcha fúnebre prossegue com o desconhecimento ou conivência de muitos.

No dia 15 de outubro de 2009, a Anistia Internacional enviou uma nota a todas as instâncias do Estado brasileiro, na qual repudia o absurdo arquivamento da imensa maioria dos casos que se multiplicaram nas periferias de São Paulo a partir de maio de 2006, ressaltando estar atenta em relação à impunidade que vigora até o momento, e atenta também ao futuro das investigações e providências. Há poucos dias, no início de dezembro, novamente em visita ao Brasil, representantes da AI voltaram a destacar e se solidarizar com toda a luta das Mães e Familiares que, segundo a entidade internacional, sofrem uma “dupla-violência”: além de terem perdido seus filhos de maneira brutal por parte de agentes do Estado, ainda têm renegado o seu legítimo direito à Verdade e à Justiça, sendo obrigadas muitas vezes a conduzir elas mesmas as investigações - sem nenhum suporte, reparação, e

sequer a garantia da própria Vida. A Anistia Internacional também volta a exigir o desarquivamento dos casos.

Desarquivamento e Federalização

Agora é preciso dar novos passos, e superar novas barreiras simbólicas, políticas e jurídicas. Esta petição, lançada pelas “Mães de Maio” às vésperas do Dia Internacional dos Direitos Humanos de 2009, tem como objetivo geral exigir o mínimo que as pessoas com alguma decência e dignidade podem fazer diante de brutalidades como esta: manifestar seu Repúdio e reivindicar Justiça! Mas tem um objetivo específico muito preciso: exigir do Poder Executivo Nacional que este faça cumprir a Constituição Brasileira, a qual vem sendo constantemente vilipendiada pelos Poderes Judiciário e Executivo do Estado de São Paulo – de alguma maneira implicados politicamente com os referidos Crimes de Maio de 2006, sobre os quais cobramos Justiça.

Sabemos que uma sociedade realmente democrática não se constrói sem encarar todo o seu Passado, sem assimilar toda sua Verdade Histórica. Sabemos que isso não é fácil, e que no Brasil há uma blindagem pesada feita pelas elites civis e militares para que isto não aconteça. Entretanto, diante de todo este poder opressivo imposto pelo dinheiro, pelas mídias e pelas armas, nós que abaixo-assinamos esta petição não nos intimidamos.

Estamos absolutamente convictos de que não construiremos uma sociedade Justa, Igualitária e, sobretudo, Livre, sem fazer todas as devidas reparações históricas. Mais que isso: seria impossível dormir com a consciência tranqüila se nos calássemos, nos omitíssemos ou, pior, se colaborássemos para a manutenção desta situação. Tampouco atingiremos os nossos ideais coletivos, nacionais e internacionalistas, sem exigirmos a punição dos responsáveis pela sucessão de crimes históricos cometido pelas elites e por seus agentes incrustados no Estado brasileiro, de forma direta ou indireta. Principalmente aqueles altos responsáveis pela sucessão de Massacres que marca a nossa História. Sem o julgamento e a devida punição de todos os responsáveis por estes crimes inomináveis, a sociedade brasileira na prática continuará dando aval para que eles sigam ocorrendo, sobretudo contra a juventude pobre e negra do país.

A luta pelo Desarquivamento e pela Federalização das investigações sobre os Crimes de Maio de 2006 se insere nesta tradição de resistência de tod@s @s oprimid@s que lutaram

e lutam pela Memória, pela Verdade e por Justiça, em relação a todos os massacres históricos. Não apenas as vítimas e familiares dos Crimes de Maio de 2006 agradecem o apoio a este manifesto, mas todas as vítimas diretas ou indiretas do Massacre de Canabrava (2009), do Complexo do Alemão (2007), da Baixada Fluminense (2005), da Praça da Sé e de Felisburgo (2004), de Eldorado dos Carajás (1996), da Candelária e de Vigário Geral (1993), do Carandiru (1992), de Acari (1990), da Ditadura Civil-Militar (1964-1989), e de todos os massacres históricos contra trabalhadoras e trabalhadores pobres, negros e indígenas ocorridos ao longo da história brasileira.

NOSSA LUTA POR JUSTIÇA HISTÓRICA É UMA SÓ!

E, neste momento, neste manifesto: a Luta é por Justiça frente aos Crimes de Maio de 2006!

EM DEFESA DO DESARQUIVAMENTO E DA FEDERALIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS “CRIMES DE MAIO DE 2006” COMETIDOS POR AGENTES MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO E GRUPOS DE EXTERMÍNIO PARAMILITARES LIGADOS A ELES.

07 de Dezembro de 2009,

ANEXO D

NOVO MANIFESTO PELA FEDERALIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS "CRIMES DE MAIO DE 2006" COMETIDOS POR AGENTES

POLICIAIS DE SÃO PAULO, E PELO FIM DOS REGISTROS DE "RESISTÊNCIA SEGUIDA DE MORTE" EM TODO O PAÍS

O desarquivamento e a transferência de competência para a esfera federal dos Crimes de Maio de 2006, o maior massacre cometido pelo estado neste período democrático, tem que servir de marco para a abolição definitiva dos registros de "resistência seguida de morte" e "autos de resistência" em todo Brasil, esta verdadeira "licença para matar" dada a policiais, inconstitucional, ilegítima e imoral, que assola o povo pobre e negro do país inteiro.

À POPULAÇÃO BRASILEIRA E INTERNACIONAL AMPLA, GERAL E IRRESTRITAMENTE,

à Presidência da República do Brasil, na pessoa da Presidente Sra. Dilma Vana Rousseff

à Casa Civil da Presidência da República, na pessoa da Ministra Sra. Gleisi Hoffmann,

ao Ministério da Justiça, na pessoa do Ministro Sr. José Eduardo Cardozo,

à Secretaria de Direitos Humanos, na pessoa da Ministra Sra. Maria do Rosário,

à Secretaria Nacional de Justiça e Comissão da Anistia, na pessoa do Secretário Sr. Paulo Abrão,

ao Supremo Tribunal Federal, na pessoa do Ministro-Presidente Sr. Cezar Peluso,

ao Conselho Nacional de Justiça, na pessoa da Ministra-Corregedora Sra. Eliana Calmon,

"De aqui, de dentro da guerra, qualquer tropeço é motivo. A morte te olha nos olhos. Te chama, te atrai, te cobiça. De aqui, de dentro da guerra, não tem DIU nem camisinha que te

proteja da estúpida reprodução da fome, da miséria, da ínfima estrutura que abafa o cantar das favelas: antigas senzalas modernas. Cemitério Geral das pessoas."

Poeta Dinha, Parque Bristol, Periferia-SP (2006)

ATÉ QUANDO O ESTADO CONTINUARÁ TORTURANDO E MATANDO? ATÉ QUANDO A SOCIEDADE COMO UM TODO VAI TOLERAR EM SILÊNCIO?

Se levarmos a sério tudo aquilo que o conceito de “democracia” promete no papel, o Brasil nunca concluiu sua “transição democrática”. E, ao que parece, nunca concluirá – embora todos os dias continuemos assistindo diversos especialistas falando sobre o “aprofundamento da democracia” no país. Muito ao contrário. Quem nasce ou é criado nas favelas, bairros populares e comunidades periféricas do país, ou seja, a maioria sabe na pele o quê isso significa cotidianamente.

Vivemos num país cada vez mais dividido por um abismo entre duas classes de pessoas: aquelas que são consideradas “seres humanos portadores de direitos” porque têm mais dinheiro e, via de regra, tem a pele mais clara – pessoas da categoria de um Sr. Naji Nahas, por exemplo; e aquelas “pessoas que não são consideradas sequer seres humanos”, tratadas como bicho por terem a cor da pele quase sempre mais escura, não terem dinheiro e, quando muito, terem um emprego precário, podendo desse modo serem despejadas, descartadas e massacradas pelo sistema que, sob sua lógica, as pode substituir com facilidade. A essa imensa maioria das pessoas, até para que elas permaneçam sendo exploradas ao máximo, é aplicado dia-dia o Terror.

Um Terror cotidiano que tem na falta de condições mínimas para uma vida digna, por um lado, e no poder repressivo da polícia e de agentes paramilitares ligados ao estado, por outro, duas faces da mesma moeda da opressão. Uma opressão que se concretiza das mais diversas formas, concentradas ou diluídas, descaradas ou “cordiais”, em especial contra a juventude pobre e negra do país. Práticas que, cada vez mais, têm culminado em torturas cotidianas, encarceramento em massa, e seguidas execuções sumárias.

Mapa da Violência recente no país

O mais recente Mapa da Violência (2012) realizado pelo Instituto Sangari, e divulgado pelo próprio Ministério da Justiça, acaba de confirmar que mais de 1 (Hum) Milhão de pessoas foram assassinadas nos últimos 30 anos no Brasil, período em que houve um aumento de 127% no número homicídios anuais por aqui – a imensa maioria cometida contra jovens pobres e negros. Informações que reforçam aquilo que o mundo já tinha notícia, pois o “Estudo Global sobre Homicídios – 2011”, realizado pelo Departamento de Drogas e Crimes da ONU (UNODC) também confirmara que, dentre as 207 nações pesquisadas, o Brasil segue apresentando o maior número absoluto de homicídios anuais: 43.909, em 2009. Isso tudo a despeito do esforço gigantesco, comprovado em vários estados brasileiros nos últimos tempos, de se forjar ou se maquiar as estatísticas de homicídios demarcando-os como “mortes por causas indeterminadas”.

Um quadro já bastante trágico, que fica ainda mais grave se consideramos o recorte racial que tem essa violência de classe no país, em especial aquela dos agentes de estado contra a juventude pobre e negra. Em cada três assassinatos, ao longo do decênio de 1998 a 2008, dois foram assassinatos de negr@s, sendo a esmagadora maioria de jovens pobres do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. Aquilo que nós, dos movimentos sociais, temos denunciado como o Genocídio da Juventude Pobre e Negra do país, como se vê, não tem sido apenas mais uma bandeira de luta para agitação político-partidária-eleitoral – mas um quadro real mais do que comprovado! Em 2008 morreram 103% mais negros que brancos, já havia constatado também o Mapa da Violência de 2011. Dez anos antes, em 1998, essa diferença já existia, mas era de 20% - o quê é bastante revelador da persistente seletividade racial que tem a violência no país. Os números – até onde eles podem dizer! - mostram ainda que, enquanto os assassinatos de branc@s vêm caindo, os de negr@s continuam a subir. De 2005 para 2008 houve uma queda de 22,7% nos homicídios de pessoas brancas; entre os negros, as taxas subiram 12,1%.

Os Crimes de Maio de 2006

Pois mal: foi neste contexto que, durante o mês de maio de 2006, no estado de São Paulo, policiais e grupos paramilitares de extermínio ligados à Polícia Militar promoveram um dos mais vergonhosos escândalos da história brasileira. Em uma cínica e mentirosa “onda de resposta” ao que se chamou na grande imprensa comercial de “ataques do PCC”, foram assassinadas no mínimo entre 493 pessoas (segundo o Condepe-SP) e 562 cidadã@s (segundo o LAV-UERJ e a ONG Conectas, incluindo o bebê de Ana Paula, assassinada aos 9 meses de gestação) – que hoje constam entre mortas e desaparecidas. A imensa maioria delas – mais de 400 jovens negros, afro-indígena-descendentes e pobres – executados sumariamente. Sem dúvida, o maior Massacre da história brasileira recente, considerado grave Crime de Lesa-Humanidade pelas principais Declarações e Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

São centenas de mães, milhares de familiares e amig@s que tiveram, no intervalo de pouco mais que uma semana, seus entes queridos assassinados covardemente, e até hoje seguem sem qualquer satisfação decente por parte do Estado brasileiro. A imensa maioria dos casos permanece arquivada, sem investigação correta para busca da Verdade dos fatos; sem Julgamentos dos verdadeiros culpados (os agentes do estado e seus outros braços armados); sem qualquer Proteção, Indenização ou Reparação por parte das instituições que tiraram os seus/nossos jovens. Um estado que ainda insiste em sequestrar também o sentimento de Justiça dessas/nossas famílias.

Desde então, por meio de muita luta – sobretudo das Mães e Familiares de Vítimas à frente dela – um primeiro e importante desafio já vem sendo superado: a censura nos grandes meios de comunicação, e a barreira do desconhecimento. Hoje, passados cinco anos e meio desde os terríveis Crimes, milhões de pessoas ao redor de todo o Mundo já sabem o quê realmente aconteceu naqueles trágicos dias. Entretanto, muitas mais ainda precisam saber, principalmente aqui no Brasil, onde o massacre aconteceu, e onde a marcha fúnebre prossegue com o desconhecimento ou a conivência de muitos.

Encaminhamentos Políticos e Jurídicos sobre os Crimes de Maio

No dia 15 de outubro de 2009, a Anistia Internacional enviou uma nota a todas as instâncias do Estado Brasileiro, na qual repudiou o absurdo arquivamento da imensa maioria dos casos que se multiplicaram nas periferias de São Paulo a partir de maio de 2006, ressaltando estar atenta em relação à impunidade que vigora até o momento, e atenta também

ao futuro das investigações e providências. Destacaram e se solidarizaram com toda a Luta das Mães e Familiares que, segundo a entidade internacional, sofrem uma "dupla-violência": além de terem perdido seus filhos de maneira brutal por parte de agentes do Estado, ainda têm renegado o seu legítimo direito à Verdade e à Justiça, sendo obrigadas muitas vezes a conduzir elas mesmas as investigações – sem nenhum suporte, reparação, e sequer a garantia da própria Vida. A Anistia Internacional também exige o desarquivamento dos casos!

Nós do Movimento Mães de Maio, junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a Justiça Global, o Grupo Tortura Nunca Mais-SP, a Associação de Cristãos pela Abolição da Tortura (Acat-Brasil) e o Movimento Negro unificado também protocolamos, em Maio de 2010, o pedido de incidência de deslocamento de competência para que os casos fossem reabertos e passassem a ser investigados pelo Governo Federal. Desde o final de 2010, quando foi instaurada pelo ex-Ministro dos Direitos Humanos, Sr. Paulo Vannuchi, uma Comissão Especial “Crimes de Maio” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), não temos resposta certa e efetiva. Muito embora até que ela tenha sido composta por pessoas sérias – como a jurista Flávia Piovesan e o psicólogo Rafael Mendonça Dias – e tenha vindo a São Paulo algumas vezes apurar mais informações – inclusive com as famílias - sobre os Crimes. Nenhum desdobramento efetivo e conseqüente, porém, fora encaminhado até o momento. E nós tod@s estamos cansad@s de aguardar!

Em maio de 2011, no aniversário de 5 anos dos Crimes de Maio, o relatório “São Paulo sob ataque”, publicado pela ONG Justiça Global e pela Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard, apresentou uma extensa pesquisa sobre os eventos de maio de 2006, constatando que ao menos 122 homicídios ocorridos entre 12 e 20 de maio daquele ano continham indícios consistentes de execuções praticadas por policiais. Neste mesmo relatório, pesquisadores também mostram muito bem como a alta cúpula da polícia, a começar pelo então Secretário Estadual de Segurança Pública, Saulo de Castro, deu ordens explícitas para os ataques abusivos, que acabaram vitimando fatalmente centenas de trabalhadores pobres e negros.

Em setembro de 2011, numa decisão inédita – porém ainda isolada – do Tribunal de Justiça de São Paulo, determinou-se a condenação do Estado de São Paulo como um todo, e para a Fazenda do Estado o pagamento da indenização em R\$ 165 mil por danos morais, além de indenização por danos materiais no valor de uma pensão mensal a partir da data da morte,

no valor de um terço de um salário mínimo (!) à família de Edson Rogério Silva dos Santos, filho de nossa Débora Maria dos Santos, que tinha 29 anos e foi morto a tiros em Santos por policiais, no mesmo local que havia varrido de manhã em seu trabalho de gari. A decisão fora tomada por unanimidade pela 7ª Câmara de Direito Público, após voto proferido pelo Desembargador relator Sr. Magalhães Coelho. O Acórdão (Processo 0019146-44.2010.8.26.0562) foi assinado em 5 de setembro de 2011, a partir de ação proposta pelo nosso Defensor Público Sr. Antônio Maffezoli, que atua em São Vicente. O encaminhamento das decisões, no entanto, ainda não ocorreu por parte do estado de São Paulo, o qual inclusive ainda pode recorrer da condenação – e não duvidamos nem um pouco que siga dificultando as coisas.

Ocorre que esta ainda foi uma decisão judicial isolada, e passível de inúmeros questionamentos - como, por exemplo, o valor revoltante que se estabelece como “reparação” e “pensão mensal” frente à perda de uma vida preciosa e a dor sem fim de toda uma família. Além disso, e mais importante: estes passos políticos e jurídicos não avançam no fundamental que é o fim da violência policial contra a população pobre e negra, em especial as torturas e as execuções sumárias cotidianas cometidas, sobretudo, contra jovens.

Além do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça para os nossos mortos, lutamos para efetivamente preservar novas vidas! Aqui que entra o papel abominável que seguem cumprindo os registros de “resistência seguida de morte”, “autos de resistência” e afins – que na prática continuam dando uma verdadeira “licença para matar” a agentes policiais e paramilitares no país afora.

Fim dos registros de “Auto de Resistência” e “Resistência Seguida de Morte”

Diante de todo quadro de violência homicida que apresentamos acima, das altas porcentagens de assassinatos de pobres e negros levados a cabo por agentes policiais, e do caso emblemático dos Crimes de Maio de 2006, há alguns anos já nós do Movimento Mães de Maio, junt@s à Rede de Comunidades e Movimento Contra Violência do Rio de Janeiro, e toda a Rede Nacional de Familiares e Amig@s de Vítimas do Estado Brasileiro temos exigido a abolição definitiva das demarcações “Resistência Seguida de Morte” (em SP), “Auto de Resistência” (no RJ), “Resistência à Prisão” (em MG), e qualquer expressão afim dos boletins de ocorrência e da causas mortis de jovens assassinados por agentes do estado.

Além de ser uma brecha político-jurídica totalmente inconstitucional, ilegal e imoral, tal anulação está prevista no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) – numa proposta das Mães de Maio (SP) e da Rede Contra Violência (RJ) -, e se não for agilizada certamente milhares de outros jovens seguirão morrendo sem qualquer perspectiva de Direito à Verdade e à Justiça. Como temos visto, estas demarcações têm sido um dos principais mecanismos que possibilitam um verdadeiro Estado de Sítio contra a população pobre e negra do país. Por isso pedimos aqui, em especial ao Conselho Nacional de Justiça, na pessoa da Ministra Corregedora Sra. Eliana Calmon, e ao Supremo Tribunal Federal, na pessoa do Ministro-Presidente Sr. Cezar Peluso, que determinem a abolição desta perversa aberração jurídica.

Desarquivamento, Federalização, e Fim dos “RSMs”

Tendo em vista tudo isso, e o cenário violentíssimo que tem marcado este início do ano de 2012, agora é preciso dar novos passos, e superar novas barreiras simbólicas, políticas e jurídicas. Este Novo Manifesto que estamos apresentando hoje à sociedade tem como objetivo geral exigir o mínimo que as pessoas com alguma decência e dignidade podem fazer diante de brutalidades como estas: manifestar seu Repúdio e reivindicar Justiça!

Mas tem um objetivo específico muito preciso: exigir do Poder Executivo Nacional que este faça o mínimo de cumprir a Constituição Brasileira, a qual vem sendo constantemente vilipendiada pelos Poderes Judiciário, Executivo e Policial do Estado de São Paulo – de alguma maneira implicados política e militarmente com os referidos Crimes de Maio de 2006, sobre os quais cobramos Justiça!

Sabemos que uma sociedade realmente democrática não se constrói sem encarar todo o seu Passado, sem assimilar toda sua Verdade Histórica. Sabemos que isso não é fácil, e que no Brasil há uma blindagem pesada feita pelas “democráticas” elites civis e militares para que isto não aconteça. Entretanto, diante de todo este poder opressivo imposto pelo dinheiro, pelas mídias e pelas armas, nós que abaixo-assinamos esta petição não nos intimidamos!

Estamos absolutamente convictos de que não construiremos uma sociedade Justa, Igualitária e, sobretudo, Livre, sem fazer todas as devidas reparações históricas. Mais que isso: seria impossível dormir com a consciência tranqüila se nos calássemos, nos omitíssemos ou, pior, se colaborássemos para a manutenção desta situação. Tampouco atingiremos os

nossos ideais coletivos, nacionais e principalmente internacionalistas, sem exigirmos a punição dos responsáveis pela sucessão de crimes históricos cometidos pelas elites e por seus agentes incrustados no Estado Brasileiro, de forma direta ou indireta. Principalmente aqueles altos responsáveis pela sucessão de Massacres que marca a nossa História – cuja mais nova manifestação de horror acaba de ocorrer na Comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos-SP.

Sem o julgamento e a devida punição de todos os responsáveis por estes crimes inomináveis, a sociedade brasileira na prática continuará dando aval para que eles sigam ocorrendo, especialmente contra a juventude pobre e negra do país.

A luta pelo Desarquivamento e pela Federalização das investigações sobre os Crimes de Maio de 2006 – este Crime de Lesa-Humanidade - se insere nesta tradição de resistência de tod@s oprimid@s que lutaram e lutam pela Memória, pela Verdade e por Justiça, em relação a todos os massacres históricos. Não apenas familiares de vítimas dos Crimes de Maio de 2006 agradecemos o apoio a este manifesto, mas todas as vítimas diretas ou indiretas da Chacina de Acari (1990), de Matupá (1991), do Massacre do Carandiru (1992), da Candelária e de Vigário Geral (1993), do Alto da Bondade (1994), de Corumbiara (1995), de Eldorado dos Carajás (1996), de São Gonçalo (1997), de Alhandra e do Maracanã (1998), da Cavalaria e da Vila Prudente (1999), de Jacareí (2000), de Caraguatatuba (2001), do Jd. Presidente Dutra e de Urso Branco (2002), do Amarelinho, Via Show, e do Borel (2003), de Unaí, do Caju, da Praça da Sé e de Felisburgo (2004), a Chacina da Baixada Fluminense (2005), os Crimes de Maio (2006), do Complexo do Alemão (2007), do Morro da Providência (2008), de Canabrava (2009), a Chacina de Vitória da Conquista e os Crimes de Abril na Baixada Santista (2010), a Chacina da Praia Grande (2011), MASSACRE DO PINHEIRINHO (2012), mas também familiares e amig@s das vítimas da Ditadura Civil-Militar (1964-1989), e de todos os massacres históricos contra trabalhadoras e trabalhadores pobres, negros e indígenas ocorridos ao longo da história brasileira.

NOSSA LUTA POR JUSTIÇA HISTÓRICA É UMA SÓ!

Neste momento, neste manifesto, a Luta é por Justiça frente aos Crimes de Maio de 2006! E, a partir deste caso emblemático, pela Abolição Definitiva dos Registros de “Resistência Seguida de Morte”, “Auto de Resistência” e afins, daqui em diante, em todo país!

PELA FEDERALIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS "CRIMES DE MAIO DE 2006" COMETIDOS POR AGENTES POLICIAIS DE SÃO PAULO, E PELO FIM DOS REGISTROS DE "RESISTÊNCIA SEGUIDA DE MORTE" EM TODO O PAÍS
AGRADECEMOS A LEITURA, A COMPREENSÃO E O APOIO DE TOD@S!

Santos, 02 de Fevereiro de 2012 – Dia de Iemanjá

Mães de Maio (SP),

Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência (RJ),

Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado do Espírito Santo (ES),

Campanha Reaja ou será Morto, ou será Morta! (BA),

Grupo de Apoio Familiares de Pres@s e Frente Anti-Prisional das Brigadas Populares (MG),

Rede Nacional de Familiares e Amig@s de Vítimas do Estado Brasileiro,

e demais signatários.

ANEXO E

Representação apresentada pelo Procurador Hélio Bicudo ao Procurador Geral Dario de Abreu Pereira solicitando providências para a apuração dos crimes de homicídios imputados ao ‘Esquadrão da Morte’.

APÊNDICE 5

EXMO. SR. DR. PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA

Responda-se, e a seguir, archive-se.

S. Paulo, 31/VII/970.

DARIO DE ABREU PEREIRA

Conforme noticiário inserto nos jornais de hoje, o chamado ‘esquadrão da morte’ continua a exercer suas atividades, tendo sido cometidos, em data recente, vários delitos de homicídio, ao que tudo indica, por seus componentes.

Nestas condições, reiterando representação anterior, acolhida pelo douto Colégio de Procuradores, encareço a V. Excia. a necessidade de que o Ministério Público tome a posição que lhe cabe no episódio em apreço, como órgão fiscal da lei e titular da ação penal, afim de que se apure a responsabilidade dos partícipes desses desse bando, cuja atuação vem sendo profligada por altos representantes da sociedade.

Observo a V. Excia. que a resposta então encaminhada a essa chefia pelo sr. Secretário de Segurança não envolvia o mérito da matéria, mas apenas a irrelevante inconveniência, para o Poder Público, de uma entrevista. Mas, tenho para mim que a intenção do Ministério Público ao representar a V. Excia. não fora a de obter a punição do autor da entrevista, mas, isto sim, a apuração dos fatos ali mencionados, para que se ponha termo à vergonhosa situação em que nos encontramos – hoje repetida – perante a consciência mundial, que dela já tomou conhecimento, consoante publicações em revistas de circulação internacional.

Sobreleva notar que a matéria, face à inação dos poderes públicos, é daquelas que devem ser levadas à consideração do comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, hipótese que merece a maior atenção de V. Excia., como um desdobramento natural do problema, uma vez que se conclua inócua a atuação do Ministério Público.

Sendo o que me cabia expor e na expectativa de medidas úteis dessa ilustre Procuradoria, receba V. Excia. os meus protestos de maior apreço.

São Paulo, 21 de julho de 1970.

HÉLIO PEREIRA BICUDO

Procurador da Justiça do Estado

ANEXO F

Decreto que trata da constituição da Comissão Especial de Investigação

DECRETO DE 11 DE AGOSTO DE 1970**Constitui Comissão Especial de Investigação****RETIFICAÇÃO**

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais e

Considerando a conveniência de se apurar amplamente as atividades criminosas atribuídas a elementos da Polícia do Estado;

Considerando o comunicado da Presidência da República, constante do telex n. 846, de 7-8-70, dirigido em circular a Governadores de Estado, verberando a conduta de policiais que ‘a pretexto de eliminar marginais praticam homicídios e outros atos de barbárie’;

Considerando que o Governo do Estado se acha igualmente empenhado em punir exemplarmente os responsáveis por esses atos;

Considerando, finalmente, que além dos inquéritos e investigações já instaurados pela Polícia, pela Justiça e pelo Ministério Público, é de toda conveniência ampliar-se a apuração dessas acusações, por um órgão inteiramente desvinculado da Secretaria da Segurança Pública, como sugere o seu Titular,

Decreta:

Artigo 1º - Fica constituída Comissão Especial de Investigação, para apurar atividades criminosas que têm sido atribuídas a elementos da Polícia do Estado, caracterizada pela eliminação sumária de marginais.

Parágrafo único – A Comissão será integrada pelo General R. 1 Luiz Phelipe Galvão Carneiro da Cunha, como Presidente, pelo Procurador da Justiça, Dr. Durval Cintra Carneiro, e pelo Procurador do Estado, Dr. Ulisses Fagundes Neto.

Artigo 2º - A Comissão poderá realizar suas investigações em qualquer órgão do Estado e entender-se diretamente com as autoridades estaduais e federais para o fiel desempenho de sua missão.

Parágrafo único – As investigações serão feitas independentemente dos procedimentos de outros órgãos empenhados na apuração dos fatos criminosos.

Artigo 3º - O local, o material, o pessoal e os recursos necessários ao funcionamento da Comissão serão fornecidos pela Casa Civil.

Artigo 4º - Concluídas as investigações, o Presidente da Comissão encaminhará as suas conclusões acompanhadas dos elementos que as instruírem diretamente às autoridades competentes para as providências sugeridas.

Artigo 5º - Todos os órgãos da administração centralizada e descentralizada do Estado deverão prestar, com prioridade, a colaboração que lhe for solicitada pelo Presidente da Comissão, nos limites de sua competência.

Artigo 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de agosto de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Carlos Eduardo de Camargo Aranha, Secretário de Estado – Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 11 de agosto de 1970.

Maria Angélica Galiuzzi, responsável pelo S. N. A.